

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**



SER, ESTAR, PERMANECER:
vínculos territoriais das gentes
que povoam as margens e ilhas
do Rio São Francisco

ANGELA FAGNA GOMES DE SOUZA

Uberlândia/MG
2013

ANGELA FAGNA GOMES DE SOUZA

SER, ESTAR, PERMANECER:
vínculos territoriais das gentes que povoam
as margens e ilhas do Rio São Francisco

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729s201 Souza, Angela Fagna Gomes de, 1984-
3 Ser, estar, permanecer: vínculos territoriais das gentes que povoam
as margens e ilhas do Rio São Francisco/ Angela Fagna Gomes de
Souza. – 2013.
292f.: il.

Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Rio São Francisco (MG)- Teses.
3. Territorialidade humana – Rio São Francisco (MG)- Teses. I.
Brandão, Carlos Rodrigues. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ANGELA FAGNA GOMES DE SOUZA

“SER, ESTAR, PERMANECER: VÍNCULOS TERRITORIAIS DAS
GENTES QUE POVOAM AS MARGENS E ILHAS DO RIO SÃO
FRANCISCO”.


Prof. Doutor Carlos Rodrigues Brandão - UFU


Prof. Doutora Carmen Lúcia Rodrigues - UFRRJ


Professora Doutora Maria das Graças Campolina Cunha – UNIMONTES


Prof. Doutor Rossevelt José Santos - UFU


Prof. Doutor Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Data: 09 / 12 de 2013

Resultado: Aprovada com distinção

*Aos moradores das margens e ilhas do Rio
São Francisco em Minas Gerais, homens e
mulheres que me ensinaram formas outras
de enxergar o rio.*

*A presença constante da minha preciosa
família, dos meus eternos amigos e do meu
grande amor.*

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer... Posso esquecer alguém, mas guardo em meu coração o carinho e a atenção que recebi durante o tempo de construção deste trabalho. Talvez me falte palavras para agradecer o gesto de cada um (a).

Aos meus pais Geraldo e Ilza por acreditarem no meu caminho e me apoiaram, mesmo que a distância, em minhas decisões. A minha irmã Mara pela cumplicidade, amor e carinho nas horas de alegria e nos momentos de angústia e apreensão. Obrigada pelas orações e pelas energias positivas. A vocês a minha eterna gratidão.

A minha segunda família, Eurídice, Adoniram e Victória pelo apoio e incentivo de sempre e a Eunice Veloso pela sua alegria radiante de cada dia.

Ao meu querido amigo e orientador Carlos Rodrigues Brandão, pelos ensinamentos de pesquisa e de vida, pelos votos de confiança, pelos conselhos e pela sua forma serena de enxergar o mundo. Obrigada pelas suas brilhantes contribuições e pelo apoio incondicional. Estejamos sempre junt@s!

Aos companheiros de viagem na “Expedição Sertão Molhado”, Carlos Brandão, Samuel do Carmo, Heinz Dieter, Andrea Maria, Elisa Cotta, Fernanda Amaro, Joycelaine Oliveira, Luciana Ribeiro, Maristela Correa, Rodrigo Herles, Thais Luiz, pessoas com quem compartilhei dias intensos de pesquisa e de navegar.

As gentes do Rio São Francisco que em tempos e espaços diferenciados me fizeram entender o rio a partir de outros olhares, outros saberes e outros fazeres. Carrego as lembranças de seus rostos, o sussurro de suas falas e a doçura de seus gestos.

A toda a equipe do grupo de pesquisa Opará da Unimontes, em especial aos amigos que sempre estiveram presente neste caminhar, Joyce, Graça, Alessandra, Erica, Fernanda, Flavia e Maristela. Obrigada pelo acolhimento e pela partilha de saberes. Fico muito grata pela socialização do banco de dados do projeto

em especial as fotos, entrevistas, croquis e mapas e pela oportunidade de publicarmos juntos três livros com os resultados de parte de nossas pesquisas.

À Fernanda Amaro pelo seu olhar de artista que em sua serenidade e devaneios captaram expressões ímpares das gentes do rio e que gentilmente cedeu a fotografia da capa.

À Ivo das Chagas e sua esposa Gilmara que desde os tempos da faculdade me ensinaram geografias outras, sempre me incentivando a seguir o caminho e me mostrando exemplos de persistência e de amor ao ensino, a pesquisa e a vida.

Agradeço de forma especial aos professores da pós-graduação em Geografia da UFU, Marcelo Cervo Chelotti, Rosselvelt José dos Santos, Vera Lúcia Salazar Pessoa, Júlio Cesar Ramires, Samuel do Carmo Lima e João Cleps pelos caminhos de pesquisa trilhados. Aos servidores da secretaria João Fernandes e Yara pelo atendimento prestativo de sempre.

Aos professores da minha banca de qualificação e de defesa Rosselvelt José dos Santos e Maria das Graças Campolina Cunha pela leitura atenta e pelas preciosas contribuições e reflexões.

A professora Carmem Lúcia Rodrigues e ao professor Marcelo Cervo Chelotti pela presteza e pela grande colaboração em minha banca de defesa.

A professora e amiga Maria Augusta Mundim Vargas da Universidade Federal de Sergipe pela co-orientação e por me proporcionar muitos encontros e amizades fazendo parte do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura em especial Auceia, Solimar, Roseane, Daniella, Jorgenaldo, Eliete, Ninha, Rodrigo Lima, Benizário, Vanessa, Ivan, César, Daniele, Aline, Marister, Maryane, Adriane, Glauber, Evandro e Gabriela, pessoas que me acolheram com tanto carinho e que me mostraram o verdadeiro calor do nordeste.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig pela bolsa de doutorado, viabilizando a realização da pesquisa.

As pessoas queridas de Minas, amigos de longe mas sempre presentes, Andrea Maria, Graça, Joyce, Geraldo Inácio, Maristela, Fernanda Amaro, Taty,

Elaine e Aliny Duarte, fico muito grata pela presença de cada um (a) em minha vida. Obrigada pelos encontros felizes e pela eterna amizade.

Agradeço de forma especial a Geraldo Inácio, meu irmão do coração, pela sua presteza, pelos seus incentivos e pelas suas pertinentes colocações sobre a pesquisa e sobre a vida.

As “abidas” de todas as horas de Aracaju, Auceia, Sol, Dany, Roseane, Mary, Surya e Ingrid, pelos momentos de descontração, por partilhar tantas e tantas angústias e por caminhar lado a lado em minhas conquistas e incertezas. Meninas, obrigada por tornarem meus dias mais serenos.

A Rodrigo Herles, meu bem querer, companheiro de todas as horas. Obrigada pela sua presença e sua compreensão. Com o amor de sempre e para sempre!

Cada um a sua maneira tornou possível a realização de mais este sonho. Que venham novos desafios!

Obrigada a tod@s!

O rio, malgrado seus mil rostos, recebe um destino único; sua fonte tem a responsabilidade e o mérito de todo curso. A força vem da fonte. A imaginação quase não leva em conta os afluentes. Ela quer que uma geografia seja a história de um rei. O senhor que vê passar a água evoca a origem lendária de um rio, sua fonte longínqua. Há um evemerismo potencial em todas as grandes forças da natureza.

Gaston Bachelard

As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal analisar as identidades e territorialidades das gentes sanfranciscanas, com foco nas múltiplas categorias de sujeitos que hoje habitam as margens e ilhas do Rio São Francisco. Delimitamos como “lócus” de investigação o médio curso do rio, no trecho compreendido entre a cidade de Pirapora e a comunidade de Pau Preto, no município de Manga em Minas Gerais. Em nossa investigação tomamos como caminho metodológico a pesquisa qualitativa e a geoetnografia, na intenção de traçar um diálogo que nos aproximasse da realidade estudada, visando entender os sujeitos pesquisados a partir da compreensão “deles” sobre si mesmo. De início remontamos o processo histórico de formação da paisagem do Rio São Francisco ao longo dos anos, com destaque para os ciclos econômicos e o processo de povoamento de suas margens. Em seguida analisamos as categorias de sujeitos presentes ao longo do Rio São Francisco, no trecho delimitado na pesquisa, mapeando as ilhas e comunidades com o intuito de entender a relação destes sujeitos com o ambiente que os cercam. Por fim, discutimos o espaço de vivência, a representação cultural e a formação identitária dos moradores das ilhas e margens do rio com o ambiente em que vivem, para compreender suas vivências e r-existência em um território de vida e trabalho. A delimitação da pesquisa guiou-se a partir da compreensão de que a construção das identidades e das territorialidades envolve uma problemática que é múltipla, sujeita a contradições, avanços, retrocessos, criações e redefinições. Entendemos que as identidades e territorialidades das gentes sanfranciscanas perpassam vínculos territoriais, processos de identificação e representação, utilizados pelos sujeitos enquanto estratégias para mostrar suas diferenças e singularidades em relação ao “outro”. São, portanto, formas de **ser**, **estar** e **permanecer** no/do Rio São Francisco.

Palavras chaves: Rio São Francisco. Gentes sanfranciscanas. Vínculos territoriais. Identidades. Territorialidades.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the identities and territoriality of “sanfranciscanas” people, focusing on multiple categories of subjects who today inhabit the riverside and islands of the São Francisco River. We defined as “locus” of the research the medium segment of the river, in the section between the city of Pirapora and the community of Pau Preto, municipality of Manga in Minas Gerais. In our study we used qualitative research and “geoetnografia” as a methodological option, with the intention of drawing a dialogue that approached us to the reality studied aiming to perceive the subjects surveyed from “their” understanding about yourself. Initially, we reassemble the historical process about landscape formation of the river San Francisco over the years, with emphasis on economic cycles and the process of settlement of riverside. Then, we analyze the categories of subjects present along the São Francisco River in the local delimited of the research, mapping the islands and communities in order to understand the relationship of these subjects with the environment surrounding them. Finally, we discuss the living space, the cultural representation and identity formation of the islanders and the residents of the riverside with the environment in which they live, to understand their experiences and “r-existência” in a territory of life and work. The delimitation of the research was guided from the comprehension that the construction of identities and territoriality involves an issue that is multiple, liable to contradictions, advances, setbacks, creations and redefinition. We understand that the identities and territoriality of “sanfranciscanas” people permeate territorial bonds, identification and representation procedures, used by the subjects as strategies to show their differences and peculiarities in relation to “other”. Therefore, they are ways of being, living and remaining in/of the São Francisco River.

Keywords: São Francisco River. Sanfranciscanas people. Territorial bonds. Identities. Territorialities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Foto 1 -	Centro comercial da cidade de Penedo/AL	24
Figura 1 -	Bacia do Rio São Francisco	44
Figura 2 -	Lagoa de aves, à margem do Rio São Francisco, perto da fazenda Capão	57
Foto 2 -	A barca e o remeiro	77
Foto 3 -	Vapor Benjamin Guimarães atracado no porto de Pirapora/MG	88
Foto 4 -	Início da viagem, com a saída da barca Tainá do porto de Pirapora/MG	120
Figura 3-	Mapa contendo as possíveis ilhas e comunidade que iríamos encontrar ao longo do percurso	121
Foto 5 -	Igreja inacabada de Bom Jesus de Matozinhos, Barra do Guaicuí/MG	123
Figura 4-	Croqui do Rio São Francisco entre a cidade de Pirapora e o povoado Barra do Gaucí	124
Foto 6 -	Senhor Honório, Ilha do Engenho/MG	125
Figura 5-	Croqui da Ilha do Engenho e Ilha do Boi	133
Foto 7 -	Dona Maria Neusa, Ilha de Seu Manoel/MG	134
Figura 6-	Croqui da Ilha de Seu Manoel	139
Figura 7-	Croqui da cidade de Ibiaí, margem direita do Rio São Francisco	140
Foto 8 -	Trabalhadores carregando feijão, Ilha do Pacuí/MG	142
Figura 8-	Croqui do distrito de Cachoeira do Manteiga, próximo a cidade de Ponto Chique	146
Figura 9-	Croqui da comunidade Ribanceira e da Ilha da Martinha	150
Foto 9 -	Dona Santinha proprietária de um lote na Ilha dos Caiapós/MG	151
Figura 10-	Croqui da cidade de São Romão e da Ilha dos Caiapós	153
Foto 10 -	Vista da Ilha Barra do Riacho/MG	154
Figura 11-	Croqui da Ilha Fogo, comunidade Vila dos Baianos e Ilha dos Cavalos	163
Figura 12-	Croqui da Ilha do Afundá e da comunidade de Barreira dos Índios	164
Foto 11 -	Igreja em São Francisco/MG	168
Foto 12 -	Senhor Joaquim e sua esposa, Ilha do Lagedo/MG	171
Figura 13-	Croqui da cidade de São Francisco, Ilha do Lagedo e Barra do Rio Pardo	173
Foto 13 -	Casa de farinha construída com recursos da Associação de moradores, Ilha do Balaieiro/MG	177
Figura 14-	Croqui do percurso entre as cidades de Pedras de Maria da Cruz e Januária	180
Foto 14 -	Casa do senhor Edvar e dona Maria do Socorro, margens do	182

	Rio São Francisco, próximo a Ilha do Amargoso/MG	
Foto 15 -	Plantio de abóbora e colheita de feijão, Ilha da Malhadinha/MG	186
Foto 16 -	Praça principal de Itacarambi/MG	192
Foto 17 -	Grupo Vazanteiros em Movimento, comunidade Pau Preto/MG	196
Foto 18 -	Senhor Honório, um dos mais antigos moradores da Ilha do Engenho/MG	200
Foto 19 -	Senhor Martinho, o primeiro morador da Ilha do Engenho/MG	200
Figura 15-	Classificação das ilhas fluviais sanfranciscanas	204
Figura 16-	Croqui do “mundo do rio”	210
Figura 17-	Categorias de vida e trabalho	215
Figura 18-	Categorias do trabalho nas ilhas e margens do Rio São Francisco	222
Figura 19-	Organograma da mobilidade das famílias sanfranciscanas	237

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	As gentes e os lugares Sanfranciscanos	229
------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG - *Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*

ANA - Agência Nacional de Águas

APPs - Áreas de Preservação Permanentes

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MI - Ministério da Integração Nacional

MW - Megawatt

NPGeo-Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

RESEX – Reserva Extrativista

SBSR - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto

SUMÁRIO

O PONTO DE PARTIDA	16
MERGULHO EM ÁGUAS INTERIORES: Eu e o São Francisco. O São Francisco e eu!	17
INTRODUÇÃO	27
1 VIAGEM GEO-HISTÓRICA PELO RIO SÃO FRANCISCO: de Richard Burton a Geografia de agora	35
Introdução	36
1.1 De que rio estamos falando?	39
1.2 Primeiro ciclo: do descobrimento ao povoamento de suas margens	55
1.3 Segundo ciclo: os currais	64
1.3.1 O caldeamento de culturas	70
1.4 Terceiro ciclo: as barcas e os vapores	75
1.5 Quarto ciclo: os grandes projetos desenvolvimentistas	89
1.6 De agora em diante	93
2 OS MARCOS INVESTIGATIVOS: a pesquisa qualitativa e a geoetnografia	98
Introdução	99
2.1 Pesquisa qualitativa: instrumentos e possibilidades	100
2.2 Observar, descrever e analisar	104
2.3 A experiência da pesquisa Geoetnográfica	108
2.3.1 O estar aqui	111
2.3.2 O ir	112
2.3.3 O estar lá	113
2.3.4 O voltar de lá	114
2.4 O encaminhamento da pesquisa	115
3 VIAGEM GEOETNOGRÁFICA PELO RIO SÃO FRANCISCO: o tempo presente	117
Introdução	118
3.1 No balanço das águas: de Pirapora a Manga	119

3.1.1	Primeiro navegar: de Pirapora a Ilha do Boi	119
3.1.2	Segundo navegar: da Ilha do Boi a Barra do Pacuí	134
3.1.3	Terceiro navegar: da Barra do Pacuí a Ribanceira	142
3.1.4	Quarto navegar: de Ribanceira a São Romão	147
3.1.5	Quinto navegar: de São Romão a Barreira dos Índios	154
3.1.6	Sexto navegar: de Barreira dos Índios a São Francisco	164
3.1.7	Sétimo navegar: de São Francisco a Ilha da Capivara	170
3.1.8	Oitavo navegar: da Ilha da Capivara a Pedras de Maria da Cruz	174
3.1.9	Nono navegar: de Pedras de Maria da Cruz a Ilha do Valerinho	181
3.1.10	Décimo navegar: da Ilha do Valerinho a Comunidade de Pau Preto	191
3.3	O último navegar	196
3.4	O retorno: diferentes modos de existir	198
4	AS IDENTIDADES SANFRANCISCANAS: o olhar de quem pesquisa	207
	Introdução	208
4.1	A paisagem Sanfranciscana: do rio natural ao rio sociocultural	209
4.2	As múltiplas identidades Sanfranciscanas	215
4.3	Culturas diversas: vínculos territoriais, saberes, fazeres e expressões simbólicas	231
	O PONTO DE CHEGADA	245
	O VIVIDO, PERCEBIDO, CONCEBIDO: os nomes das gentes e as gentes que dão os nomes	246
	REFERENCIAS	269
	ANEXOS	279
ANEXO A:	Roteiro de entrevista	280
ANEXO B:	Mapa do percurso de Pirapora a foz do Rio das Velhas	283
ANEXO C:	Mapa do percurso da foz do Rio das Velhas a Barra do Rio Jequitaí	284
ANEXO D:	Mapa do percurso da Ilha de São Manoel ao distrito de Cachoeira do Manteiga	285

ANEXO E:	Mapa do percurso da Ilha do Paracatu a Ilha Barra do Riacho	286
ANEXO F:	Mapa do percurso da Ilha Três Ilhas a Comunidade Barreira dos Índios	287
ANEXO G:	Mapa do percurso da Cidade de São Francisco a Ilha do Rio Pardo	288
ANEXO H:	Mapa do percurso da Foz do Rio Pandeiros a Ilha do Balaieiro	289
ANEXO I:	Mapa do percurso da cidade de Pedras de Maria da Cruz a Ilha do Jatobá	290
ANEXO J:	Mapa do percurso da Ilha do Jatobá a Ilha do Cajueiro	291
ANEXO K:	Mapa do percurso da Ilha do Cajueiro a comunidade Pau Preto	292

O PONTO DE PARTIDA



MERGULHO EM ÁGUAS INTERIORES:

Eu e o São Francisco. O São Francisco e eu!

O rio, malgrado seus mil rostos, recebe um destino único, sua fonte tem a responsabilidade e o mérito de todo o curso. A força vem da fonte. A uma geografia seja a história de um rei. O sonhador que vê passar a água evoca a origem legendária do rio, sua fonte longínqua. (BACHELARD, 1997, p. 158).

Busco maneiras de pensar sobre a água. Flutuo entre tempos e espaços diferenciados. Momentos e lugares que marcam minha memória. O correr das águas também é o correr da vida. O tempo de ontem se faz presente em meu interior. Capto memórias de águas. Devaneio.

Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água, à água verde e clara, à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair um devaneio profundo, sem rever a minha ventura... Não é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança sai de todas as fontes. (BACHELARD, 1997, p. 9).

Dialogo com Bachelard (1997), apreendo formas, cores e tipos de águas que perpassam meus pensamentos e vivências. Relembro aqui minhas experiências que intimamente, não sei por que, mais me fascinam, as águas lineares, brandas e de grandes margens. Trago os meus encontros e desencontros com as águas profundas e calmas do Rio São Francisco!

Foi no convívio diário circulando na beira de suas margens em Pirapora e raras vezes em Buritizeiro que passei a admirar tamanha beleza. A paz ao ver o sol se por, escondendo por detrás das águas. Os passeios pelo cais. Os barcos ancorados. As crianças brincando de bola na areia. As caminhadas à beira do rio entre a ponte nova e a centenária ponte Marechal Hermes. O barulho das cachoeiras durante as madrugadas silenciosas. Os incontáveis banhos de rio.

Entre os anos de 2003 a 2007, especialmente nos fins de semana, a turma da república se reunia em ilhas no meio do São Francisco. Tínhamos o lugar de

sempre. Ficava um pouco abaixo da ponte velha. A caminhada era longa até a chegada. Para nós era o melhor lugar do rio, longe de muita gente. Deitava nas rochas e ficava por horas apenas ouvindo o barulho das águas. Aliás, morei por mais de um ano a poucos metros do rio e todas as noites ia dormir ouvindo o barulho da cachoeira de Pirapora: “Só à noite é que se sentem bem os perfumes da água.” (BACHELARD, 1997, p. 108).

Aos poucos o São Francisco foi se tornando parte de uma paisagem rotineira. Nada era mais tão admirável. Mas, eis que fiz a minha primeira viagem pelo vapor Benjamim Guimarães. Descobrir quão diverso é este rio. Águas navegáveis de profundo encanto. Quantas descobertas. Quantas margens. Fiquei a imaginar a quão longe levariam estas águas. Suas paragens. As curvas de um rio que se fortalece com a chegada de outras águas. Os pequenos riachinhos derramando em seu leito águas límpidas. “Somos levados a ver com olhos límpidos uma paisagem quando temos reservas de limpidez.” (BACHELARD, 1997, p. 152).

Crescia a cada dia o meu encanto pelas cores, cheiros e gentes do Rio São Francisco. O Rio das Velhas correndo lado a lado, enaltecendo ainda mais a sua imponência. Pensar que os vapores já foram, em outros tempos, o principal meio de comunicação entre as pessoas do rio e beira rio. A circulação. O ir e vir. O eterno movimento do rio. O embalar das águas. Vivi um pouco deste passado nessa viagem. Fiquei tão encantada que voltei algumas outras vezes.

Vivi outros tempos. Conclui a faculdade e segui outros rumos. A vida passou a ser longe do rio. Carreguei apenas as boas lembranças de um rio que se fez dentro de mim. “Como expressar melhor a imanência de uma *água imaginária*?” (BACHELARD, 1997, p. 44).

Deparei-me com outras águas. O lago artificial no entorno de Brasília. Ele não marcou muito, talvez porque já tinha vivenciado águas mais significativas, além disto, os lagos e lagoas não me tocam tanto. Percebia nestas águas o símbolo do belo e não o símbolo da vida. “Que seria da ideia de pureza sem a imagem de

uma água límpida e cristalina, sem esse belo pleonasmo que nos fala de uma *água pura*? A água acolhe todas as imagens da pureza”. (BACHELARD, 1997, p. 15).

Por muitas vezes estive novamente em Pirapora. Já na chegada me depara com o São Francisco. Atravessava a ponte e observava de seus dois lados águas ora barrentas, ora límpidas. Nunca deixei de passar na avenida Salmeron para ver de mais perto o rio correndo. Nos dias de muito calor nada como um bom banho em suas águas refrescantes. Naquele tempo, não mais no meio do rio, mas nas cachoeiras próximo ao “Hotel Canoeiros”.

O tempo que passei longe não durou muito. Eis que logo me aproximei novamente do São Francisco. Agora em águas ainda mais profundas. A pesquisa na Ilha das Pimentas. A proposta de abeirar-se dos códigos internos que ligam os moradores da ilha ao rio. A busca pelo desconhecido. Pisar em uma ilha pela primeira vez. A travessia. A sensação de estar fora do mundo. A proteção do rio. O acolhimento dos moradores. A força do parentesco e do compadrio. As regras internas de uso do rio. O respeito e a reciprocidade. Os relatos das cheias. O eterno ir e vir. A certeza do incerto. O poder das águas. A fartura. O plantio nas vazantes. O peixe de cada dia. Os mitos e simbologias que regem a vida dos moradores. O caboclo d’água. As carrancas. “Os fantasmas do rio alimentam-se, pois da água e da noite.” (BACHELARD, 1997, p. 107). A força da religião. O culto a Nossa Senhora Aparecida. A vida entre as margens. Vidas entrelaçadas com as águas.

Lembro-me bem da primeira vez que estive na Ilha das Pimentas. Aliás, nesta minha visita aconteceu um fato inusitado. Na época estava participando de uma disciplina ministrada pelos professores Carlos Brandão e João Batista, ofertada pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes, realizada no campus de Pirapora. A proposta do curso incluía trabalhos de campo visando pesquisar as comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco. Um dos grupos se propôs realizar a pesquisa em uma das ilhas do Rio São Francisco, próximo à cidade de Pirapora. Resolvi acompanhar o grupo. Conhecer uma ilha. A minha intenção era ir apenas até a beira do rio, observar a ilha da margem. Assim que cheguei e avistei pela primeira vez uma ilha, não me

contentei apenas com o observar. Entrei dentro do barco e fiz a travessia. Talvez esta tenha sido a maior de todas as minhas travessias. Um caminho traçado pelas águas, sempre fluindo. O abandono das margens. Uma ida sem volta. Guimarães Rosa (2001, p.152) bem dizia: “o senhor pense outra vez, repense o bem pensado: para que foi que eu tive de atravessar o rio, defronte com o Menino? O São Francisco cabe sempre aí, capaz, passa”.

Fiquei por quatro dias na ilha, apenas com a roupa do corpo, pesquisando juntamente com o restante do grupo. Não tínhamos nenhum tipo de comunicação com a cidade de Pirapora, localizada a cerca de vinte quilômetros da ilha, rio abaixo. Estávamos todos ilhados. Quando acabamos a pesquisa e retomamos, todos os parentes e amigos estavam ansiosos com o meu sumiço. Afinal, havia saído pela manhã dizendo que voltava logo e só apareci novamente depois de quatro dias.

Considero esta a minha primeira aventura antropológica. Foram dias intensos. Descobertas incríveis que me fizeram abandonar uma outra proposta de pesquisa para me lançar de vez nas águas deste rio. Digo sempre que não foi eu que escolhi a Ilha das Pimentas para pesquisar, mas a ilha foi quem me escolheu. Afinal, a pesquisa que se faz nunca é a pesquisa que se pensa fazer. O Rio São Francisco assim como suas águas “já não é uma substância que se bebe; é uma substância que bebe” (BACHELARD, 1997, p. 57).

Com a pesquisa de mestrado, entre 2009 e 2011, foram várias “idas” e “vindas” a Ilha das Pimentas. Foi neste tempo de pesquisa que descobri um outro rio. Rio este que corre a favor da vida dos que dele dependem e nele moram. É o rio São Francisco que embala a vida dos ilheiros. Eles só existem porque o rio existe. Os moradores criam geografias internas de “conviviabilidade” que perpassam formas singulares de morar, plantar, colher e pescar que estão intimamente relacionadas à dinâmica das águas.

Foram muitas as vezes que lá estive. Em cada visita uma nova descoberta. Conversei com homens e mulheres do rio. Eles abriram as portas de suas casas e cederam os seus barcos para minha travessia. Identifiquei nos rostos e nas falas de

cada morador uma profunda admiração pelo rio. Uma gratidão sem tamanho. Rememoro a imagem do senhor Coló, um homem de fibra que falava do rio em forma de poesia, contava sua história de vida por meio de suas memórias de trabalhador do rio¹. Profundo conhecedor de seus caminhos. Um novo Noé que foi capaz de ancorar seu barco, amarrado no tronco de uma mangueira do quintal de sua casa e esperar por quase quarenta dias as águas do rio baixarem e sua casa na ilha reaparecer. O respeito pelo tempo do rio. O amor ao lugar de acolhida. A reverência aos ciclos da natureza.

Lembro especialmente do tempo de pesquisa que fiquei integralmente por mais de uma semana na ilha. Estabeleci-me na casa de um dos moradores esporádicos e/ou turistas como são chamados pelos moradores do lugar. Nesses dias vivi a vida de um ilheiro. As lembranças mais marcantes até hoje são do amanhecer e do entardecer. Dormia e acordava observando o rio correr a minha volta. Pela manhã tons esfumados e nebulosos que com o raiar do sol iam se transformando em esverdeado. O meu primeiro ritual era lavar o rosto nas águas do rio. Lembrava sempre do meu tempo de menina. A tarde era composta de duas magias: o por do sol sempre majestoso e o canto dos inúmeros pássaros que se recolhiam nas matas da margem. A noite pairava o silêncio. Sempre me perguntava: será agora a hora que o rio para? Só os sábios conhecedores do rio conseguem identificar tal fenômeno. Eu ficava apenas a imaginar.

Quando ouvia os relatos dos moradores sobre as cidades ribeirinhas de onde vieram e dos inúmeros lugares do rio que conheciam olhava para as águas e ficava a imaginar quantos caminhos e destinos foram traçados em função de seu curso. Não seria este o meu destino: seguir o caminho das águas deste rio? De forma inusitada, ou não, foi o que realmente aconteceu comigo.

Reencontrei-me com as águas doces e encontrei-me com as águas salgadas. Eis que estou novamente perto do Rio São Francisco, mas quase não o vejo. Escuto o barulho das ondas do mar. Tenho ele por perto. Alimento minhas lembranças.

¹ Em minha dissertação de mestrado denominada: “O tempo das águas: ciclos de vida entre as margens do rio São Francisco, Ilha das Pimentas – Pirapora/MG”, o capítulo 5 foi dedicado às memórias e imagens do senhor Coló.

Vou ao seu encontro. Já morando em Aracajú tive a oportunidade de vivenciar um momento ímpar em minha vida, a experiência de navegar pelas águas de um rio que se faz mar. Recordo estes momentos.

Viajei até a cidade de Brejo Grande, a última de sua margem direita. Antes mesmo de começar a descida pelo “Baixo Rio São Francisco”, observei na barranca do rio alguns pequenos barcos. Aos poucos foi chegando grupos de mulheres com bacias na cabeça, acompanhadas de crianças. Lavadeiras que alegremente cantavam e davam risadas enquanto realizavam o seu trabalho. Batiam a roupa, ensaboam, mergulham na água, torciam e colocavam novamente na bacia. As crianças se divertiam tomando banho no rio. O que para as pessoas do lugar parecia ser uma cena rotineira da pequena cidade, para mim foi uma viagem ao passado. Imaginar um rio que tinha em suas águas o símbolo da pureza, da limpidez.

Bachelard escreveu: “a água tende ao bem”, (1997, p. 146). Seria este o motivo do cantarolar? Águas claras que servem as lavadeiras. Mulheres e crianças que trabalham e brincam no rio. O alegrar. As cantigas. Cenas cada vez mais raras ao longo do seu curso.

O Rio São Francisco
faz questão de me matar:
pra cima corre depressa,
pra baixo mais devagar.
(ROSA, 2011, p. 57).

“Fresca e clara também é a canção do rio.” (BACHELARD, 1997, p. 34). Com o canto das lavadeiras e a serenidade das águas iniciei a viagem. A paisagem do rio mudava de um lugar para o outro. Vivenciei outros olhares, outras formas, outros trajetos. Águas espaiadas. Margens planas. Incontáveis ilhas despovoadas. Apenas alguns ranchos de pescadores. Grande quantidade de coqueiros e outras grandes árvores. Cursos diferenciados. Meandros. Curvas que encontram e desencontram com o curso principal do rio.

Passei pela cidade de Piacabuçu em Alagoas. A última de tantas outras que ficaram para trás. A expectativa para chegar à foz. A formação em delta começava

a parecer. Vários ramos, braços de rio que tomam a direção do mar. Parece que as águas se despedem das margens. Cada uma busca a sua chegada.

O encontro com outras águas. O rio fica mais agitado. O vento bate forte na face. Senti o cheiro da brisa do mar. O verde das águas doces já não é mais tão intenso. A mata ciliar cede lugar aos bancos de areia. Águas revoltas, misturadas.

A aguagem bruta, traiçoeira – o rio é cheio de baques, modos moles, de esfrio, e uns sussurros de desamparo. Apertei os dedos no pau da canoa. Não me lembrei do perigo que é a “onça-d’água”, se diz – a ariranha – essas desmergulham, em bando, e bécam a gente: rodeando e então fazendo a canoa virar, de estudo. Não pensei nada. Eu tinha o medo imediato. E tanta claridade do dia. O arrojo do rio, e só aquele estrape, e o risco extenso d’água, de parte a parte. Alto rio, fechei os olhos. (ROSA, 2001, p. 146-147).

Alto mar. Observei ao longe o famoso farol afogado. Torto, no meio do rio-mar. O único marco que restou do povoado Cabeço. Memórias afogadas. “Só a água pode dormir conservando sua beleza; só a água pode morrer, imóvel, conservando seus reflexos.” (BACHELAD, 1997, p. 69). As rasuras deixadas pelas intervenções humanas com a construção de mais de nove hidrelétricas ao longo de todo o curso do rio. Desde 1954, com a construção de Paulo Afonso, passando por Três Marias em 1962, e Xingó em 1994. Esta última foi a que acarretou maiores danos à foz do rio. As águas ficam mais rasas. A vazão diminuiu. As grandes embarcações já não navegam mais pelo rio. A população do povoado teve que ser forçadamente remanejada. O que observei foi um rio que chega quase sem força. Que pede socorro.

Aí o bambalango das águas, a avançada enorme roda-a-roda – o que até hoje, minha vida, avistei, de maior, foi aquele rio. Aquele, daquele dia. As remadas que se escutavam, do canoeiro, a gente podia contar, por duvidar se não satisfaziam termo. – “Ah, tu: tem medo não nenhum?” – ao canoeiro o menino perguntou, com tom – “Sou barranqueiro!” – o canoeirinho tresdisse, repontando de seu orgulho. De tal o menino gostou, porque com a cabeça aprovava. Eu também. (...) Arre vai, o canoeiro cantou, feio, moda de copla que gente barranqueira usa: “... *Meu Rio de São Francisco, nessa maior turoação: vim te dar um gole d’água, mas pedir tua benção...*” Aí, o desejado, arribamos na outra beira, a de lá. (ROSA, 2001, p. 148, grifos do autor).

Rio maior não há. Fiz a travessia. Vi o São Francisco entregar suas águas ao mar. Águas de tantas lembranças, tantas histórias, tantas andanças. Águas que agora partem para outros rumos. A outra beira. O lado de lá. “Por mais que acesse um simples rio, ele traz o símbolo de um além. O barqueiro é o guardião de um mistério.” (BACHELARD, 1997, p. 80-81). O fim ou o início do seu fluir? “Onde está o real: no céu o no fundo das águas?” (BACHELARD, 1997, p. 51).

Além de conhecer a foz do São Francisco viajei também à cidade de Penedo. Nas palavras de Gardner (1975) esta foi uma importante referência comercial ainda no século XVIII. Atravessei de balsa. Vi o sol caindo bem devagar reluzindo seus raios nas serenas águas do rio. Observei o ir e vir das pessoas e carros de uma margem a outra. Um rio que une e separa dois estados. De Alagoas para Sergipe. De Penedo para a cidade de Neópolis. A circulação. A imponência das igrejas marcando a paisagem do lugar. As ruas estreitas. Os casarões antigos. O comércio na beira do rio (foto 01).



Foto 01: Centro comercial da cidade de Penedo/AL. Ao fundo a cidade de Neópolis na margem direita do Rio São Francisco e em primeiro plano a igreja São Gonçalo Garcia ao centro e parte da rua principal da cidade.
Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2013.

São Francisco iluminado, que ecoa os seus sons por onde passa. Que transmite sensações, cores e cheiros. Rio que nos acalma, conforta. Rio de águas

doces, claras, maternal, amorosas, mas também violentas. Águas que não morrem. Que correm dentro da gente.

São as mesmas águas e são outras. Nas palavras de Guimarães Rosa “um rio são muitos”. Conheci outras realidades, outras paisagens. Um rio ainda mais largo, mais sereno, mais profundo. As suas margens são outras, mas eis que é o São Francisco, com toda a sua força e beleza. Paisagens sobrepostas tecendo laços reais e imaginários por onde passa.

Observo atualmente outros rios. Vivo quase em uma ilha. Aracaju é cercada por rios de norte a sul. Águas perenes. Desde o Rio Sergipe que margeia grande parte da cidade, desaguando no mar na parte central da cidade até o Vaza Barris que vem ao encontro do mar formando caracóis por entre os manguezais, com várias lagoas em suas margens. Além, é claro, do Rio São Francisco, a fronteira líquida que une e separa o estado de Sergipe e Alagoas.

Morando em Sergipe e começando minhas pesquisas do doutorado iniciado em 2011 tive a oportunidade de participar da expedição “Sertão molhado²” juntamente com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores que por quase um ano planejou uma viagem de pesquisa pelo Rio São Francisco em seu trecho mineiro. Navegamos rio abaixo partindo da cidade de Pirapora até o município de Manga na divisa com o estado da Bahia, percorrendo aproximadamente 380 quilômetros.

Esta expedição foi realizada entre os dias 17 a 27 de julho de 2011 e foi financiada pelo projeto “Etno-cartografias do São Francisco: modos culturais de vida cotidiana, culturas locais e patrimônios culturais em/de comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais”. Durante estes dias descemos o rio a bordo da barca Tainá, na intenção de mapear e conhecer as comunidades e ilhas do São Francisco.

² Termo utilizado pelos pesquisadores para denominar parte do sertão em Minas Gerais mencionada por Guimarães Rosa em sua obra “Grande Sertão: Veredas”. Neste caso a área compreende apenas a bacia do Rio São Francisco, diferenciando das outras áreas do sertão no estado denominada de “Sertão Seco”. Há uma diferenciação entre o sertão molhado, restrito as águas e margens e o sertão seco, para além das margens do rio.

Após estas incursões extremamente ricas e carregadas de reflexões e aprendizados, dediquei grande parte de minha tese de doutorado às memórias recortadas deste navegar. Assim como o Rio São Francisco, sigo desvendando paisagens, sujeitos, falas e expressões de rio e beira rio que se entrelaçam pelos seus saberes e fazeres perpetuados pelo correr de suas águas. Busco nesta pesquisa atual subir mais um degrau deste constante aprender com/no rio e suas gentes.

Acompanho o seu curso. Navego em suas paragens. Vida entrelaçada por águas. Águas do São Francisco. Sigo travessando por litoral e sertões. Carrego sempre as sábias palavras de Guimarães Rosa (1986, p. 273), “o Rio São Francisco partiu minha vida em duas partes [...] tudo que já foi, e o começo que vai vir”. Que muitas outras águas ainda sejam desbravadas.



INTRODUÇÃO

Pensar a pesquisa requer um esforço intelectual que se impõe no sentido de encontrar caminhos, buscar ancoragens. Nossa problematização perpassou a definição de marcos históricos, a delimitação de categorias e a opção por instrumentais de pesquisa capazes de responder ao que nos propomos pesquisar, ou seja, as categorias de sujeitos presentes no Rio São Francisco em seu médio curso, no estado de Minas Gerais. Tomamos como ponto de partida as opções teóricas e metodológicas que nos guiaram na justificativa de nossos objetivos e na formulação de nossas indagações.

Objetivamos compreender o Rio São Francisco e suas gentes a partir das múltiplas dimensões do território que envolvem desde os aspectos de ordem geo-histórica até sua dimensão multiescalar³. Em um primeiro momento, analisamos o Rio São Francisco enquanto um território apropriado simbólica e funcionalmente pela população que o cerca e que muitas vezes constrói territórios de vida e de morada dentro dele, um rio morada que se descortina ao nosso olhar. Entendemos que esta apropriação perpassa relações políticas, econômicas e culturais que dão sentido ao território, que criam marcas, que estabelece territorialidades. Avaliamos, portanto, que o território se molda por e a partir de processos históricos e de vínculos identitários e territoriais entre as gentes e os espaços naturais do rio e seu entorno. Seria uma espécie de ligação de pertença entre o rio como complexo ecológico e territorial suas gentes e seus símbolos, (GIMENEZ, 1999).

É importante ressaltar que estes vínculos são percebidos a partir das práticas cotidianas, das relações de trabalho, dos laços de solidariedade e reciprocidades, das manifestações religiosas, dos hábitos regionais, das formas de fazer, dos saberes tradicionais e das formas de expressão. Criam-se assim identidades e territorialidades pautadas no sentido de pertencer a algo ou a algum

³Esta perspectiva é tratada por Saquet (2009, 2010).

lugar que se materializam em símbolos e significados particulares de um modo de vida ligado ao seu lugar de existência.

Nesta pesquisa o Rio São Francisco é entendido enquanto um território apropriado pela população de suas margens e ilhas que faz dele um lugar de vida e trabalho. Este território reflete uma gama plural de relações que são estabelecidas a partir da constituição de uma identidade sócio cultural destas gentes com o rio.

Ao propormos a compreensão da identidade sanfranciscana, partimos da premissa de que as identidades não são estáticas, fixas e unificadas, ao contrário, elas devem ser entendidas enquanto uma construção, em constante mudança, ou seja, sujeita a mutações e transformações. Nesta perspectiva Walter Cruz (2006, p. 32) aponta que “na construção da identidade não é possível pensar de forma dissociada sua natureza simbólica e subjetiva (representações) e seus referentes mais ‘objetivos’ e ‘materiais’ (a experiência social em sua materialidade)”. Sendo assim, tratamos a identidade enquanto um devir, um processo fluído, que se faz e se refaz a partir dos processos e fenômenos que a elas são submetidas. Ou, como prefere Haesbaert (1999), ela não deve ser entendida como “algo dado, acabado ou imutável”, mas sim a partir de um complexo que envolve escalas e valorações tanto negativas quanto positivas.

Esta premissa nos revela que precisamos compreender em primeiro plano os percursos e os processos que incidem sobre a formação e organização do território sanfranciscano para posteriormente analisarmos as identidades de suas gentes. Logicamente estas duas análises não devem ser pensadas de forma fragmentada, visto que, o território, as territorialidades e as identidades são entendidas como processos indissociáveis, como uma “trama”. Entendemos que a construção de um território pressupõe a criação de vínculos territoriais que por sua vez refletem formas próprias de ser e estar no mundo.

Assim, em nossa pesquisa tivemos um duplo olhar. Um mais voltado para os marcos históricos de formação do território, compreendendo o Rio São Francisco por meio de suas temporalidades econômicas e o outro mais voltado

para a compreensão das múltiplas identidades que são construídas a partir da percepção, da vivência e da r-existência⁴ em um território de vida e trabalho.

A partir destes marcos investigativos traçamos alguns questionamentos que serviram de norte para as nossas reflexões, como por exemplo: quais são os tipos de pessoas, culturas e comunidades que encontramos ao longo Rio São Francisco em seu médio curso? Quem são os homens e mulheres que vivem do/no Rio São Francisco? O que caracterizam as comunidades tradicionais de rio e beira-rio? Quais as estratégias utilizadas pelos moradores das comunidades para viverem perto do rio? As pessoas que vivem nas ilhas e margens identificam mutações ocorridas no rio ao longo dos anos? O Rio São Francisco realmente é entendido enquanto um símbolo, um divisor de águas, marcado como fonte de saberes e identidade?

Diante destas indagações, situamos nossa problemática da pesquisa tomando como fundamentação teórica o conceito de identidade delineado por Stuart Hall (1997; 2011), Rogério Haesbaert (1999; 2007) e Valter Cruz (2011; 2007; 2006). Estes autores compartilham da idéia de identidade como um processo, estabelecida a partir de um conjunto de relações que envolve tanto os aspectos materiais quanto simbólicos. Cruz (2006) aponta ainda que a afirmação das identidades em muitos casos é utilizada enquanto um reconhecimento social, uma forma de reivindicação e luta, adquirindo, portanto, uma dimensão estratégica e posicional.

Com estas indagações e definições conceituais delineamos os objetivos da tese, tendo como premissa principal entender de que forma a paisagem cultural sanfranciscana vem sendo desenhada e retratada, enfocando as múltiplas categorias de sujeitos e lugares que encontramos ao longo do Rio São Francisco em seu médio curso, no estado de Minas Gérias.

Construímos os capítulos da tese visando responder os nossos objetivos específicos. Primeiramente analisamos o processo histórico de formação da

⁴ Termo utilizado por Carlos Walter Porto Gonçalves (2002) para definir não só a luta de populações que criam estratégias de reação as formas de expropriação, mas também que vivem e buscam formas diferenciadas de existência.

paisagem do Rio São Francisco ao longo dos anos, com destaque para as espacialidades econômicas e o processo de povoamento de suas margens. Posteriormente, expomos a metodologia de pesquisa utilizada, tendo como pressuposto a pesquisa qualitativa e a “geoetnografia”. Em seguida analisamos as categorias de sujeitos encontradas ao longo do Rio São Francisco, no trecho delimitado na pesquisa, buscando mapear as ilhas e comunidades e entender a relação destes sujeitos com o rio. Ao final, discutimos a relação do espaço de vivência, a representação cultural e a formação identitária dos moradores das ilhas e margens do Rio São Francisco com o ambiente em que vivem, com o intuito de compreender a reprodução da cultura sanfranciscana.

A delimitação dos nossos objetivos guiou-se pela compreensão de que a construção das identidades é entendida a partir de uma problemática que é múltipla, sujeita a contradições, avanços, retrocessos, criações e redefinições.

Lembramos que apesar de o Rio São Francisco ser citado e pesquisado entre várias áreas do conhecimento, ainda existe uma carência de estudos sobre os saberes locais, a identidade e a diversidade cultural sanfranciscana. Ressaltamos a necessidade de aperfeiçoarmos nas pesquisas ligadas a esta temática, principalmente voltada para os estudos das gentes sanfranciscanas, podendo propiciar uma maior visibilidade das populações tradicionais, em especial a população ribeirinha. Sabemos que estas gentes expressam diversidades que conformam aspectos de múltiplas identidades, que precisam ser compreendidas, valorizadas e respeitadas em suas especificidades.

Ao longo de nossa pesquisa inventariamos as comunidades e ilhas do médio Rio São Francisco, possibilitando a identificação, localização, análise e reflexões que dessem conta de explicar a “paisagem cultural” do médio Rio São Francisco. Procuramos sempre traçar um diálogo que nos aproximasse da realidade vivida pelas comunidades tradicionais e ilhas sanfranciscanas estudadas, na intenção de entender a partir da visão “do outro” os sujeitos pesquisados.

Para tanto, tomamos como a referência metodológica a pesquisa geoeconômica que leva sempre em consideração a subjetividade da experiência de campo do pesquisador na percepção do objetivo da pesquisa. Brandão (2007, p. 12) afirma que por mais que um pesquisador possa se armar de toda a objetividade para a obtenção de “dados”, “todo o trabalho de produção do conhecimento aí se passa através de uma relação subjetiva. A pessoa que fala, fala para uma outra pessoa”.

Caminhamos na direção de uma observação participante que, segundo Carlos Brandão (1999; 2007), deve considerar o olhar, a sensação, as vivências e as experiências como ponto de referência. Observamos as situações do cotidiano, os espaços e lugares, o ir e vir dos sujeitos, os olhares, as vestimentas, os gestos e as falas. Captamos saberes, sentidos e singularidades das gentes do rio e beira rio.

A nossa proposta de tese está delineada a partir da apresentação, esta introdução, quatro capítulos, as considerações finais, as referências e os anexos. Apresentamos a seguir a sua estrutura na intenção de descrever o formato como os capítulos foram escritos e de revelar o panorama geral da tese.

Na primeira parte, denominada **“O ponto de partida”**, delineamos a apresentação a introdução da tese. No primeiro momento, **“Mergulho em águas interiores: eu e o São Francisco. O São Francisco e eu!”**, esboçamos as nossas motivações pessoais de pesquisa sobre o Rio São Francisco. Entendemos que o caminho da pesquisa também se faz por meio das vivências e experiências do pesquisador, neste caso, os vínculos afetivos também são considerados ao estabelecer a problemática e as questões de pesquisas. Em seguida apresentamos esta **“Introdução”**, na intenção de demonstrar os objetivos da pesquisa, apontar nossas premissas teóricas acerca da temática estudada, apresentar a escolha dos caminhos metodológicos da pesquisa e, por fim, delinear o esboço geral da tese.

Logo em seguida apresentamos a estrutura dos capítulos, divididos em tópicos e sub-tópicos. O primeiro capítulo, **“Viagem geo-histórica pelo Rio São Francisco: de Richard Burton a geografia de agora”**, foi escrito seguindo a trajetória de uma viagem pelo Rio São Francisco que começou em sua nascente e

terminou em sua foz. Priorizamos a descrição da paisagem de um rio foi ao longo dos anos sendo moldado em função dos interesses econômicos. Neste caso, optamos por contar a história do rio a partir de suas transformações socioculturais, priorizando os pontos de ruptura e os marcos civilizatórios, entendidos aqui como ciclos. Este capítulo descortina um “rio do ontem” e um “rio de hoje”.

Consideramos de um lado a visão de viajantes como Donald Pierson (1972, 1972a; 1972b), Saint-Hilaire (1975), Richard Burton (1977) e Spix e Martius, (1981) e suas descrições sobre o Rio São Francisco e suas gentes e, de outro, priorizamos autores regionais de ontem e de hoje que muitas vezes são pouco utilizados como Medeiros Neto (1941), Geraldo Rocha (1940), Hervé Thèry, (1980), Zanoni Neves (1998; 2004; 2006) e Ivo da Chagas (2013), dentre outros, que trazem uma outra forma de ver e entender o Rio São Francisco. Assim, traçamos uma geo-história do São Francisco, começando obviamente pela fase de seus “descobrimientos”, passando pelo período de povoamento de suas margens, pela exploração de seus recursos naturais, não deixando de mencionar os diferentes interesses econômicos e políticos que perpassaram ao longo das décadas. Ao final, deixamos para o leitor alguns questionamentos na intenção de fomentar reflexões, visando entender o rio sob novas perspectivas.

O segundo capítulo é dedicado à apresentação da metodologia de pesquisa, intitulado de **“Os marcos investigativos: a pesquisa qualitativa e a geoetnografia”**, traz em sua estrutura o arcabouço metodológico utilizado no desenvolvimento de nossa pesquisa. Buscamos primeiramente esclarecer a nossa opção pela pesquisa geográfica qualitativa tendo como suporte autores como Augusto Triviños (1987), Arilda Godoy (1995; 1995a) e Carlos Brandão (2006). Em seguida apresentamos a geoetnografia, uma proposta de pesquisa que enlaça o olhar geográfico com as percepções etnográficas típica dos antropólogos. Neste caso, definimos nossas etapas de investigação não meramente como um instrumental metodológico que foi seguido e aplicado, mas sim, como um itinerário que teve como objetivo principal ampliar nossos enfoques e olhares. Além disso, apresentamos esta proposta como uma contribuição, um exercício

metodológico que no futuro poderá ser aplicado por outros pesquisadores interessados em traçar caminhos diferenciados em suas pesquisas geográficas qualitativas.

No terceiro capítulo denominado de **“Viagem geoetnográfica pelo Rio São Francisco: o tempo presente”**, apresentamos a essência de nossa pesquisa empírica. Na intenção de complementar a estrutura do primeiro capítulo, focado mais em seus processos geo-históricos, descrevemos uma outra viagem, feita pelos pesquisadores do presente. Neste momento traçamos objetivos, fizemos descrições, utilizamos instrumentais, registramos momentos, utilizamos croquis e definimos itinerários. Fizemos nossa própria viagem, navegamos pelas águas do São Francisco desde a cidade de Pirapora até a comunidade de Pau Preto em Minas Gerais. Descrevemos dia-a-dia as nossas impressões, nossos olhares sobre a vida e o trabalho das gentes que encontramos nas ilhas e margens do rio. A estrutura do capítulo seguiu o percurso dessa viagem, priorizando a fala dos entrevistados, dando voz às gentes do rio.

“A cultura sanfranciscana: o olhar de quem pesquisa” é o título do quarto e último capítulo, que busca discutir as múltiplas categorias de sujeitos encontrados em nossa pesquisa, entendidos a partir da dinâmica sociocultural do “mundo do rio”. Analisamos a formação de uma cultura sanfranciscana forjada a partir dos vínculos territoriais, dos saberes, dos fazeres e das expressões simbólicas que descortinam formas de pertencimento e definem identidades diferenciadas ligadas as gentes do rio. Neste capítulo os conceitos de identidade e territorialidade tratados por Maria Geralda de Almeida (2008; 2008a), Valter Cruz (2011; 2007; 2006), Rogério Haesbaert (2007), Stuart Hall (1997; 2011), Manuel Castells (1999) foram indispensáveis em nossas reflexões, contribuindo com nossas discussões conceituais acerca dos moradores das ilhas e margens do Rio São Francisco, compreendidos em nossa pesquisa.

O **“O ponto de chegada”** refere-se à última parte da tese, reservada às considerações finais. Tecemos reflexões acerca dos nossos objetivos, categorias e dos resultados obtidos com as pesquisas de campo. Denominamos de **“O vivido,**

percebido, concebido: os nomes das gentes e as gentes que dão os nomes”, neste momento retomamos o título de nossa pesquisa, buscando definir o **ser**, o **estar** e o **permanecer** das gentes de rio e beira rio, na perspectiva do vivido, sentido e percebido, entendidos pela apropriação simbólica do Rio São Francisco a partir das múltiplas identidades e territorialidade de suas gentes.

Salientamos a relevância deste estudo ao propor novas leituras sobre a paisagem do Rio São Francisco, lida a partir da identificação de suas gentes e entendida tanto pelo seu uso e apropriação funcional, como também pela sua valoração simbólica. As reflexões aqui apresentadas revelam os caminhos que trilhamos, os roteiros, os pontos de parada, os navegares, a busca pelo horizonte e, ao fim, as direções encontradas. Neste percurso deparamos com incertezas, angústias, surpresas e especificidades que muitas vezes nos fizeram mudar de rota, buscando novos itinerários, sempre na intenção de seguir viagem.

Esperamos que as experiências adquiridas sejam aqui explicitadas, deixando transparecer o vivido, o sentido e o percebido da pesquisa, entendida sempre como um processo contínuo de (re) criação, (re) definição, (re) delimitação com finalidades, funcionalidades e afinidades outras.





CAPÍTULO 1

**VIAGEM GEO-
HISTÓRICA
PELO RIO SÃO
FRANCISCO:
de Richard
Burton a
Geografia de
agora**



Introdução

Autores que dedicam uma vida às pesquisas sobre o Rio São Francisco costumam afirmar que ele tem sido muito estudado nos últimos anos. Não discordamos de muitos deles. Afinal, ainda em 1800 José Vieira do Couto percorreu parte desse rio e fez importantes considerações acerca de suas paisagens, especialmente sobre a mineralogia. Já em 1862 o astrônomo francês Henrique Emmanuel Liais realizou levantamentos do alto Rio São Francisco e do Rio das Velhas a serviço do Império, publicando o seu relatório em 1865.

Mais tarde o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfed a pedido de Don Pedro II percorreu quase que a totalidade da extensão geográfica do São Francisco avaliando sua viabilidade econômica para a navegação, realizando estudos de Pirapora até a sua foz. Encontramos ainda, as investidas de inúmeros naturalistas que já no século XVI desbravavam lugares improváveis deste imenso rio com relatos e anotações minuciosas principalmente sobre sua fauna e flora. Alguns deles percorreram caminhos que, ainda nos dias de hoje, são praticamente desconhecidos à maioria dos pesquisadores.

Porém, destas pesquisas pregressas, encontramos poucos estudos sobre a população que habita o seu fecundo vale. Ao longo da história as gentes sanfranciscanas passaram praticamente despercebidas ao olhar do “estrangeiro”. O que identificamos em algumas obras dos séculos passados foram apenas trechos descrevendo um “povo simples”, rústico, que era peça fundamental nos desbravamentos de viajantes e naturalistas.

Começando pelo índio, passando pelo vaqueiro e chegando ao marinheiro, toda esta “gente de pulso forte”, serviu aos “de fora” com toda sua presteza e simplicidade. cremos que nenhum destes estudiosos reservou parte de suas pesquisas ao “saber local”. Apesar dos extensos e incontáveis estudos sobre o Rio São Francisco, a vida ribeirinha nunca foi intensamente citada e estudada.

Um das poucas exceções foram os relatórios do sociólogo norte-americano Donald Pierson, que escolheu a cidade São Paulo como sua segunda

pátria, dedicando muitos anos de sua vida as pesquisas em território brasileiro. Uma das mais significativas delas foi o “projeto São Francisco”, envolvendo estudantes e professores do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. O levantamento ao longo do Rio São Francisco foi feito no ano de 1950 e durou cerca de três meses, e ainda hoje é considerado um das mais completas pesquisas sociais sobre o homem do vale do São Francisco.

Concordamos com Medeiros Neto que em 1941 escreveu: “muito se tem escrito sobre o São Francisco, motivo de exploração. Nada se escreveu com a intenção de dar uma história a este rio”, (MEDEIROS NETO, 1941, p. 4). Portanto, cabe-nos os seguintes questionamentos: Quem é esta gente que vive as margens do Rio São Francisco? Como, ao longo da história deste rio, sua população foi retratada na maioria dos estudos? É possível captarmos as especificidades das gentes sanfranciscanas? De que forma podemos nos aproximar e estudar a realidade vivida por homens e mulheres que habitam as beiras deste extenso Rio São Francisco? Como podemos analisar, de um lado, as singularidades de cada localidade e, de outro, a pluralidade de saberes e fazeres que acompanham suas gentes ao longo de todo o curso do rio?

Buscamos responder estes questionamentos e a muitos outros que permeiam nosso estudo, elucidando inicialmente nossa primeira pergunta. Para tanto, faz-se necessário uma volta ao passado, uma reconstrução histórica com levantamento de escritos sobre o rio. Neste caso o que nos interessa são os desbravamentos, as descrições da paisagem, os relatos sobre a população, o trabalho, a moradia, enfim, fatos e fotos ligadas às gentes dos lugares do Rio São Francisco por onde muitos passaram e pesquisaram.

Sabemos que ao contar a história oficial do Rio São Francisco surge alguns questionamentos e críticas, começando pelo seu próprio descobrimento – de recente controvérsia que comentaremos mais adiante –, passando pelo seu povoamento e chegando aos recentes e modernos empreendimentos capitalistas. A verdadeira história em muitos casos fica quase que pelo avesso, à margem. O contar dos fatos parece servir apenas aos que deles se beneficiam. Muito

raramente encontramos os “versos ocultos”, quase invisíveis que brotam em pequenos fragmentos, escritos por homens audazes que desafiaram a lei dos “mais fortes” e se lançaram com o compromisso de reescrever a história⁵.

Seja qual for o ponto de vista que se estabelece, o que está em pauta é a história do Rio São Francisco, seja ela real ou imaginária, oficial ou contraditória. Portanto, buscamos a partir de agora levantar o que o foi “dito” sobre o passado de um rio conhecido como o “rio da integração nacional”, e que ocultamente vive processos cada vez mais intensos de “segregação” ou, em outras palavras, um rio de todos servindo economicamente a poucos.

Começamos então o nosso mergulho pelas águas fluídas deste rio que nos leva as profundezas de sua própria história. O seu descobrimento; as primeiras pesquisas; os incontáveis viajantes que atravessaram suas margens de montante a jusante, em busca de novos conhecimentos; os desbravadores a procura de diamante, esmeraldas, ouro e prata; as caravanas de barcas e, mais tarde, de vapores que subiram e desceram o rio transportando gente em suas águas e praticando o comércio em suas margens. E, enfim o ciclo atual de um rio dinâmico que abarca desde barreiras naturais e patrimônios culturais admiráveis, até os incontáveis empreendimentos desenvolvimentistas com suas nove usinas hidrelétricas, seus inúmeros projetos de irrigação e, mais ainda, o polêmico “Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, popularmente conhecido como “Projeto de Transposição do São Francisco”.

Mas, que rio é este que carrega tantas histórias?

⁵ Vicente Licínio Cardoso em sua obra intitulada “À margem da história do Brasil”, publicada inicialmente em 1933 afirma que os documentos mais importantes referentes a história do povoamento e penetração do Vale do São Francisco foram perdidos, “ficaram-nos apenas depoimentos isolados, dados escassos ou detalhes insignificantes”, (CARDOSO, 1979, p. 10). Esse autor chega a afirmar em sua obra que o São Francisco é um rio sem história.

1.1 De que rio estamos falando?

Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto pequeno é vereda. E algum ribeirão. (ROSA, 1985, p. 68).

Rio São Francisco. Pará⁶. Opará! Rio-Mar⁷. Velho Chico. Rio dos Currais. Rio Lendário. Rio Central⁸. Rio Histórico. Rio da Pátria. Rio Santo. Rio de “Barbas Brancas”⁹. Rio Estrada. Rio do Sertão¹⁰. Rio Moreno¹¹. Rio da Unidade Nacional.

Todos estes substantivos nomeiam um rio carregado de adjetivos ímpares, perpassado por simbolismos, riquezas, belezas, histórias, memórias, segredos, encantos, sonhos, representações, cores, odores, perigos e melancolias. Rio que sempre nos surpreende com sua força, sua riqueza e suas gentes.

Rio que nasce tímido, nas entranhas da Serra da Canastra, a mais de mil metros de altitude, e vai desbravando solos arenosos e pedregosos, percorrendo uma vegetação de gramíneas e se aproximando das matas densas de puro Cerrado. Logo ao nascer exhibe toda a sua beleza e exuberância na cachoeira Casca D’Anta, um “véu de noivas” que embranquece o seu redor com sua caudalosa queda de quase duzentos metros de altura. Um verdadeiro “estrondo” ouvido de longe, causado pela queda de suas águas, conforme descreveu Saint-Hilaire, (1975, p. 104).

Muitas são as lembranças que perpassam suas águas, entremeando os sertões de Minas Gerais e da Bahia, beijando o extremo sul de Pernambuco e sendo o divisor de águas entre os estados de Sergipe e Alagoas. Justamente ao contrário do fluxo migratório e colonizador, suas águas correm de sudeste para nordeste, do interior para o litoral. Um rio que une, tecendo com seus fios d’água

⁶ Burton (1977, p. 167).

⁷ Segundo Brasil (2005, p. 23) este nome foi dado pelas nações indígenas que habitavam suas margens.

⁸ Citado por Rocha (1940, p. 2).

⁹ Citado por Silva (1982, p. 24).

¹⁰ Hervé Thèry (1980).

¹¹ Matos; et. al. (2011).

estados diversos, ligando regiões e populações múltiplas. Rio natureza. Rio estrada. Rio agregado. Rio unificador.

A sua formação, tanto do ponto de histórico como geográfico, deixa claro que os seus sertões retratam literalmente o seu verdadeiro significado:

Ora, o São Francisco é para muitos brasileiros o sertão por excelência: ele está situado no sertão no sentido estrito, sabe-se vagamente que ele corre em algum lugar lá no interior, no oeste. É mais conhecido que outras regiões mais longínquas, graças a seu mito próprio de “rio da unidade nacional”. Sua penetração é muito mais fácil, e um grande número de jornalistas se tornaram seus advogados de defesa após viagens que finalmente não eram tão perigosas e que sua prosa embelezava. (THÈRY, 1980, p. 1015).

Sertão este que corta paisagens solitárias, de um longínquo mundo, distante dos grandes centros comerciais e industriais. Nessas terras remotas é o São Francisco o traço da esperança e da fé na vida. Rio que leva a maior fonte de riqueza de um sertanejo: a água. Rio que desbrava solos pedregosos e pouco férteis deixando um traço verdejante por onde passa. Rio que resiste, contrastando com os tons quase sempre nebulosos da caatinga em épocas de secas. Sertão sem fim e o São Francisco coroando com primor suas terras longínquas.

Ivo das Chagas, um admirável geógrafo criado nas barrancas do São Francisco, em seu texto chamado: “Eu sou o São Francisco” talvez tenha encontrado a melhor justificativa para “tal acidente geográfico” ter tomado o caminho dos sertões:

Eu poderia ter tomado o rumo do Atlântico Leste ou Sul, como fizeram alguns de meus companheiros, rompendo ou burlando a Mantiqueira e a Serra do Mar, numa romaria várias vezes menos extensa, mas meu olhar pelo Brasil me convenceu de que deveria tomar a direção Norte, deixando as terras úmidas, em direção à sequidão do Nordeste, pois ali eu seria de maior serventia. Tenho minha origem nas alturas, mas curvo-me à humildade, como ocorre com todos os vocacionados para a grandeza. (CHAGAS, 2013, p. 8)

Rio humilde que atende aos mais necessitados. Um rio santo, assim como São Francisco de Assis acolhe os pobres e oprimidos. Um rio peregrino que se

conecta a muitos outros estados. Rio que liga sertões. “Para todos os lados o rio era o caminho: para o norte, Alagoas, Pernambuco, Piauí e sertões outros. Para o sul, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e outros sertões. Para oeste, as intransponíveis elevações rochosas, onde os índios deixaram suas marcas da vida”, (BARRETO, 1992, p. 48).

Sertões de Cerrados que o ilustre Guimarães Rosa afirmou ser “do tamanho do mundo” e de Caatingas que Euclides da Cunha retratou em pormenores. Cada qual com suas paixões e perspicácias trouxe à tona um Brasil “travessiado” e banhado com as águas sempre caudalosas e milagrosas do São Francisco. Assim disse Ivo das Chagas, *“ele une estes dois mundos, e sofre influencia destes dois mundos”*.

Outros rios o abarcam, tornando cada vez mais abundantes as suas águas. Visualizando o mapa de seu curso, identificamos inúmeros afluentes que depositam suas águas, tanto a montante quanto a jusante de seu leito¹²:

(...) em toda a minha extensão recebo a contribuição de cento e sessenta e oito rios, entre os perenes e temporários. No conjunto formamos uma bacia hidrográfica que abrange mais de seiscentos e quarenta mil quilômetros quadrados, área maior do que a da França, o mais extenso país da Europa Ocidental, drenando águas de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. (CHAGAS, 2013, p. 14).

De todos os seus tributários são os perenes os mais significativos. Na margem esquerda estão os seus principais contribuintes, com cerca de 70% de suas águas, sendo o Paracatu, o Urucuia, o Carinhanha, o Corrente e o Grande os mais expressivos. Na margem direita, o Paraopeba, o das Velhas, o Jequitai e o Verde Grande são os de maior destaque.

Partindo de sua cabeceira, um de seus primeiros afluentes é o Rio de Janeiro, que modestamente entrega suas águas ao berço do São Francisco. Aliás, Guimarães Rosa em “Grande Sertão: veredas” descreveu o encontro entre Riobaldo e Diadorim na confluência desses dois rios.

¹² Segundo os dados do Ministério da Integração Nacional o rio São Francisco recebe água de 168 afluentes, sendo 99 deles de rios perenes. Destes, 90 estão na sua margem direita e 78 na margem esquerda.

Mas, com pouco, chegávamos no do-Chico. O senhor surja: é de repente, aquela terrível água de largura: imensidade. Medo maior que se tem, é de vir canoando num ribeirãozinho, e dar, sem espera, no corpo dum rio grande. Até pelo mudar. A feiura com que o São Francisco puxa, se moendo todo barrento vermelho, recebe para si o de-Janeiro, quase só um rego verde só. (ROSA, 2001, p. 145-146).

De um pequeno riacho a um grandioso e valente rio. Adiante, entre a cidade de Pirapora e o distrito de Barra do Guaicuí, o Rio das Velhas abraça com suas águas barrentas o Velho Chico, trazendo consigo a triste degradação sofrida na capital mineira, depositando em sua nova trajetória a esperança de um fluir límpido e calmo.

Mais abaixo, o Paracatu chega trazendo em suas corredeiras as histórias do noroeste de Minas, avolumando de águas e memórias o leito do São Francisco, sendo um dos cinco mais importantes dos seus afluentes.

O Urucuia, um dos seus maiores afluentes “com suas águas claras e profundas, tal a rapidez com que fluem, conservam-se claras no leito do São Francisco no ponto de confluência” (PIERSON, 1972a, p. 44). Trazem ainda a riqueza de seus solos extremamente férteis em função da deposição de sedimentos pelas águas em épocas de enchentes.

Já em Malhada, na Bahia, chega o perene Rio Verde Grande, um dos maiores rios de sua margem direita, colorindo o São Francisco com a sua estonteante água cor de esmeralda, descrita por Burton (1869, II, p. 274-275) como de “um verde sujo e lodoso, ‘pesada’ (...) e sensivelmente salgada”.

O Carinhanha com suas águas cor de café, que “tendem a carregar comparativamente mais sedimentos do que há no São Francisco acima de sua confluência”, (PIERSON, 1972a, p. 45). Vindo dos espigões de Goiás, ele serve como divisor dos estados de Minas e Bahia, sendo o responsável por avolumar as águas do São Francisco já em terras baianas.

O Rio Correntes, de “águas duras”, com sua rápida correnteza lava serras e encostas e chega arredio ao leito do São Francisco, revolvendo com suas fortes águas as profundezas de seu leito.

Grande rio, rio Grande. Sua imensidão desperta para a tranquilidade de suas águas profundas. Chega a sua foz abrindo planícies e espraçando suas águas São Francisco adentro.

Esses são apenas alguns dos tributários que entregam ao São Francisco águas outras, contribuindo de forma ímpar para a ampliação de sua bacia hidrográfica. Bacia esta que conta com uma área aproximada de 638.576 mil quilômetros quadrados, oito por cento do território nacional, sendo a terceira em extensão e a única totalmente localizada em território brasileiro. Além dos cinco estados por onde o São Francisco passa, sua bacia abrange ainda o estado de Goiás e o Distrito Federal, compreendendo uma população de cerca de 14,2 milhões de habitantes distribuídos entre os 521 municípios que a abarcam¹³.

Em função de sua grande extensão geográfica, Donald Pierson ainda em 1972, questionava a divisão do curso do rio em trechos. Tomando como princípio a localização de seus tributários e o mais importante, o uso que o ser humano fazia do rio, considerando as seguintes partes: “1) a faixa das cabeceiras; 2) o verdadeiro coração do São Francisco; 3) a faixa das corredeiras e cataratas, quase contínuas; e 4) a faixa virtualmente ao nível do mar.” (PIERSON, 1972a, p. 37).

Essa divisão foi sendo alterada ao longo dos anos. Com o propósito de gerenciar de forma mais eficiente a bacia, as instituições governamentais adotam atualmente quatro divisões. O Alto São Francisco, desde as suas nascentes até a cidade de Pirapora em Minas Gerais. O Médio São Francisco, começando logo abaixo da cachoeira de Pirapora, com o início do seu trecho navegável e se estendendo até a cidade de Remanso na Bahia. O Submédio São Francisco, de Remanso até a Cachoeira de Paulo Afonso, também na Bahia. E, finalmente o Baixo São Francisco, de Paulo Afonso até a sua foz, no oceano Atlântico, entre os estados de Sergipe e Alagoas¹⁴, conforme a figura 01 a seguir.

¹³ Informações retiradas do site da Agência Nacional de Águas. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>>. Acesso em: 19 Ago. 2013.

¹⁴ Classificação adotada atualmente por todos os órgãos governamentais e seguida pela maioria dos pesquisadores.



Figura 01: Bacia do rio São Francisco.

Fonte: Relatório de contextualização/Patrimônio Cultural do Rio São Francisco. (IPHAN, 2010, p. 1).

Esta atual divisão da Bacia do São Francisco mostra claramente a posição do Estado como um agente segregador, capaz de regionalizar e classificar o rio por áreas e por interesses estratégicos de intervenção. Tal divisão acentua ainda mais o poder estatal frente às relações territoriais, na intenção de fomentar políticas públicas de “desenvolvimento regional” que em sua seara acarretam uma ruptura nas relações inter-regionais.

Se observarmos os aspectos físicos do Rio São Francisco percebemos uma multiplicidade geomorfológica, apresentando uma grande depressão em um

extenso e profundo vale, com variadas formações rochosas entre terrenos cristalinos e planaltos sedimentares, conforme afirma Chagas (2013, p. 19):

Corto formações rochosas dos mais variados tipos, como quartzitos que calçam minhas cabeceiras, granitos, gnaisses, basaltos, arenitos, calcários, arcóseos, ardósias, siltitos e xistos, todos de períodos muito remotos. Atravesso também terras relativamente altas, grandes planaltos e planícies, deixando nas áreas deprimidas vários testemunhos residuais do relevo que ajudei a construir em minhas pretéritas peregrinações. Deixei ainda, ao longo de minhas margens, terraços antigos e recentes, em alguns dos quais semeei ouro e diamantes.

Em função da sua grande extensão, as condições pluviométricas, a temperatura e a umidade também são bastante diferenciadas ao longo de sua bacia.

Consciente de que o clima é o mais importante fator de especiação e distribuição da vida, notadamente em suas variáveis temperatura e umidade, minha caminhada do Sul para o Norte, no sentido das latitudes e minha variedade altimétrica e, claro, as massas de ar, me permitiram diferentes tipos de clima dentro da tropicalidade. Tais fatores são, em grande parte, responsáveis pelo desenho de meu quadro geo-ambiental. Assim, exhibo desde o clima tropical de altitude, na Canastra, com temperaturas amenas e chuvas relativamente regulares na maior parte do ano, passando pelo tropical sub-úmido, com duas estações, uma seca e outra chuvosa em meu alto médio curso, tropical semi-árido no meu médio baixo curso e quente e úmido nas imediações do Atlântico. (CHAGAS, 2013, p. 18).

Com uma variação climática considerável, em seu baixo curso, as águas aumentam geralmente no outono, entre maio e julho, seguido por um longo período de estiagem que castiga grande parte da população que depende de suas abundantes águas. Na seca, o tom cinza da vegetação da Caatinga é encoberto pelo verde da esperança na chuva que chega, e na confiança de sobrevivência graças às águas do rio. No alto e médio curso, as chuvas começam entre os meses de novembro e março, trazendo a expectativa de fertilidade e fartura.

Estas diferenciações pluviométricas ajudam a entender os inúmeros contrastes existentes ao longo de todo o Rio São Francisco. De sua nascente até sua

foz é possível identificar, de um lado, regiões extremamente pobres e dependentes das chuvas como é o caso da parte norte do estado de Minas Gerais e do sertão da Bahia, e de outro, áreas altamente produtivas e desenvolvidas que se beneficiam com os altos índices de precipitação, como é o caso do alto e do baixo curso do São Francisco.

As chuvas costumam trazer alegria para os que vivem próximos as margens, vazantes e ilhas do rio. Porém, durante as cheias também é tempo de grande preocupação devido às enchentes que devastam casas e plantações. Os relatos dos moradores da Ilha das Pimentas colhidos por Souza (2011, p. 109-110), apontam um sentimento de perda e também de alento por parte dos moradores que sofrem com a subida das águas do Rio São Francisco:

Existem as incertezas e ansiedades por não morarem em um lugar fixo, de possuírem casas improvisadas e viverem em uma vigília constante de suas plantações. *“É muito triste você chega aqui e vê tudo cheio d’água, você tem tudo e não tem nada. A gente mora no lugar do rio”* conta dona Deletina, esposa do Senhor Adison. A qualquer momento de cheia do rio, suas casas, os animais, a produção e todas as plantações podem ser levadas pelas águas do rio.

O senhor Pedro conta com tristeza às perdas que tiveram com a última enchente.

Aqui tomamos este ano um prejuízo de mais de cinco mil. Roça, laranjeira, toda plantação acabou, mandioca, milho, feijão. Morreu laranja enxertada, mexerica, banana, morreu tudo. Tinha banana, tinha muita cana. O rio atingiu quase um metro e meio de altura. Tivemos que tirar as vasilhas e fizemos um jirau alto onde colocamos o resto das coisas. Entramos com água no peito, achamos até cobra. (Entrevista concedida em janeiro de 2010).

Os moradores das ilhas e barrancas do rio entendem que a força das enchentes serve para “lavar a terra”. Apesar das perdas, a esperança de uma boa colheita torna-se a maior reconquista. Vivem sempre esta dualidade, entendem e respeitam a força do rio. Afinal, com a cheia chega à devastação, o alagamento e a tristeza, mas também vem à renovação e a fartura. Entre alegrias e tristezas o ribeirinho ajusta seu modo de vida aos ciclos do rio, criando um ciclo da vida social do São Francisco – trabalho, costumes, símbolos. Cultura e natureza se

“enfrentam”, se “intercruzam”, se “entremeiam”, cujo resultado é um tipo social específico: o ribeirinho.

Segundo os relatos de Spix e Martius (1981, p. 98-99)¹⁵, a enchente chegava devastando tudo que encontrava pela frente, plantas, animais, casas e plantios.

A pequena elevação da margem, em muitas regiões, é o motivo da enorme largura que o rio toma em diversos pontos, inundando tudo em quatro a cinco léguas de extensão. Em outros sítios, êle escorre em *sangradouros*, por entre os montes calcários, pelas terras a dentro, formando inúmeras ilhas. No meio do rio, a correnteza acelera-se tanto, que uma embarcação percorre facilmente vinte léguas em doze horas. Em tôrno do cataclismo da cheia, resolve-se de certo modo, tôda a vida do povo ribeirinho; dela dependem, assim como da anual inundaçã do Nilo, a lavoura, o comércio e a indústria, e é o calendário natural dessas regiões. Também aqui o transbordamento das águas é a bênção que determina a incrível fertilidade da terra (...). A rapidez com que o rio cresce, obriga-os muita vêzes a abandonar as casas, durante a noite, e fugir aos Gerais, situados mais alto. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 97-98)

Ainda segundo estes autores, os fazendeiros se arriscavam para salvar suas criações, enfrentando cobras, jacarés e onças enfurecidas a procura de abrigo. Além disto, enfrentar a correnteza era um perigo constante, pois os imensos troncos de árvores e rochas constituem uma ameaça constante de naufrágio. Mesmo quando superados estes obstáculos, muitas vezes não era possível resgatar os animais:

Se alcança, finalmente, os seus animais desamparados, encontra-os às vezes enfraquecidos pela fome, feridos nas patas pelas piranhas ou pelos jacarés, e impossibilitados de nadarem até à margem, ou vitimados pelas onças ou pelos guarás, contra os quais costumam defender-se formando círculos, as cabeças juntas, voltadas para dentro. Centenas de animais domésticos são sacrificados pelas enchentes anuais. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 99).

Pierson (1972a, p. 50) retrata que em função das barrancas baixas e do extenso terreno plano ao redor, “o rio, quando da cheia, muitas vezes as águas ultrapassam suas barrancas e se estendem de modo a atingir, em alguns lugares

¹⁵Ressaltamos que apesar do ano de publicação da obra citada ser 1981, a expedição destes viajantes foi realizada entre os anos de 1817 a 1820.

até 10 quilômetros de largura”. Este autor lembra ainda que nessas circunstâncias os moradores das barrancas “refugiam-se nas elevações da circunvizinhança e, até que as águas baixem, só podem chegar a suas casas por meio de canoas e outras pequenas embarcações”¹⁶.

Com estes relatos fica evidente que as pessoas que vivem próximas ao rio criam estratégias e adaptações para lidar com as enchentes e continuarem morando em um espaço que antes de ser “sua propriedade”, é um lugar do rio. Os moradores das ilhas e barrancas possuem uma relação muito próxima com a natureza, sabem respeitar os seus ciclos e utilizam seus recursos de acordo com as regras do rio.

Apesar das grandes perdas e das incertezas, as enchentes deixam por onde passam também a fertilidade. A medida que as águas baixam as margens e ilhas ficam cobertas de sedimentos onde os barranqueiros praticam a agricultura conhecida como “lavoura de lameiro” e a pesca, atividades altamente produtivas que garantem o sustento das famílias que vivem as margens do rio.

Segundo Pierson (1972a):

Para muitas pessoas que vivem ao longo do rio, então, a enchente do São Francisco é ocasião mais de prazer do que de temor ou apreensão de perda. A enchente aumenta as possibilidades não só das colheitas para os que vivem da lavoura nas margens do rio ou nas suas ilhas, mas também de um maior suprimento de peixes para os que vivem da pesca, ou fazem dela um complemento do seu meio de vida. (PIERSON, 1972a, p. 51).

Segundo este autor as enchentes acabavam sendo um grande acontecimento que movimentava a vida dos moradores sendo, para alguns, motivo de animação e diversão. Determinadas pessoas alegravam-se com as águas ultrapassando as barrancas e tomando a cidade, tornando-se uma distração “ir ver as águas subirem”. Verdadeiramente, uma grande enchente fica registrada para sempre na memória dos que viveram e ainda vivem próximos ao rio, tendo longos “causos” para serem contados e lembrados durante muitos anos.

¹⁶ Pierson (1972) aponta que as principais enchentes aconteceram nos anos de 1919, 1926, 1949 e 1960. Após as pesquisas desse autor, aconteceram ainda as enchentes de 1979, 1988, 1999 e 2006.

Quando conversamos com qualquer morador de beira rio e perguntamos sobre as enchentes, a maioria deles tem uma “memória viva” sobre este tempo. Relatam os principais acontecimentos e traçam marcos histórico a partir de tal episódio. Falam dos anos mais trágicos, contabilizam os prejuízos causados e apontam as marcas deixadas pelas águas barrentas nas paredes de suas casas, muitas vezes destruídas e reconstruídas a cada ano de grande cheia.

Assim como a cheia, a seca também é motivo de preocupação para os viventes do rio. A falta de água é temida por muitos que dependem exclusivamente dos recursos do Rio São Francisco para sobreviverem. A água é o elemento essencial para a casa, para as plantações e para os animais. O ciclo da vida depende de sua oferta.

As chuvas e as secas são o aporte das gentes do rio e beira rio. Elas não são apenas ciclos da natureza, são também ciclos sociais que se projetam a partir da existência de um modo de vida próprio dos lugares do rio. São relações que se propagam de forma complementar entre estes dois ciclos, porém, com estratégias distintas de acordo com cada localidade.

Mesmo com as intempéries do tempo, o vale do São Francisco é considerado uma região essencial no Brasil para a produção de alimentos. Tomamos como exemplo a produção de vinho em Petrolina, que vem ganhando destaque internacional em função das condições ideais de clima, solo e abundância de água, sendo uma das poucas regiões do mundo a produzir duas safras de uva por ano.

A vegetação ora raleada, ora densa; ora verdejante, ora acinzentada; ora rasteira, ora gigantesca; ora aquífera, ora cactácea, orchestra tons improváveis de folhagens, flores e até raízes, dando vida a beira de suas margens. Todas estas nuances são possíveis em função da diversidade de Biomas que o São Francisco atravessa, conforme nos lembra Chagas (2013, p. 18):

Como a vegetação é o “espelho do clima”, outro fator que faz variar os ambientes de vida, exibo desde os campos de altitude, no caso um subsistema dos cerrados, nas alturas onde nasço, passando por todas as variações desse bioma que considero como

o pai das águas de meu País, atravessando além deles, matas secas sobre calcários, amplos territórios dominados pelas caatingas, matas ciliares, até a vegetação litorânea, já no ponto em que sinto o odor da maresia.

Cortando Cerrados e Caatingas, o Rio São Francisco atrai para as suas margens exuberantes espécies da fauna e da flora, muitas delas a procura de suas águas como refúgio. Suas lagoas marginais geram e propiciam a vida de inúmeras variedades de peixes, que se lançam no rio na época das cheias. Muitos deles encontram-se agora em extinção em função da crescente pesca predatória. Restaram apenas as incontáveis histórias de pescadores sobre a farta pesca de surubins, dourados, pacamã, piau, curimatã, etc.

Ao longo de todo o seu curso o São Francisco banha fazendas, povoados e cidades. Muitas delas tiveram como berço as suas margens. De São Roque de Minas, o primeiro município de seu curso, até o Pontal do Peba, a última comunidade de suas paragens, são mais de 2.700¹⁷ quilômetros de história. Ao longo de suas margens, as cidades mais importantes são: Três Marias, Buritizeiro, Pirapora, São Francisco, Januária, Itacarambi e Manga, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Paratinga, Ibotirama, Barra, Utinga, Xique Xique, Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Petrolina, Juazeiro, Curaçá, Santa Maria de Boa Vista, Cabrobó, Belém de São Francisco, Itaparica, Petrolândia, Paulo Afonso, Piranhas, Canindé de São Francisco, Pão de Açúcar, Porto da Folha, Gararu, Propriá, Penedo, Neópolis e Piaçabucu.

As cidades irmãs de Pirapora e Buritizeiro; Juazeiro e Petrolina são conectadas por históricas pontes que unem o que o rio separa. No primeiro caso temos a Marechal Hermes, caminho da ferrovia que pretendia ligar Minas a São Paulo. No segundo caso temos a Presidente Dutra que, além de unir estas duas

¹⁷ Grande parte das referências consultadas utilizam este dado. Tomamos como referência os dados disponíveis no site do Ministério da Integração Nacional, disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/apresentacao8>>. Acesso em: 29 Mai. 2013. Pesquisadores da CODEVASF integrantes do projeto “Determinação da extensão do rio São Francisco” consideram 2.814 quilômetros, para o trecho tradicional do rio, com nascentes na Serra da Canastra e 2.863 quilômetros, para o trecho dito geográfico, consideradas as nascentes do rio Samburá. Estes dados foram publicados nos anais do XI SBSR – Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, em 2013. Disponível em: http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.20.18.39/doc/03_396.pdf. Acesso em: 30 Mai. 2013.

importantes cidades, vinculava ainda os estados da Bahia e Pernambuco, integrando povos e culturas distintas.

Rio abaixo, bem próximo de encontrar o oceano Atlântico o São Francisco banha a centenária cidade de Penedo do lado alagoano e Neópolis do lado sergipano, outros dois eixos de ligação entre estados, trajeto ainda feito rio adentro, por meio de uma balsa que leva e traz pessoas e mercadorias de uma margem a outra. A ponte fica logo acima, na cidade de Propriá, indispensável na ligação terrestre entre todos os estados do Nordeste pela BR 101.

Tais cidades formaram ao longo do seu curso, com o passar dos séculos, um importante fluxo econômico, social, político e cultural, tornando as margens do rio cada vez mais povoadas e atrativas. A forma de apropriação destes espaços envolve um complexo jogo de interesses tanto territorial, quanto material e também simbólico.

Toda essa estrutura construída serve, antes de tudo, às pessoas. O alimento, o comércio, a moradia, o trabalho, o lazer, a pesquisa e a energia são necessidades do ser humano. Devemos pensar que um rio não é simplesmente o correr de suas águas, mas sim, as árvores, pássaros, répteis, anfíbios e peixes submersos em seu leito e circundando as suas margens.

Como exceção, citamos as “gentes do São Francisco” que desde o seu berço sabem conviver com o rio ao seu redor, respeitando os seus limites. O *barranqueiro*, o *ribeirinho*, o *vazanteiro* e o *ilheiro*, vivem do rio e servem ao rio. Sua interdependência acontece de acordo com as regras da natureza. “Pessoas outras” que entendem que o rio é o sustento e o abrigo, a fortaleza e o refúgio, a perda e a reconquista, a dor e a salvação.

As aqui denominadas “outras gentes” foram e continuam sendo responsáveis pelas grandes destruições sofridas pelo rio, em virtude de outras formas de apropriação de suas margens, não mais como o signo de uma cultura dinâmica e diversa, mas sobretudo, como fonte de obtenção de riquezas econômicas. Não é difícil estabelecer nomes conhecidos: apropriação econômica; apropriação capitalista; apropriação dos recursos naturais. A primeira grande

intervenção dessa lógica de apropriação econômica, da nascente para a foz, foi à barragem de Três Marias, em Minas Gerais, inaugurada em 1962. Este empreendimento inundou uma área de mais mil quilômetros quadrados, interrompendo o fluxo sempre corrente das águas do Rio São Francisco e do material biológico carregado por ele, modificando hábitos e costumes da população ribeirinha acostumada a viver com os recursos advindos do rio. Esta foi apenas uma, entre muitas outras intervenções sofridas por este rio.

Em seu médio curso, no estado da Bahia outros grandes lagos foram artificialmente construídos tendo como aporte o discurso desenvolvimentista da modernização energética. O sertão virou mar! Cidades e comunidades inteiras foram submersas. Em 1974, foram inundadas as antigas cidades de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé, e o antigo distrito de Sobradinho, então pertencente ao Município de Juazeiro. Tudo submerso nas águas da represa de Sobradinho¹⁸. Foram cerca de 70 mil pessoas, realocadas em razão do alagamento. Construída com o propósito de regular a vazão do São Francisco, esta barragem é citada pelo Ministério da Integração Nacional (2013) como sendo o “pulmão do rio”.

Ainda compondo o conjunto de usinas operadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) temos a usina hidrelétrica de Itaparica, na cidade de mesmo nome. Entre a Bahia e adentrando por Alagoas existe o gigantesco complexo Paulo Afonso (I, II, III e IV), e Apolônio Sales (Moxotó), estendendo-se desde a cidade de mesmo nome até o município de Delmiro Gouveia em Alagoas, totalizando mais de 2.400 quilômetros quadrados de área alagada.

Sergipe, como não poderia ficar de fora desta triste estatística, abriga a Usina Hidrelétrica Xingó, com uma potência instalada de cerca de 3.162 MW, sendo a maior em potencial de geração de energia do Rio São Francisco. Apesar dos tristes estragos causados pela construção dessa hidrelétrica, a água tratou de

¹⁸ Marcos Antônio T. Coelho, (2005, p. 145), em seu capítulo intitulado: “Sobradinho – um mar de equívocos” aborda os desequilíbrios causados em função da construção dessa barragem.

esculpir um dos mais belos espetáculos da natureza, os canions¹⁹ do Xingó, com belíssimos paredões rochosos.

Depois de ter passado de forma barulhenta pelas turbinas geradoras de energia, suas águas correm serenamente em direção ao mar. Antes de chegar ao seu curso final, o São Francisco margeia incontáveis ilhas, coqueirais e dunas, e segue meandrando em suas caudalosas curvas para enfim depositar suas doces águas no vai e vem das salgadas águas marinhas.

Assim descreve Luiz Antonio Barreto em seu texto “A saga do ‘velho Chico’”, escrito em 1992 para a revista Ecologia e Desenvolvimento:

O “velho Chico” chega forte á sua foz e entra, mar adentro, pintando com as cores barrentas que carrega em sua longa viagem, o verde mar de Sergipe. Areias e coqueiros cumpliciam a chegada permanente das águas, vindas de longe, dos altos sertões e dos mais altos paredões rochosos. Ora despencam, espumantes, das cachoeiras, ora deslizam suaves, das barragens que retiram a força e fazem dela luz. Nas margens, por onde passam, as águas entoam, no ritmo lento das toadas, o canto fatal da atração do mar. E levam o cheio, o resto das coisas consumidas e os segredos das pessoas que confidenciam nos banhos os seus pecados. (BARRETO, 1992, p. 48).

Rio confidente que convive diariamente com seu povo e sofre constantemente com sua degradação. Gente e rio de suas incontáveis histórias de caboclos e mães d’água, sereias e muitos outros seres encantados. Lendas e mitos que fazem parte do imaginário de muitos pescadores e ribeirinhos que consideram o rio como um ser, capaz de oferecer fartura como recompensa e de castigar pelas crueldades. Seres encantados com quem os viventes do rio estabelecem relações simbólicas e afetivas, criando regras próprias de conduta que ultrapassam as leis e códigos formais de convivialidade.

Portanto, tratamos aqui de uma breve análise, ou, como salientou o então engenheiro da Codevasf José Augusto Gama da Silva em palestra proferida para a ADESG em setembro de 1982 na cidade de Aracaju.

¹⁹ Segundo o Dicionário Geológico - Geomorfológico de Antônio Teixeira Guerra (1966), Cânion é a denominação utilizada para designar vales profundos e encaixados, os quais adquirem características mais pronunciadas quando cortam seqüências sedimentares, vulcânicas e vulcano-sedimentares, horizontalizadas.

Esta é mais uma descrição do rio dos Currais, o Velho Chico, ou o rio da Unidade Nacional. Talvez a menos pretenciosa com a erudição, contudo a mais apaixonada pela experiência de quem saciou sua sede em suas águas, alimentou-se dos seus frutos e sentiu os bafejos mornos do seu sopro. E jamais o esquecerá. (SILVA, 1982, p. 20)

É com este anseio de conhecer um pouco mais da história do São Francisco que indagamos: afinal, quais as nuances do rio estamos tratando? Descrevemos um rio com histórias sombrias – não totalmente reveladas. Um rio dinâmico, único, majestoso, distinto, acolhedor. Apresentamos um rio de gentes:

Não sou apenas um rio que integra os vários brasis. Sou rio que possibilitou a ocupação dos grandes sertões brasileiros, o rio que direcionou grande parte da história de um país, o rio que guardou ciosamente os hábitos, os costumes e as tradições dos três povos formadores de nossa nacionalidade, o rio que ajudou a desenhar uma nação. Sou mais ainda: sou uma verdadeira civilização, a civilização barranqueira, multicolorida, multifacetada, multicultural, multiétnica, única em todo o mundo. (CHAGAS, 2013, p. 19).

Um rio que atravessa barreiras naturais, que apresenta belas cachoeiras, que corre suave e calmo, que se alarga, que forma grandes lagos, que atravessa sertões, que toca o mar. Rio que serve a sua gente, que alimenta seu povo, que abastece suas cidades e ilumina o Brasil.

A foz guarda a entrada com a memória dos tempos. Rio adentro estão os pescadores com suas canoas e redes, suas artes adivinhatórias. Das águas do “velho Chico” o homem tira o peixe, multiplicando a vida. Na foz a vida recomeça todos os dias, entre os habitantes das margens, a fauna e a paisagem que, mesmo sendo antiga, se renova na vasta visão da areia que o mar devolve, onda a onda, com o cheiro do mundo que o vento ajuda a tanger rio acima. (BARRETO, 1992, p. 49).

É deste “rio nação” que iremos tratar a partir de agora, priorizando o que denominamos de ciclos econômicos do rio São Francisco, a fim de desvendar os principais registros ocorridos desde o início do século XVI com o seu descobrimento; passando pelo século XVII com as frentes desbravadoras em busca

de pedras preciosas, ouro e prata; o período áureo do XVIII com as barcas e os vapores; os últimos séculos com a implantação dos grandes projetos e ainda, as projeções futuras.

Esta apresentação linear justifica-se pela compreensão de que não devemos analisar as gentes do Rio São Francisco sem conhecermos de perto o contexto histórico de sua formação ao longo dos anos. Entendemos que nesta linha do tempo os pontos de rupturas, os acontecimentos marcantes de cada época e seus processos são os nossos principais enfoques e o que nos ajudará a compreender o contexto atual de nossa pesquisa.

1.2 Primeiro ciclo²⁰: do descobrimento ao povoamento de suas margens

As terras do Atlântico foram ao longo das eras um objeto pretendido e almejado. Ainda no período medieval algumas obras davam conta de grandes ilhas expoentes da Europa. Registrada pela primeira vez em 1351 em um mapa do *Atlas Medicis*, essas terras aparecem depois com o nomes variados como *Bracil*, *Braxil*, *Brazile*, ou *O'Brasile*. Este imaginário medieval cedeu lugar a projetos de descobertas e conquistas, levando a uma expansão geográfica na busca de especiarias, sedas e tapetes. A incerta descoberta da “Terra de Santa Cruz”, atribuída aos franceses ainda em 1488 é contestada pelos espanhóis, que afirmaram ter pisado nestas terras em 1499, antes mesmo de Cabral ter deixado seu marco nas terras do além-mar, retornando em janeiro de 1550, (MEDEIROS NETO, 1941).

Assim como no descobrimento do Brasil, com suas devidas contestações, data-se oficialmente em 04 de outubro de 1501 o descobrimento do Rio São Francisco. Segundo Barreto (1992, p. 48), “o navegador florentino Américo Vespúcio descobriu, entre dunas escuras e as canafístulas, um grande rio que os índios chamavam de “Oparapitinga”. O nome dado ao rio foi o do santo do dia:

²⁰ O conceito de ciclo econômico é aqui utilizamos para enfatizar o tipo principal de atividade ocorrida ao longo dos séculos. Salientamos que os fatos históricos não são tratados de forma linear, mas sim, considerado em suas diferentes temporalidades e espacialidades.

São Francisco”. Esse autor confirma ainda que o navegador capturou dois pares de índios e levou-os para a Europa como prova da descoberta.

Mas teria sido mesmo a caravana comandada por Américo Vespúcio a primeira a adentrar as águas do Rio São Francisco? Medeiros Neto (1941, p. 22) também questionou esta comprovação: “é a Portugal, incontestavelmente, que cabe fazer a expedição que, em 1501, teria descoberto o São Francisco, em meio o continente de Cabral”.

Segundo o historiador Tomás Espindola (2001) foi o Donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, o verdadeiro descobridor do São Francisco, dando início aos primeiros desbravamentos de suas margens.

Brandão e Borges (2013) trazem em seus escritos importantes mapas dos séculos passados mostrando como ao longo dos anos o Rio São Francisco foi representado pelos cartógrafos. Os primeiros mapas são datados do ano de 1599, e neles o rio aparece apenas com um pequeno risco, mostrando a visão da época perante o seu ainda desconhecido curso.

Além do então descobrimento, outros desbravadores foram responsáveis por descrever o seu primeiro contato com o Rio São Francisco. Identificamos algumas passagens de obras que relatam esta experiência.

Os aventureiros Spix e Martius chegaram ao Brasil em 1817 vindo da Europa. Planejaram uma expedição saindo da capital de Minas Gerais rumo ao Distrito Diamantino, até chegar a Belém, 3 anos mais tarde. Durante a viagem pelo que eles denominaram de “remoto país estranho”, enfrentaram condições adversas e contaram com a ajuda de fazendeiros e nativos para completarem a missão. Cruzaram o São Francisco por diversas vezes, desde a capitania de Minas Gerais até a descida para o litoral. Estes autores descreveram com riqueza de detalhes a paisagem que avistaram quando se depararam com o rio pela primeira vez:

Depois de havermos forçado caminho através dessa orla de mato, que o povo chama de alagadiço, cheios de alegria, avistamos o Rio São Francisco, correndo em majestosa calma diante de nós. O rio mede aqui quase meia hora na largura, apertado na margem

oposta por uma orla de alagadiço, coberto de cerrado. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 94).

Junto à descrição do imenso rio, aparece ainda, o espetáculo da natureza nas chamadas lagoas criadeiras, o berço da reprodução de todo grande rio, conforme figura 02 a seguir.

Julgamos-nos aqui transportados a um país inteiramente diverso. Em vez de matas secas, desfolhadas das catingas ou dos campos ardidos do alto sertão, vimo-nos cercados de matas virentes, que orlavam extensas lagoas piscosas. Quando, à tarde, contemplamos uma dessas lagoas, que espetáculo estranho se apresentou aos nossos olhos! (...) Avistamos mais de 10.000 animais reunidos, cada um dos quais ocupando, segundo o natural instinto, no cuidado da própria subsistência. Parecia-nos ter a visão de um renovado quadro da criação do mundo, e êsse maravilhoso espetáculo nos teria ainda mais agradavelmente impressionado, se não nos ocorresse o pensamento de que a guerra, a eterna guerra, era a solução e misteriosa condição de tôda existência animal. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 93-94).

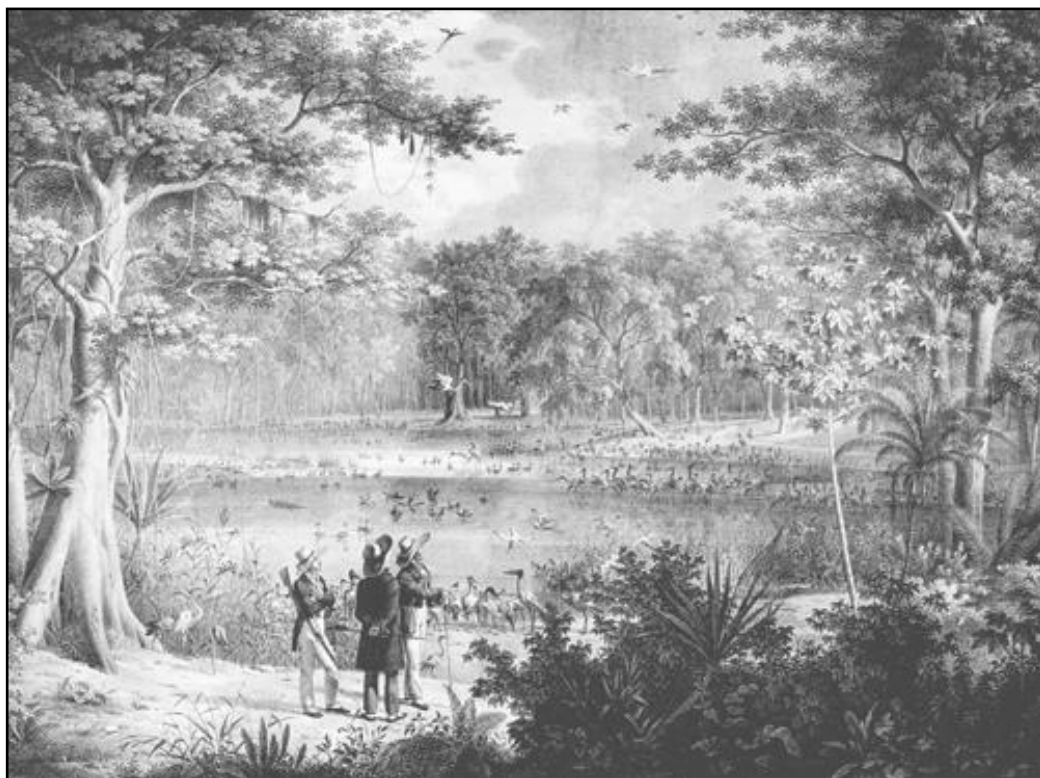


Figura 02: Lagoa de aves, à margem do Rio São Francisco, perto da fazenda Capão. Figura do estado natural primitivo: o reino das aves em pleno gôzo de suas tendências nativas. Na floresta que contorna a água, pulsando de vida, vêem-se muitos cipós de plantas cissóides, a embaúba (*cecropia peltata*), a palmeira macaúba (*acrocomia sclerocarpa*) e o grande caniço de flecha (*gynerium parviflorum*).
Fonte: Spix e Martius, (1981, s/p)

Esse “quadro da criação do mundo”, apresentado na figura 02 anterior²¹, retrata as margens de um rio praticamente intocado, que ainda estava por serem descobertas já no século XVII. O que constatamos é que a chegada de Vespúcio na foz do São Francisco significou apenas um marco legal, pois os grandes “descobrimientos” aconteceram apenas séculos mais tarde. Expedições colonizadoras partiram em datas e rumos variados a fim de desbravar um rio desconhecido que despertava a ambição dos portugueses e, mais tarde, dos holandeses e franceses.

Outro “aventureiro” a desbravar o Rio São Francisco foi o botânico francês Saint-Hilaire, que chegou ao Brasil em 1816 e permaneceu por seis anos transpondo serras, matas fechadas, vales, vilas e cidades, abrindo verdadeiras trilhas na nossa história. Durante este tempo redigiu relatórios importantes, como o de sua “Viagem às nascentes do Rio São Francisco”, originalmente publicado em francês em 1848, e também o relatório de suas “Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais”, publicado em Paris em 1830.

Esse autor escreveu suas impressões ao ver a Casca D’Anta pela primeira vez:

Vou descrevê-la tal como apareceu aos meus olhos, quando dela me aproximei a máximo que era possível. Acima dela vê-se, como já disse, uma larga fenda na rocha. No ponto onde caem as águas as pedras formam uma concavidade pouco pronunciada. (...) Ela não se precipita das rochas com que se expande lentamente e parece formado por grandes flocos de neve. As águas caem numa bacia semicircular, rodeada de pedras amontoadas desordenadamente, de onde descem por uma encosta escarpada para formar o famoso Rio S. Francisco, que tem quase 700 léguas de extensão e recebe uma infinidade de outros rios. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 104).

Tal espetáculo chegou a arrancar-lhe um grito de admiração. Segundo o autor as cabeceiras do Rio São Francisco reúnem em um só lugar todas as maravilhas da natureza com “um céu de um azul puríssimo, montanhas coroadas

²¹A legenda foi copiada na íntegra por conter uma descrição minuciosa da paisagem da época. A figura está entre as páginas 80 e 81 do tomo II. Em todos os três exemplares dos autores as páginas com as figura não são numeradas.

de rochas, uma cachoeira majestosa, águas de uma limpidez sem par, o verde cintilante das folhagens e, finalmente, as matas virgens, que exibem todos os tipos de vegetação tropical” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 105).

Em outro relato esse mesmo autor atenta para a sutileza de suas águas, descrevendo que “o céu era da mais bela cor de púrpura, o rio refletia essa cor brilhante, uma calma profunda reinava na natureza, algumas canoas pareciam voar sobre as águas e nem sequer enrugavam-lhe a superfície.” (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 328).

O britânico Richard Burton, em seu livro “viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico” escrito a partir de uma expedição realizada partindo do Porto da Ponte Grande em Sabará no dia 7 de agosto de 1867, alcança o São Francisco em Gaucuí, na foz do Rio das Velhas, no dia 15 de setembro do mesmo ano, referenciando esse momento como “o grande encontro das águas”. Burton (1977, p. 158) descreveu:

Era impossível contemplar sem entusiasmo o encontro dos dois poderosos cursos de água. O Rio das Velhas faz uma curva graciosa de nordeste quase que para oeste e, descendo por um trecho reto, com cerca de 183 metros de largura, mistura-se com o São Francisco, que vem de leste para recebê-lo.

Esse mesmo autor linhas adiante, ao chegar à cachoeira de Pirapora, rio acima, confidencia que: “com alegria, vi-me sobre o leito daquele glorioso rio do futuro, cujas dimensões nestas paragens são, em média, cerca de 235 metros. Nada vira que pudesse ser comparado com ele, desde minha visita ao Congo, na África”. (BURTON, 1977, p. 167).

A previsão de Burton (1977) quanto ao rio do futuro foi também projetada pelo naturalista José Vieira do Couto que ainda em 1801 escreveu acerca de um formoso rio, carregado de esperança e perspectivas.

Terras férteis para produzir tudo que se lhes lançar em seu seio; abundância de pescados para matar a fome a miseráveis; um canal próprio para manter o comércio, e encher os cofres d’aquelles que se entregarem a este genero de vida! Eras virão, dizia como eras virão em que os povos corerão em chusmas sobre estas ribanceiras,

estes altos barrancos cortados tão a prumo, e tão formosamente fingindo cães, serão um dia decorados de fructifeos jardins: numerosas povoações branquejarão por estas ribeiras, vozes alegres de afortunados habitantes retumbarão onde hoje só reina um profundo silencio, de vez em quando sómente interrompido de feios roncões de tigre, ou de agudos gemidos de tristonhas aves que aqui bordejam: tu serás, ó formoso rio S. Francisco, verdadeiramente o *coelo gratissimus animis*. Tu serás enfim conhecido e apreciado, o Triptolemo que deva chamar tuas afortunadas borbras gentes, que deva ahi ensinar a lavrar e embellezar a terra; crear o commercio, desterrar a ferocidade e fazer a vida deleitosa e feliz. (COUTO, 1801, p. 76).

De certo, o povoamento de suas barrancas tornou-se ao longo dos séculos cada vez mais crescente e desordenado. Porém, a dita vida feliz almejada pelo autor foi colocada à prova justamente pela ocupação e exploração indevida de muitos que passaram a habitar a ribeira.

A comparação com o Rio Nilo, o Congo e o Niger, em grande medida, foi o que inicialmente despertou o interesse de desbravadores dispostos a aventurar por suas águas e explorar suas incontáveis riquezas. Barreto (1992, p. 49) aponta que:

Em 13 de outubro de 1859, a bordo da *Amazonas*, o imperador Pedro II avistou a foz do São Francisco, iniciando viagem de 15 dias até Paulo Afonso. Ao lado dos presidentes das então províncias de Sergipe e Alagoas e de outras autoridades, o imperador percorreu uma a uma as vilas e povoações das margens, anotando suas impressões.

Essa expedição certamente visava descobrir novos caminhos para a exploração do rio que até então era utilizado apenas pela população local que habitava as suas margens.

Devemos ressaltar que as expedições citadas até aqui eram quase sempre “encomendadas” pelos europeus, normalmente ingleses, dispostos a pagar altos valores aos viajantes na intenção de obter valiosas informações sobre as riquezas disponíveis no Brasil. Assim, o olhar do viajante atinha-se, quase que exclusivamente, aos possíveis recursos naturais que poderiam ser explorados pelos estrangeiros.

Para além das descrições dos “recursos naturais” dos viajantes, destacamos a importância dos inúmeros grupos indígenas que milenarmente povoavam o vale do Rio São Francisco e seus afluentes propagando-se por diversas áreas, desde sua nascente até a sua chegada ao Atlântico.

Com rara exceção encontramos na obra de Donald Pierson (1950a, p. 228-234) a citação de 58 grupos, tais como: *Amoipira, Ocren, Sacragrinha, Caripó, Cariri, Chocó, Caxago, Caeté, Abatirá, Caiapó, Guaíba, Tupi, Ansu, Avi, Cajuá, Maquaru, Moriquito, Ponta, Prakió, Tacaruba* e muitos outros.

O botânico George Gardner que realizou expedições entre os anos de 1836 a 1841, também descreveu em seu livro “Viagem ao interior do Brasil” a experiência vivida na Ilha de São Pedro, em Sergipe com os índios Xocós, ao provar a garapa de tapioca e vinagre e tomar o remédio para dor de barriga.

Segundo o mapeamento dos povos indígenas da Bacia do Rio São Francisco, elaborado pela secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo da Bahia, publicado em 2007²², na ilha de São Pedro e na cidade de Porto Real do Colégio em Alagoas, tribos Caiçaras e Kariri Xocó respectivamente, ainda habitam esses territórios. Na Bahia os estudos apontam a existência da tribo Truká em Sobradinho e Cabrobó e Tupan em Paulo Afonso, nas margens do Rio São Francisco. Em Minas Gerais não constatamos estudos que apontam a presença de tribos indígenas, exceto na região de Itacarambi, como os Xacriabás e em Itaperecica os Pataxós.

Geraldo Rocha em seu livro “O rio São Francisco: factor precípua da existência do Brasil”, publicado em 1940 retrata que os primeiros a povoarem a região do baixo Rio São Francisco foram homens da comitiva de Thomé de Souza, que chegou a Bahia em março de 1549, designado por Dom João III. Com ele veio Garcia d’Ávila que passou a disseminar o gado trazido nas caravelas:

²² Mapa disponível para consulta em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapas/Terras_indigenas_BHSF.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

Garcia d'Ávilla, penetrando o São Francisco em correrias contra os selvagens, lobrigou as vantagens de aproveitar os vargedos, vasantes e carnaúbaes para o desenvolvimento da pecuária no valle em questão. Os engenhos de assucar se localizam nas immediações da faixa litorânea, aproveitando as possibilidades das terras de maçapê do recôncavo bahiano, e a pecuária se introduziu pouco a pouco nos sertões, onde havia terras inaproveitadas e gordas pastagens naturaes. (ROCHA, 1940, p. 2).

Garcia D'Ávilla e Guedes de Brito foram os primeiros grandes latifundiários responsáveis pela disseminação dos currais. Donos de grandes sesmarias, espalharam o gado pelas margens do São Francisco e de seus afluentes. No final do século XVI e no século XVII as boiadas prevaleceram nos sertões nordestinos. Seus sucessores herdaram terras, foram adquirindo rebanhos e criando centros de atividade comercial. Assim começou o ciclo do gado ou, como prefere Capistrano de Abreu (1930), ciclo do couro, quando alguns autores chegam a denominar: rio dos currais. Segundo Pierson (1972a, p. 271) “à medida que os indígenas eram afastados das áreas intermediárias, a terra era dividida entre os europeus e seus descendentes, e fazendas de gado se estabeleceram por toda a parte”.

As expedições vindas do sul, excepcionalmente da capitania de São Paulo, chegavam ao São Francisco pelo seu alto curso, em busca de metais preciosos. Ao contrário, a capitania da Bahia e posteriormente do Pernambuco chegavam do norte, combatendo índio e buscando novas terras para a concretização da cana de açúcar como principal atividade econômica da época.

Hervé Thèry em seu artigo “O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização”, escrito para a revista Ciência e Cultura, publicado em 1980, confirma tal divisão ao afirmar que:

O vale tornou-se assim um dos grandes eixos de conquista do interior do continente e, desde o século XVIII, um ponto de encontro entre os homens vindos do norte e do sul, sendo que estes últimos já se mostravam mais empreendedores. (THÈRY, 1980, p. 1012).

A população indígena originária das barracas do São Francisco foi, aos poucos, cedendo lugar aos currais. Segundo Lins (1983, p. 21), o homem branco

saiu “plantando currais pelo ermo adentro” e substituindo “por boiadas as tribos que se encontrava no seu caminho”. Esta dominação gerou grandes conflitos e acarretou mudanças bruscas no modo de vida da população do rio.

Com a instituição das sesmarias, a Casa da Torre, fundada por Garcia D’Ávila e sua rival a Casa da Ponte, de Guedes de Brito estenderam seus domínios pelo São Francisco. A primeira ficou com grande parte das terras, chegando a alcançar a atual fronteira entre os estados da Bahia e Minas Gerais, já a segunda alcançou as nascentes do Rio das Velhas, ficando o vale entregue quase que totalmente aos baianos. Os paulistas também procuraram avançar combatendo índios, escravizando-os e estabelecendo “pousadas fortificadas, que muitas vezes deram origem a cidades atuais, e fazendas onde encontravam ponto de apoio e de reabastecimento”, (THÈRY, 1980, p. 1012).

As bandeiras avançavam abrindo clarões pelos sertões que foram aos pouco sendo povoados pelo gado, única atividade possível nestas áreas. Segundo Wilson Lins (1983) os europeus avançavam com o gado, desbravando matas e formando fazendas, perdendo inteiramente a sua estrutura social própria de Portugal em favor de uma experiência de socialização própria do sertão. Deixavam para traz as suas características herdadas do além-mar e adquiriam uma outra, mais genuinamente nacional, ligada ao seu novo modo de vida sertanejo

Os pólos iniciais de colonização foram distribuídos da seguinte forma:

Politicamente era, pois o São Francisco constituído, atento o ponto de cidades ribeirinhas, de suas duas grandes comarcas, que tiveram por sede: Penêdo (Vila de São Francisco) e Barra do Rio Grande. Estas ouvidorias centralizavam a vida judiciária do Baixo e Médio São Francisco. O Alto do rio esteve subordinado a Diamantina e depois a Sabará. (MEDEIROS NETO, 1941, p. 82).

Mais tarde, as províncias do Império tornaram-se Estados da Federação, convergindo para Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe as cinco unidades da federação a abarcar o Rio São Francisco.

1.3 Segundo ciclo: os currais

Na medida em que o gado avançava para o interior, crescia o povoamento do “sertão do Opará”. No final do século XVI as margens do São Francisco já eram palco de grandes fazendas, inúmeras cabeças de gado e uma população crescente de boiadeiros e vaqueiros, tipos sociais adaptados à vida no vale do São Francisco. Esta população crescia cada vez mais nos rincões de Minas e da Bahia em função das terras de pastagem e da parceria entre coronéis e fazendeiros para o trato de seus rebanhos.

O São Francisco viu nascer e florescer a civilização do gado e do couro, e ouvido o aboio dolente do vaqueiro nas festas de apartação, sentiu o fole chorado do velho Luiz Gonzaga cantando a seca agourada pela Acuã e eternizada pela esperança da Asa Branca. As estórias são tão antigas quanto suas águas, que jorram das entranhas da serra da Canastra e se lançam, qual a moça bela, a enfeitiçar as pessoas dos lugares por onde passa até atingir o mar. (BARRETO, 1992, p. 49).

A “civilização do boi”, conforme afirma Donald Pierson (1972a), levou a colonização para o interior do Brasil, ao contrário do que aconteceu com as terras do litoral, historicamente ocupadas com a cana de açúcar e explorada por brancos europeus e seus escravos. Porém, os territórios que inicialmente foram preenchidos pelo gado restringiam-se as fazendas criadas as margens do Rio São Francisco. A água e o pasto farto eram fatores primordiais para a formação do território. Outros rincões do interior de Minas e da Bahia só foram povoados séculos mais tarde, devido à escassez dos recursos próximos ao rio e a crescente frente de povoamento que avançava.

O gado foi, sem sombra de dúvida, o elemento principal da ocupação e do povoamento do interior do Brasil. Apesar de ter abastecido de carne e couro os engenhos do litoral, sua crescente expansão tomou rumos próprios, tornando-se uma atividade genuína e auto-suficiente. Autores como Galvão (1986, p. 31) chegam a afirmar que “a pecuária foi uma espécie de filha-pobre da economia colonial”. Porém foi o gado o responsável por adentrar as terras ditas

“improdutivas” e povoar os sertões ao garantir uma certa espacialização social das gentes do São Francisco.

Foi no território sanfranciscano que fazendeiros e vaqueiros se fixaram, interessados em terras propícias para a consolidação dos currais e, “não economicamente aproveitável para o empreendimento principal que era o açúcar”, (GALVÃO, 1986, p. 31). A abundância de água, a rica pastagem natural e acesso fácil ao sal oriundo da própria bacia foram fatores importantes para a expansão da pecuária. Conforme cita Hervé Thèry (1980):

A criação pede apenas vastas extensões de terras, onde a imensidão compensa o baixo valor alimentar das pastagens; também pede água, a do rio e de seus afluentes, e sal, que se encontra em vários lugares do vale à flor da terra. (THÈRY, 1980, p. 1012).

Ainda segundo Thèry (1980), a cana de açúcar do litoral passou a ser dependente da carne e dos animais oriundos dos sertões, pois, graças a um decreto real firmado em 1701, ficou proibida a criação de gado a menos de cinqüenta léguas da costa, o que fez do vale do São Francisco o responsável por abastecer os engenhos.

Aliado a isto, lembramos ainda o baixo capital investido na criação do rebanho e na mão de obra. Esta última era constituída como um sistema de acordo mútuo entre o fazendeiro e vaqueiro. A renda era dividida, mesmo que não igualitariamente, a partir da produção anual. O vaqueiro era a figura principal desta atividade. Era ele o responsável pelo rebanho. Normalmente eram homens livres que buscavam no gado a sua fonte de renda. Conforme aponta Luís Flores de Moraes Rêgo (1945, p. 183-184), o vaqueiro recebia “determinada quota dos produtos da fazenda, isto é, um bezerro para quatro do proprietário”.

Thèry (1980, p. 1013) relata que os grandes criadores de gado, detentores de vastos domínios de terra, não moraram integralmente nas fazendas, cabendo ao vaqueiro o trato com o gado, pagando a si próprio e “marcando com seu ferro um bezerro de cada 4 ou 5”.

Pierson (1972) demonstra que o gado era o principal “suprimento alimentar”, tanto para criadores como para cuidadores. Os donos das terras, que este autor aponta como os “donos do São Francisco”, e os vaqueiros utilizavam a terra apenas como valor de uso. A produção agrícola era suplementar, utilizada para a sobrevivência das famílias dos vaqueiros.

Mata-Machado (1991) destaca que:

Paralelamente à pecuária, os vaqueiros plantavam uma pequena roça destinada ao seu próprio consumo. A mandioca, já conhecida dos índios, foi a principal componente da agricultura de subsistência, sendo seguida do milho e da cana de açúcar, esta transformada em rapadura e cachaça. A carne de boi, a farinha de mandioca e outros produtos agrícolas, acrescentados de frutos, da caça e da pesca, complementavam a alimentação dos vaqueiros (MATA-MACHADO, 1991, p. 32).

Esta estratégia de consorciar a criação de gado e a prática da pequena agricultura, herdada dos indígenas, garantiu a formação de um povo independente do litoral, que sobrevivia com os seus próprios meios. Surgiu assim uma gente adaptada às condições que a natureza impunha. Moldando técnicas, herdando culturas e fixando características próprias, esta gente sertaneja soube desbravar territórios nunca antes ocupados, a não ser pelos índios.

Caio Prado Júnior (1981) ressalta também que aliada às fazendas de gado, surgiu uma agricultura de autoconsumo sendo, portanto, uma atividade secundária, praticada pelos não possuidores de terras. A relação se dava normalmente entre “um trabalhador rural a quem o proprietário cede em geral o título gratuito em troca de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio”, (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 159).

Para Mata-Machado (1991, p. 71) existiam duas economias distintas, uma “voltada para fora, através da exportação de gado para as regiões litorâneas” e a outra voltada “para dentro”, “fundada no aproveitamento dos recursos florestais, na agricultura, na caça”.

Ainda hoje, o vale do São Francisco é mais de pecuaristas do que de agricultores. A criação de gado é tida como uma atividade “forte” praticada pelos detentores do poder, enquanto a agricultura é vista como atividade dos “fracos” com pouco poder aquisitivo.

Na década de 1970, com a chegada das frentes agrícolas do agronegócio, impulsionados pelos incentivos governamentais visando à ocupação e modernização do Cerrado, novas lógicas de produção foram incorporadas ao campo. As mudanças no cenário rural, anteriormente movido pelas relações de trocas e reciprocidades, cederam lugar às máquinas, os insumos e aos inovadores sistemas de produção baseados em constantes investimentos em pesquisa e tecnologia.

Porém, na contramão dos grandes empreendimentos agroindustriais estão a maioria dos trabalhadores, considerados pequenos e médios produtores que, ainda hoje habitam o vale, denominados por alguns autores como camponeses e/ou agricultores familiares.

Martins (2011, p. 78) aponta um fator importante quanto a territorialização destas terras, afirmando que “a agricultura é o elemento de sedentarização do homem, o gado é o da mobilidade para dentro de sertão, da mobilidade territorial, portanto”. Esta mobilidade é o que alarga as fronteiras, que cria novas territorialidades e implanta um sentimento de liberdade capaz de impulsionar novos deslocamentos. Enquanto a agricultura “prende” o homem a terra, a pecuária os liberta.

Pierson (1970a, p. 268) também acrescenta um importante fator responsável pela expansão das fazendas, ao afirmar que “o gado é um produto que se locomove por si, não necessitando de outro transporte se não os próprios pés, para atingir um mercado, mesmo distante”. Assim, o vaqueiro seguia os passos do gado e não se prendia a terra. Esta “errância” foi o que locomoveu muitos homens em busca de mercado e boas pastagens para o seu rebanho, expandindo assim seus limites territoriais.

Ainda no século XVII as margens do Rio São Francisco foram ficando cada vez mais povoadas, surgindo os primeiros núcleos. As famílias dos vaqueiros e dos agregados da fazenda eram compostas de uma considerável prole, formando uma pequena vila dentro da propriedade do patrão, que aos poucos ia crescendo, tanto em função do alargamento dos laços de parentesco, quanto devido ao comércio praticado, atraindo gente de outras terras.

Rêgo (1945, p. 194) aponta que “os proprietários agrupam-se entre parentes, entre iguais, portanto, subordinados aos opulentos e influentes, constituindo clãs que dominavam imensas regiões”. O compadrio era uma prática comum entre o fazendeiro, o vaqueiro e o agregado, obviamente respeitando os limites hierárquicos impostos, mas que de certa forma aproximava-os, formando laços de solidariedade, numa espécie de lateralidade de relações sociais que estendia os laços aos compadres dos compadres.

Thèry (1980, p. 1013) ratifica estes laços de reciprocidade e subordinação ao afirmar que “todos esses homens constituem uma clientela devota e, em caso de necessidade, um exército que o fazendeiro pode jogar contra a propriedade vizinha, ou até mesmo contra uma cidade”.

Apesar disto, Lins (1983, p. 38) afirma que “cada fazendeiro era chefe de sua gente, mantinha a ordem em suas terras, dispondo da vida e dos bens (quase nada) de seus agregados”. Esta relação configurava-se no convívio local, estabelecendo relações de subordinação e de força entre o mais forte e o mais fraco sendo que o fazendeiro, não raro um “coronel” mais valente “impunha sua autoridade como chefe”.

Nesta época a fazenda era uma instituição com poderes ilimitados. Todas as relações eram submetidas a uma autorização do fazendeiro que mantinha o controle absoluto sobre os seus subordinados, desde a casa de moradia, as plantações, o comércio e a circulação.

Aliado ao ciclo do gado, o couro foi um importante utensílio utilizado. Segundo Chagas (2013, p. 21) “da porta da casa de morada, da cama de dormir, passando pela cela e cangalhas das animálias bem como a vestimenta do vaqueiro,

incluindo o chapéu até o vasilhame para conduzir e guardar a água e grãos, tudo era feito de couro”.

Com vastas pastagens ao longo de todo o vale do Rio São Francisco, com o passar dos anos o gado foi tomando cada vez mais espaço, seguindo sempre em direção às cabeceiras do rio. Ainda segundo Chagas (2013), pautado nas palavras de Simeão Ribeiro, o povoamento seguiu os passos do gado, marchando do litoral para o interior do Brasil.

A expansão dessas “fronteiras móveis”²³ foi responsável por formar a base da civilização barranqueira, composta por homens livres que dependiam exclusivamente de seu trabalho como estratégia para manter seus vínculos territoriais. Chagas (2013, p. 23) aponta que:

Esta condição de igualdade no mover-se, aliada ao seu trabalho livre nos grandes planos dos cerrados e das caatingas, fez com que desde cedo se impregnasse do senso de liberdade, pois mesmo diante do regime de servidão econômica em que vivia, ninguém podia limitar o seu ir e vir num mundo sem cercas e na maioria dos casos, sem dono.

Para esse autor, este imenso senso de liberdade em grande parte se deu em função do meio de locomoção utilizado, comum entre o patrão e o empregado. *“Senhor e vaqueiro andavam no mesmo cavalo. Quer dizer estavam na mesma altura das cabeças, não havia diferença no momento do trabalho, no momento da atividade que exerciam. Não tinha diferença entre patrão e o empregado, ou patrão e vaqueiro”*. (Entrevista concedida por Ivo das Chagas, em Fevereiro de 2013).

Essa condição de igualdade não impunha limites à mobilidade. Cada vez mais as fronteiras iam se alargando e novas terras eram conquistadas. Na medida em que o gado avançava o vaqueiro também avançava, em busca de novas terras. O gado tornou-se uma mercadoria móvel e independente que caminhava com suas próprias pernas. A única dependência existente era entre o vaqueiro e o coronel dono da fazenda. Porém, ao longo do tempo alguns vaqueiros adquiriram

²³ Coelho (2005, p. 66).

suas próprias fazendas e tornaram-se “coronéis”, propagando ainda mais o gado pelas terras interioranas da Bahia e de Minas Gerais.

Se o gado foi a principal atividade de povoamento do vale, a mineração foi a atividade secundária. O ciclo minerador em busca do ouro e sucessivamente da prata integrou os negros escravos a população indígena e ao branco europeu, surgindo assim, a miscigenação da população.

A descoberta das primeiras minas de ouro no alto vale do Rio das Velhas em 1670, fez surgir uma constante rota de passagem, atraindo garimpeiros e escravos que passaram a explorar grande quantidade de ouro. Por ser um caminho de fácil acesso para o escoamento e difícil de organizar a cobrança de impostos e, “talvez por causa das queixas dos senhores de engenho, privados de seus escravos o comércio pelo vale do São Francisco foi proibido por decreto real em 1701”, (THÈRY, 1980, p. 1012). Esta proibição acabou sendo um grande entrave para o desenvolvimento do vale, restrita apenas a circulação regional.

A única exceção a esse decreto foi o comércio do gado que continuou abastecendo as minas. Houve apenas a inversão da sua rota de comercialização restrita anteriormente apenas às províncias do norte. Ainda segundo Thèry (1980, p. 1012), “as fazendas ganharam, portanto, um segundo mercado para a carne e o couro, o que reforçou a sua prosperidade e a especialização da região. Com as novas “boiadas” as rotas do gado foram abertas, desta vez em direção ao sul”. Houve, portanto uma crescente expansão tanto dos rebanhos quanto do povoamento, chegando a ser a segunda maior concentração populacional do Brasil, perdendo apenas para o litoral.

1.3.1 O caldeamento de culturas

Medeiros Neto em sua obra “História do São Francisco”, escrita para o concurso da cadeira de história do Brasil do instituto de educação de Alagoas em 1941, aponta a existência de uma “convergência de todas as expressões humanas da terra, constitui-se o São Francisco o embasamento demográfico do Brasil.

Caldearam-se, aí, como numa mansão estrutural da etnologia brasileira: o negro, o selvícola e o branco” (MEDEIROS NETO, 1941, p. 4).

Estas características diversas entre as três etnias deram um ar de singularidade que caracterizam as gentes sanfranciscanas. Surgiu então um povo de “sangue misturado” que tornou-se, capaz de entender e conviver harmonicamente com o Rio São Francisco.

Como o **tipo fundamental**, senhôr da terra virgem, surge o pele vermelha com uma história biológica que se perde nos pródromos da formação cósmica, ou da expansão antropológica dos primitivos ramos genésicos. Como o **tipo segundo**, conquistador da terra inerte e desajustada na sua missão histórica, aparece no litoral o europeu, de pele branca e plático, no décimo sexto século da era cristã. Como o **tipo terceiro**, de braços rendidos ao labor diuturno da terra, surge o pele negra, tangido da terra berço, crestada do Equador, para as incertezas dos trópicos. Amalgamos, pelos laços duma construção genética, estes três tipos vitais oferecem o espécime racial: o filho do Brasil, mameluco, cafuso ou caboclo. (MEDEIROS NETO, 1941, p. 4, grifos nosso).

Segundo este autor, o comando, a obediência e o movimento eram as marcas principais destas três etnias. Sendo que “enquanto é comando, o momento é mameluco; quando movimento, o momento é índio; quando para, o momento é africano” (MEDEIROS NETO, 1941, p. 49). O branco e o mameluco exerciam a função de governar, o índio a de desbravador e o negro a de explorador das minas.

Para Chagas (2013, p. 23):

Essa cepa de gente, forjada a ferro e fogo, resultante principalmente da mestiçagem do branco aventureiro com o indígena rebelde e em menor grau com o africano sedicioso (a sedição do escravo africano ao longo do São Francisco é bem representada pelos inúmeros quilombos ali existentes), amalgamada com a terra que pisava, sofrida pelas secas periódicas e curtida pelo sol abrasante (...).

Foi a junção dessas diferentes culturas e etnias: brancos, negros e indígenas, que fez surgirem identidades com o rio, tendo na criação extensiva de gado e na produção agrícola as atividades principais de sua sobrevivência. Aos poucos o

caboclo filho do Brasil aprendeu a lidar com as incertezas de um rio ainda a ser descoberto, criando instrumentos próprios de trabalho e explorando as riquezas por ele oferecidas. Nasceu então uma população capaz de viver com os seus próprios meios. Construía suas casas, utilizavam o couro para fabricar seus utensílios, pescavam e plantavam suas pequenas roças para garantir a alimentação diária.

Zanoni Neves, um filho do São Francisco nascido em Pirapora lembra em seu livro “Os Remeiros do Rio São Francisco” a dimensão dessas etnias as margens do rio, afirmando que:

Nessa época, já havia um grande número de caboclos e cafuzos, portanto, o índio não legou apenas sua cultura ao homem do São Francisco; transmitiu também o seu sangue. Os negros, muitos dos quais escravos, também habitavam a região. Do mesmo modo, não podemos esquecer seus descendentes mestiços. Havia brancos, sobretudo no grupo dos proprietários rurais, muitos dos quais herdeiros dos colonizadores portugueses. (NEVES, 2006, p. 26)

Ricardo Ferreira Ribeiro outro persistente pesquisador engajado nas lutas sócio ambientais a favor do rio registra em seu livro “Florestas Anãs do Sertão e Cerrado na história de Minas Gerais” a predominância de “negros alforriados e aqueles que resistiram por meio de fugas e da formação de quilombos” transformando-se “em camponeses no sertão” (RIBEIRO, 2005, p. 35). Tal adaptação fez surgir uma cultura totalmente integrada às “regras do rio”, fazendo deste seu principal meio de sobrevivência.

Diferentemente de muitos outros autores, Thèry (1980, p. 1014) aponta um importante sujeito que passou a habitar as barrancas do Rio São Francisco:

Além dos criadores e de seus homens, a sociedade se resume aos “barranqueiros”, os habitantes das margens que viviam de pesca e de uma pobre agricultura de vazante, plantando nas margens e nas ilhas descobertas pela baixada das águas algumas culturas de subsistência.

Neste caso o autor traz a figura do barranqueiro, dissociada da do vaqueiro e do fazendeiro que dominavam todo o vale do São Francisco. Para Thèry (1980)

esse era um ser diferenciado que vivia exclusivamente dos recursos do rio, buscando nele apenas a alimentação diária da sua família. Este autor cita ainda as atividades de extrativismo praticadas “nas terras incultas do sertão: fibra de caroá, cera de carnaúba, borracha de mangabeira” (THÈRY, 1980, p. 1014) sendo, portanto, uma opção de aproveitamento dos recursos encontrada nas terras impróprias para a agricultura.

Diferentemente do vaqueiro e do agregado, o barranqueiro não sentia a necessidade de desbravar novas terras e almejar lucro com a sua atividade. A intenção era viver em uma terra produtiva, sendo as vazantes e as ilhas as principais opções para este fim. Chagas (2013, p. 29) aponta que “tanto a roça indígena como a dos colonos, tinha como base de assentamento quase sempre as áreas de vazantes situadas nas orlas mais baixas, incluindo as várzeas e as ilhas, onde o limo era repostado anualmente”.

O barranqueiro vivia nos limites do rio, praticando a agricultura, a pesca e o extrativismo. As matas fechadas para além das margens eram praticamente inexploradas principalmente em função das dificuldades técnicas de desmatar. Chagas (2013, p. 30) lembra ainda que “esse agricultor nunca chegou aos cerrados, pois a dicotomia, mata para a agricultura e campos para o pastoreio, era uma lei natural só recentemente transgredida”.

Já Geraldo Rocha (1940) cita o ribeirinho como sendo uma sub-raça, o fruto da adaptação desse homem a “entrosagem racial”:

O ribeirinho do São Francisco, como o habitante de todo o centro nordestino, consiste uma sub-raça, que em uma existência de mais de três séculos conservou caracteres ethnics já muitos nítidos e estáveis. A nossa facilidade de adaptação a outros meios é grande, mas são muito reduzidas as possibilidades de assimilação. Product of the entrosagem do índio e do luso, com laivos de sangue negro, o sertanejo sãofranciscano ou nordestino é a perfeita encarnação do tipo bandeirante rijo, que lutou com a Natureza, devassou os sertões ínvios, dominou o selvagem, repeliu o elemento estranho e fundou neste hemispherio a grande nação que abrange dois terços do continente sul-americano. (ROCHA, 1940, p. 19).

O encontro destas diferentes etnias e culturas fez surgir uma rica mistura de cantos e ritmos que, aos poucos, foi se propagando pelas suas margens. A população que passou a habitar a região sanfranciscana disseminou sua cultura por todo o vale, criando cantigas, danças, lendas e festas variadas, difundindo o que Costa (2006) e De Paula (2009) denomina de cultura sertaneja. Poetas, trovadores, músicos, foliões, rezadeiras e benzedadeiras compreendiam o universo desta gente largada a própria sorte, longe de tudo, vivendo a “Deus dará”.

Essas gentes que passaram a habitar as beiras do Rio São Francisco carregavam consigo um grande valor histórico e cultural. Criaram, ao longo do tempo, estratégias próprias de sobrevivência no vale. Culturas, crenças e valores diferenciados que se juntavam formando uma civilização *“sui generes, multicolorida, multifacetada, e mais importante de tudo, multirracial”* (Ivo das Chagas em entrevista concedida em Fev. 2013).

O Rio São Francisco sempre foi a principal via de ligação e comunicação entre esta população cada vez mais crescente e pulsante que passou a viver nos territórios que o margeiam. Como já vimos, em grande medida foi graças ao isolamento do litoral que fez surgir uma cultura diversa e semi-independente, capaz de integrar o rio as suas gentes. Para Martins (2011, p. 74) “a política, a economia e as relações com a natureza não ganham um patamar a parte. É, ao contrário disso, uma conjunção de lógicas sociais que produz, ao mesmo tempo, um espaço de alteridade para sujeitos desiguais”.

Durante os séculos XIX e XX a região não passou por grandes transformações. Nesta época, não houve uma ligação durável com as outras regiões do país, e o vale passou a ser considerado atrasado frente aos avanços obtidos por outros estados. Ao contrário, “a estagnação prolongada que o vale sofreu fez dele, no século XX, uma região atrasada, enquanto que em meados do século XVIII era uma das mais prósperas do país”, (THÈRY, 1980, p. 1012).

Antes, quando suas margens eram desertas, sem os casarios de Penedo, sem os fortins da residência contra os holandeses, sem as torres das igrejas, sem as chaminés das fábricas de tecidos, sem o calor dos fornos que cozinham o barro, sem os sobrados de

Propriá, barcaças e vapores, sem os canos das adutoras, sem os arpejadores que molham a terra e fazem viçoso seu futuro, o rio era um comprido e desconhecido caminho, por onde o Brasil começou a ter vida. A civilização chegou até onde o rio São Francisco permitiu chegar. (BARRETO, 1992, p. 48).

Portanto, foramos fluxos do/no rio o principal caminho da colonização. Foi também pelo rio que emergiu, a partir do século XVIII, *barqueiros, remeiros, canoeiros e vaporzeiros*, outros importantes semeadores da cultura sanfranciscana.

1.4 Terceiro ciclo: as barcas e os vapores

Apesar de historicamente o Rio São Francisco ter sido ocupado essencialmente por indígenas, bandeirantes e fazendeiros vindo do Norte e do Sul a procura de terras férteis, especiarias e diversidade natural, foi ao longo do seu leito que se desenvolveram os eixos de comunicação entre o interior e o litoral. A população ribeirinha que obtinha do rio suas fontes de sobrevivência praticavam a agricultura e a pesca e adotavam técnicas muitas vezes primitivas de navegação pelas águas do rio. Faziam inicialmente pequenas travessias de uma margem a outra em canoas improvisadas, construídas em troncos de árvores, escavadas a fogo.

Segundo Lins (1983, p. 88) “até 1823 a navegação no Rio São Francisco era feita em canoas primitivas, desenvolvidas pelos índios, e em ajoujos que não passavam da junção de várias canoas amarradas umas às outras, com um tabuado por cima, servindo de piso”. Assim se desenvolveu o que mais tarde tornou-se o principal meio de transporte e comércio pelas águas do rio.

Segundo Fernando da Matta Machado (2002, p. 48):

As canoas construíam-se em geral de um só tronco das árvores tamboril, vinhático e cedro; dirigidas por dois remadores e por um tripulante que servia na popa de piloto operando o leme ou, alternativamente, um remo curto e largo. Para a proteção das mercadorias e mantimentos, levantam no interior das bordas das canoas um engradamento em forma de abóbada coberta com palha de carnaúba ou outros materiais.

Linhas abaixo este mesmo autor ressalta a importância dos ajoujos que eram construídos com “duas ou três canoas unidas por paus roliços e a estes atadas com tiras estreitas de couro cru”, (MACHADO, 2002, p. 48). Para sua descida bastava apenas o piloto e três remadores, já na subida eram necessários seis bons remadores.

Zanoni Neves (1998, p. 33) completa que:

Há ainda, por cima das *canoas ajoujadas*, um estrado de tábuas que serve ao transporte de cargas e animais, ficando os espaços laterais (coxias) da embarcação livre para o trabalho dos tripulantes nas viagens rio acima, quando se faz necessário o recurso às varas (ou *varas ferradas*, *varejão*) destinadas a impulsioná-la.

Os ajoujos e as canoas foram embarcações típicas do São Francisco, criadas partir dos conhecimentos indígenas, ao contrário das barcas que são de origem europeia. O saber fazer do barranqueiro, herdado dos indígenas permitiu a ele adaptar técnicas, entender os cursos navegáveis do rio e aprender a sobreviver com os recursos que o São Francisco oferecia, especialmente a pesca e a agricultura.

Segundo Neves (1998, p. 42) “na segunda metade do século XVIII, são introduzidas as barcas no transporte de cargas entre povoados. Até então, esse transporte esteve a cargo dos ajoujos”. Aos poucos o comércio aumentou e a circulação foi ficando cada vez mais intensa, e as distâncias foram se estreitando.

O ir e vir de pessoas entre uma comunidade e outra era realizado pelas águas do rio. Muitas famílias migravam carregando toda sua mudança dentro das barcas, buscando novos locais de trabalho em terras mais produtivas para o plantio. Surgiu assim uma atividade flutuante que se intensificava cada vez mais, uma vez que as barcas ofereciam melhores condições de navegação e eram excepcionalmente mais rápidas do que os ajoujos.

Para Lins (1983, p. 88), “desde o começo a barca vem sendo usada como um misto de casa comercial flutuante e meio de transporte”. Sendo o barqueiro “um comerciante ambulante que sai vendendo suas mercadorias de vila em vila, de fazenda em fazenda”.

Para Burton (1977, p. 173) a figura do barqueiro exemplar é a de um homem “sossegado, inteligente, razoavelmente forte, muito respeitador do patrão, o proprietário ou possuidor da embarcação. Habitualmente, evita beber em companhia de outros, receando as brigas que as bebedeiras acarretam”.

Em entrevista concedida em Fevereiro de 2013, Ivo das Chagas cita a importância dos barqueiros:

Esses barqueiros eles unificaram a bacia do São Francisco. E mais, o mais importante, esse barqueiro, isto é, o dono da barca ele era o médico, ele era o advogado, ele era o banqueiro, ele era o comerciante, era o homem que leva a trazia os recados, as cartas, as novidades. Então, ao meu ver foi um ciclo socioeconômico muito importante.

As barcas eram diferenciadas por serem construídas de fundo raso, o que garantia uma maior proteção das cargas e dos passageiros. Segundo Machado (2002, p. 49) “a tripulação variava de 6 a 12 pessoas para o manejo dos remos ou varas, além de um piloto”. Além disso, as barcas que navegavam abaixo de Paulo Afonso eram movidas a vela, aproveitando as correntes de vento vindas do Atlântico que facilitava consideravelmente a subida pelo rio. “Mas nem sempre o vento ajuda, e o certo é que a barca, via de regra, faz sua viagem rio acima levada pelos braços hercúleos dos caibras, remeiros”, (LINS, 1983, p. 89). A foto 02 a seguir mostra uma barca movida à vela e à vara.



Foto 02: A barca e o remeiro.
Autor: Marcel Gautherot (1995).

Eram assim as antigas barcas que navegavam pelo Rio São Francisco. O remeiro era o responsável pelo seu deslocamento. O traço do remeiro é de um homem lutador, acostumado às intempéries do tempo, de vida áspera, da comida regrada, da dormida ao relento, do pé-pubo, do peito calejado pela vara, brigador.

O remeiro é, geralmente, um caibra forte, de pele avermelhada pelo sol de todos os verões e pelo vento frio de todos os invernos. Traz no peito, como uma condecoração de sangue, na própria carne, um calo do tamanho de um bolachão. É o “calo da vara”, em alto relevo. De tempo em tempo aquilo sangra, abre em ferida, e o caibra remeiro “acalma” o calo colocando sobre ele sebo quente ou toucinho derretido. Com o peito enfeitado com aquele medalhão de carne viva, símbolo glorioso do seu trabalho, ele carrega a barca nos braços, rio acima, rio abaixo, cantando toadas, fazendo humor, soltando gostosas gargalhadas pelo vale afora. (LINS, 1983, p. 90).

Carregavam no peito e nos pés o símbolo de sua coragem e presteza, eram também alegres, brincalhões, contadores de lendas, causos e piadas, namoradores. Seguiam a própria sorte, navegando por meses ininterruptos de barranco em barranco, lutando e resistindo dia após dia. “A vida deles é um lutar sem trégua, uma luta corporal e diária com a morte. Nadando de pedra em pedra, levando nos dentes o cabo da proa, o remeiro enfrenta a morte com destemor”, (LINS, 1983, p. 90).

Além disso, os remeiros e canoeiros estabeleciam ainda o papel de difusores da cultura sanfranciscana, formando o que Neves (1998, p. 41) denominou de “encontro de culturas, ou melhor, de variantes de uma mesma cultura”, ou seja, promoviam no São Francisco o encontro de “grupos sociais do Sudeste e do Nordeste”, constituídos basicamente por índios, negros e mestiços, consolidando assim uma “unidade cultural”.

Mais a frente este mesmo autor afirma que “os remeiros levando as barcas a todos os trechos navegáveis do rio e de seus afluentes contribuía para uma maior integração cultural. É verdade que não se pode perder de vista também a importância dos movimentos migratórios”. Sendo a migração outro importante

fator de dispersão e integração entre as regiões do vale do São Francisco. (NEVES, 1998, p. 86-87).

Foi em meados de 1850 que a navegação pelo Rio São Francisco começou a dar sinais de progresso. O então Imperador Dom Pedro II, almejando explorar o rio para fins econômicos, convidou um engenheiro naturalizado brasileiro, residente na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, para realizar um minucioso estudo partindo da cachoeira de Pirapora até o Atlântico, verificando essencialmente a possibilidade de navegação nesse trecho.

A pesquisa de Henrique Guilherme Fernando Halfeld foi realizada de setembro de 1852 a fevereiro de 1854, publicando em 1860 um genuíno atlas contendo todos os detalhes do rio em seu médio e baixo curso. Ainda hoje este trabalho é citado como um dos mais completos mapeamentos sobre o rio. Nessa época “disse Halfeld que as embarcações utilizadas em 1854 no São Francisco eram canoas, ajouros e barcas”, (MACHADO, 2002, p. 48).

Posteriormente, em 1862 Emmanuel Liais realizou estudos no rio das Velhas de Sabará até a sua foz, no Rio São Francisco, constatando sua viabilidade para a navegação, o que oferecia uma importante via de ligação do Rio de Janeiro com o Norte. Aliado a isto existiam ainda os fatores: população e comércio, que também eram consideráveis ao longo do curso do rio das Velhas. A região era bastante habitada, com importantes cidades como Diamantina, Ouro Preto, a então capital de Minas Gerais e Curvelo, além da grande produção agrícola e da extração de minério²⁴.

Segundo Machado (2002), em 1868 o engenheiro Carlos Krauss procedeu estudos de Sobradinho-BA a Piranhas-AL, em toda a extensão do rio, onde Halfeld havia constatado a inviabilidade da navegação, analisando a construção de uma possível via de comunicação terrestre que interligasse o São Francisco ao mar, propondo a construção de uma ferrovia contornado a cachoeira de Paulo Afonso, partindo de Jatobá-PE até Piranhas-AL. Além disso, foi proposto ainda a

²⁴ O engenheiro Benjamim Franklin de Albuquerque Lima também realizou estudos no rio das Velhas de agosto a outubro de 1881 de Macaúbas até a barra do Rio São Francisco. (MACHADO, 2002, p. 38).

construção da ferrovia D. Pedro II, interligando o São Francisco, partindo de Guaicuí até o Rio de Janeiro. Existindo, portanto, duas saídas para o mar uma ao norte, pela ferrovia Paulo Afonso e outra ao sul pela ferrovia D. Pedro II.

Baseado nos estudos de Halfeld, em 1879 o engenheiro norte-americano William Milnor Roberts também examinou as condições de navegabilidade do São Francisco de Pirapora até a sua foz. Tanto Halfeld como Roberts concluíram haver perfeitas condições para a navegação de Pirapora até Juazeiro, com a exceção apenas da cachoeira de Sobradinho que necessitava de obras de desobstrução.

Após esses detalhados estudos, o Rio das Velhas e o São Francisco não eram mais desconhecidos. O governo passou a ter maiores interesses em investir em projetos de desobstrução de seus leitos com a abertura de canais nas áreas apontadas nos relatórios como propícias para a navegação. Surge, portanto, um interesse real do Estado em investir nesta atividade. O controle e a manutenção dos trechos navegáveis foram detalhadamente estudados, na intenção de firmar com a empresa interessada a concessão de uso, cobrando para tanto altíssimas taxas e impostos.

Data de agosto de 1833 o começo oficial da navegação do Rio São Francisco por meio dos vapores, com a concessão por dez anos para Guilherme Kopke percorrer o Rio das Velhas e o São Francisco. Contudo, suas embarcações não tinham uma regularidade a ponto de torná-las comerciais, objetivando viagens experimentais apenas pelo Rio das Velhas. Em junho de 1867 Henrique Drumond²⁵ firmou contrato com o então presidente de Minas Joaquim Saldanha Marinho para construir, transportar, armar e fazer navegar um vapor de grande porte pelo Rio das Velhas, começando suas atividades em dois anos. O navio era propriedade de Minas, vindo a se chamar *Conselheiro Saldanha*, posteriormente alterado para *Saldanha Marinho*.

²⁵ “Convém dizer que Henrique Dumont, o homem que dirigia navio, foi pai de Alberto Santos Dumont, o homem que dirigia avião” (MACHADO, 2002, p. 103).

Oficialmente foi o *Saldanha Marinho* o primeiro vapor a percorrer o São Francisco, sendo um dos mais importantes da história da navegação²⁶.

O primeiro tenente da Armada brasileira, Francisco Manoel Alvares de Araújo, partiu de Jaguará no dia 17 de Janeiro de 1871 pelo Rio das Velhas, adentrando as águas do São Francisco na barra do Guaicuí no dia três de fevereiro de 1871. “Coube a Minas Gerais iniciar a navegação do Rio São Francisco, isto é, ser a primeira que lançou nas águas do São Francisco um navio movido a vapor”, (MACHADO, 2002, p. 106). Essa viagem inaugural partindo de Sabará e adentrando o São Francisco, indo até Boa Vista-PE e retornado até Guaicuí-MG durou cerca de um ano e quatro meses, sendo finalizada no dia 21 de maio de 1872.

Na Bahia foram lançados alguns projetos para a construção de vapores, constando apenas a construção de barcas até o ano de 1849. O *Presidente Dantas* foi o primeiro vapor de ferro a ser construído por essa província, com elevados custos gastos com o transporte das peças e sua montagem, chegando a ser questionada a sua viabilidade econômica.

Somente em dezembro de 1872 foi realizada pelo engenheiro catarinense Emílio Augusto de Mello e Alvim²⁷ a primeira viagem pelo São Francisco, partindo de Juazeiro na Bahia e chegando a Salgado (Januária-MG) em janeiro de 1873. Matta Machado (2002, p. 165) descreve que “quando o *Presidente Dantas* ali chegou, perto de mil pessoas com banda de música à frente, em exclamações de viva e soltando milhares de fogos, acompanharam o navio durante seu trajeto para alcançar o ancoradouro”. A viagem terminou no dia 23 de janeiro de 1873 em Santana-BA, sendo, portanto, o segundo navio a vapor a navegar pelas águas do São Francisco. (MACHADO, 2002).

Em 1860 o governo imperial assinou um contrato para promover a navegação no baixo São Francisco, entre Penedo e Pão de Açúcar. Com a criação da Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, em 1883, foram feitas obras

²⁶ Este vapor encontra-se atualmente na cidade de Juazeiro-BA, dentro dele funciona um agradável restaurante que tornou-se um grande atrativo turístico para os visitantes.

²⁷ O engenheiro era então o diretor das oficinas de máquinas do Arsenal de Marinha da Bahia, cargo que exerceu até sua precoce morte em 29 de julho de 1877, aos 39 anos de idade.

de desobstrução do canal, especialmente nas cachoeiras de Sobradinho e do Vau, tornando a navegação ainda mais viável. Com o fim das obras na cachoeira em 1986 “efetuaram-se 731 viagens pelo canal de Sobradinho”, (MACHADO, 2002, p. 158).

Em junho de 1889 foi criada a Companhia Viação Central do Brasil²⁸, a primeira empresa privada a administrar a navegação regular a vapor pelo Rio São Francisco. O governo concedeu a Cícero de Pontes, Benjamim Franklin de Albuquerque Lima e Francisco Freire de Brito autorização para explorar comercialmente o Rio das Velhas e o Médio São Francisco. A partir de 1890 foram feitas as primeiras viagens experimentais, não oficiais, pelas águas do São Francisco. Porém, foi somente em janeiro de 1894 que começou efetivamente o transporte de cargas e passageiros pelo rio. (MACHADO, 2002, p. 19).

Com as obras de desobstrução do leito do rio, “os dois vaporzinhos iniciais foram tendo, com os anos, novos companheiros, que, de naufrágio em naufrágio, iam desaparecendo, enquanto outros novos eram comprados para seguir o mesmo destino”, (LINS, 1983, p. 139). Com o passar dos anos essa atividade foi sendo cada vez mais indispensável, em função do rio ser um importante eixo de ligação tanto para o Oceano Atlântico como para as províncias do sul do país sendo, portanto, uma via imprescindível para a circulação e para o escoamento da produção.

A paisagem do Rio São Francisco foi sendo preenchida cada vez mais por vapores. A presença de investimentos governamentais e o interesse cada vez mais crescente das empresas em obter lucros com a atividade tornou-se um grande atrativo, mobilizando um acelerado processo de produção e circulação de vapores.

Segundo Machado (2002, p. 239):

O Banco Viação possuía em 10-9-1892 no São Francisco e no rio das Velhas o material flutuante composto de quatro grandes navios a vapor de ferro, roda à popa, construídos em Londres pela empresa Yarrow; dois navios de madeira, providos de máquinas para reboque, construídos no Brasil, e o Saldanha Marinho

²⁸Posteriormente denominada Banco Viação do Brasil, em setembro de 1890 e Empresa Viação do Brasil, em janeiro de 1893.

totalmente reformado, o qual já efetuara doze viagens redondas de Juazeiro a Pirapora.

Em 1893 o *Amaro Cavalcante* e o *Monsenhor Augusto* começavam suas atividades pelo Rio das Velhas. No ano seguinte o vapor *Matta Machado* fez sua viagem inaugural desde a barra do Rio Parauná-MG afluente do Rio das Velhas, até Juazeiro-BA, inaugurando oficialmente o tráfego de vapores pelo Rio São Francisco. Em 1894 o estaleiro da Empresa Viação do governo da Bahia instalado em Juazeiro-BA terminou a montagem do vapor *Rodrigues Silva* que naufragou em abril de 1898. Em 1895 o *Alves Linhares* terminou de ser construído e em 1896 o *Antônio Olinto* e o *Presidente Dantas* começaram suas atividades. Em maio de 1897 a Empresa Viação colocou em funcionamento o vapor *São Francisco* que naufragou em sua primeira viagem e posteriormente começou a construção do *Santa Cruz*. Pertencia ainda ao governo baiano o *Conselheiro Viana*, o *Prudente de Moraes* e *Severino Vieira*. Formara assim, uma frota considerável capaz de mudar os rumos da navegação até então praticada no São Francisco.

No final do século XIX havia aproximadamente 35 vapores circulando pelo São Francisco, além destas embarcações, outras navegaram pelos seus tributários²⁹, fazendo a ligação das regiões. Com o avanço das tecnologias houve uma maior disponibilidade de vapores cada vez mais rápidos. As distancias foram se encurtando, a modernidade e o desenvolvimento chegavam de forma cada vez mais rápida as águas do São Francisco.

Fernando da Matta Machado, em seu livro “Navegação do Rio São Francisco” aponta o ciclo da navegação como sendo o auge das transformações econômicas do vale do São Francisco. Esse autor afirma que:

(...), para as regiões ribeirinhas, a navegação, independente de quem a realizasse, trazia o desenvolvimento econômico e comercial, facilitava a exportação e importação dos produtos da lavoura, beneficiava o deslocamento das pessoas, criava novos empregos e melhorava o padrão geral de vida da população. Por todos esses motivos, a navegação fazia aflorar a alegria do povo baiano e mineiro. (MACHADO, 2002, p. 266).

²⁹O Rio das Velhas, Paracatu, Rio Grande, Correntes e Rio Preto foram os principais tributários navegáveis.

O sociólogo e barranqueiro Zandoni Neves fez um importante levantamento histórico e sociológico sobre a importância dos vapores na vida e na economia do vale, relatando a forma desumana como eram tratados os trabalhadores das embarcações, largados a própria sorte.

Ao descrevermos a faina nas barcas mencionamos a longa jornada de trabalho que inclusive estava sujeita à ampliação. Para melhor caracterizarmos o trabalho dos remeiros, não se pode omitir também uma informação relevante: as varas que eles utilizavam para empurrar as barcas rio acima, eram instrumentos de trabalho contundentes, isto é, que produziam ferimentos no corpo do trabalhador. Com uma extremidade da vara apoiada ao peito e a outra fincada no leito do rio, os remeiros empreendiam um grande esforço para fazer a barca mover-se contra a correnteza. (NEVES, 1998, p. 183)

Dirce de Assis Cavalcante em “O Velho Chico ou a vida é amável” denuncia tais acontecimentos apontando que:

Criam-lhe grandes calos ao mergulharem e emergirem, vinte, trinta vezes com a tora apoiada no ombro. Até conseguirem fazer com que a barca se mova. Cada vez que se levantam da água, que lhes bate quase na cintura, os homens lançam uma espécie de grito, ritmado como um canto de guerra, que uniformiza os esforços de todos (CAVALCANTI, 1998, p. 95)

Para além dos benefícios e da alegria advinha com a circulação das barcas e dos vapores, chamamos a atenção para as condições adversas vividas por essa gente durante as viagens pelo rio. Alguns desses trabalhadores foram entrevistados por Domingos Diniz e publicados no recente livro “Rio São Francisco - Vapores e Vapozeiros” em 2009, o qual contém importantes registros dos vapozeiros a respeito desse período.

Não podemos deixar de mencionar ainda a pesquisa realizada por Joycelaine Aparecida de Oliveira sobre a memória dos antigos vapozeiros do Rio São Francisco. Sua dissertação de mestrado contém importantes depoimentos sobre a vida vivida dentro e fora dos vapores. Uma verdadeira viagem no tempo, nos transportando para o caminho líquido do rio. Essa autora relata que:

São eles os representantes vivos de um passado não tão remoto assim, em que se vivia o São Francisco como um rio-estrada. Uma estrada de águas por onde, rio abaixo e rio acima, eram transportadas gentes, bichos e cargas. Entre corpos fortes e muitas vezes cansados, sustentavam a viagem do grande barco, entre tempos de céu aberto e fechado, de rio bravo e rio manso, lá estavam eles, tentando fazer a travessia. (OLIVEIRA, 2009, p. 73).

Ivo das Chagas também deu a sua contribuição, chegando a considerar este período como um ciclo sócio-econômico:

Mas falta ainda um reconhecimento. Os caminhos que abri para os homens não foram simplesmente um levar e trazer de gentes e mercadorias; constituíram-se em verdadeiros ciclos sócio-econômicos, pois comandaram completamente a vida dos habitantes de minhas barrancas e de meus sertões. Assim não é ato falho falar-se num “ciclo das Barcas e dos Barqueiros” e dos “Vapores e Vapozeiros”. (CHAGAS, 2013, p. 27).

Portanto, podemos afirmar que esse ciclo foi um dos grandes responsáveis pelo visível, porém contraditório, desenvolvimento local e regional. Toda a circulação de pessoas, o comércio, as trocas, a busca por novas terras e os passeios giravam em torno das barcas e, posteriormente, dos vapores. A locomoção fluvial de nordestinos e mineiros tinha como caminho obrigatório, as águas do Rio São Francisco. Foi um período de crescentes movimentos de mercadorias e pessoas, de subida e descida, levando e trazendo gente de montante para jusante, do norte para o sul, da nascente para a foz, do litoral para o interior.

Na época dos vapores a chegada aos portos era um grande acontecimento, todos corriam para o cais para ver o vapor atracar. A venda da lenha, a compra de fumo, óleo e o sal, a entrega das cartas e os encontros amorosos eram esperados com grande expectativa. Os vilarejos voltavam-se para a chegada e partida das embarcações, com música, danças, poesias e bebidas. Os navios eram recebidos com entusiasmo, “contentamento geral explosões de vivas e de aclamações a Minas, à Bahia e a Republica”, (MACHADO, 2002, p. 266).

Ivo das Chagas aponta que *“esses vapores tiveram uma importância fundamental porque a partir destes vapores nós tivemos o transito e a ligação do povo do*

sul com o povo do norte. (...). Ai começou a haver uma miscigenação de culturas, de culturas completamente diferentes”, essa mistura aflorou novos elementos presentes atualmente na cultura ribeirinha.

Apesar do constante movimento de vapores pelo São Francisco, foi somente no final do século XVIII e início do século XIX que este sistema começou a dar sinais de integração, em função da construção da “estrada de ferro do São Francisco”, ligando Juazeiro a Salvador, inaugurada em 1896, passando a escoar grande parte da produção do vale do São Francisco.

Para Neves (2006, p. 41) esta ferrovia “permitiu maior integração entre o *sistema econômico regional* e as regiões adjacentes, intensificando também as relações da região com os pólos hegemônicos do mercado interno brasileiro”, mantendo o intercambio entre a capital baiana e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, intensificou ainda mais o comércio internacional com a exportação de borracha, couros, peles, etc.

Aliado a crise econômica e comercial que enfrentou o país, “em 1901, a receita bruta oriunda do transporte de cargas tinha sido menor do que a despesa total por causa da diminuição da quantidade de carga”, (MACHADO, 2002, p. 371).

Além disso, ocorreu uma separação entre a Empresa Viação do Brasil e o governo da Bahia, enfraquecendo ainda mais as relações comerciais. E em dezembro de 1902 foi decretada a liquidação forçada da empresa que consistia na venda dos bens em hasta pública para o pagamento das dívidas adquiridas e a posterior extinção da sociedade. O governo da Bahia comprou os bens da empresa em leilão, e criou a Empresa Viação do São Francisco, assumindo posteriormente a responsabilidade pelos serviços de navegação. (MACHADO, 2002).

Atravessado o período de crise, em 1910 outra importante via férrea foi inaugurada, a estrada de ferro Central do Brasil, ligando as cidades mineiras de Belo Horizonte e Pirapora, sendo esta última a primeira cidade do trecho navegável do médio São Francisco. Pirapora passou a ser então o principal porto de partida e chegada das embarcações, considerada por Neves (2006) um importante “núcleo de articulação regional e inter-regional” de Minas Gerais.

Foi, porém, em meados de 1925 que o serviço de navegação começou a se expandir ainda mais com a chegada de novas empresas, tanto particulares quanto pertencentes ao governo de Minas Gerais e da Bahia, interessadas em explorar comercialmente o trecho navegável do São Francisco.

Segundo Carlos Lacerda (1964, p. 118) em 1937, o tráfego no rio pertencia a “quatro companhias de vapores, duas estaduais (Bahia e Minas), com subvenção federal, e duas particulares: ao todo, 25 navios, algumas centenas de barcas e balsas, e inúmeras canoas / “paquetes” dos barqueiros”.

Já em meados de 1940, Neves (2006) aponta a estimativa de 30 vapores no Rio São Francisco. Porém nem todos faziam viagens contínuas, ficando parados no período da seca, época em que as águas diminuem e a navegação torna-se extremamente arriscada.

Em 1930 estava instituída a companhia estatal responsável pela navegação em Minas Gerais, denominada Navegação Mineira do Rio São Francisco – NMRSF. Tal companhia adquiriu na década seguinte um número considerável de embarcações, atraindo trabalhadores para seus vapores, escritórios e oficinas com sede na cidade de Pirapora-MG. (NEVES, 2006).

Temos que ressaltar, que a navegação sempre esteve à mercê dos interesses políticos, passando por períodos de altos investimentos em obras de desobstrução de canais e construções de embarcações e períodos de total abandono com a descontinuidade do gerenciamento administrativo. Neves (2006, p. 53) aponta que foi “através das leis e decretos que começaram a ser promulgados em 1940, a União centralizou as ações visando o ‘desenvolvimento regional’, inclusive a ‘modernização’ e ‘melhoria’ dos serviços de navegação”. Foi a partir de tal premissa que foram criadas várias empresas estatais visando o maior desenvolvimento a exemplo da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco em 1948, a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste em 1959 e a CNSF - Companhia de Navegação do São Francisco em 1963, posteriormente denominada de FRANAVE.

Zanoni Neves (2006, p. 49) lembra ainda que além do crescente aumento da frota de vapores, “‘as barcaças’ (barcas de figura) impulsionadas pela força física dos remeiros continuavam de fato prestando serviços à população ribeirinha”, cumprindo importante papel tanto no comércio quanto no transporte de pessoas. Conforme aponta este mesmo autor, o seu desaparecimento ocorreu somente nos anos 1950.

Outro importante vapor que circulou por muitos anos pelas águas do São Francisco foi o Benjamim Guimarães que, segundo Neves (2006), foi adquirido em 1920 pela Sociedade Anônima Ferreira Guimarães, que em 1938 o vendeu para a Navegação e Comércio do São Francisco S.A. Em seu período áureo esse vapor foi responsável pelo carregamento de grandes cargas de mantimentos, animais e também de mineiros e baianos que faziam o longo percurso de aproximadamente 15 dias entre Pirapora e Juazeiro do Norte.

Este é o único vapor movido à lenha ainda em operação no mundo, tombado como Patrimônio Histórico e Cultural Nacional. Atualmente, o Benjamim Guimarães pertence à Prefeitura Municipal de Pirapora e é administrado pela Empresa Municipal de Turismo (Emutur) que oferece passeios turísticos, partindo do porto de Pirapora até a foz do Rio das Velhas, percorrendo pouco mais de 18 quilômetros, (foto 03).



Foto 03: Vapor Benjamim Guimarães atracado no porto de Pirapora/MG.
Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Assim, parte da história da navegação pode ser recontada, ainda que de forma fragmentada, às pessoas interessadas em conhecer um pouco mais desse ciclo que foi extremamente marcante para a economia do Rio São Francisco.

Percebemos neste ciclo mudanças significativas nos processos econômicos, políticos e culturais do Rio São Francisco. Foi um período em que a paisagem do rio se transformou, as barcas e os vapores eram responsáveis por movimentar toda uma complexa rede de relações que conectava desde o árduo trabalhador das embarcações, passando pelos usuários, até chegar ao mais alto escalão dos governos estaduais e federais. Sabemos que este circuito também gerava uma série de disputas, mutações, tensões e contradições, pois, nem sempre o jogo de interesses beneficiava de forma igualitária todas as partes.

1.5 Quarto ciclo: os grandes projetos desenvolvimentistas

A partir do século XX o Rio São Francisco passou a ser visto sob os olhos do progresso, fruto dos avanços nas relações capitalistas da modernidade. Foram feitos maciços investimentos ao longo de toda a sua bacia como: a construção de usinas hidrelétricas, os projetos de irrigação, as ferrovias, as pontes e o atual projeto de integração do Rio São Francisco.

Todos estes “empreendimentos” tiveram como marco principal o objetivo desenvolvimentista. No caso das hidrelétricas o governo federal apontou como objetivo maior o controle da vazão das águas do rio, diminuindo assim, os grandes prejuízos causados com as cheias, fator preocupante para os ribeirinhos que sobrevivem integralmente dos recursos do rio. Aliado a isto citamos ainda a maior facilidade para a navegação, permitindo a conexão entre cidades e regiões.

A primeira grande barragem construída foi a de Paulo Afonso, inaugurada em 1954, sendo atualmente a menor em potencial de geração de energia. Com grande resistência por parte população local, sua instalação gerou consideráveis impactos, sentidos ainda hoje pelos moradores da região.

A usina hidrelétrica de Três Marias, localizada em seu alto curso, teve suas obras finalizadas no ano de 1962, contando com uma potência instalada de aproximadamente 396 MW.

Essa tal barragem acarretou um desequilíbrio total de minha hidráulica, de meus seres vivos aquáticos e de meus barranqueiros, sem cumprir totalmente sua função de reguladora de minhas águas, pois, por ter perdido sua função inicial, passou a ser manejada para fins exclusivamente energéticos. Que o digam meus barranqueiros que sofreram muitas inundações e rigorosas secas, pós-barragem. (CHAGAS, 2013, p. 31).

Além de Paulo Afonso e Três Marias foram construídas outras sete represas, sendo Xingó a mais recente, entregue em 1994. Além dessas, já estão em fase de licenciamento ambiental outras quatro novas hidrelétricas: Formoso, Riacho Seco, Pedra Branca e Pão de Açúcar, alcançando o que Sarmiento (2005) considera como “maximização” da produção energética no São Francisco.

Com estes empreendimentos a população das regiões atingidas passou a conviver com uma nova dinâmica dos ciclos das águas. Os lagos artificiais colocaram debaixo d’água a trajetória de muitas famílias e cidades que tinham suas vidas intimamente ligadas ao rio. Esses consideráveis impactos alteraram fortemente o cotidiano das populações locais que sofrem com as consequências das rupturas e mutações causadas por estas represas.

A diminuição dos peixes que não conseguem mais ultrapassar as barreiras de concreto para fazer a piracema, a seca das lagoas criadeiras que não enchem mais na época das enchentes e deixam de abastecer com peixes o Rio São Francisco e ainda, a drástica diminuição das áreas de vazantes utilizadas pelos ribeirinhos para a agricultura são alguns dos exemplos destas modificações.

Sabemos ainda que todo grande empreendimento acarreta alterações na dinâmica populacional da região atingida, atraindo gente de todas as partes que buscam emprego e melhores condições de vida. A grande concentração de população gera conseqüentemente o desmatamento da mata ciliar das margens que passa a explorar indiscriminadamente os recursos do rio, ocasionando erosões, queimadas, assoreamentos e soterramentos.

Além disso, a geração de energia atrai para a região indústrias altamente poluidoras que buscam produzir com baixos custos energéticos, alterando os níveis de poluição do ar e da água do São Francisco que quase sempre recebe os dejetos dessas grandes empresas sem nenhum tratamento adequado, contaminando suas águas, matando seus peixes e prejudicando a população local.

Apesar dos avanços alcançados com a criação da lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012 que garante a proteção integral de nascentes, mananciais, encostas e margens de rios, as chamadas Áreas de Preservação Permanentes – APPs, as ações de fiscalização ainda são falhas permitindo que em muitas partes do rio esta legislação seja descumprida. Essa falta de fiscalização se estende a pesca predatória e indiscriminada excessivamente praticada ao longo do curso do rio.

Outro fator preocupante são as culturas homogêneas de *pinus* e eucaliptos, implantadas em vastas regiões dos cerrados mineiros, contribuindo negativamente para a diminuição do fluxo de águas dos afluentes do Rio São Francisco, que recebe em Minas Gerais a maioria de seus tributários, sendo os principais responsáveis pelo abastecimento da bacia em seu alto e médio curso. Outros exemplos são a pecuária ultra extensiva e a agricultura comercial que também contribuem consideravelmente com o desequilíbrio ambiental crescente, devastando vastas áreas de cerrado para o plantio de capim, soja, milho, café, etc. O uso excessivo de defensivos agrícolas, os desmatamentos de nascentes e veredas e a irrigação são as principais causas de tal degradação.

A construção de rodovias, o inchaço das cidades de modo desordenado e a falta de saneamento básico são outros fatores que interferem negativamente na qualidade das águas do São Francisco, causando graves problemas de assoreamentos de seus mananciais.

Não podemos deixar de mencionar ainda o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional que garante a “oferta de água para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte” (MI,

2013)³⁰. Tal empreendimento começou a ser executado em 2007, e já teve o calendário de obras alterado diversas vezes pelo Ministério da Integração Nacional - MI, com previsão atual para dezembro de 2015 para sua finalização.

Sua viabilidade tanto econômica quanto social foi e ainda continua sendo duramente questionada por diversos estudiosos. Ivo das Chagas (2013) cita apenas alguns dos entraves desse grandioso empreendimento.

Disto tudo se depreende que o povo das regiões em questão tem mais necessidade de educação global de qualidade e de menos interferências políticas duvidosas que alimentam a indústria da seca, do que de água propriamente dito. Muitas regiões com escassez hídrica mais severa se desenvolveram e dão exemplo ao mundo. Um povo educado não precisa de apadrinhamentos equivocados de políticos para se redimir. (CHAGAS, 2013, p. 38).

Concordamos com esse autor quanto às estratégias utilizadas em outras regiões do mundo, a exemplo do Atacama que desenvolveu técnicas sofisticadas de irrigação e de reaproveitamento da água, beneficiando toda a população do vale.

Destacamos neste tópico os usos abusivos que o Rio São Francisco sofreu e continua sofrendo ao longo dos anos. Citamos estas interferências na intenção de reafirmar a importância do seu papel unificador e de enfatizar as constantes mutações sofridas ao longo dos anos. Esses grandes projetos, que tomamos aqui como um ciclo, além do aumento da degradação ambiental que mencionamos, foram responsáveis pela introdução de novas formas sócio espaciais no grande rio, como o aparecimento da figura do fazendeiro moderno, do produtor empresarial, do grande pecuarista, do operário industrial. Novas formas de trabalho e de vida que se estabeleceram de maneira mais ou menos dispersas pela bacia do Rio São Francisco e hoje são parte integrante de uma cultura complexa e diversificada.

Não podemos nos esquecer de que temos um rio que serve a coletividade, oferta seus recursos, que atende a sua gente. Ainda encontramos os que dele zelam e nele depositam sua fé, suas esperanças e seus sonhos.

³⁰ Informações retiradas do site do Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br>. Acesso em: 10 Jun. 2013.

Ratificamos que mesmo com todas as rupturas e tensões sofridas ao longo dos anos, as populações que necessitam dos recursos do rio e que têm nele sua principal fonte de sobrevivência, especialmente aquelas que foram e ainda são diretamente afetadas com estes novos projetos, criam estratégias próprias de adaptação a esta nova realidade. São gentes que, mesmo sendo diretamente impactadas por estas grandes obras, aprendem a lidar com estas novas formas de uso e ocupação do rio, não deixando de se inserir e, de certa forma usufruir deste novo cenário que se instala.

1.6 De agora em diante

Apresentamos até aqui a trajetória de um rio que passou ao longo dos séculos por ciclos socioeconômicos importantes para o seu desenvolvimento tanto local e regional quanto nacional. Se, de início, tentamos desvelar de que rio estávamos tratando, agora, lançamos perguntas outras, que diferentes autores fizeram sobre o futuro desse rio.

Hervé Thèry (1980, p. 1021) conclui o seu texto fazendo o seguinte questionamento:

Enfim, pode-se desenvolver uma região como esta sem fazer desaparecer sua personalidade? Sem se dissimular a dificuldade de viver nesta sociedade por tantos aspectos atrasada e obscurantista, pode se considerar que os progressos do nível de renda, da higiene e da escolarização sejam contrapartidas suficientes se a região as paga com a dependência e o êxodo dos mais jovens e dos mais hábeis?

É a esta “personalidade” de “gente do rio” que buscamos dar visibilidade neste estudo. Porém, os fatores apontados por este autor são extremamente relevantes e inquietantes, visto que a população do vale continua sofrendo as consequências do êxodo rural, das desigualdades sociais, dos altos índices de desemprego, da baixa escolaridade e do precário sistema de saúde pública. O que fazer do/no vale do São Francisco para que sua população, sua cultura e seus

recursos sejam considerados de forma respeitosa, levando em consideração todo o seu potencial natural, bem como a singularidade e diversidade de suas gentes?

Medeiros Neto (1941, p. 167) também fez a seguinte pergunta: “quando se compreenderá que é o São Francisco o nervo da economia de cinco estados e, então, ampará-lo pela técnica e pela arte?”. Esse amparo ainda segue sendo almejado pelos viventes do Rio São Francisco que, cada vez mais, buscam novos territórios vida e trabalho.

Geraldo Rocha (1940), outro importante pesquisador do Rio São Francisco fez também os seus questionamentos sobre a permanência de suas gentes:

Será o factor ethnico que tenha conservado taes predicados, que se encontravam no bandeirante paulista e que se perpetuam nos nordestinos por falta de outros cruzamentos? Será a riqueza em calcareo da terra ou a acção vitaminante do sol tropical? São interrogações que os pesquisadores de amanhã certamente saberão responder. (ROCHA, 1940, p. 26)

Segundo esse autor essas são hipóteses que podem justificar a capacidade de resistência que o povo ribeirinho possui. Porém, essas interrogações ainda seguem sem respostas, não por falta de esforços em tentar elucidar tais questões, mas sim, por indagações que ainda permanecem.

Ainda em 1940 Geraldo Rocha já previa os principais fatores de desenvolvimento do São Francisco afirmando que:

Dia virá em que, obedecendo ás lições da Natureza, o São Francisco será domado; os seus travessões de pedra naturais restabelecidos e aumentados; os seus afluentes represados, transformando-se em amplos reservatórios de compensação; a energia de suas cachoeiras aproveitada; o seu vasto Valle irrigado e trabalhado pela machina, constituindo a região nordestina um dos centros mais fecundos da terra. As comunicações com o Oceano facilitadas por um regimen intelligente de eclusas, as sobras das enchentes armazenadas, o volume da corrente normalizado, o São Francisco será o celeiro do mundo. (ROCHA, 1940, p. 26-26).

Já Wilson Lins (1983) encerra o seu livro apontando que o único caminho para o que ele denominou de “salvamento” do rio seria o seu represamento.

Se um dia – queira Deus que a costumeira falta de continuidade dos programas administrativos não o impeça de raiar – o projeto de seccionar o Grande Rio e seus afluentes numa cadeia de lagos se converter em realidade, as populações ali esquecidas, finalmente resgatadas do isolamento a que foram submetidas, serão incorporadas ao esforço pela construção, no Brasil, de uma sociedade justa e harmônica. E, então, sobre as ossadas dos bravos que desafiam as suas lonjuras, florescerão comunidades ativas e cada velho burgo, hoje adormecido no regaço da lendas, será um pólo aglutinador das energias acumuladas em quatro séculos de abandono. (LINS, 1983, p. 150).

Praticamente todas as previsões desses autores se confirmaram, as represas, a irrigação, as eclusas e o controle da vazão são atualmente uma realidade presente na paisagem do rio. Domou-se o São Francisco e, ainda hoje, o discurso que se faz é de uma constante busca pelo tão sonhado celeiro do mundo.

Os dados oficiais apontam que a pobreza ainda é uma triste realidade que bate a porta dos ribeirinhos que moram nas barrancas do rio. Este fato foi observado pela escritora e poetiza americana Elizabeth Bishop, em sua viagem pelo Rio São Francisco a bordo de um gaiola de Pirapora a Petrolina, no ano de 1967. Apesar de seu texto nunca ter sido oficialmente publicado, em seus escritos ela relatou nunca ter visto tanta miséria, acrescentando que “esse tipo de coisa deixe os brasileiros muito tristes e zangados, o que é compreensível”³¹.

Se analisarmos os índices de desigualdades sociais da atualidade, este cenário ainda é presente ao longo do rio, porém, não podem deixar de considerar a vasta riqueza que se propaga a partir dos saberes, fazeres e formas de expressão de suas gentes. Em grande medida estas formas de convívio e reprodução da vida propagam vínculos identitários e territoriais capazes de solidificar laços simbólicos, afetivos e até econômicos que se perpetuam ao longo da vida e que, em muitos casos, possuem maior significado para esta gente do que efetivamente a imagem que se reproduz sobre eles.

³¹Informações retiradas de uma reportagem feita pelo jornalista Arnaldo Oliveira Ferreira, com o título: “Olhar de fora, aqui dentro: Elizabeth Bishop deixou escritos preciosos sobre o Brasil, mas mostrou ângulos nem sempre agradáveis para quem vive aqui”, publicada na Revista de História da Biblioteca Nacional, Ano 9, N. 97, Out. 2013, p. 58-61.

Diante de tantas alterações sofridas pelo Rio São Francisco ao longo desses mais de seis séculos de exploração, Chagas (2013) faz um discurso de denúncia e aponta alguns caminhos, tomando como referencia principal a conscientização, invocando que:

Espero que este brado seja ouvido pelos homens, de forma a se sensibilizarem, me oferecendo um pouco de seu amor. Conheçam-me mais. Reabilitem aquilo que pode ser reabilitado. Gerenciem minhas águas com mais responsabilidade e equidade, valorizando-as pelo multiuso. Assegurem educação básica e técnica de boa qualidade às gentes de minha bacia, recuperando-lhes a dignidade, única forma de tirá-las do esquecimento e da pobreza. Não deixem morrer minhas tradições, minha história e minha cultura. Não me envolvam em políticas subalternas. Pensem nos benefícios que lhes posso oferecer agora e às gerações vindouras. Conscientizem-se de que eu e meus tributários somos as águas dos grandes sertões brasileiros, a solução de muitos problemas nacionais. Enfim, respeitem-me e protejam-me, isto para o bem de todos vocês e os demais seres vivos presentes e futuros. (CHAGAS, 2013, p. 40).

Para além das indagações e previsões o Rio São Francisco segue na defesa de suas gentes, resistindo aos impactos sofridos e, acima de tudo, espalhando suas águas aos que dela necessitam, contando suas histórias aos que lutam pela preservação de suas memórias.

Eis o são franciscano. Tenaz, sóbrio, resistente, habituado a lutar contra a Natureza, affrontando as seccas ou as inundações; vencendo caatingas resequidas para salvar os seus rebanhos, construindo assim, uma raça forte, que alimentada pelo solo calcareo, por hábitos ichthyophagicos e por um sol vivificante, revela qualidades de energia e intelligencia raramente encontradas em outras regiões com tal profusão. (ROCHA, 1940, p. 26).

A paisagem sanfranciscana é aqui entendida tendo como aporte teórico as colocações de Cosgrove (1999) que considera o sentido simbólico e cultural das paisagens humanas. Esse autor afirma que “as paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado. Grande parte da Geografia mais interessante está em decodificá-las”, (COSGROVE, 1999, p. 121).

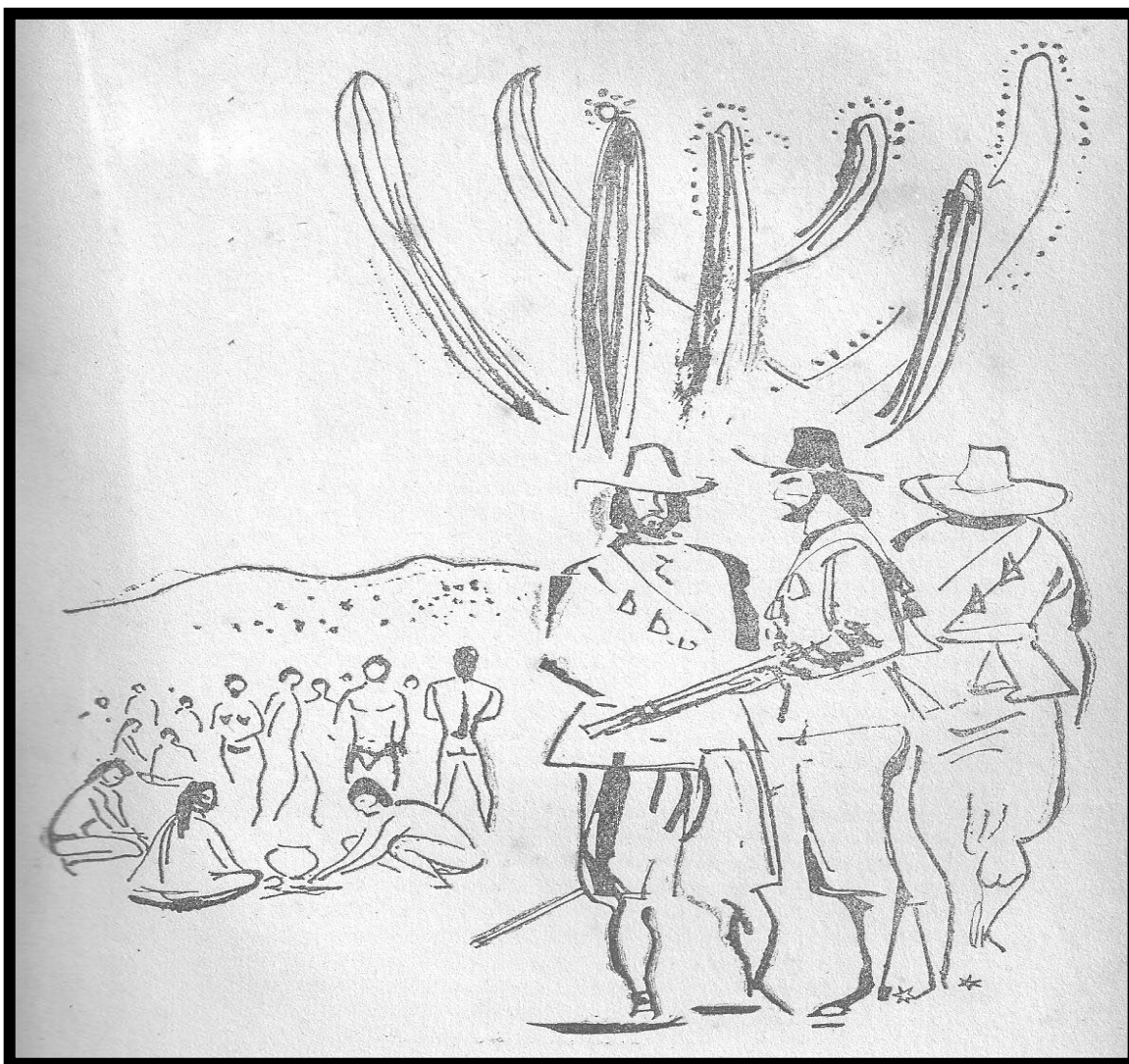
Neste sentido, a paisagem do Rio São Francisco revela nuances e cenários ímpares carregados de símbolos e significados expressos nos rostos, olhares e falas de seu povo. São pessoas que guardam e defendem suas águas com toda intensidade, lutando e adaptando as alterações sofridas por um rio que é diverso, capaz de abarcar tanto as singularidades quanto as diversidades de representações que por ele perpassam.

Rio sagrado, símbolo da vida e do trabalho. Rio que acalma, que acaricia sua gente. Rio estrada, de muitas idas e vindas. Rio do desenvolvimento, com seus barramentos e eclusas. Rio encantado, com seus caboclos e mães d'água. Rio misterioso, que segue forte sem fraquejar. Rio que é um dom de “Deus”, o rio que é pai e mãe, aquele que gera vida” (UNGER, 2001, p. 104).



CAPÍTULO 2

OS MARCOS INVESTIGATIVOS: a pesquisa qualitativa e a geoetnografia



Fonte: (LINS, 1952, p. 21)

Introdução

Do ponto de vista metodológico, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador “colocar-se no papel do outro”, vendo o mundo pela visão dos pesquisados. (GODOY, 1995a, p. 61).

Cada vez mais adotamos na Geografia e em suas diversas pesquisas, abordagens qualitativas e, na sua esteira, técnicas e procedimentos advindos de outras ciências como forma de aprimorar os conhecimentos, visando entender com maior precisão e densidade a realidade pesquisada. As Ciências Sociais e, em especial a Antropologia, vêm contribuindo consideravelmente com opções metodológicas que instigam o pesquisador a adentrar em um universo que não se limita apenas à coleta de dados quantitativos. São dados importantes e mesmo essenciais, mas que por vezes distantes e frios se distanciam dos seus “objetos” de pesquisa. “Objetos” que são sujeitos; que tem nomes, rostos, gestos e sentimentos.

Nossa opção é pela análise qualitativa como elemento essencial, buscando na capacidade e na sensibilidade do olhar do pesquisador resultados outros, levando sempre em consideração o ponto de vista das pessoas envolvidas. Além disto, a pesquisa qualitativa faz com que o pesquisador procure alcançar uma visão total dos fatos e fenômenos, ou como prefere Marcel Mauss, a busca do “fato social total”.

Neste sentido, enfocamos primeiramente a importância da pesquisa qualitativa para as Ciências Humanas, e buscamos na Antropologia os seus métodos etnográficos como suporte metodológico para as pesquisas geográficas, pautadas em especial nas leituras de Malinowski (1978), Geertz (1989) e Angrosino (2009). Suas obras são referências em vários ramos das Ciências Sociais e convidam o pesquisador a experimentar uma pesquisa envolvente capaz de captar as singularidades do ambiente pesquisado.

Procuramos, portanto, traduzir o conceito e a aplicabilidade da etnografia, apresentando-a como um instrumento eficiente nos estudos qualitativos,

evidenciando a importância de sua utilização nas pesquisas geográficas. Ela é explorada para demonstrar que seus instrumentos proporcionam uma análise minuciosa e completa, tendo uma participação ativa dos sujeitos pesquisados. Sua abordagem implica em desvendar relações e interações por meio de ferramentas que envolvem o saber/pesquisar, além disto, ela orienta ao pesquisador sobre as regras e cuidados que norteiam uma pesquisa etnográfica.

Em seguida apresentamos uma proposta de pesquisa que enlaça a Geografia e a Antropologia como forma de auxiliar pesquisadores que buscam trilhar estes caminhos. Consideramos esta interação de “geoetnografia”, que se caracteriza pela vivência do pesquisador com o universo do ambiente pesquisado.

Entendemos que a pesquisa começa no momento em que o pesquisador principia a pensar sobre ela, e não apenas quando ele inicia o trabalho de campo. Da mesma forma, ela não tem um ponto final após a coleta dos dados, mas ela é uma pausa para pensar e até mesmo desconstruir certas afirmações.

Temos a intenção de contribuir com as discussões sobre o uso da pesquisa qualitativa, em especial da Etnografia na Geografia, pois entendemos que cada degrau deste caminhar constitui um pilar importante na construção da pesquisa, conforme exposto nos tópicos seguintes.

2.1 Pesquisa qualitativa: instrumentos e possibilidades

A pesquisa qualitativa vem sendo utilizada atualmente como um instrumento teórico metodológico importante em estudos nas Ciências Humanas e Sociais e, mais raro, nas Ciências da Natureza, rompendo o paradigma da “quantificação”, como método predominante de apresentação dos resultados da pesquisa, sem a qual haveria um suposto prejuízo à cientificidade da pesquisa.

O processo histórico de utilização da pesquisa qualitativa teve suas raízes na Antropologia, que introduziu os estudos etnográficos como um instrumento fundamental para a explicação dos fenômenos estudados. Tendo como precursores nestes estudos autores como Franz Boas (2010) e Bronislaw Malinowski (1978), que realizaram longas pesquisas de campo, fundamentalmente

descritivas, considerando essencialmente o ponto de vista dos sujeitos pesquisados. Triviños (1987, p. 121) “reconhece a pesquisa etnográfica como uma forma específica de investigação qualitativa.”

Conforme afirma Godoy (1995a), somente nos últimos trinta anos a pesquisa qualitativa começou a ganhar espaço em outras áreas. Esta autora sugere que a pesquisa de cunho qualitativo deve levar em consideração a obtenção do conhecimento de forma descritiva, e não apenas por meio de análises estatísticas. O que interessa neste tipo de pesquisa é a forma como as informações são coletadas, priorizando o contato direto do pesquisador com o objeto estudado, valorizando instrumentos como a entrevista, análise documental e as observações diretas.

Ao longo dos anos, as pesquisas qualitativas vêm evoluindo e gerando uma grande diversidade de trabalhos e estilos de análises, com diferentes considerações quanto aos sujeitos. Segundo Triviños (1987, p. 125) existem três bases teóricas possíveis para a pesquisa qualitativa: a estrutural-funcionalista, a fenomenologia e a materialista dialética. “Por isso, o teor de qualquer enfoque qualitativo que se desenvolva será dado pelo referencial teórico no qual se apóie o pesquisador.”

Especialmente em nossa pesquisa, a base teórica tem como objetivo principal a experiência vivida, cabendo ao pesquisador captar por meio da observação, análise e descrição o entendimento do fenômeno.

O filósofo alemão Martin Heidegger em sua obra “O Ser e o Tempo”, busca através da estrutura do cotidiano a análise do ser, sendo que “as modalidades de acesso e interpretação devem ser escolhidas de modo que esse ente possa mostrar-se em si mesmo e por si mesmo” (HEIDEGGER, 1993, p.44). Para este autor, devemos, portanto, deixar a cotidianidade transparecer tal como ela é.

Tomamos como base de nosso estudo a percepção, a análise do cotidiano, os modos de vida, as continuidades e as discontinuidades que se desdobram em identidades e territorialidades, na intenção de desvelar as nuances dos sujeitos e lugares compreendidos em nossa análise. Assim, a abordagem qualitativa possui uma relevante estratégia de pesquisa, pois prioriza os aspectos descritivos,

perceptíveis e particulares de cada ambiente pesquisado, buscando reflexões por meio dos fatos comuns e rotineiros que se apresentam.

Apesar das diferentes formas de investigação, na pesquisa qualitativa, o preparo, a criatividade e a sensibilidade do pesquisador são qualidades fundamentais, pois é ele o “instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados” (GODOY, 1995, p. 62). Portanto, dadas às opções teóricas metodológicas, ele deve se preocupar com a forma como as informações são construídas e não simplesmente com os resultados a serem alcançados.

Godoy (1995a) indica que para um melhor entendimento dos fenômenos estudados é importante uma análise integrada, capaz de captar todos os pontos de vistas relevantes a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, a fim de que se entenda com clareza toda a sua dinâmica. A autora nos aponta três caminhos: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia propriamente dita.

O primeiro caminho requer uma análise minuciosa de materiais escritos, estatísticos e icnográficos. Neste tipo de investigação são citadas algumas vantagens como: a possibilidades de estudos de pessoas às quais não temos mais acesso direto, e nem a possibilidade de conseguir informações sobre longos períodos de tempo e a originalidade na forma como os dados são apresentados. Sabemos, porém, que existem dificuldades para se fazer este tipo de pesquisa como, por exemplo, a falta de acesso aos acervos, complexidade da codificação das informações e a ausência de comportamentos não verbais. No caso da pesquisa documental, a análise do conteúdo tem sido um instrumento bastante utilizado para suprir as dificuldades encontradas.

Já no estudo de caso privilegia-se a análise minuciosa e profunda de certo ambiente ou sujeito particular. Neste tipo de pesquisa é importante a apreensão completa do fenômeno em estudo, considerando as suas dimensões, multiplicidades e divergências. O pesquisador tem que se valer de uma “variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas

fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista” (GODOY, 1995, p. 26).

No caso da observação ela pode ser de caráter participante ou não-participante. Na observação participante o pesquisador participa ativamente de todas as atividades sendo, portanto, uma pesquisa interativa por natureza, onde o pesquisador torna-se parte vivente do processo a ser estudado.

De acordo com Brandão (2006, p. 41), a pesquisa participante deve “partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais ou coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações.” Neste sentido, devemos considerar como fonte do saber, o conhecimento partilhado, dinâmico e integrador em uma relação de sujeito-sujeito e não mais de sujeito-objeto.

Já a pesquisa de observação não-participante o pesquisador apenas observa. Ele é um atento e isento expectador. Não é da natureza deste procedimento a interação ou a vivência comprometida, mas apenas a observação meticulosa e rigorosa do fenômeno a ser desvelado ou compreendido. Obviamente essa não é a única diferença entre as duas abordagens. Existe hoje uma discussão em aberto acerca dos instrumentos usados tanto em uma quanto na outra. Para nosso objetivo aqui convém apenas pontuar suas principais diferenças.

Por último, Godoy (1995b) apresenta a pesquisa etnografia enquanto um recurso importante para as pesquisas qualitativas. Ela abrange a descrição e a interpretação de certo grupo, tendo como suporte principal o trabalho de campo. “O trabalho de campo é o elemento mais característico da pesquisa etnográfica” (GODOY, 1995a, p. 29).

Neste caso, somente com a pesquisa de campo é possível ao pesquisador estabelecer um contato direto com a cultura do grupo estudado, procurando decifrar seus signos e significados. Deve-se dar atenção tanto aos fatos mais amplos como também as inter-relações singulares do local e das pessoas estudadas. Além disto, o pesquisador deve procurar relacionar os fenômenos observados e vividos com o conhecimento teórico a respeito da sua temática de pesquisa.

Especialmente na Geografia a abordagem qualitativa vem ganhando grande destaque, com a adoção de instrumentos de investigação dos mais variados tipos, de acordo com o tema de interesse e das novas possibilidades de análises apresentadas. Em nossa pesquisa partimos da premissa de uma interação entre estas diferentes técnicas apresentadas, na intenção de construir uma pesquisa capaz de suscitar, com suas devidas proporções, uma visão integradora.

Apresentamos aqui caminhos de investigação que privilegiam a pesquisa qualitativa, conforme enfatizado por Godoy (1995, 1995a) e Triviños (1987). Salientamos, porém, que esta opção nem sempre precisa ser trilhada de forma separada e única. Cabe ao pesquisador escolher de forma criteriosa e criativa os melhores instrumentos a serem aplicados em suas pesquisas, levando sempre em consideração a validade das informações adquiridas, sejam elas qualitativas ou quantitativas.

Para que as pesquisas geográficas qualitativas obtenham cada vez mais credibilidade, devemos salientar que as ferramentas metodológicas devem se aproximar ao máximo da realidade pesquisada. Aliado a isto é importante que o pesquisador se preocupe com a análise coerente dos dados coletados e, ainda, apresente formas de devolução dos resultados alcançados para a população ou ao ambiente pesquisado.

Neste contexto apresentamos a seguir a constituição da etnografia, sendo, portanto, nossa opção metodológica traçada para a realização da pesquisa. Descrevemos as etapas de investigação, pautadas essencialmente nos estudos de Geertz (1989), Malinowski (1978), Angrosino (2009) e Brandão (1995, 2006), que consideram cada momento de vivência e estruturação do estudo uma fase essencial para o sucesso da pesquisa.

2.2 Observar, descrever e analisar

Segundo Malinowski (1978) o objetivo básico da pesquisa etnográfica de campo é mostrar nítida e claramente a constituição social, isolando leis e regularidades dos fenômenos naturais, do que for irrelevante. O estudo é feito

através de perguntas em situações reais e/ou hipotéticas, na intenção de proporcionar aos nativos a oportunidade de discorrer sobre o tema proposto. Além disso, devemos observar o comportamento das pessoas na intenção de descobrir o “comentário” de determinado assunto contido na mente do pesquisado.

Malinowski (1978) em sua descrição etnográfica buscou interpretar povos distantes. Seus estudos foram capazes de descrever a vivência da/na pesquisa. Assim como Malinowski (1978), o antropólogo norte-americano Clifford Geertz (1989) priorizou o uso da “prática da etnografia” em seus estudos culturais. Ele avançou em um ponto importante, esclarecendo que a etnografia não deve ser utilizada apenas para “estabelecer relações, selecionar informações, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário.” Ela deve ser definida como um “esforço intelectual”, visando uma “descrição densa” da realidade pesquisada (GEERTZ, 1989, p. 4). Segundo este autor “fazer a etnografia é como tentar ler um mosaico estranho”, (GEERTZ, 1989, p. 7).

Apesar de situar como marco histórico o trabalho destes dois antropólogos, as pesquisas etnográficas não pararam no tempo e muitos outros pesquisadores continuaram trabalhando e aprimorando o conceito. Recentemente podemos citar autores como: Hammersley e Atkinson (1994), Brandão (1995, 2006), André (2008, 1995, 1997), Moreira e Caleffe (2006) e Angrosino (2009) que buscam formas, técnicas e enfoques específicos para se trabalhar a etnografia em diferentes abordagens e áreas do conhecimento.

O educador Angrosino (2009, p. 30) destaca que “a etnografia é a arte e a ciência de desvendar um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças.” Ela requer, portanto, uma pesquisa minuciosa da vida cotidiana de um grupo ou de uma comunidade. Segundo o autor, isto envolve a experiência do pesquisador, que é ao mesmo tempo um “participante subjetivo” e um “observador objetivo.”

Segundo Angrosino (2009) a etnografia pode ser adotada tanto como método quanto como produto de pesquisa. O método etnográfico requer pesquisa

de campo, longo período de tempo (variando de semanas, meses ou até anos). Ele é personalizado (o pesquisador é participante/observador), é multifatorial (utiliza técnicas diferenciadas de pesquisa). É indutivo (descrição/explicação) e é dialógico (busca analisar as informações com os informantes), assim como holístico (visão do todo), (ANGROSINO, 2009, p. 31). Como produto, a etnografia “é uma narrativa sobre a comunidade em estudo que evoca a experiência vivida daquela comunidade e que convida o leitor para um vicário encontro com as pessoas”, (ANGROSINO, 2009, p. 34).

Se utilizarmos a etnografia como “produto”, algumas questões se fazem necessárias: como fazer falar sobre si um saber que se construiu, em termos de seu objeto e de sua metodologia, em um discurso sobre o outro? Ou, como fazê-los dizer algo diretamente sobre eles mesmos?

Para o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1998) o ato de olhar, ouvir e escrever é essencial em uma pesquisa que envolve descrição e “apreensão”. Sendo necessária uma articulação entre a vivência e a experiência. Assim, não basta unicamente estar presente, é necessário entender os gestos, os significados e sentidos dos sujeitos e dos lugares pesquisados. Devemos, portanto, nos atentar aos detalhes mínimos, observar fatos pormenores e estar o tempo todo atentos aos acontecimentos que nos cercam.

Brandão (1995, 2006) aponta em suas obras exemplos bastante interessantes de como a pesquisa etnográfica pode ser aplicada. Neste caso, o autor utiliza quatro grandes pilares que norteiam a pesquisa, denominados como: as práticas do fazer, as éticas do agir, as lógicas do pensar e o universo simbólico. Estas fases constituem a essência da pesquisa.

Para este autor, as práticas do fazer estão alicerçadas nos saberes populares e na vida cotidiana da comunidade, ligada a alguma prática concreta, como a construção de uma casa, envolvendo, portanto, a descrição dos atores, das cenas e dos cenários da pesquisa. As éticas do agir referem-se aos conjuntos de regras e códigos do comportamento individual e/ou coletivo que regem a vida comunitária. São as regras, gramáticas e códigos sociais específicos no e com o

ambiente pesquisado. As lógicas diferenciadas do pensar remetem a construção de sistemas de sentidos e significados do teor identitário e suas representações sociais. São formas próprias de pensar e agir perante o outro. Já o universo simbólico abarca a maneira como o indivíduo vê e se coloca no mundo em sua esfera mais ampla e densa, como na Religião.

Em nossa pesquisa tomamos como referencia esses quatro pilares tratados por Brandão (1995, 2006), por entendermos que eles se aproximam das pesquisas relacionadas à Geografia Humana, sendo adequadamente utilizado nos estudos culturais. Apesar de uma variedade de outros autores que trabalham com esta temática, tomamos os estudos dos autores aqui apresentados como sendo os principais aportes teóricos e metodológicos para o desenvolvimento das pesquisas etnográficas e com os quais nos aproximamos e dialogaremos mais intensamente.

Neste caso recorreremos a etnografia por oferecer um universo bastante diversificado de possibilidades de análises. Obviamente, com o passar dos anos as pesquisas vem se tornado cada vez mais condensadas e com curto espaço de tempo para a sua realização. Por este motivo não propomos realizar uma experiência semelhante à que viveram Malinowski, Geertz e muitos outros antropólogos em termos temporais, mas sim, apresentar a utilização de técnicas e instrumentos associados à etnografia para demonstrar que ela pode ser utilizada através de outros meios, e ainda assim pode fornecer uma compreensão aguda sobre os fatos sociais dispostos e atuando no e sobre espaço geográfico.

Sabemos, porém, que esta pesquisa deve ser utilizada com cautela, por requerer do pesquisador um olhar minucioso do ambiente e dos fatos pesquisados. A etnografia entrelaça a percepção, a observação e as considerações críticas sobre o “que” e “quem” se pesquisa. Além disto, o pesquisador necessita de tempo, condições e disposição suficientes para planejar e organizar suas informações, procurando utilizá-las de forma criativa e instigante. Este processo exige uma “descrição densa”, Geertz (1989) o mais detalhada possível, que perpassa pelo que Malinowski (1978) denominou de esqueleto, carne e sangue e o

espírito da pesquisa. Ou, como prefere Brandão (1995, 2006): as práticas do fazer, as éticas do agir, as lógicas do pensar e o universo simbólico.

Apesar dos inúmeros caminhos, um intenso trabalho de campo é sem dúvida a maior vantagem de uma pesquisa etnográfica. De acordo com a realidade estudada cada pesquisador pode escolher livremente os seus instrumentos de pesquisa que devem ser os mais variados possíveis: observação participante, entrevistas livres e/ou semi-estruturadas, levantamento de dados primários, questionários, diário de campo, mapas mentais, croquis, fotografias, descrição, etc. Salientamos que todos esses recursos foram empregados em nossa pesquisa, sejam eles utilizados em conjunto ou separadamente, a depender da necessidade.

Para além dos recursos oferecidos pela Etnografia, sentimos a necessidade de incorporar elementos que geografizem a pesquisa. O olhar e as reflexões devem ser processados a partir do espaço geográfico, pensado a partir das categorias de análise que sustentam nosso estudo. Uma atenção as análises da paisagem, do lugar, do território, das identidades e das territorialidades.

Portanto, apresentamos a seguir os caminhos de pesquisa que busca enlaçar os procedimentos etnográficos com olhar geográfico, tendo como eixo norteador o pesquisador participando ativamente do ambiente pesquisado, a Geoetnografia.

2.3 A experiência da pesquisa Geoetnográfica

As reflexões teóricas e metodológicas se apresentam como um fecundo caminho para o aprimoramento de nossos conhecimentos, na intenção de, cada vez mais, superar os desafios que nos são lançados enquanto pesquisadores. Quando optamos pelos estudos qualitativos estamos lidando com uma dupla obrigação: em um primeiro lugar, com os nossos compromissos de pesquisa e, em segundo lugar, com as pessoas pesquisadas. Pessoas estas que deixam de serem meramente “objetos de pesquisa” para serem protagonistas de nossos estudos. “Sujeitos da pesquisa” que interagem e dão voz, sentidos, expressões,

preocupações, crenças, e nos ajudam a traçar uma teoria sobre as suas relações com os outros e com o espaço social.

Diante de tais reflexões propomos uma estratégia de pesquisa, visando compreender através do olhar geográfico os significados, as ações, os comportamentos, as relações e os modos de vida de sujeitos e/ou grupos sociais.

A título de contribuição metodológica, apresentamos nossa proposta de pesquisa que foi pensada partindo da Geografia, e chega aos estudos etnográficos advindos da Antropologia. Essa proposta surgiu a partir da necessidade de ampliarmos os nossos enfoques e olhares, traçando um diálogo o mais próximo possível entre as ciências humanas e sociais. Pensamos em uma linha do tempo que começa muito antes da pesquisa de campo propriamente dita e que não finaliza com as reflexões finais e/ou parciais.

Apresentamos aqui nosso exercício metodológico de pesquisa associada tanto a “prática da etnografia” quanto ao olhar geográfico. Passamos, a partir de agora, a trilhar os caminhos e momentos de uma pesquisa “geoetnográfica”. Salientamos que o objetivo maior deste estudo é buscar entender de forma criteriosa a vida dos sujeitos pesquisados, ou seja, a visão “deles”, a forma como “eles dizem”, como eles “dizem que vivem” e como “eles pensam o viver”.

Para tanto, traçamos desde nossa pesquisa de mestrado algumas etapas de investigação que julgamos importante para a validação da pesquisa. Nesta pesquisa de doutorado aperfeiçoamos estas reflexões e incorporamos novos elementos que nos fizeram refletir a partir da geoetnografia. É importante salientar que existe uma distinção quanto a outro termo parecido, a etnogeografia. Neste caso, o seu uso vem sendo utilizado na Geografia, especialmente nas pesquisas com ênfase nos aspectos culturais.

Claval (2002, p. 184) esclarece que os trabalhos etnogeográficos “permitem penetrar na intimidade das civilizações”. Embasada nas colocações deste autor, Maria Geralda de Almeida em seu artigo “Uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo”, publicado em 2008, coloca que a prática etnográfica, apesar de ser bastante antiga, ainda é pouco usual entre os geógrafos. Segundo Almeida (2008,

p. 332) a etnogeografia “busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo”. Para esta autora este termo está relacionado aos estudos das organizações espaciais e das representações sociais.

Apenas para exemplificar, destacamos ainda as idéias de Heitor Antônio Paladim Júnior, que em sua pesquisa de doutorado intitulada “Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no Norte de Minas Gerais”, defendida na USP em 2011, utiliza o termo etnogeografia como sendo “uma obra de encontros entre o saber popular, pelos liames do etnoconhecimento, e do conhecimento científico”. (PALADIM JÚNIOR, 2011, p. 24).

Outro autor que vem publicando importantes trabalhos relacionados à etnogeografia é o professor José Antonio Souza de Deus, em especial o seu livro “Geografia cultural do Brasil/Etnogeografia”, publicado em 2010, apontando a tendência de utilização deste termo enquanto um caminho metodológico de pesquisa na Geografia.

Citamos ainda os debates realizados em 2012 durante a V Semana de Geografia da UEPB, na ocasião da mesa redonda “Etnogeografia e os caminhos tradicionais no semi-árido paraibano”, com a contribuição dos professores Reinaldo Faria Paiva de Lucena e Carlos Antonio Belarmino Alves.

Apesar destes estudos, em grande parte, aproximarem dos instrumentais de nossa pesquisa, nossa intenção aqui é avançar neste debate e trazer novas reflexões capaz de orientar o pesquisador quanto à condução metodológica e a adoção de seus procedimentos de pesquisas. Portanto, para além da etnogeografia, utilizamos a geoetnografia enquanto um alicerce que sustenta nossas opções metodológicas, apoiados essencialmente nas concepções geográficas e nas percepções etnográficas.

Por tratar-se de uma direção, um caminho que foi seguido na pesquisa, achamos conveniente delinear, passo a passo, todas as etapas adotadas: **o estar**

aqui, o ir, o estar lá e o voltar de lá. Elas foram um roteiro imaginário e compreendeu os momentos de pesquisa vividos pelo pesquisador.

Estas etapas seguem as proposições apresentadas por Geertz (2002). Este autor coloca que o pesquisador precisa convencer o leitor de que seus relatos de pesquisa são autênticos justamente por que vivenciaram as etapas de pesquisa, ou seja, “estiveram lá”. Segundo este autor, a constatação dos fatos narrados se dá por que estando lá “teríamos visto o que viram, sentido o que sentiram e concluído o que concluíram” (GEERTZ, 2002, p. 29). Evidenciando assim, a essencial relação entre o “estar lá” e o “estar aqui”.

Neste caso, os momentos da pesquisa envolvem os preparativos de “ida” ao campo, o caminho percorrido, os dias vividos, a despedida do campo, o caminho de volta e, por fim, as reflexões. Todo este universo perpassa fases importantes e indissociáveis de nossa geoetnografia, vividos durante o tempo da pesquisa, conforme apresentado a seguir.

2.3.1 O estar aqui

Esse foi o momento dedicado a pensar a pesquisa. Nesta fase delineamos o projeto de tese. Fizemos leituras teóricas prévias, propusemos hipóteses, sugerimos objetivos, delineamos métodos e categorias geográficas, pesquisamos metodologias e esquematizamos a estrutura dos capítulos.

Com o projeto estruturado passamos então a buscar informações sobre a região e/ou os locais a serem pesquisados. Apareceram inúmeras pesquisas, muitas delas com assuntos muito amplos e diversificados.

Com o propósito de direcionar a problemática da pesquisa filtramos nosso olhar para a nossa temática específica, ou seja, trabalhos específicos sobre as gentes do Rio São Francisco: seu modo de vida, suas identidades, territorialidades, suas formas de trabalho e de diversão. Foram feitas leituras prévias sobre o que se pesquisa e a forma como se pesquisa.

Além disso, começamos a imaginar quem seriam as pessoas e lugares a serem pesquisados. Nesse momento ainda prevalece uma visão parcial dos fatos, entendido

apenas na visão do outro, ou seja, por aqueles que pesquisaram e disseram que já conhecem o local e/ou as gentes pesquisadas.

Conforme dispomos na apresentação, o Rio São Francisco tem se tornando cada vez mais presente em nossas pesquisas. Essa temática instigante nos leva a refletir e querer conhecer cada pedaço de um rio que se mostra misterioso e, ao mesmo tempo, aberto a novos olhares.

Pensando genericamente, notamos ambientes quase sempre perceptíveis aos olhos do pesquisador, mas revelado somente para aqueles que vivem e percorrem as fronteiras líquidas deste rio. São muitos rostos e histórias que ainda precisam ser descortinados. Assim surge a pesquisa, nas reflexões sobre o que poderemos encontrar no caminho.

2.3.2 O ir

Nesse momento começamos a pensar concretamente sobre a condução e os caminhos a serem seguidos durante a pesquisa de campo. Surgiram muitas alterações de percurso, questionamentos, dúvidas e angústias sobre o que iríamos encontrar ao longo de nossa pesquisa pelas águas do Rio São Francisco.

Definimos que seria realizada uma expedição de barco pelo médio Rio São Francisco partindo da cidade de Pirapora até o município de Manga, percorrendo todo o trecho navegável do rio no estado de Minas Gerais³². Traçado o caminho, partimos para o planejamento da pesquisa de campo.

Obtivemos algumas informações de possíveis localizações e nomes. Nada muito concreto e oficial. Foram informações colhidas a partir de pessoas que conhecem os lugares como, por exemplo, pescadores e moradores de pequenas comunidades ribeirinhas ou povoados.

Tivemos o cuidado de programar e organizar com antecedência nosso roteiro, atentando para nossas reais necessidades logísticas e operacionais. Foram

³² Expedição realizada pelo projeto “Etno-cartografias do São Francisco: modos culturais de vida cotidiana, culturas locais e patrimônios culturais em/de comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais”, sediado no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES, financiado pelo CNPq edital – 02/2009.

dias e dias mapeando as comunidades e ilhas a serem visitadas, elaborando material para oficinas, organizando equipamentos (máquina fotográfica, gravador de voz, GPS, etc.), montando roteiros de entrevistas, esquematizando os pontos de parada das viagens e estabelecendo contatos com órgãos e instituições colaboradoras.

Este levantamento prévio nos deu a dimensão do que iríamos encontrar ao longo do percurso, mas não encerrou as possíveis realidades encontradas em cada ponto de parada da pesquisa.

A pesquisa de campo ocorreu durante a expedição “Sertão molhado”. Saímos de Pirapora na manhã do dia 17 de julho de 2011 a bordo da barca Tainá. Navegamos pelo São Francisco rio abaixo durante dez dias intensos de viagem e pesquisa. Nesta expedição um dos objetivos principais de nossa viagem foi mapear e conhecer um pouco mais sobre a vida das pessoas que moram e trabalham nas ilhas fluviais e margens ao longo do Rio São Francisco.

Além da expedição realizamos ainda pesquisas pontuais com alguns moradores da beira do Rio São Francisco nos municípios de Pirapora, Buritizeiro, Januária e São Francisco no estado de Minas Gerais. Nesse caso, a intenção foi conversar informalmente com alguns moradores mais antigos, realizar entrevistas³³ e fotografar as gentes e as paisagens significativas do rio.

2.3.3 O estar lá

Esta etapa é o que consideramos nossa chegada e estadia ao universo empírico da pesquisa. O campo de descrição, a visão geral, o contato, a descoberta, as indagações, o pensar, e também: o agir, procurar, investigar, analisar e acima de tudo, o observar.

Inicialmente buscamos um olhar amplo e espontâneo sobre o local da pesquisa, com observações genuínas dos cenários e dos fatos a serem pesquisados. Posteriormente começamos a nos distanciar de tudo aquilo que nos parece comum.

³³ Roteiro de entrevista disponível no anexo 1.

Buscamos o “estranhamento”, a desconstrução e os questionamentos. Tudo o que parece normal e rotineiro passa a ser observado com outro olhar, desmascarando possíveis julgamentos prévios.

Este foi o momento da pesquisa de campo propriamente dita em que colocamos em prática as técnicas e instrumentos de pesquisa previamente selecionados, buscamos captar o vivido, o sentido e o percebido.

Sabemos que o pesquisador deve estar preparado para os “imponderáveis da vida real”. Muitas previsões acabam sendo superadas pela vivência em campo. Tivemos a oportunidade de conhecer mais de perto os costumes, o conhecimento local e as singularidades de cada grupo ou comunidade pesquisada.

Tomamos o cuidado de nos aproximar de forma particular em cada localidade, procurando ao máximo entender a rotina diária de vida e o trabalho dos entrevistados. Este contato foi sempre cuidadoso e sutil, como forma de respeito e valorização do lugar e das pessoas envolvidas na pesquisa. Buscamos sempre uma “descrição densa” daquilo que vimos e principalmente pesquisamos.

Iniciamos a pesquisa com a certeza de que ela se faz a partir do que é desconhecido e, em muitos casos, imaginado. A falta de informações precisas talvez tenha sido uma das nossas maiores riquezas. Paramos sempre que preciso, perguntamos, investigamos e visualizamos o que nos parecia estranho.

Foram dias de constante alerta, um eterno olhar para frente. A cada hora uma nova descoberta. Saímos à procura de pessoas para conversar e saber um pouco mais de suas histórias e permanência. Chegamos a muitas casas que estavam fechadas e não tivemos a sorte de encontrar com os moradores. Durante a expedição paramos em muitas ilhas e pequenos povoados.

2.3.4 O voltar de lá

Fase que estruturamos os dados, tabulamos, analisamos e tecemos considerações a partir da vivência no campo. Procuramos entender o quanto a pesquisa e o material colhido podiam ser significantes para os rumos da pesquisa. Neste momento as observações do comportamento e o resgate da memória dos

pesquisados foram dispostos considerando a interatividade entre o “eu” pesquisador e os “outros” pesquisados.

As experiências vividas serviram como reflexões para a construção da pesquisa. Avaliamos criticamente tudo o que foi visto, pensando nos objetivos propostos, além de prever futuras e originais contribuições sobre o que foi pesquisado.

Nessa etapa de retorno do campo, pensamos sobre o campo. Estruturamos a pesquisa fundamentada não apenas em teorias antropológicas, filosóficas e geográficas, mas também em um olhar pautado nos relatos das experiências vividas. A mudança interior adquirida com a vivência com os “outros” em muitos casos foram incorporadas a pesquisa. A riqueza se deu muito mais na caminhada “travessia”, do que propriamente nos resultados “chegada”, não somos mais os mesmos pesquisadores do início da pesquisa, apreendemos sentimentos, adquirimos novos “conhecimentos humanos”. São as nossas observações, impressões e análises que ficaram registradas. Devemos apenas nos atentar para que elas sejam as mais próximas possíveis da realidade vivida, considerando sempre a interatividade entre o “eu” pesquisador e os “outros” pesquisados.

Lembramos ainda que além dos resultados acadêmicos apresentados, pensamos ainda em um retorno apropriado da pesquisa para as pessoas envolvidas no nosso trabalho. Elaboramos uma espécie de cartilha contendo imagens e falas dos sujeitos pesquisados durante a viagem, denominado de “Vozes do rio”³⁴. Cenas e cenários de homens e mulheres das comunidades das margens e ilhas do Rio São Francisco de Pirapora até Manga, em Minas Gerais.

2.4 O encaminhamento da pesquisa

Geertz (1989) esclarece que toda pesquisa parte da busca de um saber entendido pela visão de um **eu** visto sobre e através de um **outro**, conduzido pelo olhar que cada um pretende seguir e entender. Assim, a geoetnografia

³⁴AMARO, Fernanda Ribeiro; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). Vozes do rio. Uberlândia: Edibrás, 2013. 90p.

apresentada acima obedece ao critério de análise, interação e interpretação do “sujeito pesquisador” sobre o lugar e os “sujeitos pesquisados”. Esta sequência deve ser entendida e analisada de forma integrada e indissociável, sempre levando em consideração que toda pesquisa impõe desafios e cabe ao pesquisador saber tirar proveito deles.

É importante frisar que um dos requisitos para a realização dessa proposta de pesquisa “geoetnográfica” está em estabelecer um afastamento, uma desnaturalização do cotidiano observado para, depois, em outro momento, procurar retraduzir o que foi investigado em uma linguagem de novo familiar. A proposta é uma viagem em dupla direção, transitando sempre pelo que é real, visível como também pelo que é abstrato, imaginário. Sempre construindo e desconstruindo.

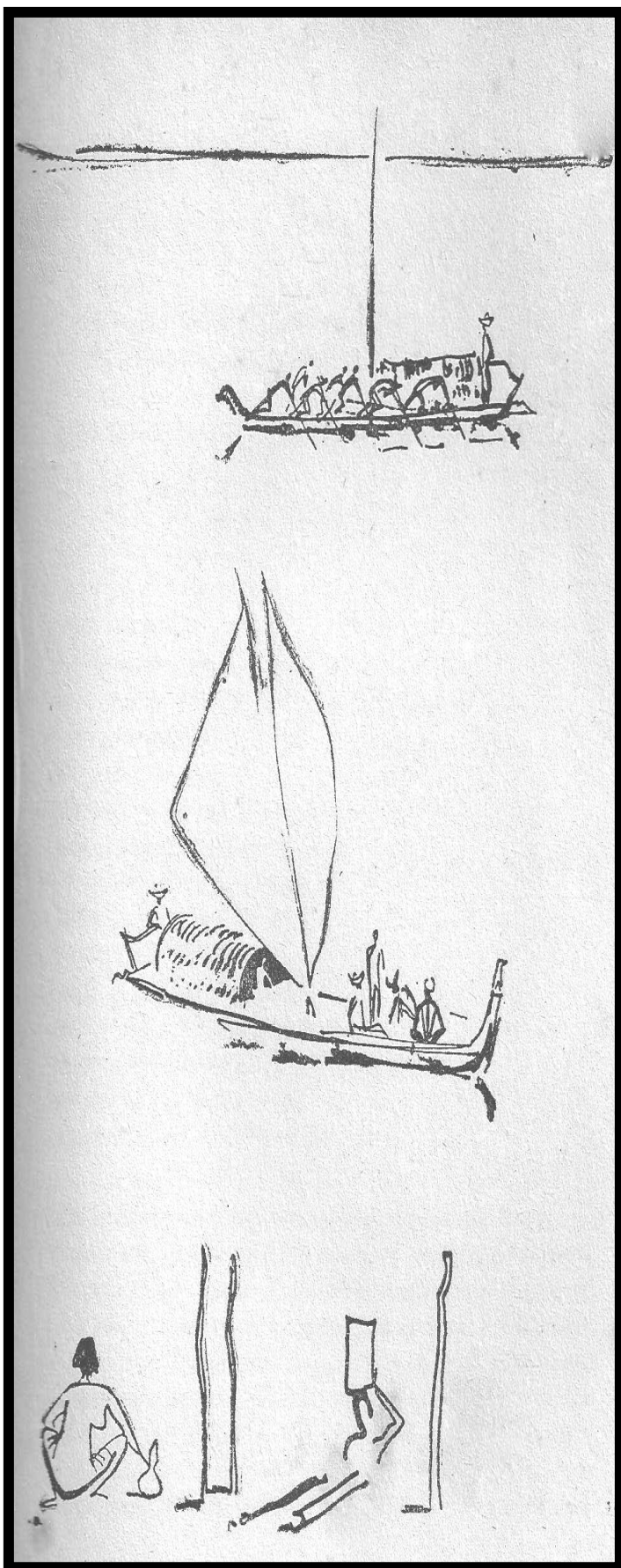
Essa proposta leva em consideração o que Souza (2011, p. 44) define como:

(...) o ideal do encontro entre mundos diversos, entre “nós” e “eles”. Ou seja, é necessário que as pesquisas sobre “eles” encontrem fórmulas que proporcionem um pensar sobre “nós”. E, inversamente, é preciso que as pesquisas sobre “nós” incorporem as noções que foram e continuam a ser desenvolvidas para pensar sobre “eles”.

Neste caso não podemos considerar apenas as aproximações metodológicas consagradas na noção de “pesquisas etnográficas densas”. Devemos ainda salientar a importância do olhar geográfico em nossas pesquisas, pois só conseguimos entender nossa realidade considerando o que aprendemos e continuaremos a aprender com olhares distintos e até mesmo singulares.

A pesquisa “geoetnográfica” é um caminho que se constitui com o fazer/pesquisar. E é esse fazer que apresentamos nos capítulos seguintes, na intenção de mostrar como desenvolvemos nossa pesquisa tomando como referência principal as etapas metodológicas acima delineadas.





Fonte: (LINS, 1952, p. 167)

CAPÍTULO 3

VIAGEM

GEOETNOGRÁFICA

PELO RIO SÃO

FRANCISCO:

o tempo presente

Introdução³⁵

Descrevo a partir de agora as minhas experiências de navegar sobre as águas do Rio São Francisco. O primeiro momento foi em meados de junho de 2010, partindo da cidade de Brejo Grande, a última na margem direita do rio no Estado de Sergipe, rumo à sua foz. O segundo momento foi em julho de 2011, totalizando dez dias navegando pelas águas, ora límpidas e calmas, ora barrentas e inquietas, do seu médio curso desde Pirapora até Manga em Minas Gerais.

A intenção neste capítulo é priorizar as observações, as descrições, os relatos e as imagens dos sujeitos entrevistados e dos lugares pesquisados. O texto aqui apresentado segue o trajeto de uma viagem rio abaixo, um roteiro feito dia a dia, com pontos de parada para caminhadas, conversas e fotografias. Em grande medida inspirei-me nas descrições feitas pelos viajantes apresentados no primeiro capítulo, porém com um olhar mais voltado para as gentes do rio.

Esta estratégia, a princípio, pode parecer desprezível, mas veio a ser um caminho, uma criteriosa opção de investigação que não foi feita de forma aleatória e impensada, ao contrário, ela segue as etapas metodológicas de pesquisa descritas no capítulo dois. Realizei, portanto, uma pesquisa “geoetnográfica” capaz de redefinir olhares, priorizar as falas dos entrevistados, refletir sobre o ambiente pesquisado e enlaçar conceitos e categorias que dessem conta das indagações e hipóteses propostas na pesquisa. Para tanto, utilizei a percepção como a principal fonte de pesquisa, tendo como referência a ideia de Coimbra (2004, p. 539).

Percepção é um substantivo que se aplica ao ato, ao processo de perceber, assim como resultado dessas ações. Perceber, por seu turno, vem da língua latina: *percípere* (per = bem, como intensidade + *cápare* = apanhar, pegar, captar). Neste sentido, *perceber* um fato, um fenômeno ou uma realidade, significa captá-los bem, dar-se conta deles com alguma profundidade.

³⁵ Por se tratar de relatos de viagem, a primeira parte desse capítulo foi escrita na primeira pessoa do singular, com a intenção de apresentar com maiores detalhes os fatos observados.

Na verdade, transitei basicamente entre cinco verbos: ver, ouvir, perceber, sentir e compreender. Entendo que a percepção está intimamente ligada a maneira como vemos o mundo, nossas trajetórias, experiências e referências ao longo da vida. É ela que conduz nossas práticas diárias e direciona o nosso olhar.

Trago aqui, portanto, a minha viagem “geoetnográfica” pelo Rio São Francisco. Descrevo a seguir as percepções e experiências vividas durante os dias de pesquisa de campo, tendo como norte principal as ilhas e comunidades por onde passei.

3.1 No balanço das águas: de Pirapora a Manga

Eis-me novamente no Rio São Francisco! Assim como as suas águas que banham lagoas, barrancos e várzeas e voltam serenamente para o seu curso, estive mais uma vez seguindo seu fluxo. Retomo lembranças. O que me reservou tamanhas águas? Grandiosidade sem fim. Ainda no século XVIII já revelava Saint-Hilaire (1975, p. 279) “é o maior da província das Minas e um dos mais importantes do Brasil”.

Trago aqui a descrição e a análise do que foram aqueles intensos dias de pesquisa. Durante meu percurso descendo águas-abaixo do São Francisco, o que me interessou foram as gentes do rio. Parei, fotografei, mapeei e, sempre que possível, conversei/entrevistei moradores de ilhas e das barrancas. Aprendi com as leituras dos viajantes apresentados no primeiro capítulo, que a descrição dia a dia torna os registros da viagem ainda mais detalhado e eficiente. Sigo os seus conselhos.

3.1.1 Primeiro navegar: de Pirapora a Ilha do Boi³⁶

A viagem começa. Partimos do porto da **cidade de Pirapora**, embarcamos rumo ao desconhecido. Buscamos descobertas. Acompanhamos o correr das

³⁶ Mapa do trajeto disponível no anexo B.

águas. Águas de julho, claras e límpidas. A barca Tainá anuncia que é chegada a hora. Somos doze pesquisadores, cada um com propósitos diferenciados, mas todos buscando conhecer um pouco mais das histórias das gentes deste rio, (foto 04)³⁷.



Foto 04: Início da viagem, com a saída da barca Tainá do porto de Pirapora/MG. O ponto de partida foi às nove horas da manhã do dia 17 de julho de 2011.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Além de malas, equipamentos, utensílios e comida, carregamos também ansiedades e expectativas. Muitos planos de parada, algumas estratégias de navegação, mas acima de tudo, o acaso, o inusitado, a “travessia”. Um leque que se abre. Muitos ângulos. Vários olhares. Um único caminho, várias possibilidades.

A figura 03 a seguir foi previamente elaborada por alguns integrantes da equipe a partir de informações colhidas por alguns moradores das cidades ribeirinhas e por presidentes das associações da região e aponta o nome das possíveis comunidades e ilhas que iríamos encontrar ao longo do trajeto da viagem. Seguimos nossa rota. Fizemos adaptações dia a dia. Descobrimos lugares outros.

³⁷Por se tratar de uma pesquisa coletiva, apresentamos o relato escrito na terceira pessoa do plural.

Lançamos nossos propósitos ao Rio São Francisco: pesquisar gentes do rio e de beira rio. Partimos dispostos a parar, avançar e se refugiar quando preciso for. O rio foi o nosso norte. Fomos todos tripulantes, navegando a favor da correnteza. Águas que correm ao longe, ao redor e dentro da gente.



Figura 03: Mapa contendo as possíveis ilhas e comunidade que iríamos encontrar ao longo do percurso.

Org.: ARAÚJO, E. C; RIBEIRO, L. Baseado em informações recolhidas na pesquisa Etnocartografias do São Francisco. Adaptação do Mapa de Minas Gerais. *Guia Cartoplano Rodovias*. São Paulo: Online, 2011.

Deixamos para traz o porto de Pirapora e com ele o majestoso Vapor Benjamim Guimarães que se fez presente ao nosso lado durante o embarque. Ele ficou atracado e agora somos nós que (re) fazemos o seu caminho.

Descemos lentamente o rio. As chaminés das fábricas da cidade mostraram-se presentes na paisagem. Olhamos para a outra margem. Um rio sempre tem duas margens. Ou seriam três? “(...) nessa água que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio. (ROSA, 1972, p. 37). A mata fechada. Alguns pequenos barcos. Algumas casas. O canto dos pássaros. A coloração das flores. Os tons de verde. O contraste. O silêncio. Apenas o barulho do motor cortando a água. O eterno horizonte. Águas perenes de grandes margens. Recorri a Saint-Hilaire (1938) ao narrar seu olhar sobre o rio. Outro tempo, mesmas paisagens.

O céu era da mais bela cor de púrpura, o rio refletia essa cor brilhante, uma calma profunda reinava na natureza, algumas canoas pareciam voar sobre as águas e nem sequer enrugavam-lhe a superfície. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 328).

Provavelmente os movimentos não são mais os mesmos, o contorno da paisagem mudou, o rio imprime as marcas do tempo presente, porém o significado permanece o mesmo. O trecho percorrido pelo viajante que durou meses, agora é feito em apenas alguns poucos dias. Não por isso deixei de vivenciar cada instante. Primeiramente observei. Deixei-me levar pelas águas. Voltei o meu olhar aos detalhes mais inusitados possíveis. Carreguei comigo um inseparável caderno de campo. Anotei tudo o que pude. Outros fatos, cheiros e sensações guardei na memória. Impossíveis de serem descritos, apenas recordados. Queria conversar com as gentes do rio. Saber um pouco mais de suas vidas, suas experiências de viventes das águas. Expectativa de ouvir grandes e certamente sofridas histórias.

A barca seguia navegando devagar. Assim que saímos do porto de Pirapora, um pouco a jusante, avistamos a primeira ilha, pequena, baixa e visivelmente sem nenhuma casa de moradia. Tivemos a informação de que ela se chama **Ilha da Codevasf**, por estar localizada bem em frente à estação de captação

de água do Rio São Francisco para o projeto de fruticultura do referido órgão. Observamos apenas algumas plantações. Informaram-nos que a única pessoa que utiliza a ilha é um senhor de quase 100 anos de idade, chamado Feliciano.

Mais abaixo avistamos a **Ilha do Paco-Paco**, pequena, baixa, desabitada, sem nenhum plantio e aparentemente nova. Apenas a observamos e não vimos a necessidade de parada, pois ela é uma ilha visivelmente pouco “movimentada”.

Logo fizemos a nossa primeira parada, na margem direita do rio ainda no município de Pirapora, próximo ao **Assentamento Paco- Paco**. Fomos ao encontro do Senhor Simão, um morador da margem esquerda do rio, com 93 anos de idade. Conhecemos suas roças, conversamos, indagamos, trocamos risadas e depois seguimos viagem. Aos poucos fomos descobrindo localidades, assentamentos e pequenas vilas.

A medida que a barca avançava a paisagem se renovava. Um espetáculo de aves e coloração de flores. Passei novamente pelo encontro do **Rio das Velhas** com o São Francisco. Tive olhares outros. “Cheguei a encarar a água, o Rio das Velhas passando seu muito, um rio é sempre sem antiguidade.” (ROSA, 2001, p. 195).

Logo em seguida chegamos a **Barra do Guaicuí**, distrito da cidade de Várzea da Palma. A comunidade foi ao nosso encontro. As crianças estavam ansiosas a beira do barranco a nossa espera. As margens do Rio das Velhas a imponência de uma antiga igreja já em ruínas, entremeada pelas raízes de uma gameleira (foto 05). Local de visitação para os turistas.



Foto 05: Igreja inacabada de Bom Jesus de Matozinhos, Barra do Guaicuí/MG. Começou a ser erguida pelos escravos no século XVII as margens do Rio das Velhas, com pedra e barro. Nunca foi terminada em função das constantes cheias do rio que fizeram com que a população migrasse para as áreas mais altas.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.



Figura 04: Croqui do Rio São Francisco entre a cidade de Pirapora e o Povoado Barra do Gaucí. Elaborado pelos integrantes da equipe que participou da expedição "Sertão Molhado".
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

De acordo com a figura 04, este foi o nosso navegar de Pirapora até o encontro com o Rio das Velhas e o povoado de Barra do Guaicuí. O ponto de partida do porto de Pirapora, a área urbana da cidade com destaque para as fábricas de tecido a beira do rio, a sinfonia de cores das árvores especialmente na margem esquerda, o canto dos pássaros, o aparecimento das primeiras ilhas, aqui e acolá algumas casa espaçadas, o encontro das águas, o alargamento do rio, a mudança de tonalidade das águas do São Francisco, a subida pelo Rio das Velhas, a chegada ao povoado.

Parte da equipe ficou no povoado e a outra parte desceu em um barco menor, rio abaixo, em direção a **Ilha do Engenho**. Esta é uma ilha grande e bastante habitada, utilizada para plantio e criação de animais e sem energia elétrica. Segundo informações dos moradores, ela possui cerca de 45 hectares e aproximadamente 40 moradores, distribuídos por toda a ilha.

Já é uma ilha de habitação antiga, com pessoas que moram nela por muitos anos. A primeira com quem conversamos foi o senhor Honório, de 62 anos (foto 06). Ele estava cuidando das criações de um vizinho na ilha (Gonçalo) que, por motivos de saúde, estava para a cidade. Conversamos na varanda de sua casa. Ele ficou o tempo todo de pé e em alguns momentos escorava uma das mãos na parede para descansar.



Foto 06: Senhor Honório, ilha do Engenho/MG. Homem forte, de pele morena, morador da ilha a mais de trinta anos.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Ele relatou sobre a vida na ilha, seu trabalho e suas histórias antigas trabalhando nas fazendas próximas ao rio e na ilha.

Ali embaixo na ilha do Boi, na margem, morava antigamente Antônio Marinho. Esse terreno ali era da Belgo-Mineira. É uma firma, é uma indústria né. Esse terreno pegava de várzea da palma até a beira do Jequitaiá. Então nessa época era da Belgo-Mineira. Mas quando a gente mexia aí, ele tava arrendado. Ele tava arrendado para o pessoal lá de Belo Horizonte, esse pessoal chamava, chamava... Eu reconheci ele por Gui. Nós éramos meeiro desse pessoal aí. A gente trabalhava aí. Quando podia a gente dava uma renda para eles. Era assim que nós vivia. Antônio Marinho tinha um engenho, ele levantava de madrugada para trabalhar no engenho. Quando ele tava trabalhando, a gente chegava lá, naquela época era com a cuia. Cuia de cabaça. A gente aparava garapa para beber.

(...)

A gente já sofreu muito nesta margem de rio. Já sofreu demais, não tinha salário, vivia na roça. Tinha seis filhos para criar. Inclusive eu estudei pouco, porque meu pai me pôs na escola eu tinha 10 anos. Hoje o menino vai para escola é com 4, 5 anos. Eu fui para escolar, nessa luta que eu vivia. Quando chegava da escola tinha que ir para a roça, de noite eu já chegava cansado, com sono, chegava na escola a professora perguntar cadê a nota, fez o dever? Eu falava: oh dona não fiz, porque fui para a roça cheguei tarde. Quando é menino a gente dorme cedo, não é? Ainda mais roça, 7 horas tá todo mundo querendo dormir.

(...)

Depois em 80, eu comprei uma área aqui. E tô aí. Tem mais de 30 anos que estou mexendo aqui na ilha.

*(...) foi indo, foi indo... foi melhorando, hoje posso falar, hoje eu sou um cara rico! Sou rico! Posso falar que sou um cara rico! **Tem os seus terrenos?** É, eu tenho meu terreno, tem a minha casinha, não é boa não, mas eu tenho a minha casa de morar lá na Barra. Sou um cara rico e não tinha nada! E tem uma área no assentamento. **Lá é quanto?** Lá tem 49 e meio, quase 50 hectares.*

Ele se afirmou como pescador, lembrou a pesca antigamente e reclamou da falta de peixe atualmente.

*Mas antigamente a vida era muito boa. Pegava muito peixe, eu o mesmo já perdi muitos surubim nesse rio. **O que o senhor conta da fartura desse rio?** Surubim de 56 kg já peguei desse rio aqui. Hoje você põe uma isca no anzol desta beira de rio e é capaz da isca sumir anzol. Parece que nem tem peixe.*

***O senhor ainda pesca?** Pesco, eu aposentei pela pesca, vinte anos de contribuição. **Então o senhor é conhecedor do rio mesmo, o senhor pescava a onde?** Nesta região aqui mesmo. Naquela época a gente pescava mais pouco porque era no braço, hoje não, hoje tem o motor, tem barco de alumínio, tem um motor 15, tem aquela oportunidade que o Lula*

*deu pra gente. Muitos pescadores aqui tem esses barcos a motor. Nós compramos! **Aumentou a facilidade, mas diminuiu o peixe?** Diminuiu. Olha em 60 quando você ia descendo, daqui a pouco só ouvia o barulho na rede, cros, cros, cros... você puxava a rede. Só numa rede você tirava um saco de Curimatá, de um quilo e meio, dois quilos, num instante você pegava aqui. (agora) É pescador de mais. Os pescador pesca muito irregular também, ele não olham as coisas, põe uma malha de 20, uma malha maior, eles não olham. Mas tem de fazer isso, senão o que vai fazer. Como é que eles vão viver se a profissão deles é essa? A polícia vem, eles dão o jeito deles, porque é assim que tem que viver. É difícil moço.*

Disse que começou a pescar em 1960. “Eu comecei a pescar com dez anos. Comecei com meu pai, depois com meu irmão. Antigamente era muito bom, tinha muito peixe. Aposentei pela pesca, vinte anos de contribuição”. Quando perguntamos se ainda está valendo a pena pescar ele respondeu:

*Comprador de peixe é o que mais tem aqui. Todo mundo compra peixe hoje, aí na Barra todo mundo compra peixe. **Está vendendo bem?** Está, mesmo pouco, tá valendo a pena o peixe. Tá compensando mais você ir para o rio, pegar 2, 3 quilinhos de peixe do que ir para a roça. Está compensando mais. Porque o peixe é dinheiro na hora. Outro dia eu peguei uma traíra aí e o cara me pagou a R\$7 o quilo. Bom de preço de mais. **O senhor pegou uma traíra de quantos quilos?** De 3 kg. Uma traíra boa. É um dia de trabalho. Mais está muito difícil, não sei se é o tempo. Tempo frio, muito frio! Tempo frio o peixe some também.*

Ele relatou ainda as situações vividas com as enchentes. “Aqui a gente não pode ficar aqui dentro não, é muito perigoso por causa da enchente. Tenho raiva de Três Marias porque ela solta água”. Este é um fato que se repete em muitas outras ilhas ao longo do Rio São Francisco, a certeza de que vivem nos lugares das águas e, ao mesmo tempo, a indignação com a barragem de Três Marias que modificou o do ciclo natural do rio.

Quando perguntamos a ele se existe diferença quanto à fertilidade da terra na ilha e nas margens ele nos explicou:

Oh! As terras aqui são tudo igual. Comparação, o pessoal fala assim, ilha é um lugar fresco, mas não é não, engana! Aqui está mais seco do que do lado de lá. A terra aqui é muito seca, porque é uma terra muito arenosa. Junta muita areia. Ilha é de terra que vai retornando, faz aquelas camadas de areia, vêm aqueles entulhos. Vai formando. Essa ilha é muito antiga, se cavar aqui para baixo é muita areia. Tem lugar que a terra é mais firme, mais tem lugar que você cava dá em cascalho, dá em areia.

Segundo o senhor Honório, já existem na ilha casas de veraneio. Mas a grande maioria ainda é de moradores permanentes que geralmente fazem o processo inverso. *“O pessoal fica mais durante a semana, sai fim de semana da água”*. Como era um dia de domingo notamos que a circulação de pessoas realmente era muito pouca, exceto os moradores mais idosos que normalmente não gostam de sair de suas casas.

Perguntamos ainda sobre a sua satisfação em viver na ilha e da possibilidade de morar em outro lugar e ele respondeu: *“não, em outro lugar não. Se eu falar com senhor, eu não gosto nem de passeio, eu não gosto nem de passear. Só dali para aqui e daqui para Pirapora, (ou) até Várzea da Palma. É só esses lugar que eu mexo”*.

Depois de uma longa e proveitosa conversa, o senhor Honório nos acompanhou por terra até a casa do senhor Martinho. Atravessamos cercas e colchetes, vislumbrando áreas de pastagens no interior da ilha, curral, cana, mandioca e árvores como o angico branco.

Percorremos alguns metros e chegamos à casa do senhor Martinho Rodrigues da Conceição (Martinho da Ilha) de 70 anos, e dona Abigail (Du) de 66 anos, pais de cinco filhos. Eles nos receberam no quintal em uma sombra agradável de uma mangueira. Disseram que são moradores antigos da ilha, *“moro desde 1978”*. Seu Martinho veio ainda menino de Barreira dos Índios para Ibiaí:

(...) é sou de lá de São Romão, fica pertinho, mas eu nasci mesmo em Barreira dos Índios. Tinha uma fazenda lá, os mais velhos tinham. Mas eles morreram, fiquei sem pai e sem mãe. Ficamos tudo pequeno, aí nós largamos lá para o estado. Porque ainda não tinha quem cuidasse, fazer o quê? Aqueles mais velhos (irmãos) não tinham condição de criar os pequenos. Aí nós saímos que nem seriema. Viemos parar aqui e lá ficou tudo.

Contou que foi a irmã mais velha que veio primeiro conhecer a região e depois voltou para buscar os demais irmãos, porém ela não tinha dinheiro para pagar a passagem de todos no vapor.

Porque uma irmã veio primeiro, depois ela foi buscar nós. Quando chegou lá o dinheiro era pouco para trazer todos. Nós éramos cinco. Ela falou, oh

meninos vocês vão ficar aí. Eu vou levar três e fica dois, porque o dinheiro não dá para levar todos. Aí eu pensei: mas eu não fico não. Era a irmã mais velha. Era Luiza. Eu falei: oh Luiza eu não vou ficar não, eu quero ir também. Ela falou: moço fica é que o dinheiro não dá para levar vocês tudo. Eu falei: não, eu vou pescar. Aí eu pedi vovó. Ela fiava linha, ela tornou fiar na roda, ela fiava aquele novelo. Eu pedi ela para fiar, fui lá no novelo, pus o anzolim (anzol pequeno), tinha outro menino, eu falei vão lá. Vamos ficar a noite para o lado da Barreira, quem sabe a gente pesca e vende. Eu não quero ficar não! Então nós fomos, era só jogar e pegava uns mandizinho dessa arturinha (tamanho) assim, iscava. Moço! O tanto que jogava pegava, o que a linha aguentava 2 quilos, 3 quilos, Peguei meia dúzia. Aí cheguei lá vendi, fiz 50.000 réis. Aí falei, agora eu vou embora (risos). Vim deu certinho, trouxe a mais nova que ia ficar. Só nos peixinhos deu para trazer o pessoal todo.

Com apenas treze anos de idade o senhor Martinho já sabia pecar e negociar o peixe. Apesar de ter chegado à ilha ainda criança ele descreve com detalhes suas lembranças e conta como construiu sua vida neste lugar.

*Descemos em Ibiaí e viemos parar aqui. **O senhor estava com quantos anos?** Eu era pequeno, com treze anos. **Como era a ilha quando o senhor chegou aqui?** Aqui era mais pequena, era estreita a ilha e aqui atravessava de Val (era raso), não tinha rio não, era só uma guelinha. A gente atravessava de pé daqui para lá, com água aqui (na perna). E hoje está um riozão desses. **Já tinha gente morando?** Já tinha. **E quem ajudou vocês?** Tinha os avós. Tinha a avô e tinha as irmãs. Eram cinco (irmãos), nós chegamos aqui e uma parte foi para São Paulo. Outra foi para Pirapora e eu fiquei aqui. E estou aqui até hoje. Eles já morreram tudo. Morreu dois em São Paulo, morreu o de Pirapora. **Aí só tinha o terreno?** Só tinha terreno. Aí eu comprei um direito naquela época por 1.600 cruzeiros. Comprei o direito e posseei aqui. E dos mais velhos aqui é só eu mesmo. Já faz muito tempo! Muito tempo. **O senhor veio de onde?** De São Francisco. **Então a ilha era menor?** Era bem menor, era mais baixo também e não tinha esse rio. Era só uma guelinha. Diferenciou demais.*

(...)

***E porque o senhor resolveu ficar aqui?** Gostei, achei melhor. Porque eu nunca fui homens de gostar de cidade. Desde pequeno eu nunca fui homem de gostar da cidade. Então o pessoal todo procurou a cidade e eu preferi ficar aqui, pescando e trabalhando, até que pude adquirir esse pedacinho aqui. E aqui fiquei. **Então primeiro o senhor ficou trabalhando?** É, eu fiquei trabalhando para os outros. Aí com o tempo eu comprei esse pedacinho aqui. Em 1960 eu casei, criei os filhos e os netos. E estou aqui até hoje. Já criei neto e bisnetos.*

Ele afirma que é posseiro da ilha. “Posseiro, trabalha na posse, né”. Quando perguntamos se existe algum documento da terra ele comenta: “tem de compra e

venda, a gente tem aquele documento, tem o direito naquela área que a gente produz, mas a gente não pode vender a terra. Porque a terra não é nossa". Acrescenta que atualmente "(...) para adquirir um lote aqui não está barato não. Um lote na parte de um hectare é R\$5.000. Está caro não está?". Ele nos contou que algumas pessoas estão comprando lotes para a criação de gado, "eles estão criando ali, mas não é favorável criar não. Porque se por acaso der alguns prejuízo para o vizinho, ele tem que arrancar com 24 horas. Porque a marinha não aceita e isso aqui pertence à marinha". Já outros investem em casas de veraneio, assim, a valorização da terra se dá em função de seus usos.

Falou também das grandes enchentes do rio em 1979, 1983 e 1992. Disse que já perdeu a plantação muitas vezes em virtude das enchentes.

*Esse ano depois da roça dobrada o rio cobriu tudo, ficou um milho de segunda. Saiu com três dias (o rio), mas o milho não ficou bom não. Não tava esperando a enchente, ela veio muito tarde, mês de março, época que a gente planta. Veio mês de março e pegou a roça toda. **Mas teve chuva?** Teve muita chuva. Depois que a água saiu não teve mais chuva. **Já teve outras épocas?** Ichi! Já teve muitas vezes. **Como é que faz quando acontece isso?** Aqui a gente tem que trabalhar de novo para adquirir de novo, sempre que tem essas enchentes grandes assim. Por que esse ano não teve enchente. **Mas o senhor já teve que sair daqui?** Já tive, em 1979 mesmo, 1983, 1992, todas essas épocas não ficou nem casa aqui. Teve que fazer tudo de novo. Com todo sacrifício para morar aqui. **Como é?** A gente acostumou naquele sofrimento, água vem aqui, aqui mesmo(apontando para a porta da casa). E nós ficamos nesses torraozinho aqui, não demos de sair. **Então o senhor já enfrentou muitas enchentes?** Muitas, quando não cobre a casa a gente fica. **Quando tem que sair o senhor vai para onde?** Vou para a Barra. Teve um ano, acho que foi 1993 mesmo. Nós achamos que o rio não vinha, quando eu levantei de madrugada para ver as embarcações, pisei dentro do rio. Água já estava dentro de casa. Oh!desespero meu deus. **E como faz para tirar as coisas?** Perdemos tudo, tudo, tudo! As paredes de adobe, que a gente faz por aqui já estavam caindo e caiu tudo. E até hoje é assim, eu não faço casa de tijolo. **E porque o senhor não faz?** Porque a enchente não veio mais para derrubar as casa. Quando ela vier eu vou desfazer (risos). Fazer uma casa mais segura, de adobe.*

Perguntamos sobre a situação da ilha após as enchentes e ele explicou:

*A tendência é sempre aumentar, remonta, com a cheia remonta. **Como é que essa coisa das enchentes, fica boa para plantar?** Fica. Renova a terra, mata muito inseto. A gente perde por um lado e ganha por outro. Livra às vezes da formiga cabeçuda, a enchente vem e mata, renova a terra. Carrega o pó, carrega aquela poluição da terra, renova a terra. **Tem***

lugar que deposita muita areia? Tem, tem lugar que deposita muita areia, muito barro. Na enchente de 1979 depositou areia lavada mesmo.

Percebemos, portanto, que mesmo com todas as adversidades relatadas com as enchentes, às perdas são recompensadas com a renovação da terra e a esperança de um bom plantio e uma boa colheita.

Como atualmente o senhor Martinho já é aposentado como pescador ele justificou por que não pesca mais.

Parei. Não é! A gente perde a influência de pescaria. Além do mais a pescaria mudou muito, ficou moderna. Parei de pescar, mas o material tá tudo aí. Parei depois que aposentei. Aposentei pela pesca né, então... Aposentou pela colônia? Pela colônia de Pirapora. Já tem tempo que o senhor aposentou? Já tem. Já tem uns dez anos. Foi difícil ou foi fácil? Não, foi fácil. Foi fácil né! Eu tinha a contribuição, a contribuição dos INSS.

O senhor falou que a pesca mudou? Mudou. A pesca mudou. Uma porque a correria é muita. Porque a época do peixe é a piracema. Não pode pescar! Eu não vou lá, porque tenho muito medo (da Polícia Florestal) e outra é que a pescaria não é igual antigamente. Nós colocava o nosso material lá, ficava lá tranquilo. Hoje você coloca lá e não pensa em pegar o peixe, pensa em chegar lá e não achar nem o material. Nenhum anzol nem o peixe. Tudo isso ficou diferente do costume. Fica passando raiva! O senhor não pesca nem um peixe? Não! De vez em quando eu vou lá, pescar para comer. Mas não acha o anzol porque? Os companheiros carregam tudo, não é moço? O governo deu motor para eles, correria dia e noite. Aí quem fica tempos em casa não acha é nada. Tá difícil, a gente que não tem o costume de fazer igual eles, tá difícil. A lei deles aqui é essa. Companheiro vem e fala: vim da parte do outro e como é que vai ficar, ele apanhou meu surubim. Pega dele também! (responde a polícia). E eu não tenho esse costume. Para pagar. E eu não tenho esse costume. A própria lei? Eu não tenho testemunha. Você vai lá a noite, se você vê que foi ele, você vai lá e aponha o dele. Aqui a briga deles é essa eu não tenho esse costume!

Esta situação relatada pelo senhor Martinho demonstra o jogo de poder existente entre os atuais pescadores que chegam a criar leis específicas que contrariam seus códigos de conduta e sua ética na busca pelo peixe.

Ainda sobre a pesca, perguntamos como está atualmente à oferta de peixe no rio e ele responde:

Está muito mais difícil, muito mais difícil! Diminuiu muito por causa desta pescaria moderna. O peixe não está aparecendo. E põe três panos de rede numa rede só. Ali não fica nada. Ali pega até os pequeninhos. Põe uma malha dez, outra malha onze e uma malha quatorze. Ali vai de um canto ao outro, o que não pegar se voltar escorraça. Nunca mais vem, você vê o pirá, tinha muitos pirá, até é crime pegar o pirá hoje, e tinha muito pirá. E o filhote (Surubim)? O filhote acabou. Não tem mais não. O senhor acha que foi a pesca moderna que acabou com ele? Foi, foi essa redinha dez. Malha sete, malha oito, pegava até os miudinhos. Faz até dó. Mas hoje tá muito difícil. A gente que não têm esse costume igual a eles.

Antes de irmos embora perguntamos ao senhor Martinho como é o convívio com as pessoas que vem “de fora” para morar na ilha e ele respondeu: *“tudo bom moço, eles sempre ajudam”*. Perguntamos ainda se eles ficam por muito tempo sem ir à ilha e ele respondeu: *“tem uns que vem fim de semana, todo mês eles vêm. Agora tem uns que ficam é anos sem vir aqui. Ali mesmo tem um rancho que é do Marcelo tem é ano que ele não vem”*. Esta dupla situação de moradia acentua a valorização da terra na ilha e, de certa forma, cria uma interdependência entre eles, já que alguns moradores da ilha recebem uma pequena quantia para cuidar das casas dos turistas, conforme constatado na fala do senhor Martinho *“tem um moço que estava cuidando aí, pessoa da ilha mesmo”*.

Já era fim de tarde quando entramos novamente no barco e partimos para a próxima ilha localizada logo à frente, a **Ilha do Boi**. Paramos no primeiro porto que avistamos. Em nossas observações percebemos que a ilha é dividida em duas partes por um pequeno canal. Fomos caminhando em direção a algumas casas na esperança de encontrarmos algum morador para conversar. Observamos a falta de assistência aos moradores com relação à saúde, educação e programas sociais. Fato este que também foi confirmado pelas senhoras Lindaura e Vera Lúcia, com quem conversamos por um tempo. Segundo elas, a ilha possui cerca de vinte moradores. Lindaura nos contou que nasceu na ilha, foi embora com cinco anos para a cidade de Pirapora. Depois casou e voltou para a ilha. *“Tem vinte e dois anos que moro aqui”*. Além dos moradores fixos da ilha notamos também a presença de pessoas “de fora”, que vão apenas passar o fim de semana. Diferença logo denunciada pelo som alto nas casas dos “turistas”.

Já era fim de tarde quando saímos da ilha, logo abaixo atracamos na crôa da Mariquinha. A figura 05 a seguir é um esboço do que foram as nossas impressões sobre a Ilha do Engenho, Ilha do Boi e o local onde passamos a nossa primeira noite da expedição.

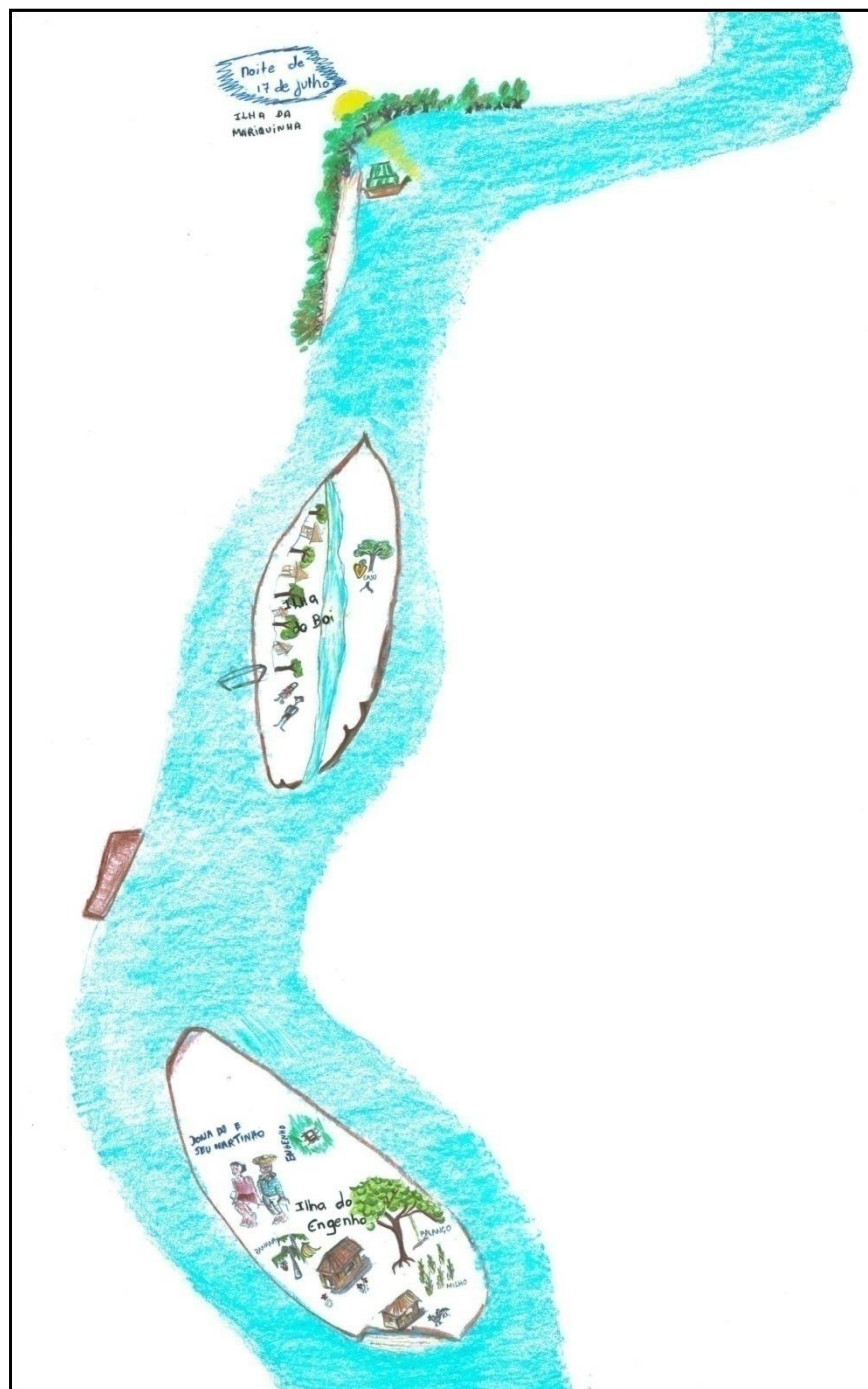


Figura 05: Croqui da Ilha do Engenho e Ilha do Boi.
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

3.1.2 Segundo navegar: da Ilha do Boi a Barra do Pacuí

No segundo dia saímos logo cedo. Percorremos um longo trecho e paramos em um lugarejo chamado **Rancho do Bode**. Bem em frente avistamos uma ilhota com cerca de cinco ranchos de pescadores e uma casa de morador, chamada **Ilha do Cabrito**. Segundo informações da equipe de pesquisa o único morador do lugar é o senhor Zé Calado, também pescador. Esta foi uma das poucas ilhas onde há o predomínio da pesca em relação à agricultura. As terras da ilha são utilizadas como refúgio para os pescadores; como um lugar de referência onde a fonte principal de sobrevivência está na água e não na terra.

Seguindo o nosso percurso passamos pela **barra do Rio Jequitaiá**. Logo abaixo passamos por uma imponente estrutura, o **Clube de pesca Barro Preto**, localizado na margem direita do rio, muito procurado por turista que gostam de se pescar no Rio São Francisco. Seguimos o trajeto do rio e logo avistamos a **Ilha de Seu Manuel**, também chamada de **Ilha da Ema**. Paramos para conversar com alguns moradores. Encontramos o senhor José de Mel e sua esposa, dona Maria Neuza, (foto 07) além de seus filhos e sobrinhos na colheita do feijão.



Foto 07: Dona Maria Neuza, Ilha de Seu Manoel/MG. Ela ajuda seu esposo José de Mel no plantio e a colheita do milho e do feijão além de cultivar uma pequena horta que complementa as “despesas” da casa.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Segundo o senhor Zé de Mel e dona Maria Neusa, a ilha tem este nome porque o primeiro morador que chegou a ilha se chama Manoel. Atualmente ele ainda mora na ilha, mas infelizmente não conseguimos conversar com ele porque estava para a cidade de Ibiaí.

E a ilha mudou neste tempo que o senhor está aqui? Quando ele (Manoel) veio pra cá, aqui esse lugar aqui era uma baxinha assim ó, estreitinha. Aí diz ele que lá em cima eles puseram uns mangues, enterrou uns mangues. Aí quando a enchente veio aí a areia foi subindo aqui e barro. Foi crescendo. Hoje... Aí eles foi ver aqui, um agrimensor veio aqui, só que de quando ele veio já desbarrrou, ele marcou quatorze equitares. Grande, é grande! Só que desbarrrou muito. Mas cresceu um pouquinho, que agora quebra lá em cima e vai crescendo pra baixo.

Dona Maria Neusa - Mas esse ano que ela aumentou pra baixo, mas os outros anos ela ficava parada. Aí esse ano ele deve ter aumentado a base assim de mais ou menos uns vinte metros. É aumentou um pedaço bom. Esse ano ela deve crescer mais por que tem uma ilha ali em cima, uma crôa, aí sempre ela desce. Vai aterrando pra baixo. Agora em cima vai quebrando. Ali pra riba mesmo ela deve ter quebrado mais ou menos quase umas três equitares.

Eles afirmaram que a ilha ainda não foi beneficiada com a energia elétrica, o que dificulta muito a estadia dos moradores. Segundo eles a ilha é grande e com muitos plantios. Possui cerca de treze casas sendo que três delas caíram com a última enchente.

*Já tem quanto tempo que vocês trabalham aqui? Tem uns oito anos. Tem quantas pessoas plantando e morando aqui? Os ranchos parece que são... vou contar que é melhor... Era treze, caiu três. E ainda tem mais aí que planta sem ter o rancho. Vem e planta. **Eles chegam e pedem para plantar?** Não, aí é o seguinte: aí quando todo mundo tirou um pedacinho, cada um tirou um pedaço, aí o velho aí (Manoel, o primeiro morador) deu uns pedaços para o pessoal. Outros como ele cultivava ele falou assim: ó eu tenho meu serviço. Eu quero que vocês faz o seguinte: vocês paga o meu serviço que vocês pode plantar pra vocês.*

O senhor Zé de Mel afirmou que gosta de plantar e que trabalha na ilha em terra cedida. Conseguiram um pedaço de terra na ilha e construíram um pequeno “rancho” improvisado, utilizado em épocas de plantio e de colheita.

*Estamos aqui só arranchado. Acabando que meus filhos veio de lá pra cá pra ajudar a colher o feijão. Durmimos aqui ontem de fora a fora. **Como que é, vocês ficam um tempo ou moram direto aqui?** É, fica um tempo por que aqui a gente tem a casa em Ibiaí né, tem a casa normal lá. (...) Aí tem a casa lá e nós ganhamos esse pedacim de ilha aqui. Só vivia de trabalhar pra um... planta mais um... tem vez que se der duas medidas você tem que partir uma pro fazendeiro, aí a gente ficava sem nada. Aí nos mudamos pra cidade, chegamo aqui ganhamo esse pedacim de ilha. Aqui a gente planta pra gente só. A gente vem planta, tudo, vem cedo e vai embora de tarde. Aí quando é na colheita a gente vem pra pousar por que se a gente colher dois sacos aí os espertos chega e colhe um. Aí então pra livrar a gente tem que ficar junto né. Tem vez que tem o pessoal do lugar que não rouba, mas vem outros de fora. Se facilitar eles colhem mais que a gente.*

Apesar de terem uma casa na cidade de Ibiaí é na ilha que eles plantam e garantem o sustento da família e gostam de viver. Cultivam horta, milho, feijão, feijão catador, melancia e abóbora. O que colhem é suficiente para o consumo diário e ainda sobra parte para a venda.

***O que senhor gosta mais: ficar aqui ou na cidade?** Olha eu gosto mais daqui por que aqui é o lugar... por que eu fui criado na roça sabe, aí meu gosto... eu sou um pescador, de vez em quando eu to pescando, meu gosto eu ficava mais era aqui. Por que aqui pra mim é onde eu pego tudo e levo pra casa. É onde a gente tem as coisas pra levar pra casa. Pra você ver, lá quando nós não tinha essa ilha aqui, nós andava comprando quilinho de feijão, quilinho, no quilo. Depois que nós possuímos ela pra cá, nós já tem pra vender. **O senhor vende também?** Tira para a despesa, vende e ainda sobra.*

Porém, dona Maria Neusa ressaltou uma estratégia de cultivo importante:

*A gente só planta agora na seca. É na seca a gente planta, agora tudo que entrou as águas aí a gente não planta nada. Tem vez que nem a água cobre mas a gente já tem medo de tomar o prejuízo. É perigoso. Aí a gente não planta. **Não dá pra saber né?** Não dá pra gente saber. Por que teve época que a gente plantou aqui, encheu de milho, mandioca... Não! Nas águas vai dá por que esse ano não vai chover, não vai ter cheia e foi o ano que ela derrubou, carregou até os barracos. Derrubou muito barraco de gente aí. Aí não ficou nada. Aí agora nós mesmo não planta não, tem muito medo do prejuízo.*

Os prejuízos mencionados por eles vêm com as enchentes que, segundo o senhor Zé de Mel, serve para limpar a terra. Quando perguntamos sobre a mais recente cheia ele colocou que:

*Ela veio bem boa! Nós tava pedindo pra ela vim forte. Ela veio nessa travinha aí ó (perto da porta). Pra lavar por que tinha muita formiga, muito inseto. Aqui mesmo juntei aí, derrubei as formigadas tudo na água. Aí a água carregou tudo. Ficou bom, você anda aí não vê uma formiga. Aparece algumas coisinhas aí mas é mais pouco. Aparece um bazorinho, estas coisinhas assim aparece. **E cobriu a ilha toda?** Cobriu, de fora a fora. **Demorou muito?** Demorou aqui só, acho que uma noite. Um dia e uma noite. Pouco. É a água que eles soltou lá da barragem. Soltou aquela camada, aí vai baixando de novo. **Vocês estavam esperando?** Tava esperando. **Não tinha ninguém mais?** Aí todo mundo panhou as coisas. Eu tinha umas coisinhas aqui, fiz um jirau e pus até no outro dia cedo. Cheguei a água tava assim subindo. Encostei o barco panhei tudo e pus dentro do barco. Eu tenho outro ranchinho ali em baixo. Fui pra lá. Aí só vim plantar o feijão. A terra ficou limpinha. Ficou no jeito de só chegar e plantar.*

Notamos a sua satisfação com a passagem da enchente. De forma estratégica eles possuem um pequeno barraco construído na margem direita do rio, utilizado na época de cheia do rio e também quando estão pescando.

Além de agricultores eles são também pescadores. Quando eles não estão plantando, gostam de pescar. “Na seca, quando caba o serviço aqui eu vou é pescar. Aí eu vou pegando um pexinho e vou carregando pra Ibiaí. Quando tinha muito peixe, que hoje tá pouco também”. Perguntamos para dona Maria Neuza se ela também pesca:

*Pesco! Gosto, gosto de pescar e ainda vendo o peixe tirado o espinho todinho. Só o filezinho. **E aprendeu com quem?** Eu fiz o curso lá nas Três Marias. Aí fiz o curso lá. Vendo tirado o espinho. Chega os amigo pede pra mim tirar os espinho, aí eu tiro e só cobro mesmo a mão de obra. É uma beleza a gente gosta de pescar.*

Ela contou que fez o curso de capacitação com ajuda da Cooperativa de Pescadores da cidade de Ibiaí, e nela vêm participando de outros cursos e seminários.

Outro fator interessante de ser ressaltado foram os relatos dos dois moradores quanto à formação do território da ilha e de suas mutações ao longo dos anos.

A ilha mudou neste tempo que o senhor está aqui? Quando ele (Manoel) veio pra cá, aqui esse lugar aqui era uma baxinha assim ó, estreitinha. Aí diz ele que lá em cima eles puseram uns mangues, enterrou uns mangues. Aí quando a enchente veio aí a areia foi subindo

aqui, e barro. Foi crescendo. Hoje... Aí eles foi ver aqui, um agrimensor veio aqui, só que de quando ele veio já desbarrrou, ele marcou quatorze equitares. Grande, é grande! Só que desbarrrou muito. Mas cresceu um pouquinho, que agora quebra lá em cima e vai crescendo pra baixo.

Dona Maria Neusa - *Mas esse ano que ela aumentou pra baixo, mas os outros anos ela ficava parada. Aí esse ano ele deve ter aumentado a base assim de mais ou menos uns vinte metros. É aumentou um pedaço bom. Esse ano ela deve crescer mais por que tem uma ilha ali em cima, uma crôa, aí sempre ela desce. Vai aterrando pra baixo. Agora em cima vai quebrando. Ali pra riba mesmo ela deve ter quebrado mais ou menos quase umas três equitares.*

Suas explicações nos fazem imaginar a forma como as ilhas do Rio São Francisco são de fato formadas e desfeitas. Como convivem diariamente nos territórios das águas, conseguem perceber a fluidez e a dinâmica, sempre mutável, dos limites de uma ilha. Adaptam-se as suas formas, moldam suas formas de plantios de acordos com as inconstâncias de suas fronteiras.

É interessante refletir sobre essa experiência de lidar com um território volátil que some e reaparece, cujo ciclo do rio promove uma constante mudança e re-criação. Território cambiante que ao mesmo tempo mantém os sentidos de permanência no lugar. Entre mudanças constantes na forma de uma ilha, em que casas (estruturas e espaços desaparecem), os sujeitos e suas territorialidades, promovem o uso do espaço sem os registros de grandes conflitos: território destruído - território re-criado - ocupantes permanentes. Toda essa dinâmica constante ocorre sem a necessidade de documentos, papeis e registros, apenas regulado pelo respeito e reconhecimento social do direito ao espaço de sobrevivência, ainda que tenhamos registrado a ocorrência de negociações formais de compra de terra.

A figura 06 a seguir aponta o nosso trajeto pelo rio, passando por bancos de areia e chegando até a Ilha de Seu Manoel, onde encontramos o Senhor Zé de Mel e dona Maria.



Figura 06: Croqui da Ilha de Seu Manoel.

Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Despedimo-nos e seguimos pelas águas do São Francisco rio abaixo e um pouco antes de chegarmos à cidade de Ibiaí avistamos uma **pequena ilha** aparentemente nova e utilizada apenas para plantio. Estas são uma daquelas ilhas que ainda não foram efetivamente ocupadas e que ainda não possuem um nome definido.

Paramos em **Ibiaí**, andamos pela cidade e conversamos com alguns moradores. Uma cidade pacata de pessoas alegres. Observamos a conversa entre amigos na feira da praça principal, as brincadeiras com os comerciantes, o ritmo lento de uma vida ainda muito ligada ao mundo rural. Isto se confirma na fala do senhor Mano Aurélio, de 88 anos de idade, ao contar como tem sido sua vida morando neste lugar.

Nunca saí daqui pra mudar, a não ser pra roça, tive 12 anos morando na roça, mas vinha aqui direto, mexendo com posto de lenha pros vapores, sabe? Tinha trinta e tantos vapores, aí eu fornecia a lenha, dia e noite, depois foi acabando, acabando. Nunca parei não, parei agora. Hoje acabou tudo, eu não agüento mais. Não conheço São Paulo, só conheço Belo Horizonte pra cá. São Paulo pra que? Converseiro danado, nós temos uns parente lá, ta morrendo tudo

É neste tempo lento que a maioria dos moradores ainda vive. Assim como o senhor Mano Aurélio, muitos moradores mais antigos da cidade ainda carregam as lembranças do passado de um rio que era o símbolo da riqueza, da fartura e da alegria.

A figura 07 a seguir mostra que a pequena cidade está totalmente voltada para o rio. As casas mais bem estruturadas e praça principal ficam na orla do rio, já as residências mais novas e mais simples ficam mais afastadas.



Figura 07: Croqui da cidade de Ibiá, margem direita do rio São Francisco.
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Um pouco mais a frente localizamos a **Ilha do Tamarindo**. Esta é uma ilha não muito grande, utilizada tanto para plantio como para moradia. Avistamos algumas casas, mas como não fizemos parada na ilha não foi possível conversar com nenhum morador.

Um pouco mais abaixo avistamos uma outra, a **Ilha Cana Brava**. Pequena, com alguns plantios e com apenas uma casa. Logo em seguida a **Ilha da Tapera**, também muito pequena e apenas com algumas plantações. Nestas duas ilhas não havia a necessidade de parada.

Já ao entardecer nos aproximamos da **comunidade de Barra do Pacuí**. Atracamos na ponta de uma ilha onde fizemos nossa parada para passarmos a

noite³⁸. As crianças sempre foram as primeiras a nos receber. Adentramos pela comunidade. Conversamos com os mais velhos. Fizemos observações. Um ritmo de vila que se estrutura e cresce dia a dia. Bares, escola, igreja, campo de futebol, algumas ruas. Pessoas acolhedoras de beira rio. Vivem da pesca no rio e do plantio nas vazantes. Ora agricultores/pescadores, ora pescadores/agricultores.

São os recursos advindos do São Francisco e do Rio Pacuí que regula a vida das pessoas daquela comunidade. Estão conectados aos ciclos do rio. Ao mesmo tempo, passam por um intenso processo de “cercamento” de sua população que, cada vez mais, sofre os reflexos da expansão da agroindústria e lutam contra o poder dos grandes fazendeiros. Não mais os fazendeiros de outra hora, cujo gado era símbolo de um poder. Falamos de novos fazendeiros ditos “modernos”, com negócios que vão da criação extensiva do gado ao cultivo irrigado do café e a formação de plantações homogêneas de eucaliptos e pinus para carvoejamento. São novos fazendeiros apenas nas formas de conduzir seus “negócios”, já que a lógica ainda permanece a da expansão territorial, muitas vezes predatórias. Promovem uma pressão sobre os territórios de uso dessas pequenas comunidades, cujo título formal das terras lhes escapam ou nunca foram conferidos, sinalizando tempos de conflitos vindouros e tensões permanentes.

Apesar da maioria dos moradores da Barra do Pacuí ser de descendência negra, a população da comunidade não se autodenomina quilombola. Estão vivenciando o processo de implantação de uma reserva extrativista, provavelmente último e único recurso que lhes garante uma propriedade formal de terras e de territórios, inclusive de ilhas e de nascentes próximas, que os colocariam então em outro patamar para fazer frente ao processo descrito acima. Por esta razão surge uma forte oposição política local a essa possibilidade de titulação de um território com regime jurídico legalmente reconhecido: uma unidade de conservação para fins extrativistas. Esse quadro não é exclusivo da comunidade de Barra do Pacuí e tende a se repetir ao longo do São Francisco, caracterizando situações de conflitos e de luta pelo direito à terra, não somente a

³⁸ Mapa do trajeto disponível no anexo C e D.

propriedade da terra, mas dela como elemento principal do direito de continuar a existir socialmente como uma cultura local.

3.1.3 Terceiro navegar: da Barra do Pacuí a Ribanceira

Iniciamos nosso dia na **Ilha do Pacuí**. Ela fica localizada bem em frente à comunidade de Barra do Pacuí. A ilha possui cerca de 12 hectares e é utilizada pelos moradores da comunidade para plantio e moradia sazonal. Alguns construíram pequenos barracos apenas para guardar a produção. Todas as pessoas que plantam moram na Barra do Pacuí. A primeira com quem conversamos foi o senhor Antônio Conceição, de 74 anos, que já estava na roça juntamente com a sua esposa Nica, seu neto e mais dois ajudantes colhendo o feijão. Enquanto alguns rancavam, outros carregavam os pés de feijão para o terreiro onde ele é batido e ensacado, (foto 08).



Foto 08: Trabalhadores carregando o feijão, Ilha do Pacuí/MG. Eles utilizam uma espécie de rede improvisada que facilita o transporte “da roça até o terreiro”, local onde o feijão é espalhado para secar e depois ser “batido, soprado e ensacado”.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

O senhor Antônio, muito receptivo, procurou um lugar para sentarmos. Ele justificou a falta de estrutura dizendo que o barraco foi construído recentemente apenas para guardar a colheita, “*um ranchinho para guardar as coisas*”. A cozinha é improvisada do lado de fora, na sombra de um mamoeiro, com uma pequena trempe onde tinha uma panela com feijão cozinhando para o almoço do dia.

Ele, prestativo e atencioso, nos contou que foi um dos primeiros moradores a chegar à Barra do Pacuí. Por ser um dos pioneiros, tivemos a oportunidade de perguntar muitos fatos importantes sobre sua vida:

Como era a ilha antigamente? Ela foi crescendo e a gente sempre plantando. Quando ela começou eu fui um dos primeiros a começar a trabalhar aqui. Eu ainda era rapazinho novo. Hoje eu já tou com 74 anos e trabalhando aqui. **Como é dividido a terra aqui?** Não é quem vai chegando pode plantar porque cada um já tem seu dono né. As vezes tem pessoas que ajeita com outros aí. Já tem deles aí até que já até vendeu. Só não pode é passar documento nenhum. Mas vendeu aquela coisa de trabalho deles né, passou pra outro. **Quantas pessoas estão plantando na ilha?** Tem muito moça. Oh! esta ilha minha era muito grande. Eu quando como eu fui um dos primeiros eu tirei um pedaço muito grande. Agora eu já tenho meus filhos. Aqui só dos meninos meus tem três que planta. Já é um pedaço separado que eu tirei pra eles né. Pra mim dá conta das pessoas tudo é um tempinho porque tem muita gente. **O senhor planta tudo aqui?** Planta. A gente planta. **O que tem?** Tem milho, bananeira, feijão, abobora. **Tudo produz bem?** Até que dá.

Ele nos contou que ficam na ilha durante o dia e, à noite retornam para a casa localizada na comunidade de Barra do Pacuí. Como ele afirmou que não mora na ilha, perguntamos por que ele construiu um pequeno barraco.

Todos moram na Barra? É. Todo mundo morando lá. Eu moro mesmo é lá. **Porque o senhor fez o rancho aqui?** Aqui precisa. Porque a gente trabalha... A gente não dá conta de todo dia bater, soprar e carregar. Então a gente faz por isso. **É o silo?** É. Então a gente todo dia bate e vai pondo aí. **Como é o trabalho?** Tem vez que vem gente da família. Mas tem vez que tem que pagar. As vezes quando é uma pessoa particular que não é da família a gente tem que pagar. Mas uma ilhazinha desta aqui pra nós é uma benção.

Assim ele explicou as estratégias utilizadas para o plantio e para a colheita do feijão. Outro fator interessante na conversa com o senhor Antônio foi quando

ele nos contou sobre a formação da comunidade de Barra do Pacuí, sobre sua vida e suas dificuldades morando perto do rio.

*Tem muito tempo que está na ilha? Já, já tem uns 50 anos. Veio de onde? Eu sou nascido aqui mesmo na Barra. Eu e aquele compadre meu João Bento. Nós somos os dois primeiros filhos daí. Somos nascido aí e criado aí mesmo na Barra. Nós dois somos os mais velhos. Os pais da Barra né? Somos nos dois os daí da barra os mais velhos, por enquanto somos nós dois. Eu mais ele somos primo e compadre. Nós somos os dois que compraram aí. A gente pesca, trabalha. **Quantos anos o senhor tem?** 74. Eu sou do dia 1 de abril. E ele é do dia, prece que 27 de julho. Somos tudo de uma era só. **Como era aqui antigamente?** Ah meus pais e meus avós que compraram uma gleba de terra aí e chegaram. Aí não tinha nada era tudo mata. Inclusive nós, eu e compadre João, que já nascemos aí. Ali era silêncio. Só tinha umas casinhas assim pingadas no meio do mato. Era pra ir de uma casa pra outra era assim nos caminho mesmo. Aí foi crescendo, foi rendendo. E hoje já tem mais gente. Agora já melhorou. A vista do que nós encontramos já melhorou muito. Depois a pouco tempo aí veio a rede que daí melhorou mais. Daí pra cá esta sempre melhorando mais. Melhorando a estrada. Que antigamente não tinha estrada pra nada. Oh! nesse tempo da gente aí não tinha estrada. Só andava a cavalo e na canoa. **O rio era a estrada?** Era, o rio era a estrada. Não tinha estrada. Inclusive, o compadre João, ele levou um acidente. Ele ainda era rapaz, rapaz novo, levou um acidente aí. Foi derrubar uma roça e um pau caiu em cima dele, e só tinha uma fazenda aqui lá na água branca que de vez em quando o dono vinha aí de jipe, e daqui desse lado aí de Ibiaí também não tinha estrada não. Mandamos lá e não demos sorte que ele não podia vim. Então nós ficamos aí sem saber o que fazer. Aí eu dei a idéia. Oh! É o seguinte: tem que apelar pro tudo ou nada, ou escapar ou morrer, porque a única solução que tem é nos por ele na canoa e levar lá em Pirapora. **Em Pirapora de canoa?** Era a única solução, porque em Ibiaí não tinha nada, era igual aqui nós. Aqui pra baixo não tinha jeito, São Romão era longe também. Quer dizer que em Pirapora, contudo, a gente tinha mais conhecimento e São Romão não tinha. Nós colocamos ele aqui na canoa era dez horas da noite e ele já ruim. E ele só gemendo. Caiu um pau em cima dele. Se ele ficasse aqui morria, porque não tinha jeito, não urinava, não fazia nada. Colocamos ele aqui na canoa, nós saiu daqui era dez horas da noite. Nós sentemos o remo. Dez horas do outro dia nós batemos o bico da canoa lá em Pirapora. E ele já esta nas últimas e ainda escapou viu. Hoje tá bem graças a Deus. Mas foi uma animação dessa, de tudo ou nada. Se deixasse aqui morria. Não tinha solução pra nada.*

Perguntamos também da sua relação com o Rio São Francisco e do convívio com os ciclos da natureza.

*Como é a vida na beira do São Francisco? Graças a Deus a vida aqui no São Francisco é até boa porque pelo menos pra gente que já acostumou graças a deus nunca passei precisão. Uma coisa que eu nunca passei foi fome. Mas é porque a gente luta muito. O rio mesmo ele dá, ele ajuda, mas ele dá muito prejuízo também. Tem muita época que você planta aquela lavorona o trem tá bonito com pouco ele chega e come tudo. Só que quando baixa também você pode plantar que também sai bom. Mas ele também dá muito prejuízo. Ele come mesmo. **Nestes 50 anos a ilha foi inundada?** Foi. Ela era deste tamanho, depois ela acabou. **Quando foi?** Esta época que esta ilha começou. Em 49 foi na época que mais ou menos esta ilha tava inundada. Eu tava com 12 anos eu ainda não trabalhava aqui não. Eu comecei a plantar eu tinha uns 17 anos. Ela era baixinha. Desta época pra cá ela foi só crescendo. Antes de 49 ela quebrou tudo. Em 49 ela tava zerada. Ela tava no fundo nesta época. Começou uma croinha com uma lama aí eu comecei a plantar. Era só melancia. Desta época pra cá não acabou mais não. A enchente vinha, ela ia só alteando. Em 79 ficou um mar d'água aqui 3 meses debaixo d'água. **Mudou alguma coisa com a barragem de Três Marias?** O problema que antes da barragem a enchente era mandada por deus. Agora a enchente é mandada pelos homens. Tem vez que baixa aí é pior porque a barragem. **O que é mais fácil entrar em acordo: com Deus ou com os homens?** Ah! moça com Deus. Porque Deus vê as necessidades da gente. Os homens não, a coisa pra eles tando boa acho que eles não olha bem pra todo mundo. Olha pra uns, mas não olha pra outros. E Deus olha pra todo mundo.*

Pela fala do senhor Antônio, percebemos o quanto é inconstante o ciclo das águas, influenciando diretamente na formação e dissolução das ilhas. Este foi um dos raros depoimentos que colhemos contando sobre o fim de uma ilha e a sua posterior formação, evidenciando a força da natureza, o poder das águas, na criação ou não destes ambientes, bem como uma aguçada percepção das transformações ocorridas no rio, já que na opinião dele: era mais fácil se entender com Deus, no sentido mais próximo a um ciclo natural do rio, que o morador entendia com mais facilidade, do que com os homens, que subordinaram os ciclos do rio aos seus interesses utilitários e perversos, cuja lógica escapa à compreensão do morador.

Seguimos nosso percurso, passamos no **distrito de Cachoeira do Manteiga**, vinculado a cidade de Buritizeiro³⁹. Ruas sem calçamento. Algumas praças. Movimentação de pessoas e carros. Ritmo lento. Subimos o barranco.

³⁹Mapa do trajeto disponível no anexo D.

Debaixo de um sol escaldante, caminhamos pelas ruas de terra avermelhada. Encontramos poucas pessoas circulando pelo povoado.

Conversamos com o senhor Ângelo, um guia de folia que nos contou a origem do nome do povoado *“tinha uma cachoeira aqui, bem de frente, umas pedras que eles quebraram, em 74. É porque o vapor afundou aí, bateu num bico de pedra. Só depois de muitos anos é que veio essa firma e quebrou as pedras”*. Ele nos contou que esse era um lugar de parada obrigatória dos antigos vapores.

A figura 08 retrata o distrito de Cachoeira do Manteiga, situada no barranco do rio, em sua margem esquerda, tendo a cidade de Ponto Chique como o local mais próximo.



Figura 08: Croqui do distrito de Cachoeira do Manteiga, próximo a cidade de Ponto Chique.
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Adiante avistamos ainda pequenas ilhas como a **Ilha do Paracatu**; pequena, desabitada e sem nenhum plantio e a **Ilha do Pau Ferro**; muito pequena e apenas com vegetação natural.

No fim da tarde paramos na foz do Rio Paracatu onde passamos a noite acampados.

3.1.4 Quarto navegar: de Ribanceira a São Romão

Após a nossa saída em uma manhã fria, alguns pesquisadores foram em direção à **comunidade Ribanceiras**, distrito do município de São Romão, outra parte da equipe deslocou-se para a **Ilha da Martinha**, habitada e utilizada para plantio e criação de animais e com placas de energia solar. A ilha possui uma grande extensão, sendo uma das maiores registradas até o momento. Atualmente possui poucos moradores. Encontramos o senhor Adão de 64 anos e dona Maria de 51 anos. Eles estavam próximos a sua horta e nos convidaram para ir até a sua casa. O senhor Adão nos contou que: *“eu já tenho dois anos, dois anos. E não saio também não. Mais é só aqui, sem sair, nem atravessar o rio. É aqui e aqui mesmo”*.

Conversamos sobre sua história e a produção na ilha ao longo dos anos. Ele falou que comprou o terreno em sociedade com o irmão e que construiu a casa para morar na ilha.

*Eu já tem muito tempo que eu tem vontade de possuir um pedaço de terra né, pra mim trabalhar. É igual a gente fraco, já trabalhou demais, e hoje nós conseguiu, eu e meu irmão, conseguiu comprar esse pedacim aqui. Eu vim pra cá. De jeito que, aqui eu mexo aqui, é eu mesmo que cuido aqui, trabalho, fiz uns investimento aqui. Tem um tratozinho, tem um engenho aí. (...). Eu não ganho nada aqui. O que eu ganho aqui é mesmo dessas coisas. Se eu não por quente pra poder aumentar, pra sobrar alguma coisa pra mim vender, pra sobrar algum dinheirinho pra mim, eu fico só no serviço. A gente batalha muito. (...). **Onde o senhor morava antes?** Eu morava em Pirapora. Morava em Pirapora não por que eu nunca morei em Pirapora. Eu ando é pra aqui e pra acolá né. É numa fazenda, em outra, em outra. Mas eu nunca possuí. Eu falei: eu tinha vontade de arrumar um pedaço de terra pra mim trabalhar. Vivia só trabalhando pros outros. Aí agora eu consegui aqui. Aí aqui pra mim tá beleza aqui. Eu e a mulher nós tamos feliz aqui.*

O senhor Adão reclamou da pouca produção deste ano por falta de chuva. *“Este ano não foi bão não”*. Quando perguntamos se existe diferença entre plantar na ilha e fora da ilha ele nos explicou:

Viche! Nossa Senhora! Senti muita diferença. Muita diferença por que aqui é o seguinte: aqui tudo quantuá que você planta, agora você molha poucas vezes, não morre no fácil, não morre no fácil. Nos outros canto cê planta uma muda cê tem que ta molhando direto, direto e ainda morre.

Aqui não, porque aqui é fresco de natureza, você planta, molhou uma três vezes o mantimento tá em pé.

Dona Maria acrescentou *“a diferença aqui é grande por que a gente trabalha em fazenda dos outros, a gente trabalha pros outros e aqui não, a gente faz pra gente mesmo. O pouco ou muito é da gente, não tem negócio de tá dividindo e coisa e tal não”*.

Eles nos contaram que na ilha existe uma Associação de moradores e estão “lutando” para implantar energia elétrica. Eles ficam sem comunicação com os filhos que moram fora por que não conseguem carregar o celular.

Depois de conversarmos com o senhor Adão ele nos levou até o senhor Pedro de 55 anos, que possui um terreno na ilha e mora “de favor” em uma fazenda na beira do rio.

***O senhor mora na ilha?** Não, eu só tenho um barquinho aqui. Moro aqui na beira do rio aqui. Mas a frequência minha é aqui. De manhã cedinho eu tô de cá. **Vai e volta?** Vai e volta todo dia! **O senhor já viveu enchentes aqui?** Muitas. **Inundou a ilha toda?** Toda, toda, toda. Em 79 mesmo, esse pé de manga que vocês tá vendo aqui ficou só a copinha dele pelo lado de fora. As casas não ficou nada de fora, cobriu tudo! Teve aquela de 80, a de 92. Agora esse ano quase lavou de novo. Só que a gente é meio insistente, quando a água volta a gente volta pra ilha de novo. Já acostumou pisar na lama mesmo.*

Ele disse que planta feijão, mandioca, verduras para a despesa e cria gado. Segundo o senhor Pedro a ilha mede cerca de 50 hectares. Ele afirmou ainda que a ilha tem muito mais de 100 anos. *“Aqui é muita terra”. “Antigamente era duas ilhas. A ilha da Martinha e a ilha do Coqueiro. Agora é uma coisa só, tudo é ilha da Martinha, imendou uma na outra”*. Ele disse que vai sempre à cidade de São Romão fazer compras de charrete ou de carona. *“Antigamente era canoa, agora quase não usa mais. É na charrete, as vezes pega uma carona”*.

Quando perguntamos se ele notou alguma mudança no rio ele respondeu:

*O número de pescador aumentou demais, o nível das águas baixou, o rio razeou demais. (...). Onde era rio virou terra, uma parte aqui pra lá virou tudo terra. Um lugar que antigamente era rio, lugar fundo... Então pra gente que convive aqui vê como a natureza tá mudando. E outra coisa: este rio é bom demais, é uma coisa maravilhosa, apesar de que tá tendo muita poluição. **Tem lagoas aqui?** Tem, mas as lagoas hoje tem mato demais dentro. Antigamente não secava, agora seca.*

Perguntamos sobre as denominações usadas ao longo do Rio São Francisco, ele nos respondeu da seguinte forma:

Eu sou barranqueiro porque eu moro na beira do rio né. Barranqueiro. E na ilha? Barranqueiro também né. Porque morou na beira do rio é barranqueiro. O Senhor já ouviu falar de vazanteiro? Não. As vezes pode até ter mas eu não sei não. Porque muitas vezes os nomes que vem assim pelas leis as vezes a gente não sabe né. O senhor é agricultor? Pequeno. Nos meus documentos não é propriamente agricultor é lavrador. E pescador? Não sou pescador. E ribeirinho o senhor já ouviu falar? Já. Já ouvi falar. Quem é ribeirinho? Eu acho que as pessoas ribeirinhas são igual nós que mora na ilha né, mora na beira do rio. São estas pessoas. Eu acho que sim né.

Ele nos contou que é posseiro e que comprou o direito de outro morador, tendo como documento apenas uma procuração de compra e venda. E nos explicou como é o processo para adquirir uma propriedade na ilha.

Assim, quando é lá do outro lado, você comprou um lote você vai lá no cartório e registra que comprou o lote. O direito é o seguinte: se eu for embora ou eu resolvo vender, eu vendo meu direito. Passo a procuração pra quem comprou tudo direitinho. Qual é a diferença? Não tem o documento. Agora pra você adquirir o documento aqui você tem que ir lá no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e adquirir um documento lá como uma integração de posse. Como eu sou um posseiro aqui da ilha, tem que trazer o nome por aquela posse. Mas nem todos tem este documento. Antigamente você chegava aqui, comprava o direito de fulano. Dizia assim comprei tantas hectares de fulano. Então fulano comprou o direito de fulano. (..) Então sempre é assim, passa de um pro outro. Agora passa uma procuração de compra e venda mas não tem aquele documento registrado em cartório. Aqui você passa uma procuração, as vezes a gente vai no próprio cartório mesmo e passa uma procuração como a gente vendeu e fulano comprou tanto né. Hoje em dia tem hectares, antigamente ninguém tinha negocio de medir nada aqui não. Pouca gente sabia quantos metros que tinha de terra. Hoje já exige né. Antigamente era o direito. Como é o posseiro? Olha o posseiro eu vejo o seguinte: porque se a gente mora naquela terra ali, assim ele mora, convive naquela terra, a gente comprou, então a gente fica sendo o posseiro daquilo ali. O senhor não tem medo de perder a terra? Uai medo a gente tem né. Porque tudo neste mundo que a gente adquire você tem medo uma hora, toda hora entra um governo entra outro, muda de lei uma coisa . Pode correr o risco né. Esta terra é só a posse então? E só a posse. Ninguém nunca mexeu com vocês não? Não. Não apareceu outro dono não? Não. Por enquanto não. Até aqui nunca apareceu outras pessoas, e se chega outras pessoas de fora, se ele quer ele tem que comprar o direito de outro. Não pode chegar e entrar não. Agora antigamente era o seguinte:

tinha uma lei assim: se chegasse e a terra tivesse devoluta ai podia chegar e entrar se passasse dois anos e tivesse trabalhando ai era dele. Hoje em dia não, hoje em dia. Por aqui o povo não mexe com esse negócio de invasão não.

O senhor Pedro conta ainda que antigamente os moradores da ilha não gostavam de criar gado. Com o passar do tempo algumas pessoas passaram a criar, aí ele também iniciou com esta atividade.

Antigamente ninguém criava, não tinha cerca aqui. Aí foi chegando, foi cercando, foi criando. Falei: mas poxa eu que moro aqui a quantos anos eu também tenho o meu direito uai. Ai eu fui e também comecei a criar. Hoje já tem muito gado aqui dentro da ilha. Foi de uns dez anos pra cá que começou a ter. Nós mesmo aqui foi de uns três a quatro anos pra cá. Mas depois que os outros veio de lá pra cá né. Eu falei: eu vou fazer também por que se os outros tão fazendo eu também tenho direito.

Ele disse que a ilha ainda não tem a presença de “turista”, todos que possuem terra na ilha plantam ou criam gado “as pessoas que ocupa aqui trabalham mesmo”.

A figura 09 a seguir mostra a comunidade Ribanceira, localizada na margem esquerda do São Francisco, um pouco mais afastada do rio e a Ilha da Martinha, onde paramos para conversar com o senhor Adão, dona Maria e o senhor Pedro.



Figura 09: Croqui da comunidade Ribanceira e da Ilha da Martinha.
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Seguimos viagem e já no início da tarde paramos na **cidade de São Romão**. Bem em frente à cidade está localizada a **Ilha dos Caiapós**, também chamada de **Ilha de São Romão**⁴⁰. Uma ilha grande, habitada com muitas casas e utilizada para plantio e criação de animais. As pessoas que trabalham na ilha geralmente moram na cidade de São Romão. Na ilha foram instaladas placas de energia solar que segundo informações dos moradores não funcionam.

Chegamos à ilha pela margem esquerda do rio acompanhados por dona Santinha, que estava em São Romão e foi de barco nos mostrar a sua casa e as suas plantações. Perguntamos a origem do nome da ilha e ela nos respondeu que é *“Ilha dos Caiapós porque tinha muitos índios antigamente”*.

Notamos a sua felicidade ao chegar na ilha e vê seus animais de estimação, sua casa e suas hortalças. Assim que chegamos ela logo começou a molhar a horta (foto 9).



Foto 9: Dona Santinha proprietária de um lote na Ilha dos Caiapós/MG. Ela possui uma pequena casa na ilha e mora na cidade de São Romão. Quase todos os dias ela se desloca de barco da cidade para a ilha para cuidar do plantio de hortalças e frutas. Presenciamos a dedicação com que ela cuida de sua horta, retirando com o regador a água do rio para molhar todas as “covas e canteiros”.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

⁴⁰Mapa do trajeto disponível no anexo E.

Muito sorridente ela nos agradeceu por levá-la até a ilha, explicou que estava precisando muito cuidar de sua horta e já estava preocupada por que no dia seguinte o seu marido não poderia levá-la. Ela disse tem coragem de ir sozinha para a ilha, pois não sabe remar.

Dona Santinha nos contou como conseguiu um direito na ilha. Disse que a terra estava parada, por isso ela e o marido passaram a trabalhar. Depois a “*dona da terra*” quis vender, mas o seu marido falou: “*a ilha não é de ninguém!*”. Ela contou que com a enchente de 1979 ficou tudo no barro, o marido não quis ficar mais na ilha e venderam a propriedade. Só recentemente eles compraram outro direito no lugar onde fomos conhecer.

Além da pequena casa, eles possuem uma horta, plantações de cana, mandioca e pés de frutas como manga, acerola e laranja. Ela disse que “*de primeiro todo mundo plantava. Todo mundo tinha a sua roça. Agora tem mais é gado*”. Eles já criaram galinha, porco, pato, mas atualmente pararam de criar em função dos roubos. Além disso, o que cultiva em seu pequeno lote precisa ser cercado para que o gado dos outros moradores não entre e danifique as plantações.

Ela nos explicou a diferença no tempo de plantio na ilha. “*Já tem uns 20 anos que planto aqui. Tem que saber plantar. Planta na seca porque não está chovendo. Lá fora planta em setembro, outubro porque é na época da chuva né*”.

No fim da tarde retomamos para a barca Tainá que estava atracada no porto da cidade de São Romão – Vila Risonha, onde passamos a noite. Tempo para abastecer o barco, repor itens da alimentação, mas também para conversar, investigar e anotar. Pensar que foi nesta cidade que há muitos anos os viajantes Spix e Martius, (1981) relataram em condição de vila.

É pequena, não tendo mais de mil habitantes, e forma um quadrado com diversas ruas longas, estreitas e irregulares. (...) quase toda de gente é de cor e não creio que haja na Vila inteira uma dúzia de famílias brancas. (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 188).

No passado seu nome era arraial de Santo Antônio da Manga, tendo como seus primeiros habitantes os índios Caiapós, passando depois para Vila Risonha

de Santo Antônio da Manga de São Romão e, mais tarde, o então município de São Romão.

Situada na margem esquerda do Rio São Francisco a cidade já foi ponto de parada das barcas e dos vapores e conta atualmente com a expressão da cultura local bastante variada. Incluindo a existência de ternos de Folias de reis, grupo de São Gonçalo, Congado e Caboclo além do Batuque e do Boi comandados por dona Maria, uma senhora de referência na cidade, disseminadora da cultura popular da região, conhecida por todos os moradores.

A figura 10 a seguir expõe alguns aspectos importantes da cidade como a igreja, as árvores centenárias localizadas as margens do rio, o formato das casas, as ruas quase todas ainda de terra, a balsa que faz a travessia de uma margem a outra e a frente da cidade a Ilha dos Caiapós, um lugar bastante dinâmico utilizado tanto para o lazer, como para a moradia, para o plantio e para a criação de animais, especialmente gado.

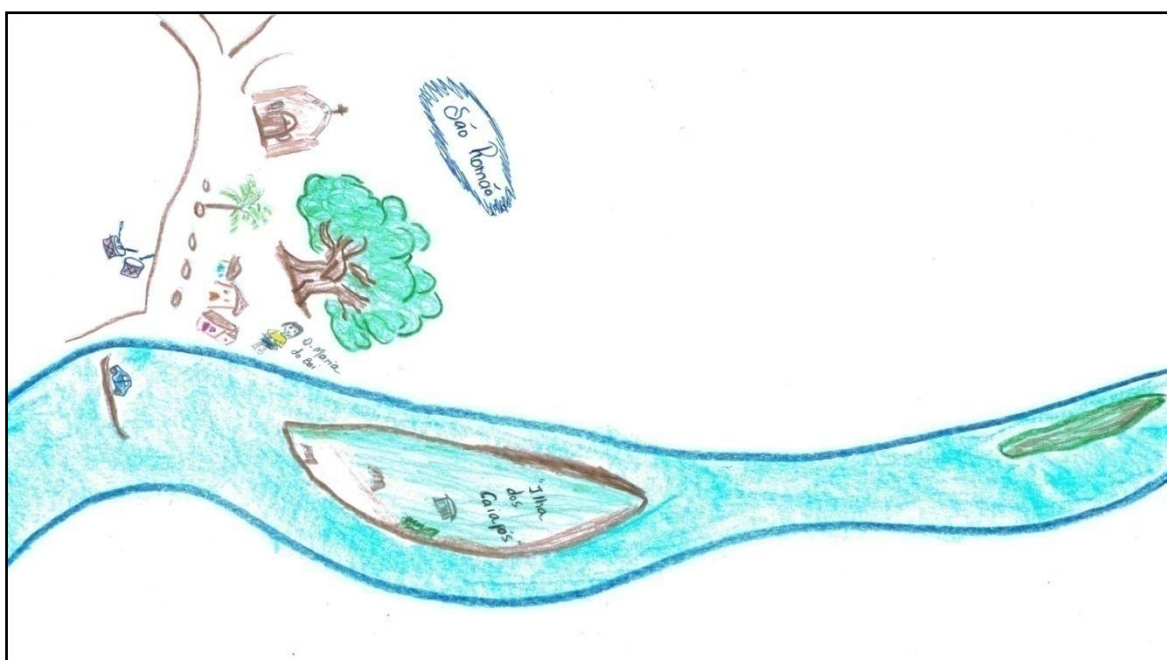


Figura 10: Croqui da cidade de São Romão e da Ilha dos Caiapós.

Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

3.1.5 Quinto navegar: de São Romão a Barreira dos Índios

Logo nas primeiras horas do dia saímos da cidade de São Romão e começamos a navegar. A primeira ilha que encontramos foi a **Ilha Barra do Riacho**, com apenas duas casas. Encontramos a família do Senhor Sebastião, com várias crianças passando férias na ilha.

O senhor Sebastião nos contou que nasceu em São Francisco, é pescador e folião de Santo Reis. É devoto do Bom Jesus da Lapa e já navegou pelo rio de canoa reverenciando o Santo. Ele afirmou que reside na ilha há seis anos. Já trabalhou em São Paulo por 3 anos, mas conta que prefere a vida de lavrador. Planta milho, feijão e abóbora. Disse que atualmente a ilha mede cerca de 4 alqueires e meio.

O senhor Sebastião lembrou que a ilha antigamente era uma crôa de areia, coberta por muito capim. A última enchente matou o capim e ele plantou feijão. Mais próximo do rio ainda existem grandes árvores nativas que segundo ele *“ajuda, a ilha fica mais fresca do que o terreno firme”*, além de serem utilizadas como sombra para as crianças brincarem. Neste local foi montado um pequeno barraco de lona utilizado pelos parentes que vem da cidade para pescar (foto10).



Foto 10: Vista da Ilha Barra do Riacho/MG. Na parte alta da ilha, debaixo da copa de grandes árvores foi montado um barraco de lona improvisado, utilizado pela família durante o período de férias para a pescaria.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Seguimos nosso trajeto passamos pelas **Três Ilhas**, pequenas, utilizadas apenas para plantio. Logo em seguida chegamos á **foz do Rio Urucuia**, bem em frente paramos na **Ilha do Maquiné**. Localizamos algumas poucas casas e, um fato curioso, um cruzeiro, que logo ficamos sabendo ser um cemitério onde foi enterrado um senhor importante da região que possuía um clube na margem direita do rio.

Esta foi à primeira ilha em que conversamos com um morador que sobrevive exclusivamente da pesca, o senhor José Carlos, de 46 anos, nascido em São Francisco, com família de origem baiana e pai de três filhos. Ele nos contou que perdeu tudo o que tinha em uma enchente há três anos. Não possui o documento de identificação de pessoa física e o registro de pesca. Disse que ha pouco tempo, o IEF tomou sua rede:

*A semana retrasada eles levaram minha rede. O IEF. É proibido o Urucuia, eu já sabia que era proibido. Me pegou na mão do meu menino. Eu e meu menino, terminando de soltar a rede! Nessa malha aqui, malha 14. Ele falou assim: moço cê sabe que aqui é proibido? Só que o piloteiro falou assim: oh! deixa a redinha pro homem moço. O proeiro falou assim: não, vamos levar a rede dele. Então leva. Eu fiquei com tanta raiva que eu falei assim leva, leva. **O senhor ficou sem rede?** Ai eu fiquei sem rede. Agora esta aqui foi eu que comprei. Nem pagar também eu não paguei ainda não. Comprei esta aqui por cinquenta conto, cinquenta real. Agora é arrumar o peixe para pagar o rapaz né? É o cara lá de São Francisco. Eles vem aqui, compra o peixe, a colônia, e vende a rede pra gente. É cinqüenta conto só o pano da rede. É dois panos de rede aqui. Aí eu vou montando. Aí tem os amigos que me ajuda também, me dá um pedacim de rede e vai imendando aí até ver o que Deus faz com a gente né. Tá ruim de peixe!*

Ele se afirmou o tempo todo como “pescador”, falou das dificuldades atuais em obter o peixe e do baixo preço obtido com a venda.

*Eu é só pescar! Só pescar. Quando pega também né por que peixe está difícil. **O que o senhor mais pega?** Aqui é o Surubim, o Caranha. Semana passada mesmo eu peguei um Curimatá que deu quatro quilos. Sabe por quanto eu vendi? Sete conto o quilo. Os amador comprou na minha mão, sete reais. É dinheiro de fumo. O que eu vendo mais aqui é Surubim, quando eu panho. Caranha aqui também eu não vendo. **O Surubim está quanto?** O Surubim aqui ta dezoito real o quilo. O mês que entra agora vai esquentar o calor, vai dar um peixinho aí. Começa a aparecer. **E o dourado?** O Dourado eu peguei um semana retrasada, só*

*que ele tava comido de Piranha e os amador não quis comprar na minha mão. O Dourado deu sete quilos. O cara me deu quinze conto nele. **O dourado ainda está saindo?** Sai. Tem que saber trabalhar né. **E o Surubim?** Surubim panha. Sabendo trabalhar com ele. Só que eu pesco a noite todinha, saio as cinco e chego às seis horas da manhã. **Passa a noite no rio?** No rio!*

Está devagar demais pra peixe. Demais, demais, demais... devagar! Tem uns quatro dias que eu não pego nem pra comer, só peguei uma pirainha e dois carizinhos. De sete até umas oito horas eu vou pro rio pescar, pescar mais ela, por que ela não fica sozinha.

Morando há mais de 12 anos na ilha, reclamou da pesca amadora, mas disse que em alguns casos ela até ajuda, porque “eles” compram o peixe dele. Descobrimos fatos interessantes sobre o território da pesca dentro do rio. Ele nos contou que existem lugares delimitados para cada pescador.

***Esta parte aqui é sua ou outro pescador vem aqui?** Vem por que nós limpa pau. Brigar ninguém pode brigar né. Eles vem pra mergulhar, rançar o pau. Tem que comprar a corda pra amarrar. Nós estamos com uma rede aí de trinta e seis por vinte. Rede arrastão. Se os homens souber dessa, cê sabe que é proibido né. **E os amadores dão trabalho?** Dá nada moça. Convive bem com a gente por que a gente controla com eles né. Eles tem a carteirinha deles também né. Mas só que eles aqui também têm um muncado de gancheiro aí. **O que é gancheiro?** Gancheiro é que não tem carteira. Os homens chama gancheiro. Eles fica impatando a gente! Atrapalhando o lanço. **O que eles fazem?** Joga o anzol, vai reclamar com eles, eles atrapaia jogar a rede. Aí tem que chegar e conversar com eles. A semana passada mesmo eu fui soltar minha rede aqui, com a mulher aqui, tinha dois moleques aqui na boca do rio. Só que o dono da rede é profissional e deu a rede pros vagabundos pescar. Aí nós reclamamos eles. O lanço é nosso! Por que cê não pesca lá pra baixo ou então pra riba pra lá. Quem comanda aqui é nós. Por que na hora de pagar para remendar, associar, tudo é nós. Aqui é lanço nosso! Isso aqui é meu, quem limpou foi eu. Aqui da boca do Urucuia pra riba é duzentos metros e pra baixo duzentos metros, a pescaria é nossa. Olha a placa lá ó.*

Nesta fala percebemos claramente uma divisão dos territórios do rio pelos pescadores da região. O senhor José Carlos afirma que quando os amadores chegam e não sabem, acabam invadindo a sua parte do rio e “bagunçando” o lugar da pesca. Esta delimitação é tão nítida que eles chegaram a colocar placas indicativas dos limites de cada um.

Este é um exemplo claro do uso e da apropriação do rio por aqueles que dependem diariamente de seus recursos, ou seja, a desarticulação da dinâmica

imposta pelos seus usuários pode interferir diretamente no cotidiano destes moradores. Isto se confirma na fala do senhor José Carlos, quando perguntamos sua opinião sobre a proibição da pesca em certos períodos do ano.

O senhor acha que é certo ou errado proibir a pesca? Pra mim eu acho certo. Sabe por que eu acho certo? Por que tem muitos gancheiros que não deixa a gente trabalhar. O peixe ta devagar, entendeu? Por que aqui chega gente de São Francisco com uma rede malhinha doze, malhinha quatorze, proibida dos homens. Eles chega com umas malhinhas pegando aqueles peixinhos muidinho. A gente vai pescar, não pega nem um peixe pra comer. Eles vêm pega as Curimatazinha tudo aí ó, joga até no mato. Essa lei vai ter que acabar. Quando eles vêm de São Francisco, com estas redinha deles pega tudo, nós fica sem nada! Agora mesmo eu peguei dos Carizinhos, deste tamaninho ó, ta dentro do meu barco lá, pode ir lá e olha pra você vê, não dá nem pra comer. Entendeu? Eles mesmo que bagunça. O povo da cidade vem pra cá pra bagunçar os trem.

Logo que saímos paramos por um tempo na **Vila dos Baianos**, localizada na margem direita do rio. Um retrato vivo do processo de povoamento do rio. Uma vila inteira de descendência baiana.

O senhor Berto, de 50 anos, foi um dos primeiros moradores que originalmente chegou, na companhia de seus pais, para formar a vila. Ele contou que chegou a região com cinco anos de idade. A família veio da cidade de Remanso na Bahia, uma daquelas inundadas quando da construção da barragem de Sobradinho descritas no capítulo 1.

Tem quanto tempo que o senhor mora aqui? Eu? 45 anos que eu moro aqui. O senhor nasceu em São Francisco? Não. Nasci lá em Remanso. Eu tenho 50 anos. Vim de lá com cinco anos de idade. Tem 45 anos que eu moro aqui. O senhor veio antes de encher lá né? Foi, antes de encher. Por que a cidade que a gente morava antes tá debaixo d'água. Como a sua família chegou até aqui? Nós viemos direto pra aqui. Primeiro meus irmão mais velho veio e tal. Por que a região nossa lá era muito ruim assim pra chover sabe. Ai veio, encontraram aqui, essa região aqui que era muito boa pra chover na época, terra muito boa e tal. Aí eles foram, voltaram e falou com papai. Aí a gente pegou logo o que tinha lá e veio. Vieram de barco? Nós viemos foi de vapor. Na época foi de vapor. Veio em qual? Nós viemos naquele Sertanejo. Nosso uma viagem que eu vou falar pra você, nós gastou trinta dias de lá aqui. Oh! Trinta dias de viagem de lá pra chegar aqui. Tinha vez também que ele encalhava nestas crôas aí, tinha vez que passava dois três dias encalhado, parado na estrada. Tornava sair, tornava parar de novo. Até chegamos aqui. Aqui

tamo aqui até hoje. A família rendeu demais e a gente ficou por aqui mesmo.

Descendentes de uma família que se instalou na beira do rio, e que hoje tornou-se uma grande comunidade. Pessoas que subiram o rio, vindo de vapor e pararam onde vislumbravam novas possibilidades de trabalho. Criaram um lugar de vida. O São Francisco foi o norte. “A liquidez é precisamente a característica elementar da água.” (BACHELARD, 1997, p. 98).

Perguntamos ao senhor Berto como era o lugar quando eles chegaram e como foi o processo de crescimento da vila.

*Quando os seus pais chegaram já tinha gente morando aqui? Não, tinha não. Hi rapaz aqui não tinha nada. Essa região aqui, isso aqui pra você passar dava trabalho. Era só mato, só mata virgem mesmo. Aqui não tinha nada aqui. Aqui mesmo na região tinha quer ver, quando nós chegamos pra aqui tinha quatro pessoas só que morava. Fazenda né, terra. Tinha quatro fazendeiros só, não tinha mais ninguém, isso aqui não tinha nada, não tinha nada aqui, não tinha estrada. Quando nós chegamos pra aqui, pra você ir em São Francisco, qualquer coisa que cê queria comprar cê tinha de ir pra São Francisco de canoa, naquele tempo nem motor tinha. Não tinha estrada, não tinha carro, cê tinha que ir no remo. Pra você fazer uma feira você tinha que ir no remo na cidade. Por que não tinha nada aqui. **E como foi crescendo?** Aí foi crescendo. O pessoal foi chegando, foi comprando. O pessoal que tinha grandes terras aqui foi vendendo os pedaços pra mais gente e o povo foi chegando. Quando o povo descobriu essa pesca aqui foi o que rendeu o pessoal. Aí, hoje aqui na região aqui cê não acha um lote aqui, um pedacim de terra pra você comprar na beira do rio por dinheiro nenhum. Hoje um lote aqui hoje dá pra você comprar dois lotes na cidade hoje. **Quanto custa um lote aqui?** Oh! esse pedacim que tá limpo aqui ó, com quarenta de fundo, esse lote aí foi comprado por vinte mil. E não acha. Aqui mesmo com acesso ao rio, por preço nenhum você não acha. **Quando começou a pesca amadora?** Amador aqui tem uns quinze anos mais ou menos que começou aqui. Começou a chegar gente.*

Mesmo com as transformações sofridas ao longo dos anos, o rio ainda segue sendo a maior referência no cotidiano dos moradores. Quando perguntamos ao senhor Berto se existe algum conflito com os pescadores amadores ele respondeu: “Tem não. Não, não, tem não. Não tem problema nenhum. Tem gente que acha bom por que esse pessoal de fora, eles traz alguma coisa pro lugar né. Gasta um dinheirinho né”.

Notamos que a prática da pesca esportiva de alguma forma desarticula o ritmo da vida comunitária. Isto se confirma no depoimento do senhor Berto quanto a circulação dos amadores pela comunidade e pelo rio.

O pessoal vem muito pescar aqui? De agora pra frente. Agora não por que tá frio sabe. Mas agora, mês que vem em diante isso aqui é cheio, mas é cheio! Tem final de semana aqui que eu vou falar com você, se você cassar um lugar para armar uma barraca na beira desse rio cê não acha. E o pessoal vem mais de onde? De tudo quanto é lugar. De São Paulo pra cá, Brasília, de todo lugar do mundo, de cidade, vem gente pra cá. Muito pescador amador? Demais. A altura desse rio aí, se você não tiver cuidado bate um barco no outro de tanta gente. Por que na região, o único lugar que tem estrada mesmo, que encosta no rio mesmo, é aqui mesmo. De São Francisco pra cá, essa região, é aqui mesmo.

Segundo ele, o acesso fácil à comunidade por terra foi o principal motivo da crescente chegada de pescadores amadores a comunidade. Porém, os moradores da vila já se acostumaram às mudanças que o rio traz. Criaram estratégias de sobrevivência. Aprenderam a conviver com os “de fora”. Oferecem possibilidades para os turistas do rio. Bares, casas de veraneio, bons barcos, guias de pesca, pousadas. É uma vida reinventada. Seguem nas barrancas do rio. Lugar identitário da vivência familiar baiana.

Conversamos também com o senhor Coló, outro morador antigo da vila. Ele nos recebeu em sua casa e contou um pouco como foi a sua vida morando na beira do Rio São Francisco e falou também da dinâmica atual da comunidade.

Foi a primeira profissão que eu aprendi de criança foi pescar. Eu saí de São Francisco eu tava com oito anos. Já mudemo demais, cada ano mudava... meu pai trabalhava no macaco pros outros... era é empregado. Aí depois foi aumentando as exigências de pescaria, tinha que ter licença, na capitania, depois tinha que tirar a carteira, agora já é do IEF. Eu comecei pescar tinha uns dez anos. Depois de casado, já com vinte e dois anos eu pescava pro sustento. Naquela época não tinha carteirinha. Antigamente não tinha essas linhas que tem hoje, mas a gente pegava mais peixe que hoje, que tem todo tipo de material pra pescar. Não tinha gelo, não tinha energia, salgava o peixe e levava pra São Francisco, ia no remo mesmo. Parece que tem passagem de ontem que era melhor do que hoje. Hoje tem de tudo, mas o peixe não tem quase nada. Pra pescar pra renda não dá mais não. Eu hoje planto uma rocinha. Aposentei. Muitas coisas, o progresso traz uma melhora.

Eu tive só foi quinze filhos, mas morreu cinco, mas não foi de fome não, morreu mesmo é de doença. Mas dez ta tudo criado. Mas eu tava falando o progresso traz uma melhora, mas no final se torna em piora, o que ele traz de melhora não recupera o que estragou nunca. Não recupera nunca o que estragou. Estraga, traz uma melhora. O primeiro carro que desceu aqui na Barra do Urucuia, foi pra pegar mamona. Foi é cortando toco, abrindo caminho pra descer o caminhão até as mamona. Hoje em dia tá tudo arrumadinho, iluminado. Aí pra cima é tudo casa de pescador, que vem só pra pescar de esporte.

A herança, os rostos e os costumes permanecem os mesmos. A essência do pertencimento prevalece. “Por que a água, esse líquido universal, não poderia, também ela, receber uma propriedade singular? A invenção, submetida às leis do inconsciente, sugere um líquido orgânico.” (BACHELARD, 1997, p. 63).

Seguimos navegando e logo abaixo avistamos a **Ilha dos Cavalos**, localizada próximo à comunidade do Retiro, utilizada para moradia, plantio e criação de animais. Possui cerca de 14 moradores, medindo aproximadamente quatro hectares. A ilha possui energia solar. Conversamos com o senhor Silvestre, que trabalha na ilha há mais de 20 anos. Ele contou que só conseguiu comprar o terreno na ilha a pouco tempo. Ele mora na comunidade Retiro, e vai à ilha plantar. Disse que nasceu em São Paulo, mas veio para a região ainda pequeno.

O senhor Silvestre contou-nos que planta e também pesca e revelou que na ilha ainda existe mutirão e troca de dias de serviço.

Aqui tem troca dias? Troca. O mais aqui que rompe é isso, de trocar dias mesmo. Faz mutirão? Faz. Isso aí faz. Aqui é no acordo mesmo, um ajudando o outro. Tem pagamento de dia? Paga também né. Às vezes aqueles que às vezes não quer trocar o dia, já paga né.

Porém, alguns trabalhadores preferem o pagamento pelo dia trabalhado, sendo, portanto, um acordo mútuo que ocorre em função da necessidade de cada um. Esse tipo de relação de trabalho é o testemunho de práticas sociais adaptadas a contextos em que a contingência pela baixa ou pela inexistência de oferta de dinheiro em espécie era superada por acordos mais ou menos estáveis que garantiam de um lado a satisfação da necessidade de trabalho e o compromisso ético de reciprocidade no momento seguinte. Atualmente essas práticas

persistem nesses locais parcialmente isolados e com nível auto de informalidade nas relações de trabalhos, como no exemplo que comentamos linhas acima.

A existência de relações deste tipo, não deve ser tomada como sinal de um atraso econômico do lugar e nem como uma visão romântica. Ao contrário, deve ser compreendida como um sistema de relações sociais próprias e funcionais que supre as demandas do local e revelam em seu sentido profundo um conjunto de regras e de comportamentos que regulam a vida cotidiana. Do ponto de vista espacial, podemos entender que tais relações ainda não foram profundamente alteradas e concordando com Milton Santos (2008) sobre a seletividade espacial do capital, que escolhe locais estratégicos e preferências para sua inserção.

Na mesma ilha entrevistamos também com o senhor Lindolfo, de 49 anos, nascido em Brasília de Minas e que mora na ilha há 23 anos. Atualmente ele vive sozinho, pois o casamento “*não deu certo*”.

Ele falou sobre suas atividades diárias na ilha e da rotatividade dos demais moradores.

O senhor mora aqui na ilha? Eu é. Aqui o senhor faz o quê? Aqui eu faço é mexida de roça. Mexo com roça, crio frango, planto milho, feijão, abóbora, bananeira, manga, tudo a gente mexe. Pesca também? Aqui e acolá. A gente tem que dá uma voltinha nesse rio aí pra ver se...(...).A família mora toda aqui? Não, não tenho família não. Tem quanto moradores na ilha toda? Aqui? Olha da cabeça da ilha ali até aqui na ponta da ilha nós somos quatorze. Desses moradores que o senhor falou, todos ficam aqui direto? Não. Aqui a maioria vem aqui trabalha, vai lá pro Retiro, vai para São José. Só fica aqui a semana, trabalha, quando é no sábado eles vai fazer as compras deles, quando é na segunda eles tornam voltar pra dentro e mexendo né.

Ele disse que já trabalhou fora, no Sul de Minas e na região do Triângulo, sempre com a agricultura. Afirmou ser agricultor, “*é só mesmo na roça mesmo. Eu nasci na roça, tem que entregar as pontas, é na roça mesmo. A gente vai na cidade lá uma vez por ano. Segundo ele, costuma pescar apenas para a alimentação diária e não gosta de se aventurar na pescaria durante a noite.*

Falou com alegria do Rio São Francisco e relatou as situações vividas durante as cheias do rio.

*Como é morar na ilha na época de enchente? A gente tem que vazar fora né. Tem vez que vem enchente grande. Esse ano mesmo ela veio aqui ó, (mostrando o lugar da casa) foi obrigado, minha casa até caiu. **Caiu?** Ai eu peguei e mudei ela pra ali (mais acima). (...). **Tem quanto tempo que o senhor está aqui?** Aqui tem 23 anos. **E quantas vezes já começou tudo de novo?** Aqui tem mais ou menos, de quando eu vim pra cá já teve umas três cheionas que eu fui obrigado a sair daqui. Eu não conhecia muito enchente. E ai eu quase que não dava certo pra mim. Ai meus pais falou: meu filho cê é doido de ficar lá. Mas eu falei: pai eu gostei. Vou ter que voltar de novo, pra arrumar outro futurinho de novo. Aí eu tornei voltar pra cá. Pensa que não, tornou vim outra enchente, no outro ano. Viche isso aqui tava cheio de milho, amendoim, feijão catador, feijão de corda. E o rio veio passar a mão ne tudo. De novembro, dezembro, janeiro. Nós só corre daqui em janeiro, tempo bão! E ai levou tudo. Ai foi na época da seca a gente tornou voltar de novo. E esse ano deu outra enchente aqui. Esse ano de agora que eu tô aqui. **Levou tudo de novo?** É, levou tudo! Ó como é que tá esta palhas de milho ai tudo cheia de barro das enchentes. Mandioca morreu tudo.*

Mesmo com as situações de perda vivida com as enchentes, para ele “quanto mais dentro d’água melhor. Eu gosto de morar assim”. Ele falou das amizades com as pessoas da ilha e confirmou a existência da troca de dias de serviço, “tem um muncado de parceiros aqui pra a gente trocar dias, troca, troca”.

Disse ainda que é católico e que já participou das romarias de Bom Jesus da Lapa e de Aparecida.

A figura 11 a seguir destaca a dinâmica do Rio São Francisco entre a Ilha do Fogo, situada na foz do Rio Urucuia; a comunidade Vila dos Baianos, um importante ponto de concentração dos pescadores amadores e a Ilha do Cavalo, utilizada como moradia e plantio.

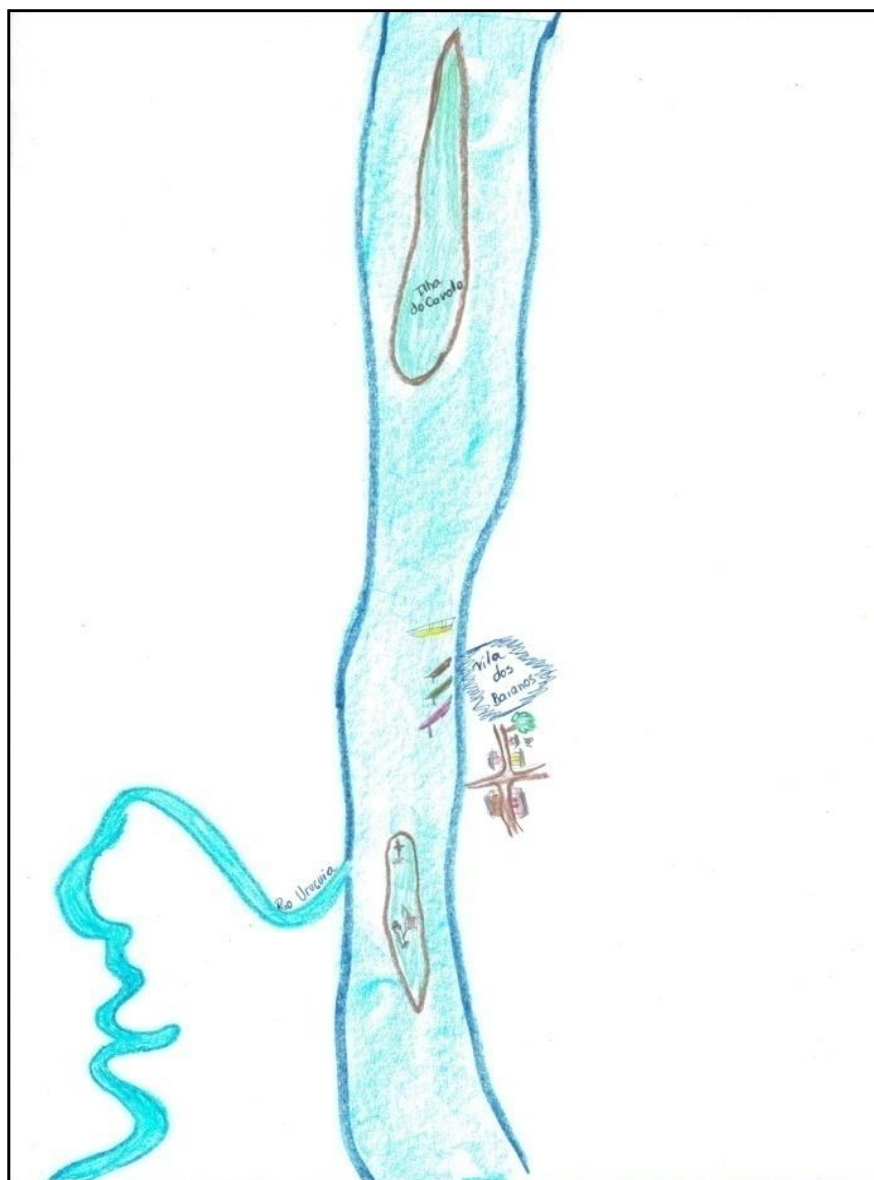


Figura 11: Croqui da Ilha Fogo, comunidade Vila dos Baianos e Ilha dos Cavalos.

Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Após esta parada nos despedimos dos moradores da ilha e seguimos viagem. Logo localizamos a próxima ilha, **Ilha do Afundá**. Segundo informações da equipe que visitou a ilha, ela possui este nome porque em época de chuva fica alagada. O rio entra por trás e inunda uma lagoa, por isso a denominação de ilha, mesmo sendo um lugar na beira do rio.

No fim do dia chegamos próximo à **comunidade de Barreira dos Índios** onde passamos a noite⁴¹. O que nos impressionou neste trecho do rio foi um enorme barranco esculpido pelas águas do rio. A comunidade fica localizada bem no alto, na curva do rio, bem próxima a Ilha do Afundá e de outras ilhotas, conforme destaca a figura 12 a seguir.



Figura 12: Croqui da Ilha do Afundá e da comunidade de Barreira dos Índios.
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

3.1.6 Sexto navegar: de Barreira dos Índios a São Francisco

No período da manhã subimos o barranco do rio e conversamos com algumas pessoas da comunidade de Barreira dos Índios. Encontramos a família de dona Ana, de 50 anos, mãe de quatro filhas. O seu esposo José Nildo trabalha como pecuarista, vendendo leite para a cooperativa da cidade de São Francisco.

Ela relatou que mora na comunidade a quase quarenta anos, gosta do Rio São Francisco, não pesca e analisa a presença das ilhas como um sinal de assoreamento do rio.

⁴¹Mapa do trajeto disponível no anexo F.

Tem quanto tempo que a senhora mora aqui? Tem quase quarenta anos que eu moro aqui. Aqui mesmo na Barreira dos Índios? É. Quando a senhora veio morar aqui como era? Aqui tinha só mato, só mato. Os filhos foram todos criados aqui? Foi. São quantos filhos? São quatro. Tem mais parente aqui? Aqui tudo é parente. Por isso que as casas é pertinho assim. E o rio a senhora conhece bem? Não. Conheço assim de passagem por que eu passo né. Só daqui até São Francisco. Gosta do rio? Eu gosto. O que a senhora mais gosta? Gosto da água, só que assim quando a gente vê o rio assim é uma tristeza muito grande pra todo mundo que mora na beira do rio né. A gente vê aí pra baixo tem muita ilha né, a gente vai encalhando as embarcação né. Tem lugar mesmo aí se for passar, se não saber não dá nem pra passar. Raso? Muito raso, a gente enxerga o chão. Antes não era assim não? Não. Antes não tinha ilha, agora tem muitas. Daqui pra baixo mesmo vocês vai ver, tem muitas ilhas no meio do rio. Tem de um lado, tem do outro. Mais na frente tem outras no meio do rio. Antes não era assim? Era não. Pescava mais? Era. Tinha muito peixe, agora nem tem. A senhora pesca? Não pesco. Tenho medo. Medo do rio? Do rio. Eu tenho medo de cair dentro d'água, não sei nadar.

Dona Ana já morou um tempo em Brasília, mas voltou para a comunidade por que achava a cidade grande muito perigosa. Atualmente tem uma filha que mora em Brasília, outras duas já são casadas e moram na região e a mais nova ainda mora com ela e estuda na comunidade Retiro. Ela reclamou da falta de estrutura das estradas dizendo que o ônibus escolar só consegue circular na época da seca, “na seca vem, nas águas não”. Segundo ela, durante o período das chuvas os carros não passam pelas estradas por que atolam no barro. Perguntamos como os estudantes fazem para se deslocar na época das chuvas, sua filha respondeu: “vai de bicicleta, vai de cavalo, vai de charrete”.

Fomos também à casa dos pais de dona Ana, o Senhor Malaquias, com 80 anos de idade e sua esposa dona Olívia. Vieram do município de Brasília de Minas, recordaram o tempo que chegaram à região, falaram das enchentes e de como criaram os filhos na comunidade.

Eu nasci em Brasília de Minas mas vim parar aqui. Tô aqui vai fazer 40 anos. Nesse lugar? No mesmo lugar. Nessa casa aqui. E a senhora? Eu nasci lá também, município de Brasília de Minas. Vocês casaram aqui? Não. Nós casou lá, meus pais moravam lá. Depois que nós casou que nós mudou pra cá. Aí nós mudou pra aqui. E quando vocês chegaram como que era aqui? Era mato. Quando nós chegamos pra aqui, pôs a mudança debaixo de uma árvore. Tem quantos filhos? Tem seis que

*mora aqui, cinco homens e Eva e três que trabalhava fora, mora em Brasília DF. **Nove filhos então?** Nove filhos eu tenho. Mas os filhos meu era doze, é que morreu três. **Por que vocês vieram morar aqui?** Por que lá, quando eu morava lá, era muito difícil de água. Eu panhava água na cabeça, um quilômetro e meio eu ia achar água pra panhar. Ai eu fui vi que guentava, só eu e ela e os meninos tudo pequeno. Falei: não, vou caçar um lugar mais perto de água. Como foi, o senhor comprou? Comprei. Comprou o terreno e mudar pra aqui. (...) **Aqui o senhor gostou?** Gostei. O pior daqui é quando vem uma enchente e enche tudo d'água, sai nas carrera. Mas depois volta. **Essa casa já foi destruída pela água?** Já foi, a água cobriu ela, só ficou umas duas carreira de telha aqui, em 79. **O senhor já viu várias enchentes?** Já veio várias enchentes aqui. Tá com quatro anos que veio a última. **Qual que foi a pior?** A pior foi a de 79. Aqui chama Barreira dos Índios também? É, dos dois lados. **E por que tem este nome?** É por que antigamente tinha muito índio ai. Quando nós mudamos pra aqui os índios já tinha ido embora. Tem muitos anos que tinha muito índio aqui. Só deixou o nome. Tinha muito índio ai, tanto de lá como de cá. Ai depois os índios foram embora, o povo foi chegando e os índios foi embora. (...). **O senhor pescava?** Nunca pesquei. **Não aprendeu não?** Não. Nem saber pegar no remo eu sei. **É só gado e roça mesmo?** É. Tenho 80 anos mas todo ano planto minha rocinha. (...). Tem muita gente que pesca, os filhos nunca pescou. Nós é encabulado é com roça. Plantar pasto. Criar gado. (...)*

***Os seus filhos que ficaram aqui estão todos na terra que o senhor comprou no início ou eles compraram outras terras?** Não eles entraram na terra que eu comprei. Eles nunca mudou não. Nunca mudou daqui não. Mora num pedacinho de terra mas foi mesmo já ligado a essa terra nossa aqui. Todo mundo gosta de morar aqui? Gosta de morar aqui. Vem enchente e tudo, mas isso aqui é bom. O povo fala pra nós mudar pra São Francisco mas eu gosto, dou muito bem de morar aqui junto deles. Eles tudo casou foi morar, construir as casas deles encostadinho aqui. Dei muita sorte. Eu não gosto de morar longe de meus filhos não. Tem três que mora em Brasília eu fico aí quebrando a cabeça. Saudade!*

Assim como dona Ana, eles também denunciaram a dificuldade de transporte na época das chuvas tanto para vender o leite quanto para os alunos estudarem.

*O mais difícil aqui é as estradas. Quando chove não passa carro não. Aí o caminhão não vem pegar o leite não. **E as crianças como faz pra estudar?** Os meninos é um sacrifício pra estudar. Tem que estudar no Retiro, os da quinta série acima. Aí é um sacrifício pra eles ir. Nas águas tem que ir de cavalo até numa fazenda, pra pegar o ônibus. Até a quarta série estuda aqui, nessa escola aqui.*

Notamos que apesar das dificuldades com o transporte, as pessoas da comunidade não utilizam o rio como estrada, como forma de deslocamento até a

cidade de São Francisco. Apesar de ficarem isolados da cidade durante o período das chuvas, impedidos de vender sua produção e até de estudar, a maioria dos moradores não possuem barco. Observamos na margem do rio a presença de apenas uma pequena canoa a remo, utilizadas para a pesca praticada nas horas vagas e nos momentos de lazer, restrita somente aos locais do rio próximos a comunidade. Esta peculiaridade refere-se ao uso do rio como “estrada líquida” (DE PAULA, 2009), provavelmente ligada ao tipo de atividade predominante na comunidade: a pequena criação de gado.

Outro relato importante foi com relação ao Rio São Francisco. Quando perguntamos se eles gostavam do rio, dona Olívia logo respondeu:

*Gosto. Se não fosse esse rio aí nós nem vivia. Sem esse rio aí nós nem vivia por que a água daqui é puxada de lá. Tem um motor que eles puxa água com a bomba. Ai tem a caixona ai na escola e a água vai pra casa desse povo todo aqui. Até lá pra baixo a água vai. Pra beber e pra dar criação. **E a água está boa pra beber?** Tá boa. Agora tá boa. Na seca tá, nas águas fica ruim. Teve um ano que ela tava poluída aí eles tava trazendo água aqui. Tem mais de uns três meses que eles não tão mais trazendo água aqui. A pipa traz água aqui mas agora eles parou. Agora de certo que ela miorou por que eles parou de trazer água. **Estava poluída de quê?** Ela ficou verdinha, a água. **A senhora viu?** Vi. Ficava batendo cheiro de gás aqui. Nós ficava em tempo de sufocar aqui. Um cheiro de gás que eu não sei o que é. Quando a água tava poluída morria peixe ai no rio. Tava descendo Surubim morto ai no rio.*

A fala de dona Olívia denuncia o alto nível de poluição que o rio vem sofrendo ao longo dos anos. É difícil imaginar que suas águas chegam a ficar impróprias para o consumo humano em função dos índices de contaminação. O uso de defensivos agrícolas pelas grandes fazendas localizadas ao longo de suas margens, o derramamento de substâncias tóxicas pelas indústrias e a contaminação de seus afluentes com metais pesados são algumas dos indícios da apropriação para fins econômicos e uso indiscriminado do rio. Fato este que vem se tornando cada vez mais rotineiro e que afeta diretamente a população que depende exclusivamente de suas águas para sobreviver.

Seguimos viagem rio abaixo. Passamos por uma sequência de duas pequenas ilhotas e uma terceira, um pouco maior, próximas a cidade de São Francisco. Não conseguimos identificar plantios e moradores.

No meio da tarde atracamos no porto da **cidade de São Francisco**, onde permanecemos o restante da tarde e a noite. A cidade foi fundada em 1877, seu destino já teve outros nomes: Pedras de Cima, Pedras dos Angicos, São José das Pedras dos Angicos, São Francisco das Pedras e, por fim, partilha hoje seu nome com o do grande rio: São Francisco. Este é o nome de uma cidade ribeirinha bem estruturada para a região, uma das maiores cidades que paramos durante a viagem. Possui uma dinâmica econômica diversificada: comércio, entretenimento, turismo.

O porto ainda é uma grande atração. Mesmo dentro do rio já avistamos a igreja matriz, construída bem próxima ao barranco do rio (foto 11).



Foto 11: Igreja em São Francisco/MG. Quem chega à cidade pelo rio, já se depara com um dos principais cartões postais da cidade – a Igreja Matriz de São José, erigida em 1890. Na vista observamos que a sua porta de entrada está voltada para o rio São Francisco, uma referência ao período áureo da navegação.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Muitos curiosos observaram a nossa chegada. Afinal, atualmente é cada vez mais raro um barco de médio porte atracar no porto. Subimos a ladeira. Andamos pelas ruas. Respiramos o ar da cidade.

Observamos que alguns moradores das comunidades próximas buscam na cidade uma fonte de emprego e melhoria de vida. No fim da tarde ficamos no porto observando o movimento dos barcos. Muitos trabalhadores chegavam de barco, vindos de uma grade fazendas de banana localizada do outro lado do rio. Desciam apressados, apenas cumprimentaram e queriam ir direto para as suas casas. Conseguimos conversar rapidamente com o senhor Celso. Ele disse que estava voltando da fazenda e nos explicou como funciona o transporte dos trabalhadores da cidade até a fazenda.

Aqui é só banana e gado. Os barcos são deles? É. Essa lancha aí é particular, própria da fazenda. Os dois ônibus também é deles. O senhor falou que faz duas viagens? É duas viagens. Leva duas vezes. Muita gente. O sai que horas? Tem vez que é. Depende do horário lá. (...). Então tem uma turma quatro horas e outra logo em seguida pra não dá tumulto aqui na beira do rio. Chega um quer atravessar primeiro já bagunça né. Como que organiza a travessia? Vamos supor. Aqui atravessa 45 pessoas aqui né. Então eles já chega pro lado de lá, então dá tempo eles chegar lá e o primeiro ônibus sair né. Ai quando ele volta aqui o primeiro ônibus já foi já. Ai quando sai de lá (fazenda) também dá um intervalo assim de uns 15, 20 minutos é o tempo que chega aqui. Ela já tá chegando aqui já. Aqui de manhã cedo aqui, aqui tem o pessoal que entrega ficha. Você tem que chegar mais cedo pra pegar ficha. Pra não dá tumulto no primeiro ônibus. Quem vai por último volta por último. Quem pega a senha vai no primeiro, vale para de tarde, volta no primeiro. Vocês ganham quanto? Aqui é um salário. Um salário fichado na carteira. Tem quantos trabalhadores na fazenda? Lá tem 135 funcionários. Agora quando aperta eles contratam mais. São quantos quilômetros até a fazenda? Daqui lá é 12 quilômetros, 10 quilômetros. Do porto da balsa eles mediu deu 12 quilômetros. Aqui que nós pega é 10 quilômetros.

A fala do senhor Celso explica o motivo de tanta correria com a chegada e saída dos barcos da fazenda. Atravessam o rio de uma margem para a outra e depois pegam um ônibus até a fazenda onde trabalham. Fazem este percurso diariamente, de segunda a sábado. Como são muitos trabalhadores, foi preciso organizar a travessia com a distribuição de senhas. Pela manhã, os que chegam

primeiro ao porto têm o direito de retornar no primeiro ônibus da tarde, conseqüentemente voltam mais cedo para casa, para o descanso.

Com a chegada dos trabalhadores a circulação no porto aumentou consideravelmente. Após este período, já no cair da noite, o porto retomou seu ritmo de tranquilidade.

Depois de andarmos pela cidade retornamos à barca. Dormimos ancorados no porto, no banco das águas. Mesmo estando na cidade foi na barca que a nossa vida seguiu.

3.1.7 Sétimo navegar: de São Francisco a Ilha da Capivara

Pela manhã partimos da cidade de São Francisco, e logo localizamos uma ilha sem plantio e moradia. Segundo informações dos moradores de outras ilhas, ela é chamada **Ilha de José Roseno**, um senhor que plantava na ilha antigamente, mas que já faleceu.

A primeira ilha em que paramos foi a **Ilha Vira Saia**, também conhecida como “Ilha dos Galinha”. Uma ilha pequena, utilizada apenas para o plantio. As pessoas que plantam geralmente moram na cidade de São Francisco. Próximo à margem direita do rio avistamos um canal que forma uma lagoa dentro da ilha.

Conversamos com o senhor Antônio José e seu filho que estavam trabalhando em uma roça grande de feijão, ainda verde. Ele disse que já planta na ilha há cerca de oito anos e falou dos riscos que corre com a lavoura. *“Aqui se a água não matar, quando a gente planta, se não matar, a gente colhe. Agora é arriscado. Às vezes o gado também chega do fazendeiro de fora. A gente fica sem nada também, só com o prejuízo”*. Ele nos contou como a ilha foi formada, *“isso aqui é tipo assim, vai começando assim, as águas vai vindo, vai rendendo”*.

Como não possui casa na ilha, apenas um barraco de lona improvisado, utilizado como cozinha e dormitório, ele fica durante a semana na ilha trabalhando na “roça” e vai de barco para a cidade no fim de semana, onde também trabalha como pedreiro. Ele disse que não vai e volta todos os dias da cidade para a ilha por que gasta muito combustível com o barco.

A poucos metros paramos na **Ilha Cearense**, que antigamente era chamada de **Ilha do Lagedo**, com aproximadamente seis moradores fixos. Existem pessoas que plantam, mas não moram. Tem energia solar e um alambique utilizado para a fabricação de cachaça. A ilha possui um barranco muito alto dos dois lados. Geralmente é utilizada para plantio, criação de animais e moradia.

Encontramos com o senhor Joaquim, de 76 anos e sua esposa Angelina, de 63 anos (foto 12). Eles disseram que, “vai fazer 14 anos” que estão morando na ilha.



Foto 12: Senhor Joaquim e sua esposa, Ilha do Lagedo/MG. Sentados debaixo da sombra de uma mangueira no quintal da casa. Eles nos contaram as histórias de 14 anos morando dentro da ilha.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Tivemos uma agradável conversa no quintal de sua casa, de frente para o Rio São Francisco. Eles falaram da origem do nome da ilha, contaram as vantagens e as dificuldades de morar dentro do rio. Nasceram na região de Januária, atualmente já são aposentados, vivem longe dos filhos e ainda plantam pequenas “roças” para o “sustento”.

Como é o nome da ilha? Ilha cearense. Por que tem este nome? Por que o primeiro cara que morou aqui, dona dessa ilha aqui chamava cearense aí botou o nome da ilha de cearense. (...). Antes de morar aqui na ilha onde vocês moravam? Antes nós morava no Pandeiros. De lá nós mudamos pra cá. E por que vieram para a ilha? Ah aqui é melhor pra gente. Lá era um lugar muito seco. Aqui tudo que você planta, você

vê. Se você planta um pé de mandioca você vê. Se você uma melancia você vê. Se planta um pé de feijão você vê. Tudo que planta aqui tem e lá pra fora pro rumo da chapada só mal a mandioca. **E a ilha do Lagedo e qual?** Não. Era essa aqui, mas mudaram o nome. Que muitos conhece ela por ilha do Lagedo. **Aqui tem muita gente?** Tem nada. Tinha demais mas mudou tudo para a cidade que diz que aqui modo a energia, que botaram essa luz solar, mas essa luz solar um dia tem luz outro dia não tem. De quando puseram ela nunca vieram corrigir elas aqui. É mesmo que não ter. **Aí os que não queriam ficar sem luz mudaram para a cidade?** É. Agora eu que estou temando aqui. Tem uns quatro morando aqui. Esses aqui tá temando aqui dentro. (...). **Tem as pessoas que planta e mora fora?** Planta também. Planta aqui também. Eles tem direito aqui e planta. **Mais moram na cidade?** É, vem e volta. As vezes fica aqui na semana, no fim da semana vai para a cidade. Agora eu não, sou nativo aqui, só vou lá pego meu realzinho e torno voltar. **Muito difícil ir na cidade?** Muito difícil, só vai quando é para tirar dinheiro. **Os dois têm aposentadoria?** Tem. **Aqui só mora vocês dois?** Deus e nós dois. **E os filhos?** Agora que tem um junto de nósmas os outros mora tudo fora. Tem muito filho mas mora tudo fora. **Todo mundo casado?** Todo mundo casado, graças a Deus. **Vocês nasceram na região?** Em Januária. **Vocês gostam de morar aqui?** Aqui só é ruim sabe o quê que é? Por causa da doença que é ruim aqui. Agora aqui por um ponto aqui é melhor do que na cidade, mode aquele zuadeiro. Aqui não, é sossegado agora de lá não, dentro da cidade é zuada demais. (...). **Aqui vocês plantam?** Aqui você planta um milho, você planta mandioca, você planta feijão de rança na seca, se vê. Você planta feijão catador você vê. Você planta uma fava, a feijoa, você já ouvia falar da feijoa? A feijoa você planta ela aqui das águas você colhe o tanto que puder colher. De tudo você planta aqui, até o arroz das águas, no ano de boa águas você planta arroz aqui. **O senhor planta arroz também?** Não, não planto mais. (...) **E pescar?** Parei também. **Mas já pescou?** Graças a Deus! E era feliz com o peixe. **Todo mundo está reclamando que não tem mais peixe?** O peixe está devagar mesmo meu irmão. Não tá tendo não. O peixe tá difícil. O peixe tá difícil mesmo.

No meio da conversa chegou um outro morador, o senhor Loro. Perguntamos sobre o tamanho da ilha ele disse: “moço esta ilha aqui é grande. Ela já quebrou muito. Ela era bem em cima lá. Diz ele que ela era 110 alqueires. Mas ela já quebrou demais”. Ele nos contou que já morou no Pará, casou lá. Agora já tem oito anos que mora na ilha. “Isso aqui é o direito. A gente compra o direito de serviço”.

Caminhamos pela ilha e chegamos até a casa do senhor Dorival e dona Altamira, moradores que vieram do Sul de Minas. Eles disseram que querem investir na ilha, mas o que dificulta é a falta de energia e o acesso, apenas de barco. “Não é tudo que a gente esperava não”. O senhor Dorival, homem de espírito modernizador e empreendedor, fez questão de mostrar a estrutura de seu

alambique e explicou como é feita a fabricação da cachaça. Um fato curioso que ele nos contou foi que algumas áreas de pasto da ilha de sua propriedade são alugadas por sitiantes da margem do rio. Segundo ela a ilha conta ainda com uma associação de moradores com cerca de 15 associados.

Seguimos rio abaixo, logo abaixo da Ilha do Lagedo localizamos uma pequena ilha, situada bem em frente à **foz do Rio Pardo**, coberta apenas por vegetação nativa.

A figura 12 a seguir mostra a cidade de São Francisco, com destaque para o porto e a imponência da Igreja Matriz de São José, nosso trajeto passando pela Ilha do Lagedo e chegando até a **foz do Rio Pardo**, outro importante afluente do Rio São Francisco, na sua margem esquerda.

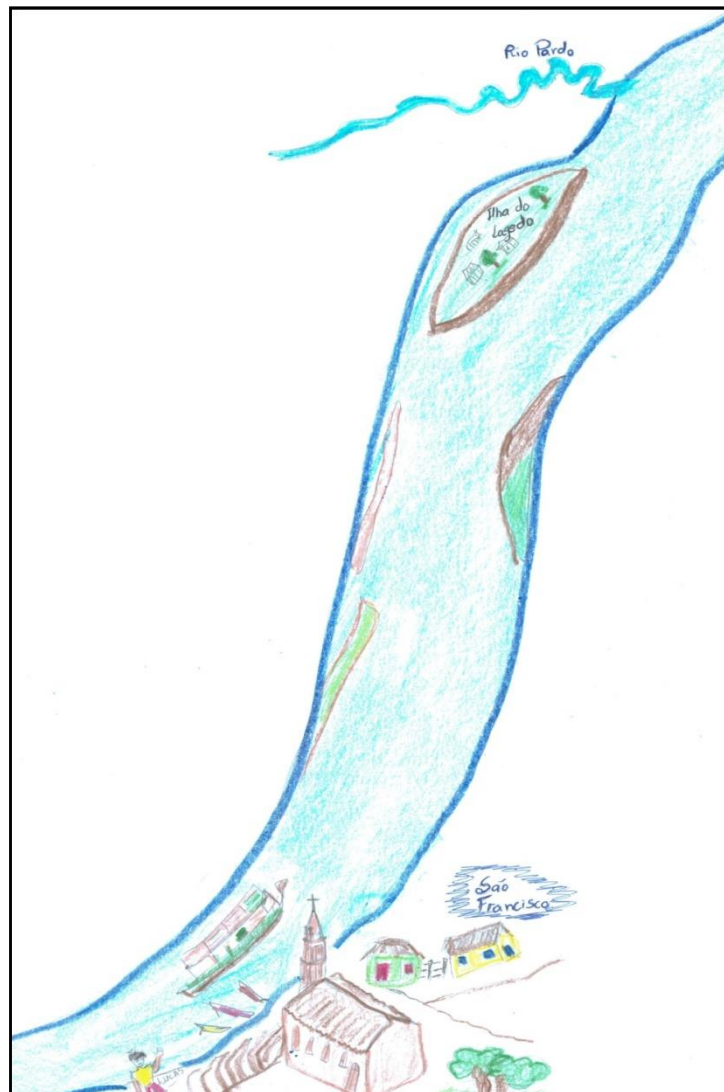


Figura 12: Croqui da cidade de São Francisco, Ilha do Lagedo e Barra do Rio Pardo.

Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Nesta seção do rio as ilhas começaram a aparecer em maior número. Logo abaixo da barra do Rio Pardo localizamos uma pequena ilha chamada **Ilha do Rio Pardo**⁴², com alguns plantios e ainda sem moradia.

Passamos por mais outras duas ilhas, cujo nome não conseguimos identificar. Basicamente utilizadas para plantio. Chegamos à **foz do Rio Pandeiros**, onde está localizada a **Ilha do Pandeiros**, também utilizada apenas como plantio.

Seguimos até a **Ilha da Capivara**. Esta é uma ilha de grande extensão, mas pouco habitada, possuindo apenas quatro moradores fixos. Está localizada a 18 quilômetros da cidade de Pedras de Maria da Cruz, e próxima às comunidades de Quebra Guiada e Balaieiro.

Conversamos com o senhor Zolino, de 54 anos, nascido e criado na ilha. Ele nos contou um pouco de sua história quando nos encontrou na barca Tainá, bem próximo à ilha. Segundo ele, antigamente a ilha era muito povoada. Aos poucos as pessoas foram se mudando para a cidade. Atualmente ele é uma das poucas pessoas que ainda resistem vivendo na ilha. Toda a sua família, incluindo sua esposa e os filhos, moram na cidade de Pedras de Maria da Cruz, sendo que dois de seus filhos trabalham nas fazendas de banana próximas. Ele vai sempre de barco à cidade visitar a família, *“aproveito pra ir pescando pelo rio”*.

Neste dia dormimos atracados na ponta da ilha da Capivara.

3.1.8 Oitavo navegar: da Ilha da Capivara a Pedras de Maria da Cruz

No início do dia resolvemos avançar um pouco a viagem em direção às demais ilhas. A primeira que encontramos foi a **Ilha da Coruja**, com poucas casas. Normalmente as pessoas moram na cidade e plantam na ilha. Avistamos plantio de feijão e roça de melancia. Paramos primeiramente em uma casa que estava fechada. Nas paredes de adobe observamos escritos das pessoas e desenhos sobre a ilha. Seguimos para outro porto a procura de outros moradores.

⁴²Mapa do trajeto disponível no anexo G.

Encontramos dona Marilene e uma amiga na beira do rio, dentro do barco, lavando as vasilhas para fazer o almoço. Muito prestativa ela nos levou até sua plantação de feijão e melancia e nos contou um pouco sobre o plantio na ilha e sobre a sua vida.

*Tem três anos que nós compramos aqui. Aqui era só um dono né. Ai ele foi vendendo de pedacim em pedacim, agora tá assim. **Tem muita gente aqui?** Aqui nesta ilha aqui, acho que tem mais de quinze pessoas que trabalha aqui. **Todos que vem e voltam?** Só que mora, só aqueles lá em cima (3 famílias). Agora pra ir e voltar é gente... Ai ele (esposo) trabalha lá perto de Januária, aí eu venho olhar a roça. **Ele trabalha em quê?** Serviço geral. **Empresa?** Em uma firma, é para arrumar cerca, essas coisas assim. É em fazenda. **Ele é fichado?** Ele é. **E a senhora vem todo dia?** Agora eu venho. **Sozinha de barco?** É. Ontem eu vim pra cá pegar umas melancia ontem, o rio tava muito ventanoso. Eu até fiquei com medo, a água entrando por cima do barco. **A senhora sozinha no meio desse rio?** É, eu ando sozinha. **A senhora leva pra vender?** Ai eu vendo, levo e entrego lá o pessoal. **Já tem as encomendas?** Tem. Tem o rapaz lá que pega da gente. Ai a gente entrega lá. **E o milho e o feijão é assim também?** Não, o milho a gente não vende não. Feijão é só para uso nosso. A gente não vende não. Porque feijão é assim, o que você colher você tem que guardar para plantar no próximo ano. Então, se for pra vender e depois tornar comprar ai fica caro. Ai a gente guarda.*

Ela disse que mora na cidade de Pedras de Maria da Cruz e explicou por que mesmo sendo um dia de domingo ela estava trabalhando, “é final de semana e domingo. Nós não tem folga não, feriado e final de semana tamo aqui”.

Dona Marilene é uma mulher de fibra, navega sozinha de barco por 13 quilômetros rio acima para cuidar da plantação de feijão, milho, abóbora e melancia. Ela chega na ilha as cinco da manhã e só retorna no fim da tarde, levando dentro do barco melancias para vender na cidade. Possui três filhos, sendo que as duas filhas foram trabalhar em São Paulo e a mais nova engravidou com 16 anos de idade. Ela conta que já leva o neto mais velho, de apenas dois anos, para a ilha. Disse que ele gosta de ficar brincando na areia, na ponta da ilha e que adora andar de barco pelo rio.

Do lado da ilha da Coruja paramos na **Ilha do Balaieiro**⁴³, extensa e com moradores fixos. Possui energia solar, mas as placas não estão funcionando.

⁴³Mapa do trajeto disponível no anexo H.

Geralmente as pessoas que produzem na ilha moram em uma vila localizada na margem esquerda do rio. As famílias que moram na ilha geralmente vão para a cidade de Pedras de Maria da Cruz no fim de semana.

Encontramos o senhor Ronivaldo, nascido na cidade de Nanuque, e que mora na ilha há mais de dez anos. Ele nos levou à casa do senhor Manoel Nascimento, de 68 anos, que ainda possui uma casa de Farinha na ilha. Logo que chegamos a sua casa ele nos recebeu e justificou que a esposa não estava em casa, *“a minha esposa tá em Belo Horizonte tratando, tá doente”*.

Ele nos contou um pouco de sua vida e do seu trabalho. Mora na cidade de Pedras de Maria da Cruz, e vai para a ilha cuidar do plantio e das “criações”. Falou que criou doze filhos e que atualmente todos estão morando em Belo Horizonte para trabalhar.

*Eu moro em Maria da Cruz mas eu fico aqui por causa das criação. É, eu moro em Maria da Cruz. **O senhor cria gado também?** Gado não, só porco mesmo. Não crio gado não por que todo ano enche d’água né. Eu penso assim: a gente não tem um lugar pra colocar né. **Além das criações o quê mais tem?** É, planto, planto assim, planto milho pra aproveitar aqui e encher de milho mas é que depois que deu uma cheia aqui, cobriu tudo aqui ó, o mato cresceu demais, aí não teve como limpar mais não, o milho já tava seco. Planto abóbora, né. (...). Eu acho que aqui pra baixo eu acho que você não vai achar ninguém, acho que não. Domingo eles desce para Maria da Cruz né. Fica aqui a semana toda. Eu é que tem que cuidar das criação. To sozinho lá em casa, fico logo aqui. (...). Esse povo aqui é na semana. Até sábado acha. **E os filhos do senhor?** Meus meninos mora tudo em Belo Horizonte. Criei doze, mas todo mundo trabalha. Um muncado casado, outros já amigado, outros já vai casar, é assim. **O senhor criou os filhos onde?** Criei aqui em Maria da Cruz. **Todos estudaram?** Tudo! Todo mundo tá bem lá. Tem casa, tem carro. (...).*

Perguntamos sobre as formas de plantio na ilha e da sua experiência como agricultor e ele respondeu:

***Como o senhor sabe onde pode plantar aqui na ilha, pode plantar em qualquer lugar?** Olha aqui pode. Só que assim ó, quando é no tempo das águas é arriscando né? Porque o rio chega e as vezes come tudo, leva tudo. Agora a gente forma é da seca. Que nem aqui, o rio chegou, inundou tudo né. Quando o rio chegou os milhos já tava tudo seco, não perdeu. **Onde o senhor quiser plantar milho aqui pode?** Pode, qualquer lugar. Que nem agora, eu quebro esse milho aqui ó. Roço isso*

*aqui tudo, o mato que tá aí, queimo e planto outro quando tiver chovendo. Como é o nome que vocês dão, **plantação, horta**? Sempre é lavoura, milho. (...) Abóbora e melancia é tudo lá na ilha da coruja. **Por que?** Não. Por que as terras aqui pra plantar da seca não serve né, e lá depois que o rio sai, fica aquela capa molhada. **Qual o tamanho dessa ilha, o senhor sabe?** Moço essa ilha tem mais ou menos uns... por que ela cortou lá em baixo. Só minha aqui são 4 hectares. **Só aqui na ilha tem quanto tempo que o senhor trabalha?** Só aqui tem 35 anos.*

Com os anos de trabalho e convívio nas terras da ilha ele sabe identificar os melhores locais de plantio tanto do milho quanto da melancia e da abóbora, além da criação de porco e galinha.

Percorremos um pouco mais a ilha à procura de outra casa de farinha construída pela Associação de Moradores. Chegamos até uma antiga escola já desativada, construída no período da administração de 1997/2000. Atualmente está ocupada como moradia pelo senhor José de 68 anos. Ele disse que já tem oito anos que mora na ilha e expõe seu sentimento de pertencimento ao lugar onde mora. “Morava lá fora. Daí a pouco eu cheguei aqui. Daqui só para o cemitério”. “Aqui não tem lugar melhor não”.

Seguimos caminhando pela ilha, localizamos uma escola e logo depois uma casa de farinha construída há seis anos com recurso da Associação de Moradores da ilha. Encontramos uma família trabalhando no processo de fabricação da farinha (foto 13).



Foto 13: Casa de farinha construída com recursos da Associação de moradores, Ilha do Balaieiro/MG. Ao fundo a secagem do bejú e em primeiro plano o senhor Nelsino colocando fogo no forno para “torrar” a farinha. Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Conversamos primeiramente com dona Maria, que cuidava de uma grande quantidade de beiju que secava em cima de uma lona estendida no terreiro próximo a casa de farinha. Logo ela explicou o porquê do nome beiju.

*É a tapioca é desse jeito. Pra lá fala é tapioca né? **Aqui como fala?** Aqui é tapioca também. Aqui nós fala o beiju, o beiju da tapioca. E lá pra eles lá tudo é tapioca, o beiju e a tapioca. **Depois que seca já está pronto?** Já tá pronto. É bem sequinha. **E vocês vendem?** Nada é para consumo mesmo, tem muito filhos, eu levo pra eles.*

Ele falou que nasceu nas margens do rio São Francisco, criou todos os filhos e contou ainda a história do nome da ilha:

*Ah, eu nasci aqui mesmo, nas margens do rio São Francisco. Eu nasci e criei aqui. E casei aqui. E criei meus filhos tudo aqui, agora que meus filhos saiu tudo, foram embora. Só tá eu mais o velho aqui e um pequeno. (...).
Aqui é ilha do Balaieiro município de Maria da Cruz. **E por que tem esse nome?** Aqui por que o pessoal mais velho aqui chamava Marcos balaieiro, trabalhava aqui. Por mode esse nome de Marcus balaieiro ai ficou. Ele fazia muito balaio ai pôs o nome nele Narcus balaieiro e aqui ficou ilha do Balaieiro.(...)*

Perguntamos se na ilha são os homens que plantam e fazem farinha e ela sorridente respondeu “*não. Aqui nós não tem isso não. É. Todo mundo aqui, aqui nós planta, ajuda colher*”.

Ela nos convidou para ir até a casa de farinha. Lá encontramos com dona Izaura de 62 anos, farinheira, e o senhor Nelcino de 49 anos, viúvo e pai de cinco filhos. Perguntamos como era o processo de fabricação da farinha, ela com sua vasta experiência nos explicou todas as etapas, inclusive como é feito o pagamento para a associação e para o “torrador”.

Estão fazendo o quê? Farinha! Como faz a farinha?** Rapa a mandioca, rala, põe na prensa ali, aí passa, enxuga, passa no motor lá. Só fica a massa. Tem que cessar, depois põe no forno. **E quando a gente sabe que a mandioca e brava?** Como que sabe? Tem as qualidades. Aqui é muito bom mexer com farinha aqui. **Quantos dias pra fazer a farinha?** Hoje já tem seis dias que nós tamo nessa vida aqui. Rapei a mandioca na segunda feira, comecei na segunda feira. Terça feira nós começamos a torrar. **Faz beiju?** De noite quando caba de torrar ai faz. **Quem construiu a casa de farinha?** É da associação. **Tem quantos anos que já?** Tem uns seis. Tem seis anos. **Todo ano vocês fazem

*farinha aqui? Aqui faz é direto. Aqui quando acabar aqui, a filha dela já vai pegar. Aqui é uns cabando e outro pegando. **Só que é associado que pode usar?** É, tanto pode ser sócio, pode não ser, todo mundo usa. Ai paga a renda né. **Como é a renda?** Aqui é dois medida por um quarto. De um saco a gente tem dois pratos, o torrador ganha duas medidas e a casa de farinha duas medidas. Com um tambor desse ai ó. Dois tambor desse ai são vinte prato. Vinte medida. Ai é uma quarta. É vinte prato. De cada dois tambor desse a gente tem dois prato. A casa de farinha também eles cobram o mesmo preço. **O da casa de farinha é quanto?** É dois também.*

Mesmo conversando eles não paravam de mexer a massa com uma espécie de rodo em cima de uma pedra aquecida, até torrar. Ela afirmou que não recebe dinheiro pelo trabalho, mas sim uma quantia em farinha. O dono da farinha paga uma “renda” de acordo com a quantidade produzida. Entrega uma quantia para os ajudantes e outra quantia para a Associação como pagamento pelo uso das instalações.

Este é mais um exemplo das formas combinadas de trabalho baseada no acordo mútuo. Assim como a troca de dias, o trabalho na “meia”, ou seja, a divisão de acordo com o que foi produzido, define outras formas de pagamento pela atividade realizada que não envolve apenas uma relação entre patrão e empregado, mas sim, formas de confiança e reciprocidade que estreitam os laços de solidariedade e sociabilidade entre amigos, vizinhos e compadres.

Depois de um longo tempo na ilha, voltamos para a barca e seguimos viagem. Chegamos à cidade de **Pedras de Maria da Cruz** onde baixamos a ancora paramos por algumas horas. À nossa frente a ponte que dá acesso a cidade de Januária. Lá no alto uma pequena igrejinha, pintada de azul e branco. Uma longa escada e um cruzeiro. Herança católica, provavelmente uma das primeiras construções da época.

Em Pedras de Maria da Cruz percorremos algumas ruas. Era domingo, vimos alguns jovens andando prá lá e prá cá na avenida principal da cidade. A sorveteria era o lugar com maior concentração de pessoas e foi onde paramos para descansar do sol forte. Em outra praça observamos uma concentração de crianças participando de uma “ação de cidadania” promovida por alunos de uma

universidade da região. Momentos de alegria e de brincadeiras. Pinturas, rasuras, risos.

Observando a figura 14, feita de dentro do rio, captamos o que identificamos nas duas margens. Do lado direito uma pequena cidade. Mais a frente, olhando para a outra margem, avistamos Januária, uma cidade grande e bastante estruturada. Logo à frente nos deparamos novamente com algumas ilhotas, que sempre aparecia ao longo de nosso caminho.



Figura 14: Croqui do percurso entre as cidades de Pedras de Maria da Cruz e Januária. A primeira cidade na margem direita do Rio São Francisco, depois a ponte que dá acesso a cidade de Januária e depois algumas ilhotas utilizadas apenas para plantio.
Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Opará, Jun. 2011.

Já no fim da tarde descemos um pouco mais o rio e nos deparamos com uma grande crôa, local ideal onde armamos as barracas e passamos a noite.

3.1.9 Nono navegar: de Pedras de Maria da Cruz a Ilha do Valerinho

Pela manhã, assim que saímos passamos pela **cidade de Januária**, com algumas pequenas ilhotas que ajudam a formar bancos de areia utilizados pela população da cidade para fazer piqueniques e tomar banhos de rio nos fins de semana. Preferimos parar um pouco mais a frente, na **Ilha do Rodeador**, pequena, com algumas casas fechadas e poucos plantios. Paramos, mas, não encontramos nenhum morador para conversar. Em uma das casas observamos peixes pendurados para secar no sol, prática tradicional para conservação de alimentos, e um varal feito de arame com vários objetos suspensos como panelas, copos e tampas. Observamos ainda um fogão improvisado e um pequeno engenho para moer cana, localizado ao lado da casa.

Seguimos viagem e logo passamos por um conjunto de três pequenas ilhas que, segundo informações, é chamada de **Ilha de Manoel Vitória**. Passamos uma outra pequena ilha aparentemente sem moradores e com alguns plantios, denominada de **Ilha do Carcará**. Avaliamos que não havia a necessidade de parada por serem ilhas muito novas e pequenas.

Continuamos descendo o rio e paramos na **Ilha do Amargoso**, grande, com um barranco alto, praticamente desabitada. Segundo informações ela é utilizada atualmente apenas para a criação de gado.

Na margem esquerda do rio, bem em frente à Ilha do Amargoso, encontramos dona Maria do Socorro pegando água no rio em um balde que é transportado na cabeça. Ela logo nos convidou para ir até a sua pequena casa localizada logo à frente (foto 14).

Observamos um quintal com muitas plantações, especialmente milho e feijão. No terreiro da casa estava o senhor Edvar da Costa Lima, batendo o feijão que recentemente tinha sido retirado da roça. Ele, alegre com a nossa presença

logo brinca conosco dizendo que havia chegado gente nova para ajudar com o trabalho.



Foto 14: Casa do senhor Edvar e dona Maria do Socorro, margens do Rio São Francisco, próximo a Ilha do Amargoso/MG. Eles construíram a casa e plantam suas roças em um pequeno espaço de vazante mesmo sobre ameaças dos grandes fazendeiros da região que não concordam com o uso da propriedade.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Apresentamo-nos e logo começamos a conversa. Ele nos contou que morava antigamente na ilha, mas com a invasão do gado eles passaram a plantar na vazante da margem esquerda do rio.

O senhor não mexe mais na ilha? Lá não. Lá também é só gado. Não tem mais nada? De plantação não. Só tinha eu. Isso aí tem não sei quantos donos. É muitos donos. Grande? É muita ilha. O senhor morou lá quanto tempo? Lá eu devo ter morado....Nos mudou pra ali em 60. Ai meu pai morreu. Moramos ali desde 60. Ai não deu certo porque deu ficar porque o gado atacava tudo que eu plantava. Ai eu passei pra cá. Quanto tempo? Aqui de moradia tá com três anos que eu moro aqui. Agora de plantação de roça tem muitos anos. Uns 20 anos que eu planto aqui nesta ilha. Eu achei até melhor. Aqui não me aborrece não. O gado da fazenda não me aborrece não. Pode aborrecer porque gado sabe como é que é. Tá tudo cercado. (...)

Olha eu morei naquela ilha ali no tempo do meu pai eu tava com quatro anos de idade. Hoje eu tô com 55 anos. Pra senhora ver eu mudei pra ali com quatro anos de idade. Tá pegando 51 anos que eu moro nesta beira de rio. Mas inclusive tudo que eu fazia o gado comia. Tudo que eu fazia o

gado comia. Quando tava numa posição dessa assim na hora de eu pegar qualquer coisa, feijão já maduro, o gadão entrava. A terra lá é uma terra que a cerca não segura. A cerca fica falsa o gado chega empurra pra dentro. E aí eu fui desgostando, fui desgostando. Eu fui e falei gente quer saber de uma: eu sou obrigado a sair porque eu não tenho outro recurso. O meu recurso é trabalhar. Foi o que meu pai me ensinou. Ele trabalhava, ele morreu e deixou... Ele morreu dentro dessa ilha aí. E aí eu continuei trabalhando, continuei trabalhando... E nunca sai. Só teve dois anos que eu fui em São Paulo. E aí eu trabalhei dois anos em uma firma lá, exatamente de 73 até 75. Em 75 eu vim embora e tornei enfrentar o batente.

Ele nos contou algumas situações de conflito vividas com os fazendeiros:

Quando vem gente de fora não presta? Não. Uns pode ser bom e outros pode chegar pra poder né... pra poder empurrar a gente pra lá fora. Que nem uns que chegou aí já chamando eu de invadidor. **Quem chamou?** O gerente desta firma agora. Ele de longe já me gritou: volta aqui que eu quero conversar com você. Quando eu fui encostando o barco ele falou: oh! você que é o invadidor de terra. Eu falei: eu não invado terra. Se eu fosse invadidor a primeira pessoa que vinha me empurrar aqui era o Ibama. Eles passa aqui chupa melancia aqui mais eu, eles toma café mais eu. Nunca me falou nada. **E o que o senhor falou pra ele?** Aí eu falei: o já que você tá falando que eu sou o invadidor me fala quem foi que falou isso pra você? Ele foi e falou: não posso falar. Eu fui e falei: então vamos fazer o seguinte eu vou na justiça e lá você vai me falar. Quando eu falei isso ele falou: o vamos parar com este negócio de justiça. Vamos consertar a cerca bem consertadinha pra meu gado não entrar porque eu vou soltar milhões de gado aí. Eu falei: você pode soltar o mundo. Eu não tenho nada a ver com gado. E nem vou te proibir de soltar. Você pode soltar tudo. Ele falou assim: o cê não aumenta pra lá mais nem um pouquinho não. Eu falei: o mais aí tem este tampo aqui que minha cerca está passando lá. **Como o senhor faz com o acesso tem que passar na fazenda?** Eu? Passo não. Eu passo no curral dele. Aqui eu pego a moto aqui, eu desço aqui tem uma estrada pego a outra, aí pego a estrada grande lá. Eu não passo na sede da fazenda não. (...)

Falou ainda das enchentes que vivenciou:

Isso aqui eu conheci com muitas enchentes que lavava e ia lá no alto. Isso aqui deve ter o que? uns cinco quilômetros onde a água lava. ô em 79 ela lavou. Em 82 ela lavou. Em 90 para 91 ela lavou. De 90 para 91 foi uma enchente quase igual a 79 e o pior que ela veio muito forte ela veio derrubando tudo. Ali dentro daquela ilha ali não ficou casa não ficou nada. O rio derrubou tudo. **A casa do senhor também?** Tudo, tudo. Esses pés de árvore aqui a gente passava e só via o céu de lá e de cá. Agora estes fazendeiros não deixam a gente tirar nem um cabo de ferramenta aí dentro. Estou tirando para o meu bem. (...)

Aqui a gente só vem também enquanto tá enxuto, molhou, umedeceu cabou. Aí a gente fica lá quieto. É importante a gente ter uma casinha lá porque quando a água vem a gente já sabe pra onde vai.

Lembrou de como era a ilha antigamente:

Esta ilha era aberta. Era só roça. Só que estes rios secavam. Este braço aqui secava. Todo ano ele secava, num tempo desse atravessava de pé aí ó. Era uma croona. Era só roça não tinha gado. Agora quando era numa época dessas que o rio secava aí a gente cercava a bêra. Era porque aí ficava uma croona, no lugar que era água virava crôa. Isso foi de uns anos pra cá que mudou. Aí neste meio quem trabalhava era só eu que trabalhava aí. Aí eu fiquei no bolo de todos os fazendeiros. E o que eu podia fazer, eu não ia lutar com eles. Aí eu fui e falei: sabe não tem jeito. Isso aí pegava de uma ponta e ia até a outra ponta em cima. Era só roça. Tudo tinha morador. Era cheio de morador. E vou falar pra senhora tinha gente que colhia 300 a 400 sacos de feijão. Era algodão, mamona, milho, era feijão, era tudo que plantava.

Agora este negócio de criação de gado dentro desta ilha, isso foi mais ou menos de 94, 93 pra cá. Dai o povo foi desgostando, foi pegando e vendendo e os fazendeiros foi crescendo. Hoje aí tem fazendeiro que cria 200 gados aí dentro. Como é que nos vai trabalhar? Nos que trabalha na roça não adianta estar enfiando no meio deles. Porque aí nós só vai perder. (...)

*Vendi baratinho aí só pra sair fora. Vendi ao menos a casa. Então eu vendi lá pra faturar ao menos o dinheiro do barraco. **Não deu lucro nenhum então?** Não deu até quando não tinha gado. Depois que passou os fazendeiros ia ter o que? O que eu fazia era roça. Plantava mandioca, plantava milho, feijão, abóbora, mamona. **O senhor sabe quanto mede a ilha?** Deve dar umas duas mil hectares. Ó! só daqui deste barranco até o barranco de lá deve dar no mínimo uns 600 metros de largura. Daqui lá no outro rio. **E o comprimento?** Deve dar uns três mil metros. Uns quatro a cinco mil metros. Muito grande e antiga. Deve ter um século. Ela vai quebrando. Ela quebra de um lado mais aumenta do outro. Então ela não caba. Quando vem a enchente vai quebrando, ela vai quebrando, mas lá ela já vai formando. O tanto que quebra de cá aumenta de lá. Uma coisa muito boa né. Vê que é uma ilha que não fica sem a terra. E lá na ponta dela lá em cima ela é cravada de cascalho, pedra. Então não carrega. Na cabeceira da ilha que não tiver pedra pro barranco ela é sujeito com o tempo ela ir embora. Vai diminuindo. Mas esta ilha aí ela não quebra porque na cabeceira dela que é a força da água é cascalho, aí ela fica sempre, vai mantendo direto. Lá no final é capim. Ela não vai acabar, o destino é aumentar. É só os lados que é barranco. (...)*

Falou ainda de suas perspectivas quanto à propriedade da terra:

*E documentação das pessoas que fica naquele lugar podia dar não era? Podia dar um documento. Aí a pessoa que era proprietário ali deveria ter um documento pra ter o direito não é. **Isso não tem?** Não tem. Ninguém*

tem o documento disto. Tem o documento assim, um documento de vazanteiro, a gente tem. A gente paga. O senhor é associado? E sou associado. De qual associação? Dos vazanteiros. De januária. Esta ilha aqui pertence a Januária. O senhor é vazanteiro? Sou vazanteiro. Tenho a carteira de vazanteiro. Vazanteiro é o que? Vazanteiro é a pessoa que trabalha assim na vazante. E na ilha? Na ilha é a mesma coisa. Isso aqui é ilha também. Agora quando é terra firma lá, que não pertence a estas vazantes, lá já é terra firme, é Incra. E os fazendeiros que moram na ilha eles são vazanteiros também? Tem deles que tem a carteira, mas é vazanteiro, mas não planta a vazante, só planta gado. Só cria, nem capim não planta, só come o mato aí dentro aí ó.

Este longo depoimento constata um fato bastante comum na beira do São Francisco, o uso das “terras do rio”. Ele reivindica o direito a propriedade, a oportunidade de ter uma terra “registrada” em seu nome, a possibilidade de ser oficialmente o dono. Em seu depoimento o sentido de ser “vazanteiro” perpassa duas situações: primeiro por ter uma carteira que certifique tal fato, o registro oficial e segundo, por estar inserido em um local, seja nas margens do rio ou em uma ilha, que comprova a sua forma de trabalho, o lugar de moradia e plantio.

Depois da agradável conversa, saímos da casa do senhor Edvar e um pouco mais a diante paramos na **Ilha da Malhadinha**⁴⁴ que possui cerca de 9 moradores, com grandes plantios de feijão, milho e melancia.

Quem nos aguardava, sentado de cócoras no barranco do rio, foi o senhor Francisco Martins de Oliveira, “velho de 90 anos e ainda tá na luta”, que com muita satisfação nos levou para conhecer a sua vazante totalmente plantada. Ele nos mostrou o seu extenso pedaço de terra, “dá uns 900 metros de comprimento e de largura deve dar uns 200”. Ele disse que mora na cidade de Itacarambi e que vai para a ilha para trabalhar. Ele também cede parte de sua propriedade para outras pessoas plantarem.

Encontramos ainda com a senhora Maria Delmira que trabalhava na colheita do feijão plantado na terra cedida pelo senhor Francisco, (foto 15).

⁴⁴Mapa do trajeto disponível no anexo I.



Foto 15: Plantio de abóbora e colheita de feijão, Ilha da Malhadinha/MG. Trabalho coordenado por dona Maria Altamira com o auxílio de dois diaristas que recebem uma quantia pelo dia trabalhado. Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Dona Maria Delmira nos contou que é viúva e mãe de seis filhos, todos morando atualmente no estado de São Paulo. Ela disse que sabe capinar e rançar o feijão, mas não sabe bater o feijão, apenas soprar. Ela justificou que teve que contratar dois diaristas para ajudar com o trabalho para não passar da hora de colher.

É aqui na luta minha irmã. Aqui a senhora só planta, não tem casa não? Não. Só planto. Como faz, vai e volta todo dia? Não, eu fico aqui. As vezes vou lá, volto. Aqui a senhora planta na terra da senhora? Não, seu Chiquinho que me deu esse pedaço para plantar. A senhora fica aqui sozinha plantando? Fico, pago gente, as vezes eu faço, tudo eu, limpo. O pessoal vem ajudar a senhora? Aí eu pago, boto uma pessoa pra fazer. Pago uma pessoa por que eu sozinha não dou conta né. Paga por dia? É eu pago por dia para me ajudar. Eu to com 71 anos.

Segundo ela, parte da produção é vendida e o restante ela usa para a “despesa”. Ela falou ainda do período das enchentes e da satisfação de ainda poder trabalhar na ilha, mesmo já aposentada.

Quando a senhora fala com o pessoal de fora que a senhora mora na ilha eles acreditam? Não acredita. Mas eu fico aqui de hora. Quando é o tempo da cheia pronto! Mas quando o rio enche e já vaza eu caio aqui pra dentro, seja o que for. Plantando. Ai quando o rio vem, sobe para Itacarambi. Quando o rio volta...

(...)

*Eu gosto de roça. Eu fui criada nessa vida de roça. **Nunca saiu para trabalhar fora?** Não, sempre era plantio com roça. Era o tempo que meu pai morreu com filho pequeno. Depois ficou mamãe cuidando de nós, somos oito filhas mulher. Ai fomos enfrentar da roça mais ela. Ai ela foi ficando de idade, nós fomos crescendo. Ai Deus levou mamãe. Mamãe morreu com 103 anos. 103 anos, já tinha bisneto, já tinha neto. Ai agora que não sei mais o quê que era, dessa idade. Então ficamos lutando. Ai fui morar em Itacarambi. Sempre estou na luta! Eu não agüento ficar parada. Faço um servicinho aqui dentro de casa, mas eu não resisto. **Tem que ser na roça?** É, tem que ser, já acostumei. Eu tenho quase 72 anos por que eu completei no dia 12 de janeiro 71 anos. Já acostumei na luta. Viche!*

Dona Delmira disse que existem outras pessoas que plantam na ilha, mas que não moram. Perguntamos a origem do nome da ilha e ela não soube explicar, mas relatou outro fato interessante, a sua vinculação a Associação de Vazanteiros. Ela contou que por plantar na vazante fez a carteirinha de sócia da associação, mas não contribui com a mensalidade.

***Como é o nome da ilha?** Ilha da Malhadinha. **Quantas pessoas moram aqui?** Pra lá pra cima eu não sei. Eu sei que aqui tem essas casas. Pra lá tem uns ranchinhos, por que eles moram é no Riacho, tem uns ranchinhos sabe. **E esse nome vem de onde?** Ai é que eu não sei. Por que quando eu cheguei aqui já tinha começado a chamar. Não sei quem tratou. Sei que na Associação de lá do sindicato ela tá assim, Ilha da Malhadinha. **A senhora é associada?** Ah eu comecei. Eu tirei a carteira de vazanteiro mas eu não pagava por que eu já pago o sindicato, vem descontado, vem tudo. O povo rouba um pouco do meu salarinho (risos), quando eu recebo já é pouco, pagar dois, pagar vazante e pagar sindicato. Ai eu falei: pra quem recebe 360,00. **É caro o sindicato?** Não. O sindicato vem descontado. Cada vez aumenta. De primeiro era 10,00 agora aumentou. Já vem descontado em cima por que eu cadastrei já vem descontado. E a associação eu não pago não. Eu fiz a carteirinha mas eu falei assim: não é justo eu pagar duas. **E é quanto o da associação?** Não sei se paga é 10,00. **Paga por mês?** Eu acho que sim. Quando eu paguei uma vez foi 10,00, agora capaz que subiu né. Cada vez sobe o preço. **E por que a senhora tirou a carteirinha de vazanteiro?** Ah eu tinha carteira mas eu falei assim: não é justo, por que já vem descontado o sindicato. Já vou pagar a carteira de vazanteiro. Pra quem recebe. O povo roubou tudo meu salário. Tô pagando empréstimo que o povo fez. Pra quem recebe 360,00, por isso. **Por que chama vazanteiro a senhora sabe?** Não sei. Sei que é esse pessoal da Associação. Deve ser por que luta com a vazante. Eu acho que sim. Deve ser que luta com a vazante, faz o*

plantio de beira de rio, só se é isso! E aqui onde a senhora mexe é o quê, essa parte aqui da senhora? Vazanteiro. É vazanteiro. Beira de rio pertence tudo a vazanteiro. Mata de um lado, mato de outro dos bichos. Então deve ser vazanteiro por que tudo é vazante. Na ilha também? É. Acho que sim. Por que ali, quer dizer que ali, onde pertence aquele mato ali é vazante. Eu acho que também é. Tem um pessoal que fala de barranqueiro, a senhora já ouviu falar? Já. Fala muito. Barranqueiro é esses que mora as margens do rio. Barranqueiro é estes. A senhora é barranqueira? Sou. Só por que o barranqueiros é estes que mora no barranco do rio. Estes que eu vejo o povo falar que é barranqueiro. Acho que pra mim pertence também. Eu tenho um pensamento que sim. Só que na ilha não tem barranco né? Aqui não tem barranco nas olha, mata, onde os bichos conduz. Oh! mata onde os bichos conduz. Barranqueiro sempre. E ribeirinho a senhora já escutou esse nome? Não. Agora eu pra mim, é margem do rio, vazanteiro, vazante, barranqueiro, tudo é uma coisa só. Quem mora no barranco do rio. Eu fui lá na ilha! A ilha é submersa. Ali a mata dos bichos. Então tudo é vazanteiro. Oh! Fulana você vai? Você foi naquela vazante? Oh! Vazante. Quer dizer isso. Vocês chamam a ilha de vazante ou chama de ilha? Chama ilha.

Notamos em sua fala que apesar dela não ter uma real dimensão do poder institucional da Associação de Vazanteiros, ela entende a sua maneira o significado da categoria vazanteiro. Além disso, ela nos explicou algumas outras categorias que aparecem ao longo do Rio São Francisco, em lugares diferenciados, como barranqueiro e ribeirinho. O interessante na sua fala é que para ela não existe uma grande diferenciação entre estes níveis de sujeitos. Na verdade, são todos trabalhadores que plantam na vazante, seja na ilha ou na margem. Importante observar também que a vazante está no limite entre a mata e o rio.

Depois de conhecer o plantio do Senhor Francisco e de ter uma longa conversa como dona Delmira, seguimos viagem. Um pouco mais abaixo localizamos a **Ilha do Jatobá**, pequena e sem moradores fixos. Segundo informações dos moradores de outras ilhas e das margens ela é utilizada para plantio por pessoas que moram na fazenda Jatobá Velho.

Continuamos navegando e paramos na **Ilha do Valerinho** ou **Ilha Grande**. Já era fim de tarde quando chegamos à casa do senhor Otaviano e dona Emília. Eles nos receberam na varanda de sua casa, onde conversamos sobre suas vivências na ilha e beira do Rio São Francisco. “Eu tinha uma ilha lá em Itacarambi.

Tinha outra no Retiro, um pedaço. Mas a gente é que nem formiga, tá num canto, tá ne outro. Tá num canto tá ne outro."

Já tem nove anos que o senhor Otaviano que moram na ilha. Ele contou que a atualmente a ilha possui aproximadamente 12 moradores. Apesar de a ilha possuir uma escola de ensino fundamental, segundo ele muitos moradores da ilha tem que mudar para a cidade em função da dificuldade de escola para os filhos maiores que necessitam continuar estudando.

***Aqui tem muito morador?** Morador tem pouco, deve ter a base de uns dez, doze morador só. O povo vai afastando, negócio de escola estas coisas. Que nem agora mesmo tinha uma nora minha que tava aqui agora, por causa de estudo precisou mudar pra rua. Aí mudaram pra rua, a casa deles ainda tá até aí ó. Por causa do estudo de criança que não tem lugar pra estudar. Pra ir pra vila ficava difícil pra ir todo dia, então ela mudou para Itacarambi. **A escola está funcionando?** Tem escola. É do quarto ano pra baixo. A professora vem, fica a semana aqui. (...). **Tem quantos alunos na escola?** Aqui agora está tendo uns doze, quinze.*

Ele contou um pouco de seu passado, disse que seu pai já teve um terreno na "terra firme" próximo ao projeto Jaíba. Segundo ele, como as terras ficavam na divisa do projeto, "meu pai com medo de atingir vendeu", eles se sentiram pressionado, venderam as terras e foram embora.

O senhor Osvaldim contou que os moradores da ilha foram beneficiados com placas de energia solar, porém:

***A energia solar está funcionando?** Esta energia solar é uma negação. O pessoal colocou ela aqui sem manutenção. Não teve manutenção nenhuma. Rodou uns dias. A Rodou a base de um mês e pouco, pifou. De noite que precisa não tem. **Como vocês fazem?** Não, aqui só luz de candeia mesmo. Mas pra dizer que tem luz. Comprei televisão, antena parabólica, tá tudo largado aí. Encostado aí. **E paga?** Não, veio uma taxa para pagar, tá lá ne Joanim, tem taxa demais para pagar. Mas pra que pagar taxa se não tá usando, beneficiando. Tem que se beneficiar para poder pagar uá. Uma coisa que nunca vem uma pessoa para olhar essa energia. Assentou e largou aí. Não tem manutenção nenhuma. As contas lá. Diz que tá um tubo de conta de todo tamanho lá, mas ninguém vai. Pagar o quê? Pagar uma coisa sem beneficiar disso.*

Ele falou da existência de uma grande quantidade de fazenda instaladas na região, do projeto Jaíba, de um assentamento do MST chamado Milagres, além da

ocupação, pela Liga Campesina, da sede da fazenda São Francisco, inclusive com a participação de pessoas da ilha que estão acampadas.

Percorremos um pouco mais a ilha e encontramos dona Benedita na porta de sua casa. Ela nos contou um pouco de sua vida de migrante. Disse que já morou próximo do Rio Coxá, município de Bonito de Minas. Já tem cerca de quinze anos que ela mora na ilha. Falou sobre seu passado morando longe do rio, da sua vida morando na ilha, da moradia, dos seus plantios, da pesca e das pessoas que mudaram da ilha.

Um tempo tá bom, outro tempo tá ruim, outro tempo não tem nada. Planta roça a água come. (risos). Planto no seco o sol mata. Nós tamos aí na luta. Não desanima não? Desanimo não. O que Deus tiver de dar, nós dá. Eu não, não desanimo não. Como era o sistema quando vocês moravam lá no Coxá? Lá é diferente daqui. Lá é tabuleiro. A gente planta no tabuleiro. Lá é gerais mesmo. Lá era gerias? Era. Então a senhora era geraizeira? Era. Fala é geraizeira? É. Lá o pessoal fala é geraizeiro? É. Fala geraizeiro. E agora a senhora não é geraizeira mais não? Agora é barranqueira. Sou barranqueira do rio, barranqueira (risos). Deixou os geraizeiros para trás? Deixei tudo para trás. Os parentes ficaram lá? Ficou os irmão, ficou tudo lá. E eles vem pra cá de vez em quando? Vem não. Só vejo quando eu vou lá e já tem ó, tem anos que eu fui lá ó. A senhora não gosta de sair não? Eles não dá valou eu não. Se dá valor eu, vinha ao menos um de lá aqui ó. Tem homens, tem tudo. Mas não vem ninguém. Agora eu que sou mulher que vou daqui pra lá. Vou nada. Se eles vierem pra cá eles não voltam pra lá não, volta? Quem eu? Não eles? Não volta? Volta moça. Eles mora lá. E se gostar daqui? Ah eles não gosta daqui não por que eles tem muito medo do rio. E a senhora? Eu não tem medo não. Enfrenta o rio? Ai, ai, ai. Olha lá onde a água veio ó (aponta para a parede da casa). A senhora não saiu não? Eu tive que sair pra ir pra casa do seu Otaviano, a água já tava passando aí ó (na porta). Fui caminhando dentro da água. Não tenho medo da água não. Não tenho não. Eu só fui pra lá por que eles viram aqui me buscar, disse que eu tava dentro d'água. Sai de dentro d'água pata! (risos). Ai eu fui lá pra casa dele. Aqui mora só a senhora? Aqui mora eu e ele. Agora que chegou um menino que tava para São Paulo, meu que disse que também vai morar aqui mais eu, mais a mulher. Aqui a senhora faz o quê? Aqui? Uai aqui eu planto abóbora, planto melancia, planto milho, planto mandioca, feijão, essas coisas minha filha. A senhora que planta tudo isso? Quem planta tudo é eu, mais aquele menino agora que chegou, que tá me ajudando. Eu plantava era sozinha, pode perguntar seu Otaviano. Plantava sozinha! Depois ele chegou aqui no ano passado, ano retrasado. Ai ele ficou aqui mais eu, trabalhando mais eu. Dava conta de colher tudo? Dava conta de colher tudo. Um pouquinho de um, um pouquinho de outro, tudo a gente colhe. E ainda dá tempo pescar um pouco? Ah de anzol, porque de rede eu não sei (risos). Por que a senhora saiu do outro lugar que morava?

*Não é por que nos viemos de lá e moremos ali, mas de lá nós viemos pra aqui. Por que de lá tinha um terreno mais é do lado de lá do rio né. Ai conforme fica uma mata. Ai ele veio pra aqui trabalhar aqui. Aqui nós viemos pra aqui, aqui eu gostei, aqui eu fiquei. **Lá foi pouco tempo?** Lá foi pouco tempo. Por que lá era um lugar assim que a gente plantava, plantava e não tinha nada mais. Era alguma coisa que tinha. **A terra não dava?** A terra não dava que prestava não e aqui era mais mior, tudo que planta dá. Vim pra cá, tô aqui. **A vazante aqui é grande né?** Aqui é muita terra. A minha é dali assim ó, num rio ali, naqueles paus grande ali no outro rio ali. É de fora a fora. **O terreno foi comprado?** Aqui? Aqui foi comprado. **Não tinha casa?** Não tinha nada! Aquela dali foi eu que fiz. **Quando a senhora chegou tinha muita gente aqui?** Aqui tinha muita gente mas já mudaram a metade tudo. Aquele lado ali (ponta da ilha), tudo era de gente. Pra acolá tudo. Mas mudou tudo. Aqui tinha muito morador, mas mudou tudo.*

Dona Benedita é uma senhora forte, corajosa, que enfrenta as enchentes, que não tem medo do rio, que gosta de morar na ilha, gosta de plantar e pescar. Nas palavras dela uma geraizeira das terras altas, das chapadas que adaptou-se a vida de barranqueira, que aprendeu a lidar com as inconstâncias das cheias do rio e que alegremente mora em uma ilha do São Francisco. De geraizeira a barranqueira.

Esta foi a nossa última conversa do dia. Já era fim de tarde quando voltamos para a barca Tainá atracada bem próximo a ilha, onde passamos a noite.

3.1.10 Décimo navegar: da Ilha do Valerinho a Comunidade de Pau Preto⁴⁵

Neste dia decidimos avançar um pouco mais a viagem. Este é um trecho com muitas ilhas, e como não tivemos tempo suficiente para parar em todas, fizemos uma breve descrição com informações colhidas por pessoas com quem conversamos ao longo da viagem.

Logo de manhã a primeira ilha que encontramos foi a **Ilha Belo Monte**, pequena e sem moradores fixos. Um pouco abaixo, a **Ilha do Jenipapo**, grande, com associação, escola e muitos moradores fixos. Logo em seguida passamos pela

⁴⁵Mapa do trajeto disponível no anexo J e K.

Ilha Gramear, pequena, ainda em formação, aparentemente utilizada apenas para plantio.

Continuamos descendo o rio e chegamos à **cidade de Itacarambi**, onde fizemos uma parada rápida. Logo na orla, vimos os monumentos dos seres encantados que nos impressionaram (foto 16). Enormes carrancas, sereias, caboclos, etc. Figuras mitológicas muito citadas pelos ribeirinhos, especialmente nos “causos” de pescadores.



Foto 16: Praça principal de Itacarambi/MG. Ao contrário de muitas outras cidades ribeirinhas que exibem em suas praças esculturas de celebridades importantes da região, esta praça tem como destaque uma grandiosa carranca ao centro e ao redor esculturas menores de peixes, jacaré e outros seres mitológicos do Rio São Francisco como a sereia do lado esquerdo da foto e a mula sem cabeça do lado direito.

Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Bem em frente a cidade está localizada a **Ilha de Maria Preta**, grande e com muitos moradores. Fomos à procura do senhor Manoel Pontaria. Segundo informações ele é uma pessoa de referência na ilha. Chegamos até o seu porto, e logo apareceu o senhor Manoel dos Santos, também conhecido como Manoel Pontaria, vindo de Itacarambi de barco. Ele chegou acompanhado de um dos filhos. Alegre, recitando poesias e contando causos ele nos convidou para ir até a

sua casa. Quando chegamos observamos muitos objetos e placas com dizeres e versos pendurados pelas paredes.

Ele é um senhor de 74 anos, pai de 37 filhos, nordestino, pescador e antigo marinheiro. Durante nossa conversa ele contou fatos de sua vida, cantou e recitou poemas e dizeres sobre o Rio São Francisco.

*Meu velho Chico você nos mata e nos alimenta
Você é um pequeno rasgo na face da terra
Eu queria que eu fosse uma gaivota
pra beijar você de ponta a ponta
Um dia eu queria que você fosse meu cemitério
A boca dos peixes fosse meu túmulo
A flor do outro fosse minha capela
Queria morrer nos braços de Iemanjá*

Lembrou do tempo de criança, “eu comecei a trabalhar de nove anos de idade. Não estudava. Eu trabalhava para meu pai e minha mãe. Eu sou o primeiro filho que minha mãe pariu foi eu. Nós era 16 irmãos. Lá no Nordeste”.

Explicou a origem do nome da ilha, como ela foi formada e o motivo de ter migrado para as terras mineiras.

*Então, tinha uma mulher aqui que chamava Maria e ela era preta. Então ela morava debaixo de uma árvore. E aquela árvore puseram o nome árvore de Maria Preta. E até hoje ela é uma madeira que dá só na vazante. E colocaram a Maria Preta. Então foi isso. (...) E por isso a origem. **A Maria Preta já faleceu?** Já, muito tempo. **Quanto tempo tem a ilha?** Isso tem uns quarenta e poucos anos por que quando eu cheguei pra cá, minhas lanchas passavam por aqui. (...). Aqui tudo era... começou isso aí uns manguezinhos.*

(...)

*Por que eu sai lá de minha terra para conquistar as ilhas. Mas não comer terra que eu não sou minhoca. Não, eu vim conquistar as ilhas. Eu vim com dois filhos, estou com trinta e tantos. **Como o senhor chegou na ilha?** Aqui, por que eu amo isso aqui! Primeiro meu sogro estava morando pra aqui, dez anos sumido e meus tios era vapozeiros. Vapozeiro era quem viajava a bordo. E então, aí ela falou assim: é meu pai foi para São Paulo e depois desceu para Pirapora pescando e tal, no fim ele achou essas terra aqui e ficou por aqui. Arrumou uma mulherzinha e ficou por aqui mesmo. Aí a minha esposa falou assim: oh meu pai sumiu, aquela trem toda, disse que foi até Pirapora. Até Pirapora teve notícia, naquele tempo não tinha telefone, não tinha nada. Ai eu falei com dois tios meus. Ele era comandante de vapor do São Francisco. Ai eu digo: tio se você vê aí em Minas Gerais um baiano por nome de João Nunes... Quando ele voltou, passou trinta dias ele voltou, começou a descobrir. Tem um João*

*Nunes morando lá em Minas Gerais, pra baixo de Januária, com esse nome, tem até um porto de lenha. Eu descobri por causa disso, tem um porto de lenha. Ele é sozinho com uma mulherzinha. Tem dois filhotinho. Ele Luiz e parece que Aparecida. Ai eu peguei uma carta, fiz uma carta e mandei, tá entendendo? Ele respondeu a carta que era ele mesmo. Ai a família, a mulher dele veio, a velha veio pra ontar ele e trouxe uma filha que veio com ela né. Deixou os outros comigo lá, que eu trabalhava, era funcionário da Codevasf que meu pai era chefe de uma parte da Codevasf, que nós trabalhava com explosivo. Negócio de furando pedra, detonando pedra, só coisa perigosa. Ai quando descobriu eu já tava com três anos de casado, e tinha dois filhos. Mazaniel e Eliomar. Eu cheguei aqui em 1960, Mazaniel tinha um mês de nascido. **Aqui na ilha mesmo?** Em Minas Gerais.*

Conforme sua fala, ele chegou à região em 1960, vindo de Petrolina. Ele contou que depois que veio para Minas Gerais já plantou na ilha do Jenipapo e Jatobá. Mudou-se para o município de Itacarambi em 1975 e começou a plantar nas terras da ilha. Atualmente vive sozinho na ilha, toma remédio caseiro e se afirmou um amante incondicional da natureza, do Rio São Francisco e da ilha. *“Isso aqui pra mim é um paraíso”. “Nessa mãe natureza, que é a mãe de todas as mães que eu considero”. “Então a mãe de todas as mães é a natureza que tudo criou e fez. É a mãe. Oh mãe natureza eu te amo! Não te guento mais não te largo”.*

Além de suas histórias o senhor Manoel fez algumas denúncias sobre a degradação do rio.

Como as pessoas estão vivendo na beira do rio atualmente? Miseravelmente. Miseravelmente. Só não vejo mais miserável pro que a natureza, não sei como é... por que o costume do cachimbo é que põe a boca torta. Por que o que acontece é o seguinte, nós somos privativos de pegar peixe por que não tem mais. Eu vou te mostrar uns jornais que a Votorantim mais a Cemig matou os peixes tudinho em 2006. Nós tamamos empréstimos até hoje não pagamos, tamos no SPC por cauda disso. Os pescadores profissionais. Por que eu sou pescador profissional e marinho profissional. Sou aposentado mais continuo. Mais aqui é o seguinte: sumiu um litro de água por décimo seguindo aqui. Aqui se tivesse um bombeamento aqui nós não precisava vim do projeto ali. Por que ali só tem rato, rato é ladrão. Por que lá nunca produziu nada. O maior projeto da América Latina. Eu comecei a trabalhar desde o começo com serviço de topografia, que eu sou auxiliar de topógrafo até no final em minhas lanchas entendeu. ***Qual projeto o senhor está falando?*** Do projeto Jaíba. E nunca produziu nada. Até uma fábrica agora que tem ai de suco está falindo. (...). Isso aqui é um sofrimento nesta beira do São Francisco. Por que acabou os peixes tudo. Tomamos um dinheiro emprestado ai pra pagar com três anos de carência. Ninguém pagou por

que não pode. Descia Surubim, só num lugar, só num lugar só tinha vinte e cinco toneladas de Surubim morto. Os jornais estão todos aí. Nós colocamos três, dois advogados para resolver a questão. Oitenta mil pescadores deu 10,00 reais. Ele comeu esse dinheiro, nem o dinheiro devolveu, não deu justificativa. A Cemig mais a Votorantim soltou propina pra eles e ficou por isso mesmo. Quem sofre é quem sente a dor. Eu sou o prejudicado.

Foram muitos “causos”, boas gargalhadas e incontáveis histórias sobre o rio. Um senhor que já foi marinheiro e barqueiro, que trabalhava com lanchas transportando pessoas de uma margem a outra, que conhece bem as águas do Rio São Francisco e denuncia seus usos indevidos. Uma pessoa que se dedica ao rio, vive para e com o rio e que possui um profundo afeto pela natureza que o cerca.

Depois desta conversa deixamos a Ilha, retornamos para Itacarambi e seguimos viagem. Passamos pela **Ilha do Retiro**, grande com aproximadamente 40 moradores, escola, luz solar e associação.

Logo em seguida localizamos a **Ilha do Cajueiro**. Esta é uma ilha de formação mais nova, com aproximadamente seis moradores fixos. Um pouco abaixo está a **Ilha Pedra do Fogo**, pequena e sem moradores fixos.

Ainda passamos pela **Ilha do Capão**, com aproximadamente 40 moradores e uma escola. Esta ilha é próxima às comunidades de Remanso e Várzea da Manga, pertencente ao **Quilombo da Lapinha**, na margem direita do rio.

Uma das últimas ilhas que passamos antes de chegar ao nosso destino final foi a **Ilha da Ressaca**, pequena e com poucos moradores, também pertencente ao Quilombo da Lapinha, município de Matias Cardoso. Um pouco mais abaixo avistamos outra ilha pequena, chamada de **Ilha Pau de Léguas**.

Seguimos viagem, passamos pela **cidade de Matias Cardoso**, na margem direita do rio. Avistamos a **Ilha de Curimatá** e logo em seguida a **cidade de Manga** um pouco mais abaixo, na margem direita do rio. Como já estávamos chegando ao fim da viagem decidimos não parar nas cidades. Seguimos direto para o nosso destino final, à **comunidade de Pau Preto**, não por acaso escolhemos esta localidade como nosso ponto final da viagem.

3.2 O último navegar

Depois de dez dias de viagem navegando pelas águas do Rio São Francisco rio abaixo, chegamos à comunidade de Pau Preto, o nosso último ponto da expedição. Tivemos a oportunidade de participar de um ato de autodemarcação de território liderado pelo grupo “Vazanteiros em Movimento” (foto 17).



Foto 17: Grupo Vazanteiros em Movimento, comunidade Pau Preto/MG. A foto registra o momento da auto demarcação de seus territórios, com a participação ativa de todos da comunidade (homens, mulheres e crianças) cantando, dançando e emitindo palavras de ordem.
Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Encontramos com pessoas que estavam passando por um intenso processo de luta pela conquista de suas terras. Reivindicavam um lugar para morar e plantar. Vivenciamos um momento histórico para a comunidade, a afirmação dos seus limites territoriais. Trazemos abaixo o registro das falas dos líderes da Associação e o exato momento em que foi fincado o primeiro marco de autodemarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pau Preto.

Meu nome é natalino, vice presidente da Associação dos Vazanteiros em Movimento – Ilha pau de Melo, e estamos apoiando Pau Preto com seu trabalho, sua auto demarcação, chamando para a nossa responsabilidade também. Por que também temos que fazer o mesmo né. Nós remarcamos e aguardamos que em poucos dias nós também estamos fazendo a

demarcação de nosso território também. Por isso nós viemos apoiar, com o propósito de formação de uma união com o irmão, sentindo a dificuldade uns dos outros. Então nós com muita dificuldade estamos lutando, fincando um marco que representa Pau Preto e ao sentar esse marco aí, nós esperamos com certeza que nosso irmão estará com sua liberdade de escolher o que tem de melhor para suas vidas.

Boa tarde a todos. Meu nome é José Antônio da Silva, mais conhecido como Zé Alagoano, é eu sou o Presidente da Associação dos Vazanteiro aí de Pau Petro, Vazanteiro em Movimento né. Foi uma maravilha que logo hoje que nós achamos de fazer a auto demarcação, contar com o pessoal aí da Unimontes que chegou de viagem. Que coincidência né. O pessoal de Itacarambi. A gente agradece a presença de todos. Eu quero dizer que vocês sejam bem vindos a nossa comunidade.

Após estas falas todos os presentes se apresentam e manifestam apoio a luta dos Vazanteiros em Movimento. Logo em seguida o senhor Zé Alagoano retoma a palavra para iniciar o ato simbólico de autodemarcação.

O prazer é imenso. Eu fico emocionado não sei nem como falar do primeiro marco que nós vamos fincar com esta auto demarcação. Então, pra mim é uma emoção muito grande. A gente tá resgatando o nosso território. A gente fica emocionado que não sabe nem o que falar mais. Se a gente errar em alguma coisa vocês desculpe por que a emoção é grande. Essa é uma idéia muito sonhada, por que vem desde 2006. Nós já apresentamos cinco.... Então nós já fez cinco proposta, recebemos uma contra proposta agora em 2010. Só que aí veio as políticas, passaram as eleição, tornaram quietar, não falaram mais nada. Então agora nós achou que nós deveria tomar posse do que eles estão acabando. A nossa idéia é cuidar de umas casas que era a antiga sede da Caltela. Por isso hoje, no dia 23 para o dia 24, as quatro horas da manhã nós tomamos essa atitude e ocupamos a ex sede da fazenda Caltela. Onde a gente achou vários descaso, que nós mora em situação precária e não podemos fazer uma casa com dignidade para morar por que o IEF não deixa. O meio ambiente não deixa. A polícia do Meio Ambiente. E onde nós pegou, num lugar que tem casa boa, que vocês vão apreciar um pouco. Um criatório de porco grande. É um descaso. Então por isso que nós acho que nós deveria ocupar, e tomar providência e zelar pelo patrimônio que é nosso. Então por isso que nós vamos fincar o primeiro marco agora em presença desse povo maravilhoso que veio até aqui, fazendo esse grande esforço, para apreciar um pouco essa história. Essas são minhas palavras. Eu agradeço a todos e que vocês sejam bem vindos a nossa comunidade.

Viva os vazanteiros! Viva! Vazanteiros em Movimento viu gente! Viva! (palmas)

Está aqui o primeiro marco da auto demarcação da RDS Pau Preto. Vazanteiro em Movimento! Vazanteiro e Quilombola! Unidos jamais serão vencidos!

Depois de fincado o primeiro marco, todos da comunidade bateram palma e tocaram tambores, em seguida cada um jogou um pouco de terra no marco, que segundo o senhor Zé Alagoano era “para dar mais energia” ao movimento, ao grupo. Na presença de todos foram lidas as principais regras de uso e ocupação do território. Caminhamos até o ponto do segundo marco, onde o ritual foi repetido.

Depois desse momento os integrantes da comunidade se deslocaram para a sede da fazenda ocupada e a nossa equipe de pesquisadores retornou para a barca Tainá. A noite fomos convidados a nos juntar novamente ao grupo para participar da festa de comemoração. Rezou-se um terço como forma de agradecimento aos santos, logo em seguida distribuíram comida para todos os participantes e começou um alegre batuque, ao toque de tambores e sapateados.

Esse foi mais um grande exemplo de força e garra dos povos do rio que batalham para seguirem vivendo perto de suas terras e águas.

Passamos a noite acampados em uma crôa localizada bem próxima a comunidade de Pau Preto. Na manhã do dia seguinte retomamos de barco até a cidade de Manga onde encerramos a nossa expedição.

Cada pesquisador seguiu por terra até o seu destino de origem levando na bagagem as lembranças de dias inesquecíveis. Ficou a certeza de que vivemos e conhecemos pessoas únicas que jamais poderíamos ter encontrado em qualquer outra situação de pesquisa. Foi o Rio São Francisco que conduziu a nossa viagem. Agora é tempo de tecermos reflexões sobre tudo o que vimos, coletamos, vivenciamos e anotamos.

Afinal, a grande viagem é a volta.

3.3 O retorno: diferentes modos de existir⁴⁶

Durante os dias de viagem vivenciei de dentro do Rio São Francisco os primeiros raios de sol. O entardecer na beira do rio. Dias inteiros navegando. A luz do luar refletida sobre as águas com seus mistérios e encantos. “A lua, a noite,

⁴⁶ Tópico escrito na primeira pessoa do singular por se tratar de minhas reflexões sobre a viagem.

as estrelas lançam então, como flores, seus reflexos sobre o rio. Parece que, quando o contemplamos nas ondas, o mundo estrelado se deixa ir à deriva.” (BACHELARD, 1997, p. 91).

O rio segue seu curso. Acompanhei suas águas. Ora na barca Tainá, ora em um barco menor com menos pesquisadores. Parei, fotografei, entrevistei. Voltei o meu olhar para as pessoas que encontrei pelo caminho. Quantos rostos. Quantas falas. Quantas histórias. Quantas memórias.

Muitas cidades ficaram para trás. O meu norte fora as ilhas, as pequenas comunidades ou, no máximo, um pequeno arraial. Lugares outros que tem o seu encantamento nas pessoas, pois o rio e as ilhas são os cenários naturais. Dentro dele o que importa são as pessoas e suas vidas, e os seus saberes diferenciados. No ir e vir na beira do rio. Nos gestos de bravura e simplicidade. Na labuta de todo dia. E, acima de tudo, a silenciosa e habitual vida de bravos sertanejos.

Sertanejo é criatura da natureza, sem instrução, sem exigências, de costumes simples e rudes. Envergonhado de si próprio e de todos que o cercam, falta-lhe o sentimento da delicadeza moral, o que já se demonstra pela negligência no modo de vestir; porém é bem intencionado, prestativo, nada egoísta e de gênio pacífico. (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 76).

Foi este típico sertanejo que encontrei pelo meu caminho. Pessoas envergonhadas, simples e de coração aberto para me receber. Crianças que brincavam e se escondiam ao me verem chegar. Mulheres que arrumavam o cabelo e ofereciam um café enquanto conversávamos. Homens na roça que paravam o trabalho com a enxada para nos mostrar orgulhosamente a sua plantação. Gente que me presenteava com um pouco de feijão, uma abóbora, algumas espigas de milho, melancia e até farinha de mandioca.

Teço os fios da memória. Lembro-me que a primeira grande entrevista que fiz foi com o senhor Honório, na ilha do Engenho. Logo procurei saber o “porque” do nome, (foto 18). Ele sabiamente contou toda a história da ilha, entrelaçada com a sua história de vida. Na mesma ilha conversei também com o senhor Martinho (foto 19).



Foto 18: Senhor Honório, um dos mais antigos moradores da Ilha do Engenho/MG.
Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.



Foto 19: Senhor Martinho, o primeiro morador da Ilha do Engenho/MG.
Autor: SOUZA, A. F. G., Jul. 2011.

Lembro-me bem deles: pele escura, chapéu na cabeça, sorridente. Homens e mulheres com quem conversei recordaram o tempo de infância vivendo perto do rio. Homens trabalhadores que criaram todos os seus filhos vivendo dentro de uma ilha, plantando suas roças e fabricando farinha.

Fora os homens de coragem, encontrei também mulheres de garra que persistem. Que vão e que voltam. Que têm a ilha como um refúgio. Na ilha do Boi elas denunciaram a falta de assistência do município, principalmente com relação à saúde. Mulheres que sabem de seus direitos e que resistem em um lugar que se transforma a cada ano de grande cheia do rio.

Dona Santinha foi outro grande exemplo. Moradora da cidade de São Romão, por amor a terra, mantém sua horta e sua pequena casa na ilha dos Caiapós. Apesar de não saber remar, ela vai sempre a ilha cuidar de suas plantações. Precisa da ajuda do marido e dos filhos para levá-la. Sobe o rio com o regador no barco e retorna com hortaliças e frutas fresquinhas para serem consumidas pela família. Mulher trabalhadora que planta e colhe. Mulher que exibe no rosto o seu amor à terra da ilha.

Remendando as minhas memórias me vem à mente outros tantos homens e mulheres. Cada um a sua maneira, retratou um pouco do que é ser a gente do rio. Um povo que assim como o rio resiste e persiste. Conversei com um grupo de

pescadores acampados na barranca do rio. Surpreendi-me com suas falas de indignação e protesto. Homens que vigiam o rio e que vive uma dramática pressão por parte dos órgãos de fiscalização com relação a sua atividade pesqueira. Como disseram: *“estamos entre a cruz e a espada”*. Se pescarem em locais e épocas proibidas são multados e presos. Se deixarem de pescar, a renda e o alimento da família ficam comprometidos. Acima disto, eles indagam: *“alguém veio aqui conversar com a gente? Saber de nossas dificuldades?”*. Fica a pergunta: como se criam leis de proibição sem uma devida consulta à população que depende de seus recursos?

Outro homem de fibra que me recorde bem foi o senhor Edvar. Ainda hoje ele resiste bravamente à pressão dos grandes fazendeiros da região. Vive em uma pequena porção de terra na beira do rio. Já foi morador da ilha do Amargoso. Atualmente a ilha em que morava serve apenas para a criação de animais dos fazendeiros. Ele foi forçado a sair da ilha e procurar outro local de plantio. Estabeleceu-se na margem, mas continua vivendo como ilhado. Está cercado por grandes fazendas. Já sofreu ameaças. Foi chamado de *“invadidor de terra”*. Tem receio de ser expulso novamente. Afirmou que gosta do rio e que não consegue viver longe dele. É morador das beiras do São Francisco há mais de cinquenta anos. Viveu muitas enchentes.

O relato do senhor Edvar foi uma das mais marcantes durante toda a viagem. Ele disse que já viu muita destruição. Mas segue persistente, de beira em beira, assim como o rio. Ora com seu toque de sutileza, ora de rebeldia. *“A água má é insinuante, a água pura é sutil.”* (BACHELARD, 1997, p. 149).

Paramos por muitas vezes. A cada localidade uma nova história. Relatos de uma vida sofrida, mas de paz por estar perto do rio. Crianças que brincam. Que acompanham os pais e avós na colheita. Homens de mãos cespas, pele avermelhada pelo sol e chapéu na cabeça. Mulheres batalhadoras que cuidam da casa e ajudam os maridos nas roças. Pescadores de sonhos. Ilheiros e/ou vazanteiros que tornam possível o viver dentro do rio.

Pessoas-peixes. Pessoas que vivem as inconstâncias das águas. Assim como os peixes, adaptam-se a dinâmica do rio. O “ser-do-rio” que carrega incertezas, angústias, mas também, identidades. Todos falam a língua do rio. Acima de qualquer coisa, barranqueiros.

gerais – geralista
vereda – veredeiro
baixio – barranqueiro
(ROSA, 2011, p. 47)

Encontrei no meio do caminho pessoas outras. Pequenos sitianteiros que buscaram nas terras baixas e férteis próximas ao rio um lugar para melhorar a sua produção e a sua condição financeira. Criam gado e plantam com a ajuda da irrigação. Enxergam o rio como uma possibilidade de aumentar a renda. Abundância de água. Maior produtividade. O rio é visto como um recurso e não como abrigo. Ausência de afetividade. “Existem sonhadores de águas turvas.” (BACHELARD, 1997, p. 146).

Não pude deixar de observar as marcas profundas da história de ocupação nas margens do Rio São Francisco. As cidades ribeirinhas se destacam na paisagem. Cada uma com sua especificidade. O próprio nome diz muito de quem são: Pirapora, Ibiaí, Cachoeira do Manteiga, São Romão, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Januária, Itacarambi, Matias Cardoso e Manga.

Foi neste universo de incontáveis crôas, ilhas, comunidades, povoados e cidades que fiz minha pesquisa. Foquei meu olhar especificamente nas ilhas, por possuírem características próprias de um viver próximo ao território do rio, sejam eles reais ou imaginários. Aliás, elas marcam consideravelmente toda a extensão do rio.

Defronte da casa dele, mesmo, e para cima e para baixo, o rio possuía as crôas de areia – cada qual com seu nome, que os moradores do das-Velhas botavam, e que todos tanto conheciam. Três crôas e uma ilha. Mas uma delas três, maior, também sendo meio ilha: isto é ilha da terra, na parte de baixo, com grandes pedras e árvores, e suja de matinho, capim, o alecrim viçoso remolhando suas folhagens nágua e o bunda-de-negro verde vivente; e crôa, só de areia, na parte de cima. Uma crôa-com-ilha,

que é conforme se diz. A Crôa-com-Ilha do Malinácio, dita. A lá que onde estava o oculto, a gente ia de canoa, baldear a munição. (ROSA, 2001, p. 189).

Observei a vida na margem e a vida ilhada. A maioria das pessoas que entrevistei delimitam seus espaços a favor de suas necessidades reais de plantio, de moradia e até mesmo de lazer. Além disto, as formas simbólicas e afetivas estão presentes em toda a estrutura do viver.

Caminhos percorridos, ilhas mapeadas, incontáveis depoimentos pelo caminho. Tivemos a curiosidade de contar as ilhas por onde passamos. Foram exatamente quarenta e duas ilhas, sendo classificadas da seguinte forma:

- Ilhas naturais: geralmente pequenas e ainda em formação, onde não identificamos a presença de plantio e/ou moradia, apenas com vegetação nativa;
- Ilhas de pastos: identificadas em raros casos, utilizadas apenas para a criação de gado;
- Ilhas de pesca: utilizada de forma esporádica por pescadores amadores e/ou profissionais no auge do período da pesca, tendo em alguns casos ranchos improvisados utilizados para preparar a alimentação e até dormir;
- Ilhas de plantio: sem moradias fixas, onde a única atividade presente são as plantações feitas por moradores das margens e até das cidades próximas que se deslocam para as ilhas diariamente;
- Ilhas de plantio e moradia: onde existe a presença de casas com moradores fixos e/ou sazonais que utilizam a ilha para o plantio, para a criação de animais e para a pesca como atividade complementar;
- Ilhas de plantio, moradia e lazer: onde existe a presença de moradores fixos, sazonais e os denominados “turistas” que compram lotes apenas para o lazer. Neste caso, são ilhas bem estruturadas que contam com a presença de instituições formais como Associação de moradores e escolas. Em alguns casos chegam a formar uma pequena comunidade.

A figura 15 a seguir ilustra as principais categorias de ilhas descritas acima, tendo o trabalho e a moradia como pilares básicos nesta categorização. Todas as ilhas estão no rio e perpassam a dinâmica do Rio São Francisco. Fora as ilhas denominadas como naturais todas as demais, de alguma forma, são utilizadas pela população que cria estratégias de uso e ocupação e, em muitos casos, criam vínculos territoriais e fazem delas o seu lugar de vida e trabalho.



Figura 15: Classificação das ilhas fluviais sanfranciscanas.
Org.: SOUZA, A. F. G, Out. 2013.

Identificamos que em todas as ilhas pesquisadas ainda predomina a presença dos moradores sazonais e fixos sobre os “turistas”, sendo notável em alguns casos, a formação de uma pequena comunidade rural, inclusive com a construção de escolas, igrejas, casas de farinha e associações, como por exemplo, na Ilha do Engenho, na Ilha do Boi, na Ilha do Lagedo e na Ilha do Balaieiro.

Percebemos que as ilhas mais próximas às cidades e povoados ribeirinhos são utilizadas apenas de forma sazonal, como é o caso da Ilha do Pacuí e São Romão. Neste caso é marcante a presença de pessoas com maior regularidade nos

feriados, fins de semana e férias, porém estas pessoas não utilizam a ilha para o lazer, mas sim, como atividade complementar.

A presença do turista é uma rara exceção, porém alguns moradores afirmam que vem crescendo, ao longo dos anos, a compra de lotes por pessoas “de fora” que buscam nas ilhas um lugar de descanso próximo ao rio.

As ilhas de plantio também são bastante expressivas, geralmente utilizadas por moradores das margens do rio que aproveitam as terras férteis das ilhas para complementar sua produção. Elas normalmente são pequenas, baixas e de formação recente, como é o caso da Ilha da Coruja e da Ilha do Jatobá. Esta instabilidade inviabiliza a construção de casas. Alguns entrevistados afirmaram que por serem ilhas novas o risco do rio levar é muito grande.

Algumas outras ilhas são utilizadas tanto para o plantio como para a criação de gado. No último caso apenas alguns moradores e donos de lotes se arriscam nesta atividade, sabem que podem perder todo o rebanho durante uma grande enchente do rio, além da necessidade de uma complexa logística para levar e trazer o gado da terra firme para a ilha, incluindo uma eventual fuga em caso de inundação. Observamos esta forma consorciada de uso dos espaços na Ilha do Engenho, na Ilha do Lagedo e na Ilha do Valerinho.

Uma rara exceção é o caso da Ilha do Amargoso que antigamente era povoada e empregada para plantio e que atualmente vem sendo utilizada apenas para criação de gado. Este fato pode ser explicado pela proximidade da ilha à margem do rio. Em períodos de estiagem a água do canal que separa a ilha da terra firme seca, facilitando assim a circulação do gado. Constatamos que atualmente são os grandes fazendeiros da região que utilizam as terras da ilha para alimentar seus rebanhos, gerando inclusive conflitos territoriais com antigos moradores do lugar que foram obrigados a sair por não conseguir competir com a força dos pecuaristas que povoaram com bois a ilha.

Neste cenário ao mesmo tempo dinâmico e diverso, observei uma profunda e rotineira relação das pessoas que moram nas ilhas, com o rio e a terra firme, fazendo com que a identidade cultural se manifeste no estar no rio e na

dependência do rio. Estas relações abarcam um complexo e dinâmico mosaico envolvendo os vínculos territoriais, culturais, os saberes, fazeres e expressões simbólicas. São modos de vida, lugares e sujeitos diferenciados que ora se mesclam ora se diferenciam pelas suas especificidades, tanto no viver quanto no morar, plantar e pescar.

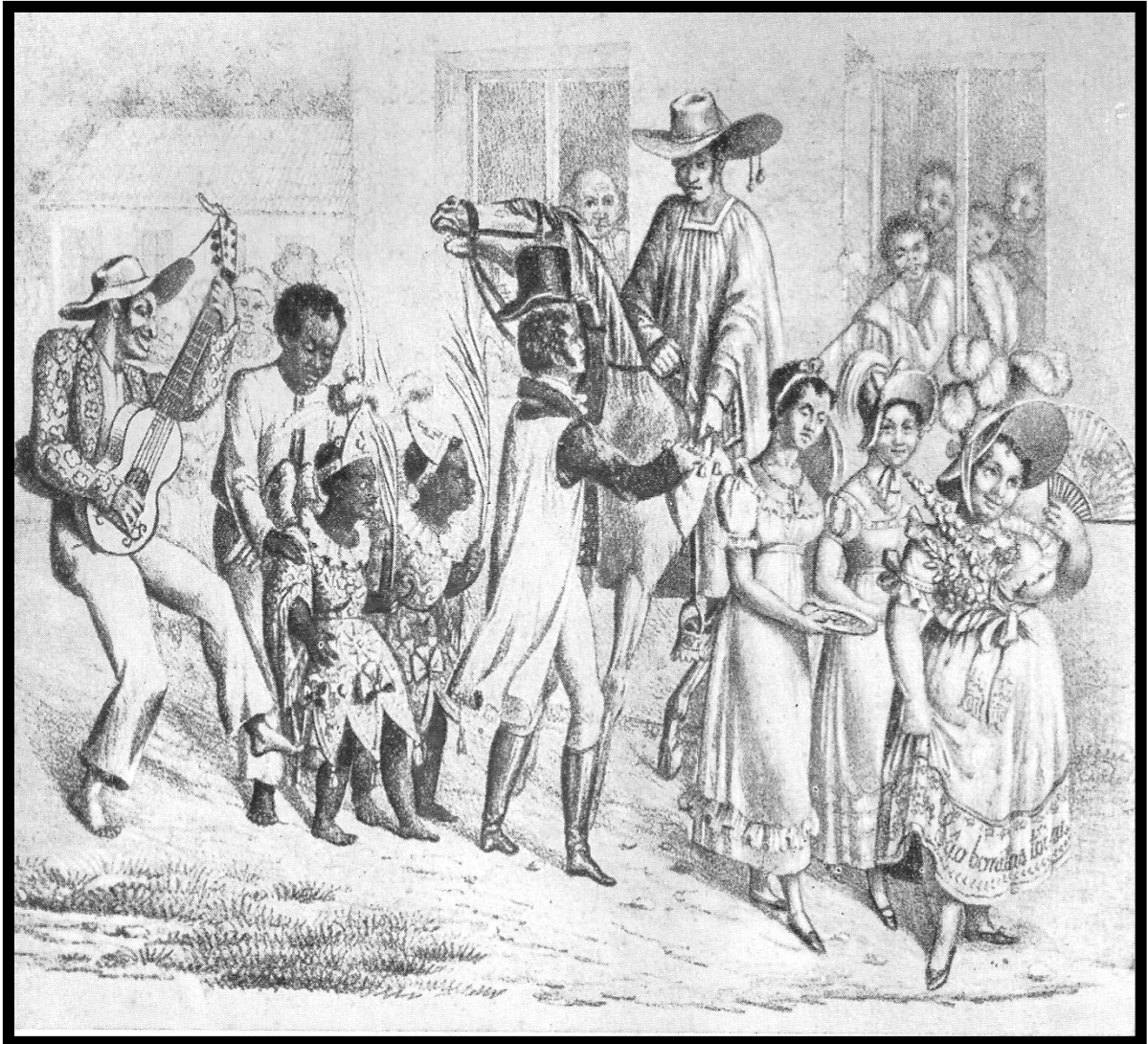
Ao fim da viagem a terra firme causou estranhamento. Fui “gente do rio”. Rio de muitas águas. “Água silenciosa, água sombria, água dormente, água insondável”, (BACHELARD, 1997, p. 72). Água(s). Quem por elas um dia navegou as conhece. Sabe um pouco de seus significados, de suas simbologias, de seus sentimentos, de suas lembranças, de suas cidades, de seus povos.

Carrego lembranças e sensações jamais experimentadas. A receptividade, a afetividade, a reverência, a religiosidade, a dependência, a pobreza, o desencanto, o encanto. Uma vida vivida dentro d’água. Emoções sentidas apenas por aqueles que mergulharam nestas águas, semeando um pouco de suas ideias, seus sonhos, seus planos, seus atos. Colhendo inúmeras alegrias, lembranças, experiências, histórias, “geo-grafias”, olhares outros, de águas infinitas.

Faço das palavras de Saint-Hilaire (1975, p. 189) as minhas últimas considerações:

Quanto a mim, se vier, a saber, que meus fracos apelos foram ouvidos, que alguns conselhos produziram frutos, jamais lamentarei ter passado perdidos nos sertões, em meio a privações, longe de minha família e de minha pátria, os mais belos dias da minha existência.





Fonte: (SPIX e MARTIUS, 1981, entre as páginas 64 e 65)

CAPÍTULO 4

AS IDENTIDADES SANFRANCISCANAS:

o olhar de quem pesquisa

INTRODUÇÃO

O senhor vê, nos Gerais longe: nuns lugares, encostando o ouvido no chão, se escuta o barulho de fortes águas ... o senhor dorme sobre um rio? (ROSA, 1970, p. 273).

Nossa pesquisa envolveu duas “viagens”: uma geo-histórica e uma geoetnográfica. Na primeira viagem descrita no capítulo 1, tratamos de um rio que foi ao longo dos anos sendo atravessado por sucessivos e diferentes ciclos econômicos e sociais, que viu acontecimentos históricos e principalmente pelo seu ajuntamento cultural. Na segunda viagem escrevemos sobre um rio outro que, na atualidade, ainda tem muito para ser desbravado e “descoberto”. Foi esta a nossa intenção no capítulo 3, apresentar as gentes que vivem no/do Rio São Francisco e que no contar da história, em muitos casos ficam à margem.

Adotamos como ponto de partida e chegada nestas viagens a nossa proposta da tese na intenção de refletir acerca das múltiplas identidades existentes nas comunidades tradicionais localizadas no entorno e nas ilhas do médio Rio São Francisco. Portanto, buscamos a partir de agora identificar como o que denominamos de “Cultura Sanfranciscana” se manifesta a partir das identidades culturais, das territorialidades, dos modos de vida e dos saberes populares, na intenção de conferir densidade e aderência às nossas proposições e indagações feitas até aqui.

Nesta perspectiva visamos evidenciar a apreensão das formas, conteúdos, representações, cenários, cenas, pessoas e informações de lugares e saberes tradicionais singulares, fundamentalmente ancorados nas pesquisas de campo e nos aportes teóricos, na intenção de compreender a identidade cultural dos povos do Rio São Francisco.

4.1 A paisagem Sanfranciscana: do rio natural ao rio sociocultural

O Rio São Francisco está inserido em um cenário múltiplo, com paisagens culturais diferenciadas. Temos de um lado a intensa modernização e as transformações socioculturais, e de outro, a pausa, o silêncio e o sussurrar das águas calmas e límpidas por onde os sujeitos se entrelaçam e entremeiam suas culturas, reproduzindo ao longo dos tempos saberes, formas de interagir e viver do/no e com o rio.

Nesta multiplicidade de lugares, formas, cores, gestos e saberes, residem manifestações singulares de cultura. Modos de vida que se fazem junto a um tempo de memória, de tradição da cultura ribeirinha, interligado à modernidade das invasoras políticas públicas de desenvolvimento. Do encontro entre estes tempos desiguais, um lugar de vida é forjado. Sua paisagem é a memória deste encontro. Com efeito, “a paisagem é uma reconstrução, um produto da apropriação e da transformação do ambiente em cultura” (ALMEIDA, 2008, p. 47).

Concordamos com Cosgrove (1998) ao afirmar que a paisagem cultural vislumbra símbolos e significados envolvendo o “povo criador” dessa paisagem. Para este autor não existe paisagem cultural longe de seu povo, longe da identidade e da memória da sociedade que a vivencia. Por este motivo, a paisagem do Rio São Francisco possui uma geografia particular entre o vivido, o vivo, o pensado, o imaginário e o simbólico, entre o espaço natural e o lugar sociocultural.

Geoantropologicamente o Rio São Francisco é tido hoje como um sistema multifacetado que não se limita apenas ao “dentro do rio”, mas ao território geográfico, ecológico, social e cultural do “mundo do rio”. Portanto, ele é formado por um complexo que envolve sistemas, ora mais próximos ora mais distantes, que de alguma forma estão conectados ao ritmo do rio.

Observando a figura 16 a seguir percebemos que as ilhas, as margens, as vazantes, as lagoas e nelas as habitações isoladas, as pequenas comunidades e as cidades ribeirinhas se ligam aos ambientes que intimamente estão mais conectados aos ciclos do rio, as “terras nossa”. Assim, todo o ritmo da vida ou grande parte dela, depende exclusivamente dos recursos que o rio oferece.

“Longe do rio” está o sertão, as terras altas e secas, as cidades, as grandes fazendas e nelas uma vida mais dinâmica e versátil. Apesar de se conectarem de alguma forma ao rio, possuem um ritmo autônomo. “Usam” apenas os recursos do rio que lhes são favoráveis e são geralmente propriedades particulares, onde predominam as “terras dos outros”.



Figura 16: Croqui do “mundo do rio”.
Org.: SOUZA, A. F. G, Out. 2013.

Um rio. Uma vida, um modo de vida. As pessoas com as quais conversamos e entrevistamos vivem no/do rio. Entendem e utilizam o Rio São Francisco como um território de apropriação material e simbólica. Um rio utilizado para o trabalho e percebido enquanto a reprodução da vida.

Outro rio, onde imperam as mudanças impostas pelos “mais fortes”, que forjam cenários modernizantes. Estes novos cenários nascem dos interesses e de uma prática socioespacial inserida na lógica capitalista de produção, que confere ao “mundo do rio” uma fonte inesgotável de riquezas. Essa lógica de produção conjuga o uso de avançadas técnicas de produção e aplicação maciça de capital,

cujo resultado mais visível é uma intensa modificação da paisagem sanfranciscana.

Há ainda um rio díspar, que se coloca na contramão da citada “utilização racional” dos recursos naturais. Um rio daqueles que persistem e lutam pelo uso sustentável de territórios pertencentes ao Estado por força de legislação, mas historicamente apropriado por famílias ribeirinhas. Desta apropriação social e cultural eles reproduzem uma única fonte de subsistência, ligada aos recursos advindos das terras e águas do Rio São Francisco. Concordamos com Diegues (2008, p. 187), ao afirmar que “há grande necessidade de se conhecer melhor as relações entre a manutenção da diversidade biológica e a conservação da diversidade cultural”, inclusive para compreender a lógica das práticas espaciais e das territorialidades dos ditos povos “tradicionais”, no sentido sociológico, antropológico e geográfico do termo, frente ao desafio contemporâneo da manutenção da diversidade biológica. Logo, a manutenção dos atributos biológicos de determinado ecossistema não inviabilizaria de antemão o uso e ocupação do território por povos tradicionais.

Guimarães Rosa (1986, p. 41), que em outros tempos retratou os lugares do Rio São Francisco, já afirmava que “o melhor de tudo é a água”. Devemos lembrar que historicamente a natureza se constituiu como símbolo da fartura, da sobrevivência e das práticas e formas de trabalho tradicionais que representaram e representam, pelo menos se comparado a um modo de vida urbano industrial, uma relação mais ou menos utilitarista dos recursos naturais. Conforme afirma Almeida (2008, p. 53) “a existência da natureza e da cultura é produto das concepções de mundo e das relações sociais”. Sendo assim, a percepção da cultura e da natureza permeia e faz parte da vida de homens e mulheres acostumados a viverem tendo o rio como o seu lugar de reprodução econômica, simbólica, social.

Almeida (2008, p. 48), citando Claval (1995) nos lembra que “é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território. Há, assim, uma herança cultural que permeia a relação com o território”.

Agora, mais do que em outros tempos, os territórios do rio representam uma dupla riqueza, tanto para aqueles que sempre viveram e compartilharam com o rio o seu sustento, como para aqueles que chegaram recentemente em busca de novas formas de exploração e apropriação da natureza - recurso. Citamos neste caso os pescadores amadores, os turistas de veraneio, os grandes fazendeiros, as indústrias e os órgãos governamentais que restringem ao extremo a utilização dos recursos do rio, sem ao menos se questionar de quem é a responsabilidade pelo nível de degradação do rio, conforme confirmamos em diversos relatos durante a pesquisa.

O São Francisco é muito mais do que um acidente geográfico, ele é entendido enquanto uma representação, um rio tomado como símbolo, que harmoniza a vida de sua gente, que torna-se uma referência material e imaterial e que reflete múltiplas identidades. Walter Cruz (2006) ao pesquisar as comunidades ribeirinhas no Amazonas compreende o espaço rio como sendo uma referência identitária, um elo que singulariza a cultura de um povo.

Apoiamos nas ideias deste autor que considera a identidade a partir da seguinte perspectiva:

(...), o conceito de identidade não se confunde com as idéias de originalidade, tradução ou de autenticidade, pois os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas tradições (“raízes”, heranças, passado, memórias etc.) como pelas traduções (estratégias para o futuro, “rotas”, “rumos”, projetos etc.). (CRUZ, 2006, p. 29).

Para Cruz (2006) as identidades são construídas de forma relacional e contrastivas, podendo ainda em alguns casos ser conflitiva. É neste envoltório que percebemos as identidades ligadas de um lado pelas tradições, ou seja, a imagem daquilo que se formou com o tempo e de outro pelas traduções, ou seja, a imagem daquilo que se quer transmitir.

A construção das identidades vale-se da “matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais” (CASTELLS, 2002, p. 22). A identidade refere-se a um território de pertencimento. Pertencimento que cria afetos, laços com o

espaço apropriado. A identidade é, portanto, uma construção cultural e também territorial. Paul Claval (1999, p. 16) afirma que “os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados”, sobretudo, porque isso pressupõe “a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado”.

A identidade é um elemento catalisador que seleciona um “número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo” (CLAVALL, 1999, p.15). A rigor, o processo de elaboração de uma identidade, é também, o processo de construção do território. Um e outro ocorrem pelas mesmas coordenadas, aprendem e apropriam o espaço e seus elementos, os dotam de significação, simbólica e funcionalmente. A identidade cria as representações do território, o território as converte em práticas cotidianas.

De acordo com Brandão (1986, p. 34) “as identidades são as representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com outro”. Isso ocorre quando selecionamos uma gama de elementos para a identificação: concepções de natureza, de trabalho, costumes, modos de vida e formas de produção. Ao qualificar tais elementos constituintes se atribui valores a eles. Valores estes que podem ser de natureza afetiva e/ou simbólica. Estes elementos apropriados em conjunto é à base das representações identitárias. É por meio delas que as tramas de uma territorialidade são criadas.

Disso depreende-se que as identidades são forjadas junto às práticas de identificação, sendo que esta é um “processo de articulação, uma saturação, uma sobre-determinação, e não uma subsunção” (HALL, 2005, p. 106). Nesse sentido, os processos de identificação ficam submetidos a um “jogo” de diferença, a uma fronteira simbólica. Para isto, há a inclusão de certos elementos como o rio, a ilha, o pescador e o remeiro, por exemplo, e a exclusão de outros como o turista e o pescador de veraneio. Isto é, no processo de identificação há sempre “o nós” e os

“outros.” Deste conflito eminente, forjam-se as identidades no jogo das diferenças e semelhanças.

As identidades são sujeitas a história, com isto, estamos a dizer que elas não formam um núcleo estável. Ao contrário disso, há um campo de mobilidade, de novas identificações demarcando o “nós”, o “eles” e os “outros”. De certo, o “eu coletivo” é sempre reconstruído diante de um processo maior envolvendo a sociedade como um todo.

A identidade é, por esse caminho de interpretação, um processo, sempre dialógico com a história, com a cultura, com o território. A identidade surge do sentimento de partilha: das mesmas tramas socioculturais e de um mesmo espaço-tempo. A partilha ou não de uma mesma trama espaço-temporal, da uma mesma gramática social, é que produz o jogo de identificação e da diferença. Paul Claval (1999, p. 11) nos ensina, ao citar Jean Pierre Raison que “os grupos só existem pelos territórios com as quais se identificam”. Neste caso, o elemento de sedimentação e da diferença identitária é o território.

A identidade cultural tem sido um dos aportes que garantem a perpetuação de grupos e comunidades tradicionais, proporcionando relações sociais capazes de estreitar os laços de solidariedade, sociabilidade e pertencimento entre os seus membros. As comunidades e ilhas pesquisadas ao longo do médio Rio São Francisco possuem características próprias de um viver próximo ao território do rio, sejam eles reais ou imaginários. A maioria das pessoas que entrevistamos, delimitam seus espaços em favor de suas necessidades reais de plantio, de moradia e até mesmo de lazer. Além disso, as formas simbólicas e afetivas estão presentes em toda a estrutura do viver.

Neste sentido, é evidente a necessidade de darmos visibilidade a estas formas específicas de manifestação da identidade cultural sanfranciscana, trazendo, no tópico seguinte, as múltiplas categorias de lugares e sujeitos registradas ao longo de nossa pesquisa.

4.2 As múltiplas identidades Sanfranciscanas

Vimos no capítulo anterior que ao falarem de si mesmos - habitantes de lugares de vida e trabalho que vão do interior de ilhas ao alto das cidades - as pessoas do rio entrelaçam três critérios de identidade, dando mais ênfase ora a um componente da tessitura ora a outro, de acordo com a circunstância, sendo: a) o território de moradia, vida e trabalho, (ilha, vazante, cidade); b) a ocupação principal do trabalho produtivo (agricultor, lavrador, pescador, etc.); c) a etnia (neste caso marcada pela presença de negros e índios que se autodenominam como uma categoria de vida), como mostra a figura 17 a seguir.

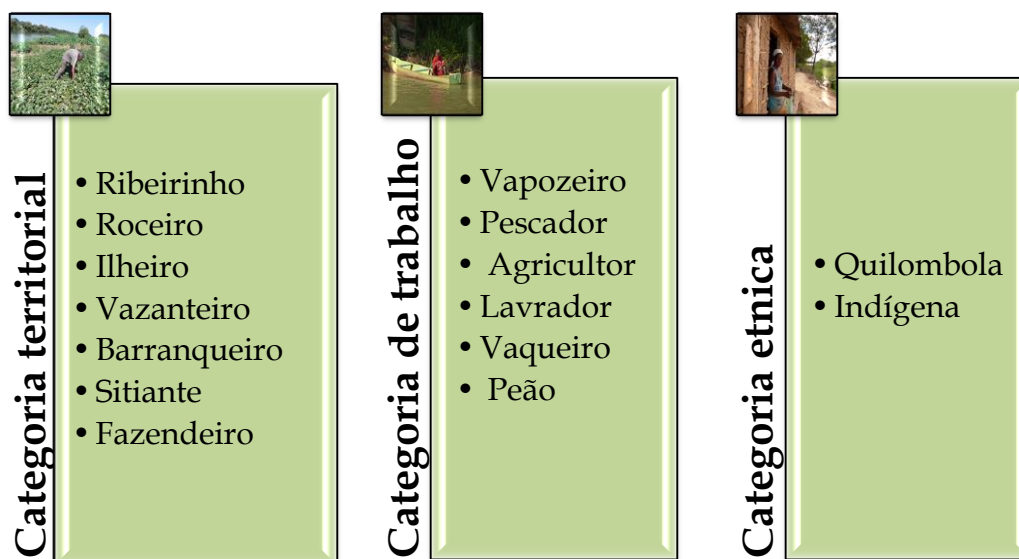


Figura 17: Categorias de vida e trabalho.
Org.: SOUZA, A. F. G, Out. 2013.

Ao longo de nossa pesquisa observamos que habitualmente as comunidades tradicionais das beiras do Rio São Francisco são identificadas, assim como os seus povoadores, por meio de um lugar-natureza de habitação e de trabalho, exceto aquelas comunidades cujo nome qualificador deriva de um conceito de etnia - *comunidade indígena*, *aldeia xacriabá*, *comunidade quilombola*, *quilombo*. O tipo de ambiente natural no qual se vive e se transforma, define um lugar: uma ilha do rio, uma beira do rio, uma vazante do rio, um barranco do rio

ou uma terra alta longe do rio, (BRANDÃO, 2013). Portanto, um território pode envolver vários “povos”, vários tipos de povoação, inúmeras comunidades, que segundo Almeida (2008) compõe “signos identitários” específicos de cada comunidade local.

O próprio interior líquido e sempre movente do rio São Francisco, assim como o de outros afluentes de sua bacia, possui múltiplos cenários que abrigam, entre as águas, as ilhas e as barrancas, uma grande variedade de pessoas e de comunidades.

Ouvimos relatos de outros tempos, onde o rio era também a estrada que durante muitos anos foi o caminho de canoas, barcas e vapores. Nesta época a figura dos *barqueiros*, *canoeiros*, *passadores*, *remeiros* e, mais tarde – atualmente quase desaparecidos – dos *vaporzeiros*, descritos por Zanoni Neves (1998), predominavam na paisagem do rio. Segundo De Paula (2009) todas estas categorias designavam sujeitos que tinham suas vidas atreladas ao trabalho de transporte dentro do rio. Esta autora esclarece com propriedade cada uma delas.

O *canoeiro* era o homem da canoa que podia também ser um pescador camponês. *Passador* era aquele que fazia a travessia de pessoas, cargas e animais de uma margem para outra no São Francisco. Embora muitos pescadores também fossem identificados como passadores porque faziam eventualmente a travessia de pessoas entre as margens. *Remeiros* eram os trabalhadores das barcas de figura (embarcação que tinha uma figura de monstro, ou de animal ou de gente na proa) e de barcas de madeira. (...).

Barqueiros eram os proprietários das barcas. Eles eram comerciantes ambulantes que faziam o transporte a frete e contratavam os remeiros, para fazerem uma viagem redonda, ou seja, ida e volta ao porto do destino da embarcação. Os *vapozeiros* eram os tripulantes das embarcações maiores que eram responsáveis pelo transporte de mercadorias e de passageiros nos vapores no rio. (DE PAULA, 2009, p. 94).

Oliveira (2009, p. 16) ao trabalhar com a memória dos antigos remeiros e vapozeiros, retrata que “seguiram em suas barcas e vapores desenhando o rio, traçando geografias na travessia de Pirapora-MG a Juazeiro-BA”. Um tempo

distante em que o trabalho, a troca, a navegação e a circulação de pessoas ainda era realizada pela estrada líquida.

Ressaltamos a importância desses sujeitos no tópico 1.4 da tese, onde analisamos a navegação do Rio São Francisco e o surgimento destas categorias de sujeitos, traçadas a partir de um ciclo econômico.

Com o passar dos anos o cenário do rio onde dominavam as barcas enfeitadas por carrancas cedeu lugar aos vapores e, de alguns anos para cá, a rodovias de asfalto e terra ocupam a função dos vapores. O São Francisco deixou de ser um caminho de viagens entre Minas e o Nordeste. Como demonstramos no primeiro capítulo, quase todo o movimento de pessoas e o comércio foi, no passado, realizado por meio de pequenas barcas, canoas e, mais tarde, pelos vapores ligando uma margem a outra.

Observamos em nossa pesquisa que estas categorias já não são mais tão fortemente referenciadas pelas gentes do rio, quando muito apenas como lembrança de um passado vivo na memória. Ficaram no passado, os poucos sujeitos que ainda restam já estão aposentados e, apesar de viverem nas proximidades do rio, não exercem mais suas atividades. Apenas o senhor Manoel Pontaria, morador da Ilha de Maria Preta, contou que um dos seus tios era vapozeiros, *“ele era comandante de vapor do São Francisco”*. Segundo ele, *“vapozeiro era quem viajava a bordo”*. Por ser uma categoria de sujeito francamente atrelada ao fazer da navegação: trabalho nos vapores. Tanto o seu surgimento com a sua extinção seguiram a mesma lógica, desapareceu os vapores como atividade regular de relações sociais, interrompeu-se um ciclo de reprodução socioeconômico. Assim, com o aparecimento dos vapores evidenciou-se a figura dos *vapozeiros*, com o seu declínio esta categoria de sujeito tornou-se restrita aos que viveram a atividade no passado. Mesmo que ainda vivos estes sujeitos precisam retomar suas histórias do passado, rememorar a vida de antes, trazer a tona suas memórias e lembranças para que esta categoria apareça.

Hoje como ontem, o rio tem como cena principal o trabalho. Algumas atividades do passado ainda permanecem, outras surgem ou são re-inventadas.

Muito raramente ainda encontramos ao longo do Rio São Francisco, em Minas Gerais, canoeiros e barqueiros que exercem esta atividade como profissão principal. São, na atualidade, sujeitos isolados que tentam sobreviver fazendo a travessia de pessoas de uma margem a outra e/ou revendendo mercadorias em povoados e comunidades mais isoladas. Outros alugam as suas canoas e seus pequenos barcos para as pessoas “de fora” que procuram por este tipo de serviço, especialmente os pescadores amadores que não tem embarcação.

Em nossa pesquisa, a primeira imagem sobre os cenários e sujeitos voltou-se para aqueles que, vivendo ao lado do rio, exercem o seu ofício dentro dele. Identificamos aí a figura do *pescador*, uma categoria de sujeito que acompanha a dinâmica do rio. Contam sobre a fartura do rio “de antes” e ainda hoje tentam exercer a atividade, mesmo com todas as restrições, especialmente ausência de peixe no rio.

Identificamos que na atualidade esta categoria de sujeito, por estar ligada ao mundo do trabalho, se desdobra em subcategorias, exercidas como estratégia de permanência e de dinamização da profissão. Ao longo do Rio São Francisco, observamos primeiramente os *pescadores* profissionais. São aqueles pescadores artesanais com licença oficial para realizar a atividade, quase sempre congregados em colônias de pesca. A eles é pago um seguro do governo durante o período do defeso.

Notamos ainda a presença de alguns pescadores artesanais isolados, isto é, não associados a uma colônia de pesca com reconhecimento oficial. Não possuem carteira de pesca e não recebem qualquer subsídio governamental durante a época da piracema, ou do defeso, quando a pesca no rio é interdita. O senhor José Carlos, morador da Ilha do Maquiné é um exemplo. Apesar da pesca ser sua atividade principal, ele não está vinculado à colônia de pescadores ou a qualquer outra associação formal.

Identificamos ainda os pescadores amadores locais e os vindos “de fora”, também chamados de turistas da pesca. Segundo o senhor José Carlos, “*aqui também tem um muncado de gancheiro aí*”. Quando perguntamos o significado da

expressão, ele nos explicou que “*gancheiro é que não tem carteira*”. Estes buscam a pesca como atividade de lazer, praticada nas horas vagas, feriados e fins de semana. Buscam a pesca como atividade de descanso e como um vínculo mais próximo ao Rio São Francisco.

No entanto, o que observamos atualmente é que fora os pescadores artesanais e profissionais, que vivem exclusivamente desta prática, basicamente todos os habitantes de rio e beira rio buscam intercalar o trabalho nas águas e nas terras e se identificam como sendo: *lavradores/agricultores*. Este é o caso do senhor Pedro, morador da Ilha da Martinha, segundo ele, “*nos meus documentos não é propriamente agricultor é lavrador*”. Neste caso, praticam a pesca apenas para garantir a dieta familiar e, em casos raros, para a venda esporádica e local.

A maioria das pessoas entrevistadas possui como atividade principal a agricultura e praticam a pesca como atividade complementar. A fala do senhor Antônio Conceição, morador da Barra do Pacuí, justifica esta afirmativa. Quando perguntamos sobre a pesca ele respondeu:

Eu mesmo não sou profissional de pesca mais meu pai era. Aprendi pescar desde sete anos. E eu sei pescar! As vezes não pesco por que o tempo não tá é dando. A pescaria não tá compensando você perder o tempo pra ir fazer ela. Aqui no São Francisco, hoje não tá. De primeiro dava. De primeiro dava por que todo dia quando meu pai, no tempo que eu era pequeno que eu comecei, que ele toda vida foi pescador. Então nessa época compensava pescar por que você saia para a pescaria, todo dia você pegava. Mas tinha peixe, você estava aí andando e peixe tava batendo. Hoje você anda aqui neste São Francisco você não vê um peixe batendo. Tá muito bagunçado. Hoje, tem vez que eu ainda dou uma pescadinha mesmo pra comer, mas pra negócio não tem. De primeiro compensava. Agora pra mim pescar pra negócio não compensa. Mesmo os profissionais, se ele encarar só a pesca ele passa fome. Passa, hoje passa!

Segundo ele, a redução da oferta de peixes no Rio São Francisco fez com que muitos pescadores profissionais adotassem a agricultura como atividade principal.

Apesar da pesca ser uma atividade essencialmente masculina, identificamos mulheres ou grupos de mulheres pescadoras que exercem esta função de forma suplementar. Em nossa pesquisa destacamos que o papel da mulher é

fundamental na composição da renda familiar, especialmente no cultivo de hortaliças e pequenos plantios de frutas e legumes.

Conforme aponta Woortmann (1991; 1997), nas comunidades pesqueiras, enquanto o homem está no rio a mulher está no roçado, havendo, portanto, um equilíbrio nas funções masculinas e femininas. Observamos que, no caso do Rio São Francisco, quase sempre a mulher está presente em todas as atividades praticadas pelo marido como a pesca, o plantio e a colheita da lavoura, sendo ainda a responsável por cuidar da casa e dos filhos. Portanto, a mulher aparece como uma companheira em todas as funções.

Maria das Graças Campolina Cunha em sua pesquisa de doutorado sobre o trabalho feminino na comunidade de Gameleira, Norte de Minas Gerais, analisa a importância do papel na divisão do trabalho familiar.

É característica dessas comunidades a maior participação das mulheres no cultivo nas vazantes. São elas que trabalham no roçado na ausência dos maridos quando eles se encontram nas águas pescando, e também em conjunto com eles nas horas que demandam a sua presença, como nas épocas do plantio e da colheita. Nessas comunidades, as hierarquias se firmam à partir das diferenças construídas entre cultivo e pescado. Sendo a atividade de pesca uma estratégia que propicia o ato comercial, são consideradas atividades importantes para o equilíbrio econômico das populações. O produto agrícola tem como prioridade o abastecimento interno, o excedente é vendido. Portanto, o homem é aquele que, além de comandar a lavoura, exerce uma outra atividade lucrativa que o mantém na liderança do grupo familiar. Em anos de colheita fraca, é também o pescado que garante o abastecimento interno e proporciona a garantia do poder de compra para o abastecimento de produtos adquiridos em comércios - feiras, mercearias e, mais recentemente supermercados. (CUNHA, 2013, p. 165-166).

Em algumas comunidades há casos em que a atividade da fração masculina do grupo doméstico é a pesca, sendo a agricultura sazonal secundária. Como a agricultura não é praticada intensamente durante todo o ano, e como a pesca é

interrompida anualmente por ocasião do defeso⁴⁷, agricultores-pescadores ou pescadores-agricultores, oscilam entre uma atividade prioritária e a outra.

Segundo De Paula (2009, p. 158), quando eles dizem:

“Somos agricultores e depois pescadores”. Repetem e confirmam as práticas de trabalho realizadas no cotidiano. A tradição no trabalho coletivo, na partilha e na reciprocidade, no estar na comunidade, no viver e produzir seus alimentos, no conflito e no confronto com costumes rurais e urbanos que transcorrem a vida de agora, os identificam como homens e mulheres que tem a vida ligada à terra e ao rio. Raízes que fazem que terra e água sejam indissolúveis e responsáveis pela sobrevivência humana no lugar.

A citação desta autora confirma a existência de vínculos territoriais sanfranciscanos intimamente ligados às águas e as terras do rio. Pessoas que mostram através de seu trabalho cotidiano seus laços identitários, seus elos com a natureza e suas tramas com o seu lugar de vida.

A figura 18 a seguir mostra categorias de trabalho que oscilam entre a agricultura e a pesca, entre estar no rio e estar na terra. Nomes do trabalho que segundo Brandão (1995), definem formas próprias do viver. Quando dizem *“sou pescador”*, profissionais ou amadores, estão afirmando ser esta a sua única atividade profissional. Quando dizem *“planto alguma coisa”*, estão oscilando entre a pesca como atividade principal e a agricultura como complementar, geralmente pequenos plantios de frutas e verduras feitos ao redor da casa. Quando dizem *“pesco de vez em quando”*, estão definindo a agricultura como sua atividade principal e a pesca como complementar, como forma adicional a alimentação diária. Quando dizem *“sou agricultor”*, assim como o pescador, estão assegurando que a agricultura é a sua única forma de trabalho.

Além do pescador e do agricultor existe ainda os que dizem *“trabalho fichado”*. Estes, geralmente são trabalhadores das fazendas que moram tanto em comunidades e pequenas vilas como nas cidades ribeirinha. Trabalham durante a

⁴⁷Período compreendido entre os meses de novembro a fevereiro em que a pesca no Rio São Francisco é suspensa em função da reprodução natural dos peixes. Nesse período os pescadores profissionais que possuem carteira recebem um seguro pago pelo Governo Federal referente aos meses que ficam sem pescar.

semana como empregados e nos finais de semana e feriados dedicam-se a cuidar de seus plantios e/ou vão pescar.

Existem ainda outras modalidades de trabalho que não estão ligadas diretamente ao rio e a terra. Apesar de, em muitos casos, praticarem atividades ligadas à agricultura como, por exemplo, o café, eles não se identificam como agricultores, migram de um trabalho a outro e dizem, “*trabalho aqui e ali*”.

Pescadores profissionais artesanais	• Aqueles que só vivem da pesca
Pescadores amadores	• Vivem da atividade da pesca mas não são profissionais com carteira
Pescadores → Agricultores	• A pesca é prioritária e a lavoura é secundária
Agricultores → Pescadores	• A lavoura é prioritária e a pesca é secundária
Agricultores puros	• Praticam exclusivamente atividades da lavoura
Pescadores ou agricultores + assalariado	• Trabalho próprio mais trabalho para os outros
Outros	• Trabalhadores temporários, pecuaristas, etc.

Figura 18: Categorias do trabalho nas ilhas e margens do rio São Francisco.
Org.: SOUZA, A. F. G, Out. 2013.

Até aqui identificamos de um lado atividades e profissões ou já quase desaparecidas no Norte de Minas, ou a caminho de desaparecerem: *remeiros, canoeiros, barqueiros e vaporzeiros* e, do outro, os *pescadores e agricultores*. Apesar de algumas oscilações com outras categorias do trabalho, *pescador e agricultor* são os nomes atuais de preferência para dizerem quem eles são.

Além destas categorias, identificamos algumas outras específicas de beira rio. Do ponto de vista do lugar onde vivem alguns se identificam como *barranqueiros, ribeirinho* e mais raro, *beradeiros*. Vivem em sua maioria nas ilhas, vazantes, comunidades ou em cidade próximas ao rio como Pirapora, Buritizeiro, Januária, São Francisco e Itacarambi em Minas Gerais; ou ainda, em barracas improvisadas montadas no barranco do rio.

Partindo de dentro do rio, palavras locais que definem o lugar em que se vive, estabelecem quem são os seus povoadores do passado ou de agora. Assim, a categoria *ilheiro* (morador em uma das ilhas do São Francisco) não é ainda muito comum nas mais de trinta ilhas pela quais passamos no médio São Francisco, em Minas Gerais. Embora cresça o seu uso, identificamos que palavras como: *beradeiro*, *barranqueiro*, *ribeirinho* e *vazanteiro*, e em alguns casos especiais, *quilombolas*, são os termos com os quais as pessoas das ilhas e comunidades tradicionais se identificam e reconhecem enquanto categorias da terra e do rio onde vivem.

Estes mesmos nomes estendem-se aos territórios locais de vida e qualificam tipos de comunidades: *comunidade ilheira*, *comunidade barranqueira*, *comunidade vazanteira*, *comunidade ribeirinha* e *comunidade quilombola* (ou *quilombo*). Em termos mais militantes e políticos, os mesmos nomes derivados do “onde eu vivo e trabalho” começam a designar movimentos políticos e manifestos, como é o caso do grupo “Vazanteiros em Movimento” das comunidades de Pau Preto, Pau de Léguas e Lapinha, município de Matias Cardoso no Norte de Minas Gerais, que reivindicam a retomada de seus antigos territórios hoje pertencentes aos parques estaduais Verde Grande, Cajueiro e Mata Seca.

Neste caso, a apropriação da categoria *vazanteiro* vem sendo utilizada como discurso político e ideológico, com o intuito de fortalecer o movimento social na luta por direito a propriedade da terra e por reconhecimento de sua identidade enquanto comunidade tradicional.

O termo *barranqueiro*, apesar de ser utilizado por vários autores para designar as populações nas margens do Rio São Francisco não é tão referenciado entre os moradores das margens do rio onde desenvolvemos nossa pesquisa. Mata-Machado (1991) refere-se a esta categoria como sendo os lavradores de vazante. Já Neves (2004, p. 8) esclarece que até os anos 1960 esta expressão era utilizada para designar o “homem ribeirinho - em geral, o camponês e o pescador, à beira do rio”, porém, com o processo de urbanização após esta década, o

barranqueiro passou a ser “indistintamente todos os habitantes da ribeira, sejam do campo ou das cidades”.

O senhor Pedro, morador da Ilha da Martinha, foi um dos poucos entrevistados que evidenciou esta categoria, afirmando “*eu sou barranqueiro porque eu moro na beira do rio né. Barranqueiro*”. Dona Delmira, moradora da Ilha da Malhadinha, apesar de se afirmar como vazanteira também confirmou sua identidade como barranqueira, “*sou. Só por que o barranqueiro é estes que mora no barranco do rio. Estes que eu vejo o povo falar que é barranqueiro*”.

Especialmente Diegues e Arruda (2001, p. 51) utilizam o termo *varjeiro* para designar as populações tradicionais das margens do São Francisco: “Varjeiros ou varzeiros são aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco”. Ressaltamos que em nenhum dos relatos, entrevistas ou contato com as comunidades e ilhas pesquisadas foi citado o termo *varjeiro*. Identificamos apenas o termo agricultura de vazante para designar o plantio nas ilhas e beiras do rio.

Outros nomes tradicionais empregados na região para quem “lida com a roça” podem aparecer como qualificadores ocupacionais, sendo mais rara a designação de *roceiro*, em uma direção voltada ao passado e hoje quase pejorativa. Com menos frequência o termo *sitiante* é utilizada entre os moradores de pequenos sítios localizados a beira do rio e que utilizam a sua propriedade para o plantio e a criação de gado. Aplica-se, ao local de moradia ou a um terreno cuja concessão foi feita pela compra individual ou familiar. Este é o caso, por exemplo, da família do Senhor Malaquias e Dona Olívia, da comunidade Barreira dos Índios.

Retomamos as suas falas, descritas no capítulo anterior, quando eles nos contaram sobre a migração da família, saindo da cidade de Brasília de Minas para a beira do rio São Francisco. Segundo o senhor Malaquias, “*quando eu morava lá, era muito difícil de água. Eu panhava água na cabeça, um quilômetro e meio eu ia achar água pra panhar. Ai eu fui vi que guentava, só eu e ela e os meninos tudo pequeno. Falei: não, vou caçar um lugar mais perto de água*”. Para eles, a busca por um lugar de moradia tinha como requisito principal a presença da água. Neste caso, o valor simbólico

do rio São Francisco não foi colocado em evidência. Observamos que toda a família nuclear exerce as atividades de lavoura e criação de gado e utilizam o rio apenas como um recurso material. Isso se confirma na fala do senhor Malaquias, quando perguntamos sobre suas atividades diárias na comunidade. “*Nunca pesquei*”. “*Nem saber pegar no remo eu sei*”. “*Tem muita gente que pesca, os filhos nunca pescou. Nós é encabulado é com roça. Plantar pasto. Criar gado*”. De certa forma sua família reproduz ainda hoje as heranças do tempo em que viviam longe do rio, nos Gerais. Apesar de morarem as margens do rio, o uso dos seus recursos restringe-se apenas ao abastecimento de água.

Lembramos que além dos dois substantivos: *agricultor e lavrador*, que com mais frequência indicam a ocupação principal de um homem adulto e, não tão raro, de uma mulher, alguns outros podem ser também usados.

No depoimento de alguns moradores das ilhas e de beira rio há, principalmente por aqueles já filiados a associações, o uso da palavra *vazanteiro*. Voltemos a esta nomenclatura derivada do trabalho que, conforme afirma Luz de Oliveira (2005, p. 16) define os “*moradores das margens e ilhas do rio São Francisco*”.

Nesta paisagem que envolve categorias da vida e do trabalho entre ilhas e beira de rio, Araújo (2009) trabalha com dois tipos distintos e complementares, “*as comunidades negras vazanteiras*”. Neste caso a autora considera as comunidades estudadas por ela, nos termos de duas categorias: *quilombolas e vazanteiras*. Para Costa (2005) e Almeida (2008, p. 68), “*nas ilhas e barrancas do rio São Francisco e nas margens de outros grandes rios que existem nos sertões, existem os barranqueiros ou vazanteiros*”, considerando, portanto a junção destes dois termos.

Em pesquisas anteriores esclarecemos alguns pontos desta junção, sobreposição e complementaridade de termos e conceitos, chamando a atenção para o fato de que “*existe uma certa diferença entre ser um morador de beira de rio e ser um morador de ilha*” (SOUZA, 2011, p. 81), em especial no que diz respeito a existência de diferentes espacialidades de cada grupo. Neste sentido, afirmamos que generalizar a categoria *vazanteiro* como sendo “*todos os moradores*

das margens e ilhas do rio São Francisco”, homogeneíza populações com hábitos, costumes, territorialidades e saberes distintos, encobrindo especificidades de cada grupo sociocultural. E, mais ainda, qualificá-los na qualidade de *quilombolas* e *barranqueiros* apenas como uma categoria sobreposta, não reforça os seus laços identitários, mas sim, seus engajamentos políticos. Podemos sim afirmar que existem vazanteiros e quilombolas; vazanteiros e barranqueiros; vazanteiros e ilheiros; vazanteiros e ribeirinhos e não um ou outro.

Neste caso, trazemos para a discussão outro conceito: os *ilheiros*. Não tão usual entre todos os moradores das ilhas pelas quais passamos, mas um termo enfatizado em nossa pesquisa de mestrado. Afirmamos, portanto, que existe um modo de vida específico que fazem destes moradores “verdadeiros “ilheiros” que plantam e pescam para garantir o sustento de suas famílias” (SOUZA, 2011, p. 104).

Identificamos até aqui dois tipos de termos que, sós ou juntos, servem para identificar as diferentes categorias de pessoas do rio e de beira-rio. O primeiro deles define em que lugar de natureza socializada se vive, ou seja, no barranco, na vazante ou na ilha. O segundo qualifica o tipo de atividade preferencial que se realiza “ali” onde se vive ou, em casos mais raros, fora “dali”, longe das margens do rio. Assim, vemos que um homem ou uma mulher são *lavradores (as)*, *agricultores (as)*, *roceiros (as)*, ou *pescadores (as)*, podendo ser também *vazanteiro (as)*, *ilheiro (as)*, *barranqueiro (as)*, *ribeirinho (a)* ou ainda, um (a) *sitiente*.

De igual forma encontramos nas beiras do Rio São Francisco povos e comunidades *quilombolas*, também auto-designadas em algumas regiões como *quilombos*. Desde a Barra do Pacuí⁴⁸, - cujos moradores oscilam entre se afirmarem “quilombolas” e ignorar este termo, conforme relatos apresentados nas pesquisas de Santos (2008) e De Paula (2009), - até comunidades em que o “ser quilombola” é o qualificador mais relevante do grupo, como é o caso do quilombo da Lapinha⁴⁹

⁴⁸ Comunidade localizada na beira do Rio São Francisco, pertencente ao município de Ibiaí/MG.

⁴⁹ Situado na margem direita do rio, no município de Matias Cardoso/MG.

evidenciado na pesquisa de Araújo (2012) e da comunidade de quilombola Bom Jardim da Prata⁵⁰ estudada por Assis (2012).

Outro qualificador identitário refere-se aos povos ou comunidades *indígenas* onde o fator étnico é a característica predominante. Na maioria dos casos sua territorialidade é reconhecida oficialmente pela Funai – Fundação Nacional do Índio, como terra indígenas. Apesar de historicamente as margens do Rio São Francisco terem sido povoadas por indígenas, em Minas Gerais, identificamos apenas os povos Xacriabás, localizados no município de São João das Missões, em terras mais afastadas do rio. Restaram apenas as heranças culturais, refletida principalmente na toponímia dos lugares, conforme identificamos na Ilha dos Caiapós e na comunidade Barreira dos Índios, ambas sem a presença recente de povos indígenas.

Nossas pesquisas de campo foram realizadas junto às pessoas, famílias e comunidades em que o qualificador étnico de uma cultura e também de uma história própria, soma-se aos outros ou os antecede. Segundo Costa (2005, p. 308) “são comunidades que mantêm aspectos significativos de sua cultura, de sua reprodução social, enraizados na diversidade ecossistêmica presente nas planícies sanfranciscanas”.

Em outro plano já não tão ligado afetivamente ao rio, identificamos o “homem rico” da cidade, os agentes do poder, os grandes *fazendeiros* e, com raras exceções, as *fazendeiras*, os novos empresários do agronegócio. Os agricultores (as) *irrigantes* das barrancas, sejam de grandes ou de pequenos projetos de irrigação e os *carvoeiros*, são o seu melhor exemplo.

Entre estes dois polos podemos colocar, ora mais próximos, ora bastante distanciados, os neo-ocupantes de terras, como os *assentados* e *assentadas* da reforma agrária, ou os (as) *sem-terra* e os *acampados*. Em nossa pesquisa identificamos a presença do assentamento Paco-Paco, as margens do rio São Francisco, município de Pirapora e do assentamento Milagres, localizado no município de Itacarambi. Identificamos ainda, nos relatos dos moradores da Ilha

⁵⁰ Comunidade localizada no município de São Francisco/MG, margem direita do rio.

do Valerinho, a formação de um acampamento, na então Fazenda São Francisco, também no município de Itacarambi. Salientamos que, apesar de identificarmos estas categorias de sujeitos ao longo da paisagem da beira do rio, eles não foram especificamente tratados em nossa pesquisa por considerarmos que, assim como em outras regiões do país, a formação de um acampamento e posteriormente de um assentamento seguem os mesmos requisitos, ligados essencialmente à luta pela terra. Salientamos, porém, que isso não isenta a possibilidade de em cada um deles haver formas diferenciadas de viver que mereçam de estudos específicos no futuro.

Finalmente, identificamos os habitantes e trabalhadores - entre *autônomos (as)* e *empregados (as)* - moradores permanentes ou sazonais nas comunidades tradicionais e cidades ribeirinhas que, apesar de morarem perto do rio, exercem outras atividades, geralmente não vinculadas à dinâmica do rio.

Se partirmos do Rio São Francisco, estaremos oscilando entre porções mutantes de terras dentro do rio; as *ilhas*, entre as *vazantes* alagadas e a terra firme das *barrancas*, até o alto de *chapadas* que delimitam o vale. Viajamos entre as terras mais molhadas e inundáveis das *barrancas*, *beiras* e *várzeas* - onde existiam no passado e hoje secam as “lagoas criadeiras” - até as terras mais altas e crescentemente ocupadas quase que exclusivamente pelos latifundiários, proprietários de grandes fazendas, monocultores e fruticultores, carvoeiros, pecuaristas e grandes empresários.

De suas margens, entre águas e matas fechadas, conhecemos as *culturas sanfranciscanas*. Gentes que disseram quem são, desde o lugar em que vivem as suas vidas até as formas identitárias que servem como autodenominação.

Neste cenário múltiplo identificamos uma profunda e rotineira relação das pessoas com o rio e a terra firme, fazendo com que a identidade cultural se manifeste no estar no rio e na dependência com a mata ciliar e os recursos naturais que São Francisco oferece. Neste viver de águas, os moradores do rio São Francisco e de suas margens se articulam permanentemente para criar espaços e condições de vida, de reprodução cultural e social.

Este exercício de classificação de acordo com a geografia dos lugares de vida e dos nomes atribuídos a eles, às pessoas e às comunidades nas quais vivem, salienta ainda mais as suas identidades, tanto territorial quando cultural.

Almeida (2008, p. 49) ao analisara identidade do sertanejo aponta que “tem-se clareza de que as identidades imbricam-se, mesclam-se e apresentam dinamicidade, construindo uma diversidade identitária”. No caso do Rio São Francisco esta heterogeneidade também se faz presente por meio de suas gentes, sendo, segundo a autora uma “etnoterritorialidade” com dimensões paisagísticas e culturais múltiplas.

Após referenciarmos às diversas denominações das pessoas e lugares do Rio São Francisco, apresentamos a seguir o quadro 1 contendo as principais categorias de sujeitos encontradas no Rio São Francisco, em seu médio curso em Minas Gerais, do tempo de ontem e de hoje. Nele estão sintetizadas algumas características da diversidade das “gentes do rio”.

QUADRO 1: As gentes e os lugares Sanfranciscanos

AS GENTES E OS LUGARES SANFRANCISCANOS		
As gentes	Os lugares da natureza	Habitação e trabalho
<i>Barqueiros</i> <i>Remeiros</i> <i>Canoeiros</i> <i>Passadores</i> <i>Vapozeiros</i>	Ao longo do rio. Nas águas do rio.	Do passado: viviam e trabalhavam transportando pessoas e mercadorias em todo o trecho navegável do rio.
<i>Pescadores</i>	Em alguns locais do rio.	Praticam a pesca e a agricultura. Divididos em três categorias: pescadores profissionais, amadores e esportivos.
<i>Lavradores</i> <i>Agricultores</i>	Nas ilhas, vazantes e terras altas próximas ou distantes do rio.	A agricultura é a atividade principal e a pesca a atividade secundária. Plantam nas ilhas, nas vazantes e também nas terras altas longe do rio.

<i>Sitiantes Roceiros</i>	Nas terras altas próximas ao rio.	Pessoas de maior renda e com médias extensões de terra na beira do rio, utilizada tanto para a agricultura como para a pecuária.
<i>Ribeirinhos</i>	Em todas as margens do rio São Francisco e de outros rios.	Vivem perto do rio e podem exercer qualquer tipo de atividade e em lugares variados. Moram tanto nomeio rural quanto urbano.
<i>Barranqueiros</i>	Nas cidades, povoados e pequenas comunidades da beira do rio.	Possuem as suas relações simbólicas e afetivas ligadas ao rio. Exercem atividades variadas.
<i>Vazanteiros</i>	Nas vazantes e ilhas do rio.	Prática da agricultura de vazante e sequeiro intercalado com a pesca e criação de animais. Conhecem bem os ciclos das águas.
<i>Ilheiros</i>	Nas ilhas do rio.	Moradores fixos e/ou sazonais. Plantam apenas nas ilhas, em época diferenciada da terra firme. Criam códigos próprios para lidar com a fluidez de seus territórios.
<i>Quilombolas</i>	Nas margens do rio e em outras regiões. Pequenas e médias comunidades.	Convívio com o grupo familiar. Articulação entre agricultura, criação de gado, pesca e extrativismo.
<i>Indígenas</i>	Especificamente as margens do baixo rio São Francisco.	No passado viviam em grupos familiares, praticavam o comércio, a agricultura e a pesca.
<i>Assentados Acampados</i>	Nas terras altas longe do rio. Nas proximidades do rio.	Moram, plantam e criam animais em lotes distribuídos pelo programa de reforma agrária.
<i>Fazendeiros, Carvoeiros Irigantes</i>	Nas chapadas e/ou terras próximas ao rio.	Grandes produtores de soja, banana, eucaliptos e criadores de gado. Utilizam alta tecnologia e não possuem nenhum vínculo identitário com o rio.

Org.: SOUZA, A. F. G. (Ago./2011), adaptado de CUNHA, M. G. C. (2013, p. 111).

Na leitura deste quadro observamos modos de vida, lugares e sujeitos diferenciados que ora se mesclam ora se diferenciam pelas suas especificidades,

tanto no viver quanto no morar, plantar e pescar no rio, na beira do rio e longe do rio.

Maura Penna (1992, p. 56) aponta a importância desta “dinâmica de articulação de identidades sociais diferenciadas” afirmando que “é preciso abandonar qualquer enfoque da identidade que a conceba necessariamente como monolítica, única ou estável, ou ainda, como dotada de existência própria”.

Salientamos que a identidade, a territorialidade, os modos de vida e os saberes populares manifestam-se pela evidencia de uma a cultura sanfranciscana múltipla, diversa e, ao mesmo tempo, singular, única em suas formas de vida e trabalho diretamente relacionadas o mundo do rio.

4.3 Culturas diversas: vínculos territoriais, saberes, fazeres e expressões simbólicas

Até aqui identificamos sujeitos e lugares que desdobram a cultura do Rio São Francisco em diferentes categorias de seus sujeitos reais, a partir da maneira como eles se auto-referenciam e identificam outros povoadores de um mesmo território e de outros diversos espaços sociais do Rio São Francisco.

Os diferentes territórios do rio abrigam culturas diversas que se entrelaçam. Assim, é usual falarmos em *cultura vazanteira* ou *cultura quilombola*. No entanto, tomando no seu todo o território considerado em nossa pesquisa, o médio Rio São Francisco, poderemos configurar o que denominamos de *cultura sanfranciscana*, por apresentar em todas as suas esferas um conjunto de relações intimamente ligadas ao rio.

De *barranqueiros* a *quilombolas*, o que observamos ao longo do curso do rio, são culturas partidas, fragmentadas, deslocadas de complexos sistemas de sentidos e de práticas de vida que antes teriam existido em plenitude e complexidade. Os inúmeros projetos econômicos com uso intensivo de capital apareceram para cercar, expropriar e destruir não apenas os frágeis ecossistemas próximos ao rio, mas também modos de vida e tradições de e entre comunidades

que aos poucos se perdem, mas que também se reconstroem. A fala do senhor Manoel confirma isso com clareza:

*Por que ali só tem rato, rato é ladrão. Por que lá nunca produziu nada. O maior projeto da América Latina. Eu comecei a trabalhar desde o começo com serviço de topografia, que eu sou auxiliar de topógrafo até no final em minhas lanchas entendeu. **Qual projeto o senhor está falando?** Do projeto Jaíba. E nunca produziu nada. Até uma fábrica agora que tem aí de suco está falindo. (...). Isso aqui é um sofrimento nesta beira do São Francisco. Por que acabou os peixes tudo. Tomamos um dinheiro emprestado aí pra pagar com três anos de carência. Ninguém pagou por que não pode.*

O que uma ampla *cultura sanfranciscana* hibridiza com outras culturas, desde décadas antes e, sobretudo hoje em dia, são frágeis traços de resistência. São partes quebradas ou mesmo fragmentos do que antes foi uma complexa forma de vida que resta apenas alguns traços como uma dança, uma reza de terço, uma forma de fazer, uma memória entre os mais velhos. Mais do que repetir o fato de serem elas resistentes culturas subalternas, culturas dominadas, culturas postas à margem por outras formas sociais de cultura, vale pensar em que condições concretas elas ainda existem e se reproduzem (BRANDÃO, 2013).

Almeida (2008, p. 70) aponta que “as identidades são dinâmicas”, elas estão relacionadas ao contexto socioespacial, sendo que, “a existência de identidades híbridas é parte deste processo”. Atualmente é cada vez mais raro haver algo que possa desenhar traços aceitáveis das identidades tradicionais autênticas, seus modos de vida e suas formas pessoais e coletivas de viver. O que se vê é uma cultura híbrida, posto que, conforme afirma Hall (1997, p. 67) “as nações modernas são, todas, híbridos culturais”.

Em outro patamar, Morley (2005, p. 159 [tradução livre]) acrescenta que “é necessário reconhecer a importância das relações de poder dentro das quais se constroem as identidades híbridas diferenciadas”⁵¹. O autor chama a atenção para as múltiplas nuances que envolvem as discussões sobre as identidades, tocando

⁵¹“Es necesario reconocer la importancia de las relaciones de poder dentro de las cuales se construyen las identidades híbridas diferenciales”.

em um fato importante de ser analisado: as relações de poder que se formam a partir da construção de identidades híbridas.

Durante a pesquisa ouvimos relatos de pais que viram seus filhos irem embora, na busca por novos lugares de moradia e trabalho. Neste caso a mobilidade das famílias ainda incide sobre a saída dos mais jovens que buscam nas cidades da região e nas grandes capitais do país, melhores condições de vida, em muitos casos restritos apenas a maiores oportunidades de emprego. Com o tempo, muitos retornam para seu lugar de origem, já outros se adaptam ao ritmo das cidades e estruturam suas vidas a partir desta nova realidade. Esta condição foi confirmada, por exemplo, na fala de dona Delmira da Ilha da Malhadinha, segundo ela:

*Meus filhos tá tudo em Ribeirão, lá só tem dois netos que eu cuido, esse pequeno e um grande. **Ribeirão Preto?** É. Tudo em Ribeirão. **Por que eles foram pra lá?** Eles é por que tem família. Sabe, dá hora que arranja família né. **Quantos filhos moram lá?** Tem três. Em São Paulo tem um homem e uma mulher no Morumbi e em Santa Barbara do Oeste tem outro. Tudo casado! Tudo tem família.*

Outra situação parecida nos relatou dona Marilene ao falar das suas filhas que foram morar fora.

***O que a senhora achou de sua menina ter ido para São Paulo?** Foi bom por que ela ajuda a gente, mas foi logo arrumou filho. **Aí veio. Ela está trabalhando?** Não. Tá no último mês para ganhar neném. Tá de licença maternidade. **Foram as duas filhas que foram para São Paulo?** A mais velha ganhou aqui e foi. Depois que ela ganhou neném que ela foi para São Paulo. **Aí lá arrumou outro.** Trabalhou os oito meses né. **Aí veio de licença maternidade.** **Aí fica quatro meses e volta. E a mais nova?** Fica comigo. Arrumou menino também, tá com dois meses. Três netos.*

Em sua fala percebemos que apesar de muitos filhos buscarem melhores condições de trabalho, inclusive para ajudar aos pais, quando passam por situações de desemprego ou, por exemplo, uma gravidez inesperada, o porto seguro acaba sendo novamente a casa dos pais, o retorno ao seu lugar de origem.

Observamos ainda alguns poucos casos de famílias inteiras que se deslocam das áreas rurais para as cidades ribeirinhas as margens do Rio São Francisco.

Muitos são antigos empregados das fazendas da região que atualmente não possuem mais um pedaço de terra para plantar. Nesse caso, percebemos que as famílias buscaram como estratégia o plantio sazonal nas ilhas, um dos últimos locais em que ainda é possível plantar sem a titulação da terra. Estes sujeitos relataram que buscam as terras as ilhas como alternativa de reprodução da vida, pela oportunidade de ainda continuarem exercendo suas atividades ligadas diretamente à agricultura, ao modo de vida tradicional. Apesar de muitos morarem em povoados e cidades ribeirinhas, é nas vazantes e nas ilhas do rio que se reproduz um lugar de r-existência.

Porém, existem ainda as famílias que migram para a cidade e que são sujeitas a novas formas de trabalho, vivendo como assalariados. Mesmo buscando oportunidades de trabalho geralmente ligados a vida rural, exercem esta atividade como empregados fixos ou temporários das fazendas de café e banana e do cultivo de eucaliptos da região. Além dos vaqueiros na criação de gado, ou ainda, os bóias-frias dos plantios de cana de açúcar dos estados vizinhos. Alguns outros buscam como alternativa o trabalho autônomo. Aprendem a trabalhar como comerciantes, balconistas, pedreiros, ajudantes, carpinteiros, marceneiros e até eletricitistas.

Muitos ainda r-existem no seu lugar de vida e trabalho. Populações que afirmam sua identidade e que criam formas próprias de permanecerem em seu território de origem e/ou que reivindicam o seu reconhecimento e suas necessidades de uso. Tratamos neste caso tanto das afirmações étnicas como é o caso dos indígenas e dos quilombolas, até os discursos de cunho mais político e ideológico como é o caso, por exemplo, dos vazanteiros e do movimento do MST.

Cunha (2013) afirma que, nestes casos, a presença marcante de instituições, movimentos sociais e ONGs ajudam a fortalecer a luta pelos direitos territoriais destas populações.

Foi fundamental para o fortalecimento da luta pela terra e dos territórios das populações rurais encurraladas pela modernidade, os papéis desempenhados por instituições, movimentos sociais e ONGs. Estes os auxiliaram e auxiliam a se organizarem, ao mesmo

tempo em que apontaram e apontam seus direitos ainda não assegurados ou nem sabidos para essas populações. São, portanto, (co)organizadores dos movimentos sociais que reivindicam os direitos dessas populações. Com isso, as populações tradicionais nortemineiras são visibilizadas no cenário político. Fortalecidas, conquistam algumas vitórias na luta pela posse de seus territórios. (CUNHA, 2013, p. 137).

Porém, não devemos deixar de mencionar que estes movimentos, na tentativa de reconstruir a identidade cultural de certo grupo, em muitos casos acaba homogeneizando discursos que, na prática, não corresponde à realidade vivida pelas populações tradicionais envolvidas, em especial colocam na mesma vala comum grupos sociais cujas espacialidades e territorialidades são distintas.

Em nossa pesquisa notamos com muita clareza a fragmentação e apropriação destas identidades. Nos locais a beira do Rio São Francisco na quais as associações, movimentos sociais e ONGs são mais presentes, identificamos uma lógica diferenciada no dizer “quem somos”. São comunidades e grupos que sabem de suas garantias e direitos territoriais e se preocupam em primeiro plano em afirmar suas diversidades como é o caso, por exemplo, dos quilombolas e vazanteiros. Eles carregam um “discurso formado” que é incorporado e reproduzido, muito mais na intenção de “dizer aos outros” do que propriamente “mostrar aos outros” e a si mesmos suas verdadeiras identidades.

Quando investigamos com mais propriedade a vida cotidiana destes sujeitos, entendemos que as suas vidas não se resumem a sua identificação como “vazanteiro”, “quilombola” ou “indígena”. Seus modos de vida exprimem muito mais uma identidade ao modo de vida tradicional. Suas práticas do fazer, suas éticas do agir e suas lógicas do pensar são muito mais a expressão da “forma como vivem” do que da forma como “precisam ser vistos”.

Quando perguntamos sobre certas categorias de sujeitos tratadas ao longo do Rio São Francisco, alguns moradores das ilhas e beira rio apresentam as suas impressões. No depoimento do senhor Pedro, morador da Ilha da Martinha, ele afirma que:

Eu sou barranqueiro porque eu moro na beira do rio né. Barranqueiro. E na ilha? Barranqueiro também né. Porque morou na beira do rio é barranqueiro. O Senhor já ouviu falar de vazanteiro? Não. As vezes pode até ter mas eu não sei não. Porque muitas vezes os nomes que vem assim pelas leis as vezes a gente não sabe né. O senhor é agricultor? Pequeno. Nos meus documentos não é propriamente agricultor é lavrador. E pescador? Não sou pescador. E ribeirinho o senhor já ouviu falar? Já. Já ouvi falar. Quem é ribeirinho? Eu acho que as pessoas ribeirinhas são igual nós que mora na ilha né, mora na beira do rio. São estas pessoas. Eu acho que sim né.

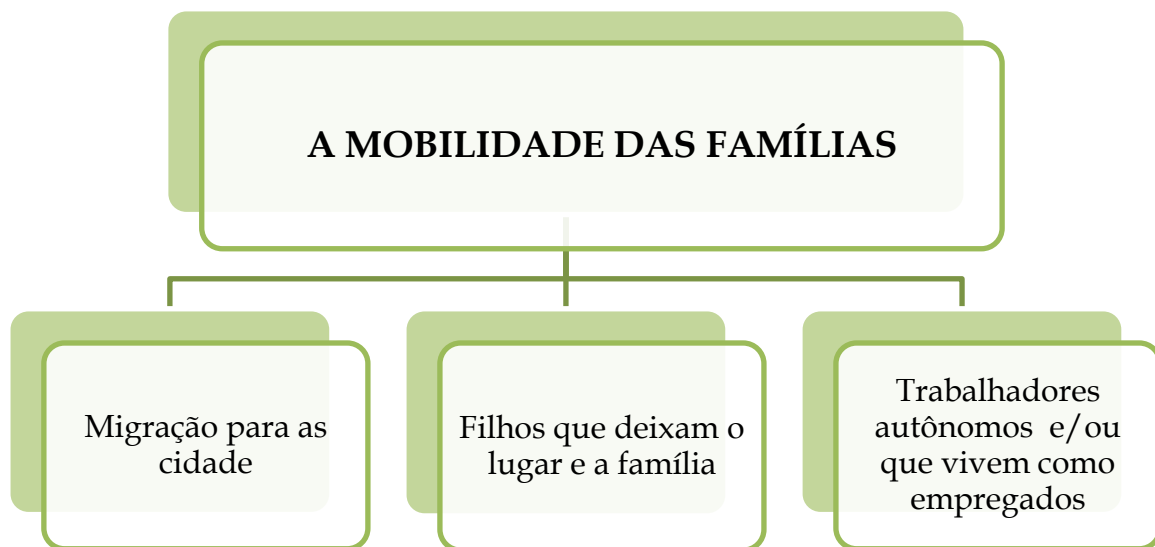
Já Dona Delmira, moradora da Ilha da Malhadinha e integrante da Associação de vazanteiros, coloca que:

Por que chama vazanteiro a senhora sabe? Não sei. Sei que é esse pessoal da Associação. Deve ser por que luta com a vazante. Eu acho que sim. Deve ser que luta com a vazante, faz o plantio de beira de rio, só se é isso! E aqui onde a senhora mexe é o quê, essa parte aqui da senhora? Vazanteiro. É vazanteiro. Beira de rio pertence tudo a vazanteiro. Mata de um lado, mato de outro dos bichos. Então deve ser vazanteiro por que tudo é vazante. Na ilha também? É. Acho que sim. Por que ali, quer dizer que ali, onde pertence aquele mato ali é vazante. Eu acho que também é. Tem um pessoal que fala de barranqueiro, a senhora já ouviu falar? Já. Fala muito. Barranqueiro é esses que mora as margens do rio. Barranqueiro é estes. A senhora é barranqueira? Sou. Só por que o barranqueiros é estes que mora no barranco do rio. Estes que eu vejo o povo falar que é barranqueiro. Acho que pra mim pertence também. Eu tenho um pensamento que sim. Só que na ilha não tem barranco né? Aqui não tem barranco nas olha, mata, onde os bichos conduz. Oh! mata onde os bichos conduz. Barranqueiro sempre. E ribeirinho a senhora já escutou esse nome? Não. Agora eu pra mim, é margem do rio, vazanteiro, vazante, barranqueiro, tudo é uma coisa só. Quem mora no barranco do rio. Eu fui lá na ilha! A ilha é submersa. Ali a mata dos bichos. Então tudo é vazanteiro. Oh! Fulana você vai? Você foi naquela vazante? Oh! Vazante. Quer dizer isso. Vocês chamam a ilha de vazante ou chama de ilha? Chama ilha.

Estas duas falas apontam ambiguidade entre algumas categorias de sujeitos mencionadas. É notório na fala do senhor Pedro, que não possui nenhum vínculo com instituições, que a sua identificação está muito mais ligada às categorias de vida e trabalho, relacionadas e ao seu convívio permanente com o rio. Já na fala da senhora Delmira, a categoria de vazanteira, incorporada a partir de seu vínculo com a Associação passou a ser mencionada, porém ela entende que outras categorias também ligadas a sua vida perto do rio como “barranqueira” não pode ser dissociada. Assim, muda-se o discurso mais não muda o seu modo de vida.

Sabemos que muitas destas categorias são trazidas “de fora” por instituições e pesquisadores que procuram nomear e classificar gentes com hábitos e costumes próprios de cada lugar ou região, muitas vezes como um recurso analítico. As intenções e intencionalidades são variadas e perpassam desde apropriações mais simbólicas que justificam a existência de diversidades étnicas e culturais e outras que, apesar da tentativa de resgate das heranças culturais, carregam em sua essência discursos políticos e ideológicos que descortinam suas reais intenções, sua visibilidade perante os outros. Outras categorias são criadas e reproduzidas por sujeitos “típicos do lugar” que de alguma forma perpassa gerações e torna-se um diferencial singular de lugares e de suas gentes.

A figura 19 a seguir mostra um resumo do movimento de mobilidade observado na região do médio São Francisco, conforme descrevemos linhas acima. Primeiramente “os que vão”, que migram e buscam novas formas de existência, novos lugares de vida e trabalho e, posteriormente, “os que ficam”, que r-existem e que criam estratégias de fixação ao seu lugar de origem.



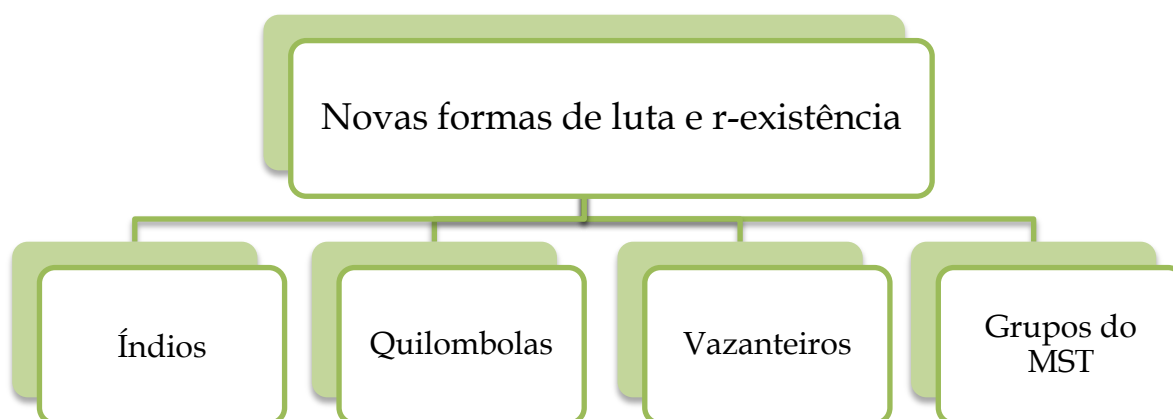


Figura 19: Organograma da mobilidade das famílias sanfranciscanas.
Org.: SOUZA, A. F. G, Out. 2013.

Tratamos aqui de formas próprias, de caminhos e itinerários que são traçados de acordo com as necessidades individuais e coletivas das gentes sanfranciscanas. Apesar dos contextos diferenciados em que cada indivíduo se insere, o que podemos afirmar é que cada um, a sua maneira, mesmo tendo como opção mais viável a migração para outros lugares, ainda carregam consigo seus vínculos territoriais ao seu lugar de origem. Retornam quando podem. Exercem atividades diretamente ligadas a sua vida anterior à migração e buscam ainda reproduzir o que faziam antes. Procuram ambientes próximos ao Rio São Francisco parecidos com os que viviam no passado. Cria novas formas de apropriação. Reivindicam os direitos de uso do rio. Muitos ainda permanecem fixos, enraizados em seu lugar de origem por toda vida.

Justamente nas comunidades tradicionais sanfranciscanas encontramos estes moradores que persistem e que reclamam “*o que antes tinha aqui, hoje não tem mais*”. Neste caso, o que eles lamentam é um o duplo efeito do isolamento; o cercamento e a expropriação decorrente do amplo processo de fragmentação destas culturas.

Algumas comunidades experimentam momentos de estabilidade e uma quase garantia de paz e permanência em seu território, entre o rio e as cercas das grandes fazendas. Porém, a grande maioria delas enfrenta a reprodução de uma sempre possível e presente ameaça de expropriação parcial ou total de suas terras

e do seu trabalho. Outras lutam como podem para, judicialmente, verem reconhecidos os seus direitos. Persistem mesmo que ilhados ou cercados, no que ao longo dos anos e entre os ancestrais e os descendentes, lhes sobraram de terra e água. Um exemplo claro disso são as comunidades de Barra do Pacuí e de Pau Preto, mencionadas no capítulo 3. Especificamente no caso da comunidade de Barra do Pacuí, Cunha (2013, p. 127) argumenta que:

(...) este debate pode representar a permanência de sua reprodução social e cultural no território que ocupa, de sua identidade e etnicidade ecológica. Esta é uma luta que vem sendo travada por esta população, na busca da demarcação de seu território como Reserva Extrativista (Resex).

Para esta comunidade a possível criação da Resex⁵² tem sido uma importante estratégia de luta pelo reconhecimento de seu território. Havendo assim a possibilidade de reprodução de seus modos de vida, vinculado ao cultivo e a colheita em terras de uso coletivo, possibilitando ainda a complementação da renda familiar por meio do extrativismo, fortalecendo, portanto, as relações de reciprocidade e o convívio comunitário. Carmem Lúcia Rodrigues (2001) em sua pesquisa de doutorado realizada na Ilha do Cardoso/SP ressalta a importância de se considerar o conhecimento das populações tradicionais frente criação de Unidade de Conservação na Mata Atlântica, entendida como um território polissêmico.

O que notamos é que muito raramente, quase exemplar, encontramos a história de uma comunidade tradicional que tenha preservado íntegro ou mesmo quase inteiro um território ancestral de ocupação. Mesmo dentro das comunidades e pequenas ilhas, as “gente do lugar” agora se mistura com os turistas, modificando as suas vidas cotidianas, abrindo espaço para a construção de casas de veraneio e clubes de pesca. Este é o caso, por exemplo, da comunidade Vila dos Baianos, uma vila que se formou por e a partir da colonização do rio e que hoje passa por um processo dinamização e ruptura da vida cotidiana que

⁵²Este tipo de unidade de conservação foi estabelecida pela Lei 9.985/2000. Depois de delimitada é permitido que as populações tradicionais locais manejem de forma sustentável os seus recursos naturais.

oscila entre os que vivem e são do lugar e os que chegam e se apropriam dos valores materiais, simbólicos e identitários típicos dos “de dentro”. Esta troca é entendida por Brandão (1986) como um processo que a todo o momento se modifica e se reproduz.

Aquilo que se reproduz entre pescadores, índios e camponeses como saber, crença ou arte reproduz-se enquanto é vivo, dinâmico e significativo para a vida e a circulação de trocas de bens, de serviços, de ritos e símbolos entre pessoas e grupos sociais. Enquanto resiste a desaparecer e, preservando uma mesma estrutura básica, a todo momento se modifica. O que significa que a todo momento se recria. (BRANDÃO, 1986, p. 38).

Neste recriar, os mais velhos reclamam de tantas e tão repentinas mudanças que depressa roubam do lugar a memória das raízes e os modos de ser do presente que até pouco tempo ainda os faziam ser “tradicional”. Se nos colocarmos tanto quanto possível desde o ponto de vista de povoadores que vão de ilhas a chapadas, veremos que o que eles reclamam não é do progresso “que não veio”. Reclamam a perda do que havia antes. Reclamam a quebra de um equilíbrio característico da vida simples, do sossego e da calma do lugar.

Ao contrário, os mais novos se moldam ao novo, adaptam-se as exigências dos “de fora”, oferecem mão de obra, serviços e criam laços de amizade. Para Brandão (1995), essas são diferenças e similitudes que se expressam pela oposição entre “modernidade” atribuída as pessoas que são “de fora”, ou seja, “gentes como nós” e tradição aos “de dentro”, “gentes como os nossos”.

Todos os espaços sociais de **trabalho, convivência e participação**, configuram situações simbólicas de afirmação de similitude e diferença. O que distingue uns dos outros é a maneira como interna e externamente relacionam o desejo da afirmação de uma e outra, na produção de identidades. (BRANDÃO, 1995, p. 166, grifos do autor).

O relato do senhor Berto, da comunidade Vila dos Baianos é um reflexo destas novas teias que se convergem entre “o tempo de antes” e “o tempo de agora”. As necessidades “do hoje” fazem com que as pessoas mais novas da comunidade adaptem-se ao novo ritmo do lugar.

Tem gente que acha bom por que esse pessoal de fora, eles traz alguma coisa pro lugar né. Gasta um dinheirinho né. (...). Quando o povo descobriu essa pesca aqui foi o que rendeu o pessoal. Aí, hoje aqui na região aqui cê não acha um lote aqui, um pedacim de terra pra você comprar na beira do rio por dinheiro nenhum. Hoje um lote aqui hoje dá pra você comprar dois lotes na cidade hoje. (...). Tá crescendo. A gente tá vendo só melhorando. Aqui pertinho tem escola, tem ônibus que pega os alunos.

Para além das ilhas e comunidades da beira do rio, no alto das chapadas há o predomínio das grandes propriedades do agronegócio, extensões de terras que abrigam monoculturas vazias de gente e de vida comunitária, um verdadeiro “deserto verde”. O que fora antes uma espécie de “cultura de todos”, dividiu-se cada vez mais e deixou entre “os fracos” o que ainda hoje conseguimos identificar e estudar, mas que daqui a alguns anos pode gradativamente deixar de existir.

Ao escrever sobre as populações sertanejas, Almeida (2008, p. 55) afirma que “a natureza converte-se em um patrimônio cultural e a biodiversidade desse ecossistema é, na atualidade, parcialmente de domínio destas populações”. Neste contexto, evidenciamos um fator positivo de grande importância para a salvaguarda das populações sanfranciscanas. A garantia de que o Rio São Francisco possa ser reconhecido e preservado tanto pela sua paisagem natural como também, pelo reconhecimento da sua identidade cultural, dos seus modos de vida e dos saberes populares nele inseridos, como formas peculiares de propagação da vida.

Ao se auto-afirmarem como *pescadores, lavradores, agricultores ribeirinhos, barranqueiros, ilheiros, vazanteiros e quilombolas*, estas comunidades de ilhas e beira rio estão se diferenciando de outros povos e comunidades. Isto porque reafirmam seus laços de pertencimento e de enraizamento ao território e o seu desdobramento social, o processo de territorialização e a sua identidade cultural.

Para Almeida (2008, p. 58), o território é “objeto de operações simbólicas e é nele que os sujeitos projetam suas concepções de mundo”. A autora afirma ainda que “o território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente,

estabelece sua identidade cultural". Esta relação de dependência destas pessoas com o território e o rio cria laços identitários que mantém viva as heranças culturais, os vínculos com o lugar de vida e trabalho.

Lugar que Massey (2000, p. 184-185) aborda a partir de três noções. Primeiro, "ele é absolutamente não estático", fruto de interações e processos. Segundo, ele não deve "ter fronteiras no sentido de divisão demarcatórias", os lugares estão interconectados, integrando o global com o local, articulando "redes de relações e entendimentos sociais" independente de fronteiras e pontos fixos. Terceiro, "os lugares não tem 'identidades' únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos". Isso não significa dizer que não devemos tratar com importância as especificidades, mesmo porque a história acumulada e as interações sociais reafirmam suas singularidades.

A partir das reflexões desta autora, devemos pensar os lugares do rio não mais sobre uma perspectiva estática, imóvel e enraizada. O lugar é também um campo de disputas, onde as relações são móveis, conflitivas e em constante mudança. Devemos lembrar ainda que os lugares são formados de acordo com suas necessidades e usos. No caso do Rio São Francisco, esta afirmativa é visivelmente evidente. Sendo assim, o lugar está no global, mas o lugar não atende necessariamente apenas as necessidades globais. O lugar tem suas singularidades, rupturas e estratégias próprias de perpetuação da vida cotidiana.

Almeida (2008, p. 59) acrescenta que "é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar, com o território". Portanto, a afirmação identitária ressalta os vínculos territoriais e culturais com o lugar, expressos na forma como os sujeitos se identificam perante os "seus" e os "outros".

Neste sentido, Diegues e Arruda (2001), evidenciam ser a partir da afirmação da identidade que um determinado grupo ou comunidade passa a reivindicar o domínio sobre determinado território. Esta afirmação enlaça os sentimentos de pertencimento, bem como as relações simbólicas-culturais, definidas por Almeida (2008, p. 59) como sendo a territorialidade, que "considera

tanto as questões de ordem simbólico-cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território". Esta afirmação faz com que as suas singularidades e diferenças sejam postas em evidência, propiciando aos seus membros territorialidades próprias.

Para Castells (1999, p. 22), tais singularidades podem ser percebidas pelos laços identitários, "fonte de significados e experiências de um povo". A identidade é entendida por esse autor como sendo "o processo de construção de significados com base em um atributo cultural". Neste caso, as instituições dominantes, a resistência e a reconstrução de identidades compõem o que o autor classifica como sendo as três formas e origens de construção de identidades. São elas: legitimadora, de resistência e de projeto.

Maura Penna (1992) ao refletir sobre a identidade nordestina cita quatro fatores importantes para a sua identificação: a naturalidade, a vivência, a cultura e a auto-atribuição. Segundo a autora, devemos deixar de lado o enfoque da identidade enquanto "monolítica, única ou estável, ou ainda como dotada de existência própria", (PENNA, 1992, 56). Devemos, portanto, assumi-la em suas múltiplas formas.

Para tanto, é no território e a partir do território do rio que as relações materiais, sociais e simbólicas se propagam, sendo que a identidade, a cultura e os vínculos territoriais estão intimamente relacionados, perpassando todas as relações de poder existentes. Assim como coloca Haesbaert (2007, p. 35), "devemos começar por destrinchar o elo, a nosso ver indissociável, entre território e cultura ou, mais especificamente, entre território e identidade".

Podemos afirmar que a cultura sanfranciscana envolve um complexo e dinâmico mosaico de formas próprias de manifestação da cultura e da identidade local, refletida em seus vínculos territoriais, culturais, nos seus saberes, fazeres e expressões simbólicas. Cultura esta que se constitui a partir da junção das dinâmicas ambientais envolvendo, em graus diferenciados, a apropriação dos ambientes do rio e dos territórios que o cercam.

Salientamos que o que caracteriza esta cultura sanfranciscanas e a diferencia de outros povos e outras culturas é justamente a relação simbólica que se estabelece entre homem-natureza, entre o rio e suas gentes, seus espaços e suas práticas sociais. Estas relações são expressas pela co-existência, às vezes contraditória, de um “tempo lento”, marcado por um ritmo de vida ligada ao mundo tradicional rural ao lado de novas estratégias que são criadas atendendo as necessidades do “tempo rápido”. Essas interações de tempos sociais, lentos e rápidos, se convergem ao “tempo do rio”, aos ciclos econômicos, as necessidades de uso e apropriação, as relações afetivas, as crenças religiosas, aos ritos e mitos, as lutas sociais e a vida cotidiana.





O PONTO DE CHEGADA

**O VIVIDO, PERCEBIDO, CONCEBIDO⁵³:
os nomes das gentes e as gentes que dão os nomes**

Depois de nossas duas “viagens”, a geo-histórica e a geoetnográfica, navegando por águas ora rasas, ora profundas, ora calmas, ora turbulentas, faremos agora algumas considerações finais. Este é o nosso ponto de chegada, estamos agora com os pés no chão e não mais embalados somente pelo ritmo das águas. Porém, nossa trajetória não chega ao fim, apenas paramos em um porto seguro para refletir e depois tomar novos rumos.

Podemos dizer que em nossa pesquisa miramos as gentes do rio: homens e mulheres que emergiram de um entrecruzamento de diversos lugares e que hoje ocupam as margens e ilhas do Rio São Francisco. Buscamos encontrar categorias que os formaram, mas ao mesmo tempo, os tornam singulares. Nesse sentido, analisamos as identidades e as territorialidades das gentes sanfranciscanas a partir do vivido, concebido e também do representado. Elas se fazem e se refazem no e a partir do cotidiano, em suas práticas sociais e em seus espaços de representação.

Todas as questões da tese foram pensadas em duplo processo: a pesquisa de campo e a pesquisa teórica. Uma não se dissocia da outra. No campo procuramos problematizar a teoria, com a teoria procuramos problematizar o campo. Com isso buscamos nos movimentar em um campo conceitual capaz de nos oferecer possibilidades analíticas para se pensar os constantes processos de rupturas a que as gentes sanfranciscanas estão submetidas em seus territórios de vida e trabalho.

Pensar a realidade da pesquisa requer adotar conceitos que deem conta de explicar as formas de apropriação e uso do território do Rio São Francisco. Foi nessa perspectiva que nossas indagações e reflexões foram pensadas, como opções teóricas e metodológicas que possibilitam desvelar nossos objetivos de pesquisa.

⁵³Henri Lefebvre (1991) entende que as representações do espaço são forjadas pelo vivido, concebido e percebido, constituídos a partir da apropriação humana do espaço. Nossa intenção aqui não é traçar um debate acerca destes conceitos, mais sim, utilizá-los de forma ilustrativa para delinear a nossa vivência de pesquisa.

Em nossa trajetória de desenvolvimento da tese delineamos caminhos, traçamos rotas, navegamos, seguimos alguns pressupostos e percursos:

a) O Rio São Francisco tem uma história e uma historicidade, uma geografia e uma geograficidade. Isso se revela na simultaneidade tempo-espacial, que faz emergir ciclos econômicos os quais modificaram e ainda modificam a paisagem e re-significam sujeitos e lugares.

b) As gentes sanfranciscanas em suas experiências de vida e de manejo do ambiente são portadoras de singularidades e peculiaridades relacionadas ao território do rio. Nesse sentido, os sujeitos sociais e sua relação com o ambiente determinam as tessituras e as formas como eles vivem cotidianamente.

c) As identidades e territorialidades se fazem no território do rio, meio e condição material e simbólica de sua existência. Um território que é político, econômico e cultural, ideal e material, funcional e simbólico. Ambos se convergem, interligando sujeitos e lugares, formas e funções, vivências e experiências.

d) As múltiplas identidades das gentes sanfranciscanas perpassam uma construção individual e histórica e está ao mesmo tempo interligada aos ambientes de vida e de trabalho e/ou aos seus princípios étnicos e culturais. Há uma interligação entre as identidades e as territorialidades, ambas estão condicionadas aos vínculos territoriais que estas gentes traçam no/com o território do rio.

e) Os vínculos territoriais são componentes essenciais de uma prática no território que tanto pode ser a afirmação de uma territorialidade quanto de uma identidade, como também podem ser formas de representação. Todos se revelam em um discurso sobre o “eu” no mundo “do outro”.

Nesta rota a pesquisa geoetnográfica foi tomada como basilar em nossa tese. Pensamos sempre em uma via de mão dupla, que nos permita de um lado movimentar em relação às concepções teóricas e de outro interpretar as informações empíricas. Nossos escritos foram fundamentados no fato de que “o *olhar empírico* é sempre um *olhar teórico*, procurando combinações no que vê” (HISSA, 2002, p. 182. Grifos do autor).

Pontuamos sempre que “o real problematiza os conceitos, e os conceitos problematizam o real”, (MARTINS, 2011). Assim pensamos os sujeitos de nossa pesquisa a partir das representações, dos elementos que os reconhecem e permite criar vínculos territoriais. Vínculos que sempre se referem a um objeto, a um lugar, a um símbolo e a um signo. Quando as pessoas do Rio São Francisco “dizem quem são” elas estão recorrendo aos signos e símbolos de uma representação territorial. Tal representação faz referência a uma condição social, a um ambiente, a uma dinâmica produtiva e a um modo de vida. Escrevemos sobre o **ser, estar e permanecer** das gentes sanfranciscanas em um território do rio.

Lembramos, todavia, que o nosso intuito neste debate foi pensar como os vínculos territoriais das gentes sanfranciscanas devem ser entendidos como componente essenciais da identidade e das territorialidades, uma vez que pode existir tanto “representações de território” quanto “territórios de representação”, forjados temporalmente e espacialmente. (MARTINS, 2011).

Direcionamos nosso olhar sobre os territórios de representação compreendendo-os como território de referência identitária, de pertencimento, de laços afetivos, construídos a partir de vínculos territoriais que envolvem ações estratégicas e funcionais, com finalidades concretas e apropriações simbólicas, no plano das afetividades e afinidades vivenciadas. Formas de representação que Valter Cruz (2006) considera a partir dos espaços de referência identitária e da consciência sócioespacial de pertencimento.

Nesta perspectiva traçamos os capítulos da tese a partir da análise dos conceitos de identidade e territorialidade, na intenção de entender como eles se apresentam em nossa problemática de pesquisa visando abordar as suas possibilidades explicativas. São formulações teóricas que ora fizeram um regaste histórico da paisagem do Rio São Francisco e ora traçaram reflexões sobre as territorialidades, percebidas através do cotidiano das gentes.

Procuramos então, entender o vivido, percebido e concebido das gentes sanfranciscanas. Estas expressões são utilizadas não apenas para definir espacialidade, mas também experiências concretas de identidade e de

territorialidade. Neste sentido, as expressões formuladas por Lefebvre (1991) são entendidas enquanto uma delimitação tempo-espacial do real e do imaginário de nossa pesquisa. O vivido e o percebido se manifestam no concreto, no **ser** e no **estar** no rio, enquanto que o concebido se projeta, está no plano das ideias, no sentido de **permanecer**.

Assim, tomamos o espaço vivido a partir das formas materiais e as densidades simbólicas que se manifestam no Rio São Francisco. O lugar de vida e trabalho, no qual os sujeitos usam e apropriam de um território comum, partilhado pelas suas experiências cotidianas. O território concreto, de mediações e confrontos. No espaço percebido identificamos as práticas sócio espaciais, no qual as representações são materializadas e se atribui valores e usos variados. Já o espaço concebido está ligado à imaginação, as representações que se criam a partir dele. Corresponde a uma idealização do espaço real, concreto.

Neste caso o vivido e o percebido exercem papéis funcionais e simbólicos de uso e apropriação, enquanto que o concebido possui um caráter de abstração. Ambos se materializam por e a partir de temporalidades e espacialidades diferenciadas. Sendo, portanto, as representações as relações entre o indivíduo e o espaço.

Começamos nossas considerações com um jogo de palavras, os nomes das gentes e as gentes que dão os nomes. Se pensarmos nos sujeitos de nossa pesquisa, muitos são os qualificadores para dizer quem “eles são”. Um nome pode ser utilizado tanto para afirmar os vínculos identitários com o rio como também pode ser apropriado por sujeitos ou grupos na intenção de distingui-los de outros, tornando-se um ato de exclusão.

Quando dizem, por exemplo, que são *barranqueiros*, imaginamos que estão se referindo ao seu lugar de vida, a morada no barranco do rio, seja no rural ou no urbano; porém, podem também estar se referindo a sua identidade de habitante da beira do rio, mesmo estando morando em regiões distantes do rio. Dizer que são *barranqueiros*, *ribeirinhos* e *vazanteiros*, os qualificam a partir de sua forma de vida, da sua forma de convívio com o Rio São Francisco, seja no passado ou no presente.

Outros, como forma de autoafirmação, mesmo não vivendo nas mesmas condições de um *barranqueiro* ou *vazanteiro*, preferem dizer que são *quilombolas* ou *indígena*, pois sabem que este qualificador os distingue de outros povos tradicionais e fazem com que eles sejam visto de forma diferenciada por “outros povos”.

Aparecem ainda outros nomes, muito mais ligados ao trabalho no e com o rio. Ao dizerem, por exemplo, que são *pescadores*, *lavradores*, *agricultores* estão justificando o seu modo de vida, a sua função, a sua atividade principal. Muitos destes nomes, entendidos em nossa pesquisa enquanto categoria de vida e trabalho, apesar de serem amplos e, muitas vezes utilizados em outras regiões, tornam-se singulares em função do entendimento que são dados a eles.

A intenção da nossa pesquisa não foi generalizar povos e comunidades com hábitos, crenças e modos de ser diferenciados, mas sim, entender como estes sujeitos se espacializam ao longo do rio. Identificamos categorias de sujeitos tanto do presente como do passado. Algumas delas já não são mais visíveis na paisagem do rio, ficaram na memória, como é o caso, por exemplo, dos *remeiros*, *vapozeiros*, *canoeiros* e *barqueiros*. Sabemos, porém, que não são apenas estas as categorias herdadas do passado. Devemos pensar todas elas a partir do seu sentido histórico e cultural. Esta foi a motivação da escrita do nosso primeiro capítulo, cuja intenção foi traçar uma geo-história das raízes destas gentes que, na atualidade, ocupam as margens e ilhas do São Francisco.

Encontramos pessoas e comunidades com características singulares, tanto pelas suas formas de vida quanto de trabalho: *pescadores*, *vazanteiros*, *barranqueiros*, *ilheiros*, *ribeirinhos*, *quilombolas*. Outros, mais raros e ainda presentes na memória dos mais velhos, como os *remeiros*, *barqueiros* e *vaporzeiros*. E, no meio do caminho, os *assentados* que, independente do lugar de vida, buscam no trabalho com a terra o meio essencial de sobrevivência. Temos ainda, gentes vindas de outras partes e que se inseriram no cenário do rio a fim de obter ganhos econômicos a partir da apropriação e uso de seus recursos, alguns *sitiantes* e os tão temidos grandes *fazendeiros*.

Lembramos que estas categorias de sujeitos foram identificadas apenas em uma porção do território do Rio São Francisco, delimitado em nossa pesquisa no intervalo entre a cidade de Pirapora e a comunidade de Pau Preto, em Minas Gerais. Não tratamos do rio como um todo, mas sabemos que muitas das categorias de sujeitos aqui estudadas estão presentes em outros trechos ao longo do seu médio e baixo curso como é o caso, por exemplo, do *pescador*; generalizado em todo rio, do *quilombola*; que aparece em porções do médio e do baixo curso do rio e do *indígena*; mais presente no médio e no baixo São Francisco. Salientamos ainda que o Rio São Francisco, seus lugares e suas gentes são múltiplos, possuem nuances diferenciados de acordo com suas escalas de inserção e funcionalidades assumidas.

Em outras palavras, este rio e suas gentes se dividem em outros tantos, a depender do seu grupo social e do seu lugar de existência. Sabemos que as experiências históricas, ambientais e sociais moldam sujeitos, deixam marcas e territorializam sujeitos, grupos e comunidades. Os sujeitos sociais cunham ao longo do rio formas de apropriação muitas vezes tidas como singulares, por exemplo, a ocupação das ilhas fluviais, que ao exibir formas de viver das/e nas ilhas que, em muitos casos, deixam de serem identificados como *ribeirinhos* ou *barranqueiros* e passam a serem denominados como *ilheiros* e/ou *vazanteiros*.

Independente do nome que estes sujeitos utilizam para dizerem “quem eles são”, outros nomes começam a aparecer, como forma de dizerem “quem são eles”, cujos exemplos mais ilustrativos se passa entre o *pescador*, forma social assumida em virtude de um modo de vida e trabalho historicamente constituído e o *vazanteiro* ou *quilombola*, categorias sócio políticas que se assume muito mais como uma estratégia de reconhecimento no âmbito da recente disputa da diferença e da alteridade. Esta dualidade traz a tona uma reflexão sobre as categorias (endo) - de dentro da comunidade e as categorias (exo) - uma construção feita de fora da comunidade. Enquanto alguns utilizam como forma de representação o discurso sobre o “eu” e o “nós” como identificador de outros “meus”, vindo “de dentro” da comunidade ou grupo, outros utilizam um discurso “sobre si”, criado e concebido

a partir da visão do “outro”. Enquanto a primeira é identificadora de outros “iguais a mim”, voltada para dentro. A segunda é uma marca criada a partir do outro, os que pensam “sobre mim”. Exercendo, portanto, uma dualidade que perpassa, no primeiro caso, um discurso nosso “sobre nós” e, no segundo caso, um discurso “do outro” sobre nós.

Assim, o que conecta as identidades e as territorialidades são os processos de identificação e de representação, utilizados pelos sujeitos enquanto estratégias para mostrar suas diferenças e singularidades em relação ao “outro”. Segundo Brandão (1999), devemos saber ouvir o que “eles dizem sobre eles” e reconstruir o que “nós dizemos sobre eles”. O essencial neste caso é saber diferenciar e desvendar o que cada espaço e lugar social pesquisado possui de singular. As relações simbólicas e de afetividade, por exemplo, são fatores presentes em quase todos os sujeitos pesquisados, enquanto as formas de ocupação e usos dos espaços são específicas de cada localidade.

Entendemos que é partir das identidades e das territorialidades que se cria no território formas de representação que se convertem em práticas cotidianas, em vínculos territoriais. Isso significa dizer que a forma como os sujeitos se apresentam diante “dos outros” e como se representam diante “deles mesmos” são conjugadas. Elas conduzem ao sentido de pertencimento, enraizamento, legitimação e exclusividade ao território. Neste caso, só conseguimos perceber a legitimação de tais discursos a partir da observação e análise de suas vivências e experiências, de seus modos de vida, de suas formas de **ser** e **estar** e de suas estratégias de **permanecer** no território. Foi a partir destas vivências e experiências que traçamos nossas reflexões sobre as gentes sanfranciscanas.

Apesar das múltiplas categorias de sujeitos que encontramos ao longo do rio, de um modo geral, as gentes sanfranciscanas possuem um modo de vida peculiar sendo que a casa, o trabalho, e a vida cotidiana estão intimamente ligadas ao rio. O rio é a fonte de riqueza, é ele que oferece o peixe e a água. Em suas margens circundam terras úmidas, frescas, áreas de vazante, propícias ao cultivo de verduras, leguminosas, frutas e criação de animais. A busca pela água é um

fator primordial, afinal, segundo Correia (2010, p. 62) “todo povoamento é na beira d’ água”.

A população que hoje habita as margens e ilhas do Rio São Francisco são ligadas historicamente aos processos de sua ocupação de seu território. Os ciclos econômicos pelos quais o rio passou, reflete categorias de sujeitos que viveram e ainda vivem fases de rupturas, de intervenções e de lutas. No entanto, eles representam um modo de vida específico porque criaram estratégias culturais para se territorializarem e sociabilizar determinados ambientes.

No Rio São Francisco, o território é, ao mesmo tempo, espaço de cultivo e afirmação de identidades. Expressa uma territorialidade percebida tanto pelo uso como pela apropriação dos ambientes do rio. A ilha e a vazante não são apenas espaços de cultivo são, acima de tudo, lugares de vida, onde estes sujeitos reproduzem saberes, fazeres e formas de expressão. Enfim, é um local que converge em uma cultura, um modo de vida relacionado ao rio.

Neste caso a terra e o rio são elementos indissociáveis e significantes que liga a natureza e que integra os sujeitos, criando vínculos materiais e simbólicos que moldam suas identidades. A identidade é entendida aqui a partir da representação dos sujeitos, suas tramas, suas tessituras e suas imagens construídas e re-construídas sobre si e sobre os outros. A partir do momento que estas identidades têm como fator primordial as categorias de sujeito, a identidade e territorialidade tornam-se a peças fundamentais desta mediação.

Porém, é preciso pensar que as forças dos elementos históricos e modernizantes podem mudar as condições sociais e espaciais de formação dos sujeitos e dos grupos sociais. Este fato foi identificado em nossa pesquisa quando tratamos da comunidade de Barra do Pacuí e Pau Preto, que vêm ao longo dos anos passando por processos de “encurralamento” de seus territórios e buscam estratégias diferenciadas de afirmação e delimitação de seus territórios ancestrais. No caso de comunidade de Barra do Pacuí a alternativa foi à criação de uma Reserva Extrativista – Resex, como forma de garantir o uso e a propriedade da terra pelos moradores da comunidade. Já a comunidade de Pau Preto sofre com

intervenções cada vez mais intensas em função da perda de seus territórios para a criação de áreas protegidas. “Cercados” e expropriados, eles se viram obrigados a criar uma associação denominada “Vazanteiros em Movimento”, se articularam politicamente e decidiram pela autodemarcação de seus territórios.

Conforme afirma Rogério Haesbaert (1997), esses territórios “tradicionais” eram muito mais “centrífgos e introvertidos” embora seus limites nem sempre fossem rígidos e rigorosamente delimitados, seus habitantes vivenciam um intenso processo de enraizamento, um sentimento de pertença e de exclusividade.

Se pensarmos a partir dos sujeitos de nossa pesquisa, o sentido de exclusividade está sempre presente em todas as configurações territoriais. O *fazendeiro* pretende ser o dono exclusivo de suas terras e de seus recursos. O *vazanteiro*, mesmo em suas relações de solidariedade, reciprocidade e sociabilidade, busca a exclusividade em suas terras de trabalho, embora ainda haja um maior senso de coletividade e de pertencimento comunitário entre os *vazanteiros* do que entre os *fazendeiros*.

O significado de exclusividade é aqui analisado a partir da apropriação de um dado território funcional e simbolicamente, ou seja, no limite, é um processo de territorialização. Salientamos que este sentido de pertença e exclusividade não acontece pelo isolamento ou fechamento. As gentes do rio não viveram sua trajetória no total isolamento, ao contrário, estes sujeitos buscavam interações, tinham o rio como caminho líquido, eles formaram a síntese de múltiplas relações espaço-temporais. Isso se expressa no processo de povoamento do rio e em suas relações econômicas, interligando sertões, tornando-se, durante algum tempo, o eixo entre duas regiões do país, congregando culturas, atraindo gente e misturando etnias.

Porém, este sentido de enraizamento, pertencimento e de exclusividade se acentua, sobretudo, em tempos de conflito e/ou confrontos, como os que descrevemos linhas atrás. Este tipo de autoafirmação nasce na tentativa de legitimar os meios de reprodução da vida, em especial as formas de apropriação e uso de seus territórios. Nesta seara, emergem relações de poder ligadas tanto aos

interesses econômicos quanto simbólicos, envoltos na luta pelo direito a propriedade da terra e pela utilização dos recursos naturais. Neste caso, reivindicam e re-afirmam a apropriação histórica do território e “tomam para si” categorias de sujeitos que os tornam diferenciados dos outros.

As comunidades de Barra do Pacuí e Pau Preto passam atualmente por diferentes processos de ruptura, de quebra de seus vínculos territoriais. A propriedade da terra que historicamente era a exceção à regra, ou seja, comum a todos, agora se torna a regra da exceção, ou seja, restrita a poucos. Além das questões econômicas, sociais e ambientais tem-se ainda um confronto identitário. A “modernidade” dos grandes fazendeiros e do “movimento verde”, em contraponto ao “atraso” das populações tradicionais. O “progresso” dos grandes projetos modernizantes, ligados unicamente aos interesses econômicos, contrastando como “enraizamento” de povos e culturas que ainda vivem de um alardeado “retrocesso”.

São configurações espaciais construídas historicamente e que remetem a uma vivência, uma projeção, ligada de um lado a estabilidade e a fixação e, de outro a mobilidade e a fluidez são, portanto, fundamentos antagônicos de um território de representação. A estabilidade e a fixação estão vinculadas as tramas espaciais, ao estabelecimento de raízes, ancoragens e territorialidades fixas. A mobilidade e a fluidez representam o vir-a-ser, o tornar-se, a busca pelo novo.

Estas comunidades ficam no entremeio do território do rio e, ao seu modo, criam estratégias de reivindicação, identificação e territorialização capazes de revelar um jogo de interesses traçado no tempo-espço. O que antes era apenas uma necessidade de uso, agora tornou-se uma necessidade de luta pela propriedade da terra. Os grandes fazendeiros, donos das terras não eram os donos dos recursos. Agora terra e recursos são indissociáveis.

Neste cenário do rio encontramos de um lado, relações verticalizadas e hierarquizadas do ponto de vista econômico e político e de outro, relações orgânicas, pautadas em atos de solidariedade, de compadrio e de vizinhança tendo, como elemento principal a reciprocidade. Em ambos os casos, estas relações

são instrumentos de dominação, estabelecidas por intermédio e redes simbólicas pautada em um jogo que envolve essencialmente relações de poder.

Com isso, atualmente os territórios do Rio São Francisco são ocupados e territorializados tanto pelas grandes propriedades, com vastas extensões de terra como pelos pequenos núcleos tradicionais, mais interligados e dependentes dos recursos do rio e das terras de sua margem. A rigor, o “mundo do rio” se articula entre as “terras dos outros” - as fazendas, as cidades e os núcleos urbanos e as “terras nossas” - das pequenas comunidades tradicionais e vilas, dos posseiros, dos vazanteiros, dos pequenos agricultores. Cada um destes grupos criam formas próprias de reprodução da vida, na busca pelo “todo econômico” com o trabalho familiar.

A forma de apropriação do território do rio é compreendida a partir dos usos que estes sujeitos fazem deste ambiente. Conforme define Guimarães Rosa, “um rio são muitos”. E, conseqüentemente, as identidades de suas gentes também são. Cada localidade exibe uma dinâmica de uso e apropriação diferenciada. Nos ambientes pertencentes ao rio, congregam lado a lado grandes fazendeiros e pequenos agricultores. E, se pensarmos historicamente, foi nas “terras do rio” que ocorreu o encontro de índios, escravos e colonizadores. Foi a partir do encontro destas culturas, com formas diferentes de pensar e sentir que se solidificaram os territórios do rio e concretizou-se o que hoje denominamos de cultura sanfranciscana.

O processo histórico de ocupação da bacia do Rio São Francisco nos ajuda a entender o tipo de sujeito que habitou e ainda habita as suas margens e ilhas. Entendemos que foi a partir do estabelecimento de vínculos territoriais destas gentes com o rio que se criou uma forma própria de apropriação da natureza, que emergiram as identidades.

A descrição dos ciclos econômicos do rio, feita no capítulo um, nos remete justamente a estas mudanças, estas transformações. Porém, são os vínculos territoriais que compõem na existência destes sujeitos. São ainda, processos territoriais, relações que se estabelecem por meios de símbolos e significados,

expressos geograficamente. Re-produções sociais, percepções e valores criados a partir da manifestação da cultura.

Apesar dos contrastes aqui pontuados, o nosso olhar voltou-se para a vida de homens e mulheres que buscam, geralmente por caminhos distintos um do outro, uma sociabilização com a natureza, ou seja, formas singulares de viver carregadas de significados que fazem com que os sujeitos que habitam as margens e ilhas do Rio São Francisco sejam estudados e entendidos de forma diferenciada. Formam, portanto, uma cultura, uma identidade e uma territorialidade com lógicas sociais singulares.

Neste caso, os vínculos territoriais são compreendidos como relações criadas material e simbolicamente pela ação dos sujeitos sobre o tempo e o espaço. São expressões e formas de representações delimitadas no território. E ainda, são relações diretas com a natureza, simbolizadas pela forma de uso e apropriação do território. Portanto, são vínculos criados e desvelados a partir das nuances da vida social dos sujeitos, na sua relação com espaços de vivência.

Segundo Álvaro Heidrich (2004, p. 63) estes vínculos territoriais “refere-se a um sentimento de pertencimento a um lugar ou território”. Assim, o pertencer, o ser do lugar, o fazer parte, o estar vinculado são sentimentos que tornam estes sujeitos enraizados, conectados ao seu território, ao seu lugar de existência.

Entendemos os vínculos territoriais enquanto um processo construtivo e histórico, definido no tempo- espaço. Sendo as territorialidades e as identidades partes fundamentais e indissociáveis desta construção. Paul Claval (1999, p. 16) afirma que “os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados”, sobretudo, porque isso pressupõe “a construção das representações”. A identidade e a territorialidade são, portanto, elementos catalisadores que selecionam um “número de elementos que caracteriza ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo” (CLAVAl, 1999, p. 15).

A formação de vínculos territoriais pressupõe a afirmação de identidade e, acreditamos ser também, o processo de formação das territorialidades. As identidades e as territorialidades caminham juntas, aprendem, apropriam e comunicam elementos do território, os dotam de significação, simbólica e funcional. Elas se entrecruzam e entremeiam uma simbolização na construção de territórios. Elas tornam-se significante e significado.

Temos com isso um território do rio formado historicamente, mas que devido à dinâmica da natureza e as intervenções econômicas, formaram relações sociais diferenciadas. Com efeito, é um território que contém outros múltiplos territórios, recortado por múltiplas identidades e territorialidades. Embora, tenha a mesma matriz de formação, à medida que os sujeitos foram povoando as margens, surgiram formas diferenciadas de se habitar o espaço, de estabelecer vínculos, de expressar seus signos e significados. Isso quer dizer que foram surgindo identidades múltiplas e, como afirma João Batista Costa, é deste “caldo cultural” que uma gama variada de “etnicidades ecológicas” surge, (COSTA, 2006).

A formação destas identidades nos conduz a entender as múltiplas categorias de sujeitos que encontramos durante nossa pesquisa. Neste contexto, é necessário pontuar que o modo de vida destes sujeitos, como demonstra Rogério Haesbaert (2009) é o intrincamento de todos os elementos que compõem a vida cotidiana, ligados tanto ao ambiente como a cultura. Entendemos que é a partir do ambiente que se forma uma cultura e são estes elementos que substantivam as práticas humanas e, por conseguinte, formam os vínculos territoriais.

Sabemos, porém, que estes vínculos variam de acordo com os sujeitos e grupos sociais. O desafio é pensar como os vínculos territoriais são estabelecidos em cada grupo social e, no caso específico de nossa pesquisa, entre os *barranqueiros, ilheiros, ribeirinhos, vapozeiro, quilombolas, indígenas, pescadores, assentados, fazendeiros*, etc. No sentido de buscar respostas, de entender os elementos que compõem estas múltiplas identidades, de acordo com a escala e os sujeitos de nossa pesquisa.

Com efeito, para que pudéssemos entender os vínculos territoriais que se apresentam no universo de nossa pesquisa, consideramos o território não apenas em seu sentido estático e monolítico, mas também em seu caráter simbólico e relacional. Segundo Rogério Haesbaert (1997) o território está envolto ao mesmo tempo e em diferentes estados, em uma dimensão mais concreta, de caráter político e disciplinar e também em uma dimensão simbólica e cultural. Assim, o território é constituído indissociavelmente pela identidade e pela territorialidade, pelo material e pelo simbólico, pelo concreto e pelo imaginário, pelo ideal e pelo subjetivo.

O território ultrapassa então o seu sentido meramente econômico e o político e enlaça também o simbólico e o identitário. É o território que entremeia a vida cotidiana, suas apropriações, representações e significações. Ele está envolto por vínculos territoriais que solidifica a vida dos sujeitos nos lugares, que evidenciam suas identidades, representações e apropriações.

As inter-relações natureza/sujeito em espaço/tempo produzem formas e conteúdos. São impressões grafadas no território que moldam diferentes modos de existir. São estratégias de adaptação às estruturas pré-existentes, ligadas as trocas simbólicas e materiais e a dinamicidade do mundo atual. Como sugere Rogério Haesbaert (2006), reconhecer tal afirmativa requer pensar de forma indissociável as dimensões “espacial/geográfica” e “temporal/histórica” da realidade. Neste sentido, caminhamos na direção da “multiplicidade” de tempos-espacos.

Quando pensamos sobre as populações que habitam as ilhas e margens do rio São Francisco, conseguimos identificar a existência destes múltiplos tempos-espacos. Um ritmo de vida pacata, típico do mundo rural que se confronta com as exigências da aceleração dos tempos, da vida apressada.

Percebemos entre as gentes do Rio São Francisco formas diferenciadas de perceber e sentir o tempo. Salientamos que tais populações não lidam apenas com um tempo específico, mas sim com múltiplas temporalidades. Existe o tempo do plantio e da colheita, das secas e das cheias, do verão e do inverno, do peixe e do

defeso, dos rituais e das festas. Os que entendem estes ciclos sabem conviver com a natureza, sabem lidar com as continuidades e discontinuidades impostas por ela, criando formas de apropriação e simbolização em seus lugares de vida. É neste cenário que se criam teias e tramas simbólicas e funcionais, que se moldam temporalidades e funcionalidades.

Há ainda, uma convergência de tempos entre o “lento” e o “rápido”, o “breve” e o “longo” que se apresentam através das permanências, das mudanças e das rupturas na representação de mundo de cada sujeito social. Temporalidades que se situam no âmbito das relações com a terra e com o rio, em suas práticas sociais cotidianas. Desta forma, entendemos que as gentes do rio convivem com temporalidades cíclicas.

Tais multiplicidades de tempos deixam marcas, vestígios tanto de ordem material como também imaterial. São os reflexos das práticas concretas e das experiências simbólicas. Tais dinâmicas temporais são, ora inclusivas, porque referem-se a um passado histórico elaborado por tais sujeitos, ora exclusivas, porque são impostos a partir de certos ritmos de tempos que não tem conformidade com as dinâmicas sociais do presente.

Paul Claval (1999) enfatiza que a existência dos grupos sociais só é possível a partir de um território de identificação. Assim, o sentimento de pertencimento de sujeitos e/ou grupos ao território emerge a partir de formas de representação temporais, espaciais e sócio culturais.

Trazemos para o debate o conceito de representação social, pois em nossa pesquisa empírica quando perguntávamos sobre as categorias de sujeitos delineadas no capítulo quatro, muitos entrevistados não souberam definir concretamente o que estas categorias significavam em sua vida cotidiana. Muito raramente encontramos respostas do tipo: “sou barranqueiro”, “sou vazanteiro”, “sou ribeirinho”, “sou ilheiro” para designar “quem eles são”.

Percebemos, neste caso, que o qualificador maior referia-se aos elementos da cultura ou da natureza para se auto-designarem. Logo, indagamos se estas designações estavam vinculadas às práticas sociais cotidianas. E o que observamos

foi que estas denominações referem-se em primeiro plano as territorialidades, aos processos de apropriação das terras e águas do rio como é o caso do *barranqueiro*, do *ilheiro* e do *vazanteiro*. E, em segundo plano, as formas de trabalho, as práticas do fazer, como é o caso do *pescador*, do *lavrador* e do *agricultor* do presente e do *vapozeiro*, do *canoeiro*, e do *passador* do *barqueiro* do passado. Por último, percebemos estratégias de autoafirmação de valores étnicos, a exemplo dos *quilombolas* e *indígenas*.

Salientamos que estas categorias de sujeitos não devem ser entendidas separadamente e, em muitos casos elas acabam por orientar as condutas sociais cotidianas, visando o fortalecimento dos vínculos territoriais. É por meio destes vínculos que identificamos categorias múltiplas, na definição de identidades coletivas e individuais. Essa definição pressupõe a manutenção e a reestruturação das identidades.

Sabemos que, muitas vezes, a afirmação das identidades visa demonstrar o caráter simbólico e, não raro, ideológico que os sujeitos e grupos têm sobre o território. Isto se dá em função de sua capacidade em estabelecer territorialidade e de fomentar representações. Estas identidades suscitam processos de identificação que muitas vezes resultam em afirmações de certas categorias e a exclusão de outras. Portanto, é no território, e através das identidades, que os sujeitos sociais criam estratégias de legitimidade e exclusividade a certos ambientes.

Desta forma demarcam seus espaços de atuação a partir de vínculos territoriais, de suas territorialidades. Edward Soja (1971) aponta três elementos a serem considerados na territorialidade sendo: a identidade, a exclusividade e a compartimentação e a interação humana. Assim, estas características definem por assim dizer “quem pertence ou não a um lugar de vida e trabalho”. A propósito da exclusividade, ela tem como premissa o controle do acesso a determinadas práticas territoriais, ou seja, apenas os sujeitos que compartilham um mesmo círculo de vida social e de espaço de representação têm o “direito” de apropriação e uso do território.

No tópico 1.3.1 do capítulo um, tratamos do povoamento do Rio São Francisco por diferenciadas gentes que ajudaram a construir a paisagem do rio. Homens e mulheres que adensaram suas margens e ajudaram a construir uma “civilização *sui generis*”. Famílias que migraram do Norte para o Sul, que navegaram contra a correnteza, na busca por melhores oportunidades. Desbravaram terras nunca antes alcançadas. Lagoas e margens, várzeas e vazantes foram sendo ocupadas por índios, depois por bandeirantes, mestiços e negros. Formou-se assim, o que podemos verdadeiramente chamar de “as gentes sanfranciscanas”, costurada a partir de uma mistura, de um caldeamento étnico, que as tornam hoje, ao mesmo tempo, múltiplas e singulares.

Entendemos que estes sujeitos, mesmo submetidos a limitações, carências e ausências, aprenderam a conviver com as restrições impostas pelos ciclos econômicos e da natureza. Utilizam o rio como recurso, mas também como abrigo. Sabem partilhar saberes e criam suas lógicas sociais que os tornam singulares no território do rio. Suas práticas são vistas não como forma de resistência (sentido político do termo), mas sim, como re-existência (sentido social) de sua reprodução e de sua continuidade como sujeito. Sobrevivem nos “lugares do rio” por que criam estratégias de existência. Sabem lidar com as adversidades, reproduzem seus modos de vida e transmitem a imagem de um ser que persistiu e que, ainda hoje, imprime marcas na paisagem do rio.

O rio é o componente fundamental na vida das gentes sanfranciscanas, se tira dele a base do que muitas vezes não se consegue produzir na lavoura. O rio é uma espécie de trunfo, um recurso e uma reserva. Nesse processo estes sujeitos transmitem simbologias, reverência ao rio, pois ele é a sua principal fonte de riqueza, o elemento estruturante da sua existência. O rio é entendido ainda a partir das relações afetivas que nele são criadas. As pessoas sabem do rio, conhecem o rio e vivem no/do rio. Há, portanto, um modo de vida que se reproduz a partir da convivência e do conhecimento sobre os ciclos da natureza, cujo rio é a cena principal.

Percebemos que existe um sentimento de felicidade no viver destas gentes sanfranciscanas. Como conseguimos identificar isso? Naquilo que é bem possível: no cotidiano; nas relações afetivas; nas pertencas; no plantar e no colher, na vida de todo dia, nas relações de vizinhanças, etc.

São, portanto, formas de **ser**, **estar** e **permanecer** no/do Rio São Francisco, delineadas com mais precisão nos itens seguintes.

Ser...

Utilizamos este termo em seu duplo significado. O primeiro refere-se a um substantivo - um ente, um indivíduo, um homem, uma pessoa, uma criatura. Buscamos entender quem é este ser? Como é este ser que vive as margens e ilhas do Rio São Francisco? É um ser que foi sendo “clivado” tempo-espacialmente pelas imposições e transformações a que o rio passou e ainda passa. Um ser que acompanhou e ainda acompanha os ciclos econômicos, ambientais, simbólicos e políticos pelos quais o rio foi e ainda é submetido. Dos *indígenas* de outrora, aos *vaqueiros* do século XVII, aos *vapozeiros* do século XVIII e os *vazanteiros* de agora, o que se vê são variadas categorias de sujeitos submetidas às mudanças e alterações técnicos e tecnológicos que chegaram e ainda chegam de forma repentina, moldando as relações sociais já estabelecidas.

Há, porém, a presença de um tempo diacrônico que transcorre em outra direção. Os ciclos do rio mudam, se refazem, modernizam, porém, muitas categorias de sujeitos que foram submetidas a estes ciclos permanecem, r-existem. Este ser ainda permanece, faz usos e estabelece vínculos criados a partir de uma relação com o rio. O *vaqueiro*, *vapozeiro*, *barqueiro*, *canoeiro*, *remeiro* e o *passador* permaneceram para além dos ciclos sócio econômicos que os fizeram emergir, de certa maneira, são formas sociais que sobreviveram mesmo com o declínio do ciclo econômico que criou as condições de seu aparecimento e desenvolvimento. Apesar de fragmentados, continuam vivendo em um contexto de muitas transformações onde os seus qualificadores não estão mais presentes na paisagem do rio: o gado, o vapor, a canoa, a barca, etc.

Os homens e mulheres que hoje habitam as margens e ilhas do Rio São Francisco se mesclam e se misturam entre categorias ligadas tanto aos seus modos de vida, quanto aos seus lugares de existências e as suas heranças étnicas ancestrais. São sujeitos sociais que compreendem os ambientes de “dentro do rio” -*pescadores, ilheiros e vazanteiros*; as terras das margens - *vazanteiros, barranqueiro, ribeirinho, lavradores, agricultores, quilombolas, indígenas*; e ainda, as terras altas longe do rio -*fazendeiros, carvoeiros, irrigantes, sitiantes, roceiros, assentados, acampados*. São, portanto, gentes sanfranciscanas de ontem e de hoje. **Ser(es)** do rio, adaptados as inconstâncias da natureza, sujeito às interferências sociais, ambientais, políticas e econômicas.

O segundo sentido estrito da palavra refere-se ao verbo ser - consistir em, equivaler a, tornar-se, pertencer a, constituir, significar. Neste caso, relacionamos o ser ao sentimento das gentes sanfranciscanas em relação ao rio. A idéia de enraizamento, de fixação a um lugar de vida. A afirmação identitária com o seu lugar de vida e trabalho. Os laços afetivos que simbolicamente liga estes sujeitos aos territórios do rio. **Ser** do rio. Pertencer ao rio.

Estar...

A pergunta que se faz aqui é: de que forma estes sujeitos se realizam no presente? Como eles estão vivendo as suas vidas? No item anterior salientamos que houve um processo histórico em que estes sujeitos foram criados. Estas gentes que hoje habitam as margens e ilhas chegaram a estes lugares em função dos ciclos do rio. Um modo de existir que surpreendentemente não desapareceu e que, na atualidade, conjugam em determinados contextos e em determinados lugares, formas de vida e de trabalho ligadas diretamente ao Rio São Francisco.

Dito isto, nos resta saber como, nos dias de hoje, estes homens e mulheres re-existem aos ciclos da natureza e do trabalho. É a partir dos vínculos territoriais que eles vão se especificando em cada lugar, manifestos pela religião, pelos seus saberes, fazeres, suas comidas, suas danças, pelo papel do homem, da mulher e da criança, e muitos outros elementos fundantes desta pesquisa. Os ciclos das águas,

das cheias, das secas, os ciclos da primavera, do outono, do verão e do inverno, estão relacionados à natureza. São nestes ciclos naturais do rio que emergem os ciclos sociais e deixam nestes lugares vários conhecimentos e saberes, traduzido na cultura sanfranciscana.

No estar no rio, é importante ressaltar que, apesar da capacidade de retirar do rio e das terras da margem o seu sustento diário, de saber lidar com as adversidades do rio, muitos destes sujeitos também internalizam elementos da modernidade. Tem algo na cultura nossa que comparece a todo o momento em função, muitas vezes, daquilo que os diferencia. No fundo estes processos mexem com seus modos de vida e de ser.

Sabemos que cada lugar tem as suas especificidades, porém podemos pensar que é a partir dos saberes e dos fazeres que estes sujeitos desenvolveram, na modernidade, na adequação ao mundo moderno, formas singulares que possibilitam a sua existência. Convém destacar que sempre haverá uma “falha residual”, visto que, o diálogo é sempre com o presente. Fundamentalmente estamos falando de uma história social do Rio São Francisco que atualmente passa por um processo de “clivagem” destas culturas em função da modernidade.

No caso das gentes sanfranciscanas as identidades e as pertencças tendem a ser na atualidade, muito mais “volatizadas”. Apesar de ainda existirem formas singulares de vivências no rio e na beira do rio, estes sujeitos passam por adaptações e ajustamentos que de certa forma mudam seu modo de pensar, que fazem com que eles exibam várias mutações do Ser. Lembramos que existem formas distintas de adaptações: aquilo que chegou e os transformou e, aquilo que chegou e os potencializou. Na verdade todos os ciclos nos remetem a conflitos e tensões que fazem com que sujeitos se ergam a partir deste processo, criando novas categorias de sujeitos.

É importante ressaltar que os sujeitos muitas vezes se utilizam destas situações de conflito e ruptura. Criam estratégias e passam a utilizar de certos recursos que não foram criados inicialmente a seu favor, por exemplo, a abertura de uma estrada ou a implantação de uma ferrovia. Apesar dos ciclos econômicos

atenderem em primeiro plano as necessidades de um “programa” mercadológico e a um projeto modernizador em nível regional, os sujeitos sociais passam a fazer uso deles em nível local. São, portanto, novos modos de pensar, de agir e de viver, pensados estrategicamente como forma de **estar** em seus territórios.

Passam por transformações em seus modos de vida, fazem abstrações e ainda persistem. São os sentidos e os sentimentos do passado e as relações estabelecidas com tempo presente, que os mantém ainda hoje ligados ao rio. Eles estão na paisagem do rio. Vivem suas vidas, praticam a pesca e a agricultura. Passam por mudanças e transformações e comparecem enquanto gentes sanfranciscanas pertencentes aos lugares do rio.

Nas comunidades e ilhas do Rio São Francisco em que realizamos a nossa pesquisa, foi possível encontrar características culturais, modos de vida e saberes populares que configuram uma identidade cultural sanfranciscana rica e diversificada, que compõe um patrimônio cultural imaterial construído pelos seus saberes e fazeres. Compartilhamos a realidade vivida por homens e mulheres que por meio da cultura às margens e dentro do rio representam dimensões do concreto, do materializado, do vivido e do percebido, dos ciclos de vida e de águas, de um rio com significados materiais e simbólicos, que existe, persiste, resiste e preserva a esperança na vida.

O rio, suas paisagens, suas culturas e sua identidade cultural. Pessoas, rio e vivências que se mesclam em um viver peculiar e característico de quem cria nele relações e símbolos, memórias e esperanças, alegrias e angústias. Simbologias e significados que identificamos, estudamos e procuramos aqui de alguma forma retratar.

Permanecer...

Pensamos agora em contribuições, formas e estratégias de permanências destas gentes ao “mundo do rio”. Para além das formas, expressões e símbolos, identificamos que no atual contexto vivido pelas populações tradicionais localizadas ao longo do médio Rio São Francisco, em Minas Gerais, parece-nos ser

urgente ações que reconheçam iniciativas locais que evidenciem a cultura sanfranciscana nestes territórios. Cultura que é revitalizada por meio do pertencimento, da valorização dos saberes, da apropriação e do respeito às tradições, aos costumes, aos credos, as partilhas e as expressões simbólicas que resultam na promoção da identidade cultural, tendo como premissa uma proposta concreta de patrimonialização.

É bem possível prever que aconteça com as pessoas que vivem no/do Rio São Francisco o mesmo que já vem ocorrendo em outras regiões do país. Pessoas que ocupam produtivamente o rio, que obtêm dele o alimento e o produto de venda, sendo aos poucos substituídas, por outras, vindas “de fora” e com poderes, usos e sentidos diferentes de suas habituais práticas. Salientamos, porém, que há processos de r-existências e reinvenções que fazem com que as gentes sanfranciscanas permanecem ligadas material e simbolicamente ao rio.

A busca por permanecer requer ações concretas de valorização, salvaguarda e promoção das comunidades e ilhas sanfranciscanas, de seus modos de vida e suas formas identitárias. Buscamos evidenciar as múltiplas categorias de sujeitos e lugares como forma de autonomia cultural de grupos sociais diferenciados que moram, trabalham e partilham saberes a partir de suas vivências com e no Rio São Francisco. Procuramos citar todas as categorias encontradas ao longo de nossa pesquisa, a fim de ressaltar a diversidade étnica, cultural e identitária presente na paisagem do rio.

Neste universo dinâmico e diverso que é o Rio São Francisco, há que se salientar a importância de compreender as práticas, saberes e manifestações culturais em seu contexto de interação. Evidenciamos a afirmação destas identidades, que move a vida e a memória de pessoas ligadas fisicamente e simbolicamente às águas e as terras do rio. Todas estas formas de vida e trabalho tem sido uma das principais estratégias de identificação cultural sanfranciscana, manifestada por diferentes categorias sociais e culturais dos diversos povos tradicionais do médio Rio São Francisco e que necessitam serem reconhecidas

como tais, na intenção de dar visibilidade a estas gentes e de manter vivo o sentido de **permanecer**.

Isso significa pensar as gentes, despido de preconceitos que acabam por criar estereótipos e caricaturizações deformadas, bem como abandonar as concepções que costumam folclorizar o diferente. Implica, sobretudo, em reconhecer a importância e o lugar que os sujeitos sociais do rio ocupam na formação cultural do São Francisco, bem como estimular processos que viabilizem a manutenção da cultura tal como ela é: viva, interativa e dinâmica.



REFERENCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/SaoFrancisco.aspx>>. Acesso em: 19 Ago. 2013.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47 - 97.

_____. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. In: SERPA, Ângelo. (org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008a. p. 312-336.

AMARO, Fernanda Ribeiro; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Vozes do rio**. Uberlândia: Edibrás, 2013. 90p.

ANDRÉ, M. Eliza Dalmazo Afonso de. Avanços no conhecimento etnográfico da escola. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1995. p. 99-110.

_____. Tendências atuais da pesquisa na escola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 18, n. 43, p.1-9, dez. 1997.

_____. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2008.

ANGROSINO, Michael V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação ética do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. Montes Claros, PPGDS, 2009, 252f. Dissertação de (mestrado em Desenvolvimento Social). Departamento de Ciências Sociais, Unimontes, 2009.

_____. Quilombo da Lapinha: clivagem social, sociabilidade, tempo de expropriação e articulação política. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia de Luz de (orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 175-192.

ASSIS, Dária Maria Martins. "Tirar a nossa Essência da Natureza": etnografia das práticas de trabalho e das estratégias de trabalho nos espaços da comunidade quilombola Bom Jardim da Prata. In: COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia de Luz de (orgs.). **Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos**

sertões roseanos. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012. p. 193-208.

BAHIA, Governo do Estado da. Secretaria do Meio Ambiente. Bacia hidrográfica do rio São Francisco Povos indígenas e barragens. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/mapas/Terras_indigenas_BHSF.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos**: ensaios sobre a imaginação da matéria. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Luiz Antonio. **A saga do 'velho Chico'**. Revista Ecologia e Desenvolvimento, N. 20, Out. 1992, p. 48-49.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. Um risco, um lago, um rio - o rio São Francisco e suas imagens cartográficas em mapas antigos do Brasil e das Américas. In: BORGES, Maristela Corrêa; LEAL, Alessandra Fonseca. (Org.). **Etnocartografias do Rio São Francisco**: comunidades tradicionais ribeirinhas no Norte de Minas Gerais. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 21-67.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A partilha da vida**. Taubaté: Editora Cabral, 1995.

_____. **Repensando a Pesquisa Participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. In: BRANDÃO, Carlos R.; STRECK, Danilo R. (Org.). **Pesquisa participante**: a partilha do saber. São Paulo: Idéias e Letras, 2006. p. 21-54.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiás V. 10, N. 1, Jan/Jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL, Vanessa Maria. Caminho de águas históricas. In: SÁ, Antônio Fernando de Araújo; BRASIL, Vanessa Maria. **Rio Sem História?** Leituras sobre o Rio São Francisco. Aracaju: FAPES, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.727** de 17 de outubro de 2012. Brasília, 2012.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BURTON, Richard Francis. 1869. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: Identidade e significado na sociedade em rede. In: _____. **O poder da identidade**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol. II. _____. **O poder da identidade**. 3. ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Vol. II.

CARDOSO, Vicente Licínio. **À margem da história do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Brasília: INL. Brasileira, 1979.

CAVALCANTI, Dirce de Assis. **O Velho Chico ou a vida é amável**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

CHAGAS, Ivo das. **Eu sou o São Francisco**. (Mimeo), 2013.

CLAVAL, Paul. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

_____. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº. 2, dez de 1999, p.7-26.

_____. Campo e perspectivas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 133-196.

COELHO, Marco Antônio T.. Sobradinho – um mar de equívocos. In: COELHO; Marco Antônio T. **Os Descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Linguagem e percepção ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade. (et al). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 525-570.

CORREIA, Antônio Inácio. Depoimento. In: MAGALHÃES, Eduardo ribeiro (Org.). **História dos gerais**. UFMG: Belo Horizonte, 2010. p. 43-73.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROZENDAHN, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 92-123.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Sertaneja: A Conjugação de Lógicas Diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**: considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best, 1997. p. 77-96.

_____. Cerrados norte mineiro: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005, p. 295- 319.

_____. Populações tradicionais do sertão norte mineiro e as interfaces socioambientais vividas. **Revista Cerrados**. Montes Claros, v. 4, n.1, p. 81-108, jan./dez. 2006.

COUTO, José Vieira. **Memórias sobre as minas da capitania de Minas Gerias, suas descrições, ensaios, e domicilio proprio**. Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1801.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). PósGeo. Universidade Federal Fluminense/UFF. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93 a 122.

_____. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFF, Niterói, 2011.

CUNHA, Maria das Graças Campolina. **Gameleira, sertão Norte de Minas Gerais: um olhar feminino sobre o feminino camponês**. 2013. 314f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal Uberlândia, Uberlândia, 2013.

DE PAULA, Andreia Maria Narciso Rocha. **TRAVESSIAS... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal Uberlândia, Uberlândia, 2009.

DEUS, José Antônio Souza de. **Geografia cultural do Brasil/Etnogeografia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. ampliada. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2008.

ESPÍNDOLA, Tomaz Bonfim. **Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

FERREIRA, Armando Oliveira. Olhar de fora, aqui dentro: Elizabeth Bishop deixou escritos preciosos sobre o Brasil, mas mostrou ângulos nem sempre agradáveis para quem vive aqui. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Ano 9, N. 97, Out. 2013, p. 58-61.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora S. A, 1989.

_____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIMENEZ, Gilberto. Território, cultura e identidade: La región sociocultural. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, época II. V. V, N. 9, Colina, 1999, p. 25-57.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun., 1995a.

GONCALVEZ, Carlos Walter Porto. O Latifúndio Genético e a r-existência Indígena-Camponesa. **Geographia**, Niteroi-RJ UFF/PGG. Ano IV, nº 8, 2002.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Thomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Thomaz Tadeu da; (org.) HALL, Stuart; WOODWARD, Kanthryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169 a 189.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. Niterói: UFF, 2006. p. 43-70.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira; HAESBAERT, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33 a 56.

_____. Dilemas de conceito: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Silvério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografia: Métodos de investigação**. Barcelona: Paidós, 1994.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais e estratégias de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Elizeu (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos em conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 271-291.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belho Horizonte: UFMG, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório de contextualização/Patrimônio Cultural do Rio São Francisco. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1324>. Acesso em Jun. 2013.

LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa - o Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. Capa e ilustrações Carybê. Bahia: edições Oxumarê, 1952.

_____. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. São Paulo: Brasilianna, 1983.

_____. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1893.

LUZ DE OLIVEIRA, Claudia. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. 2005, 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Milanésia**. Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça, revista por Eunice Ribeiro Durham. 2 ed. São Paulo: Abril cultural, 1978. (Coleção os pensadores).

MARTINS, Geraldo Inácio. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais**. 2011. 298 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, PPG-IG/UFU, Uberlândia, 2011.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiane. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Moraes, 1983.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: Arantes, Antonio (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus Editora, 2000.

MATA-MACHADO, Roberto. **História do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MACHADO, Fernando da Mata. **Navegação do rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva; DELGADO, Warley; STEFANI, João. **Rio moreno: pesquisa, população e territorialidade; chaves da rede de cidades da Bacia do São Francisco**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011.

MEDEIROS NETO, P.º. **História do São Francisco**. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1941.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pt/apresentacao8>. Acesso em: 29 Mai. 2013.

MOLEY, David. Pertenencias. Lugar, espacio e identidade em um mundo mediatizado. In: ARFUCH, Leonor. **Pensar este tiempo: espacios, afectos, pertinencias**. Buenos Aires: Paidós, 2005. P. 131-167.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. **Os remeiros do Rio São Francisco**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Na carreira do Rio São Francisco: trabalho e sociabilidade dos vapozeiros**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

OLIVEIRA, Joycelaine Aparecida de. **Ciclos de Águas e Vidas: o caminho do rio nas vozes dos antigos vaporzeiros e remeiros do São Francisco**. 2009. 144 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, PPG-IG/UFU, Uberlândia, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do antropólogo**. Brasília: UnB, 1998. p. 17-35.

PALADIM JÚNIOR, Heitor Antônio. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no Norte de Minas Gerais**. 2011. 210f. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o caso “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992.

PIERSON, Donald. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972a. Tomo I.

_____. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972b. Tomo II.

_____. **Homem no vale do São Francisco**. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972c. Tomo III.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RÊGO, Luís Flores de Moraes. **O vale do São Francisco**: ensaio de monografia geográfica. São Paulo: Renascença, 1945.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão**: o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco**: factor precípua da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RODRIGUES, Carmem Lúcia. **Limites do consenso**: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa. 2001. 278f. Tese (doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970.

_____. A terceira margem do rio. In: _____. **Primeiras histórias**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1972.

_____. **Grande Sertão: veredas**. 18. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Grande Sertão: Veredas**. 33ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Grande sertão: veredas**. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. **A boiada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tomo 2, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

_____. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Rodrigo Herles dos. **Aqui estou, aqui faço o meu lugar:** um estudo sobre percepções e manejo do ambiente entre camponeses, na comunidade de Barra do Pacuí município de Ibiaí- MG. 2008, 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2008.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; GAGLIOTTO, Ana Rúbia. Abordagens das dimensões do território. In: ALMEIDA, Maria Geralda; CRUZ, Beatriz Nates (Org.) **Território e cultura:** inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. Goiânia: Cegraf/UFG, 2009, p. 42-54.

SARMENTO, Francisco Jácome. **Transposição do Rio São Francisco:** realidade e obra a construir. Brasília: Do autor, 2005.

SILVA, José Augusto Gama. **Viagem histórica e intemporal no vale do rio São Francisco.** Palestra proferida no VI ciclo de estudos sobre segurança nacional e desenvolvimento da ADESG. Aracaju: Setembro de 1982.

SILVA, Paulo Afonso; Et al. Determinação da extensão do rio São Francisco. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, XI, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2002/11.20.18.39/doc/03_396.pdf Acesso em: 30 Mai. 2013.

SOJA. Edward W. The political organization of space. **Association of american geographers**, Washington, n. 8, 1971, p. 1- 54.

SOUZA, Angela Fagna Gomes de. **O tempo das águas:** ciclos de vida entre as margens do rio São Francisco, a Ilha das Pimentas - Pirapora/MG. 2011. 182f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, PPG-IG/UFU, Uberlândia, 2011.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, C. F. P. **Viagem pelo Brasil:** 1817-1820. Vol.2. 2. Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1981.

THÈRY, Hervé. O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. **Ciência e Cultura**, São Paulo, Vol. 32(8), Ago. 1980, p. 1010-1027.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-173.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz a nascente**: o recado do Rio. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

WOORTMANN, Ellen F. Da complexidade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. In. **Série Antropologia**. Brasília, 1991.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra**: a lógica e a simbólica da Lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.





ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA



Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração Geografia e Gestão do Território

Tese de doutorado:

*SER, ESTAR, PERMANECER: vínculos territoriais das gentes que povoam as
margens e ilhas do rio São Francisco*

Roteiro de Entrevista

Local _____ Data ____/____/____

Identificação e perfil do entrevistado - os sujeitos (o eu, o lá, o meu, o nosso)

1. Nome completo: _____
2. Idade: _____
3. Sexo: () masculino () feminino
4. Nível de Escolaridade: () fundamental () médio () superior () pós-graduado
5. Estado civil: () solteiro () casado () viúvo () outro _____
6. Local de nascimento: _____
7. Local de origem da família: _____
8. Tempo de residência na localidade: _____
9. Quantos membros da família? _____
10. Quantos membros da família residem em sua casa? _____
11. Já morou em algum outro local próximo ao rio São Francisco?

12. Por que fez a opção por morar aqui?

Formas de produção e trabalho – as práticas e vivências cotidianas

1. Possui casa própria?
2. Qual o tamanho de sua propriedade?
3. Sempre trabalhou na roça (terra)?
4. Produtos cultivados (tipos, usos):
5. Cria animais? (tipos, usos):
6. Como é o trabalho (coletivo/divisão de tarefas entre homens, mulheres e jovens).
7. Tipo de trabalho (familiar/contrata mão de obra).
8. Como são desenvolvidas as atividades de trabalho coletivo (mutirão/troca de dias...).
9. Exerce algum tipo de atividade fora da propriedade?
10. Exerce alguma outra atividade não ligada à agricultura, pecuária ou pesca?
11. Qual a época de maior trabalho?
12. Como é a organização do trabalho nos períodos de chuva e na seca?
13. Você considera o tamanho da propriedade suficiente para manter a família?
14. Como é a relação entre as famílias; pessoas; trabalho; atividades coletivas?
15. Existe assistência técnica na propriedade?
16. Onde são comercializados os produtos (caso haja excedente)?

Identidade

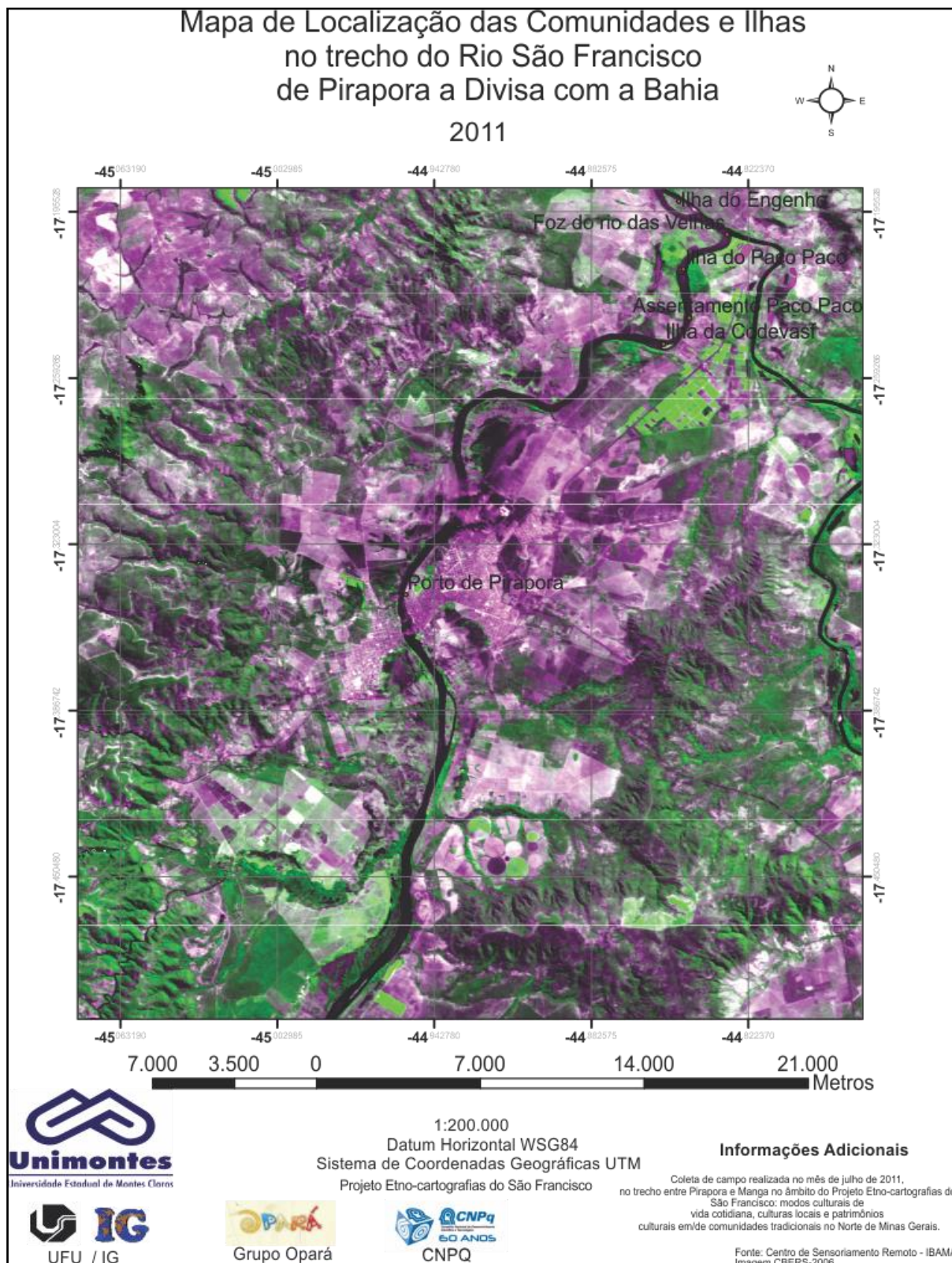
1. Forma de acesso a terra (como conseguiu a propriedade?).
2. O que você fazia antes de morar aqui?
3. Possui alguma relação com o sindicato ou associação?
4. Por que você escolheu esse local para viver (trabalhar)?
5. Como é/foi morar perto do rio São Francisco?
6. Qual é o seu sentimento pelo rio São Francisco?
7. Passou pela experiência de enchentes? Quanto tempo? Quando?
8. Quais foram as principais mudanças que ocorreram aqui?
9. Atualmente quais são os principais problemas?

10. Qual o significado do rio para você (atributos valorativos)?
11. Você tem vontade de morar em outro lugar?

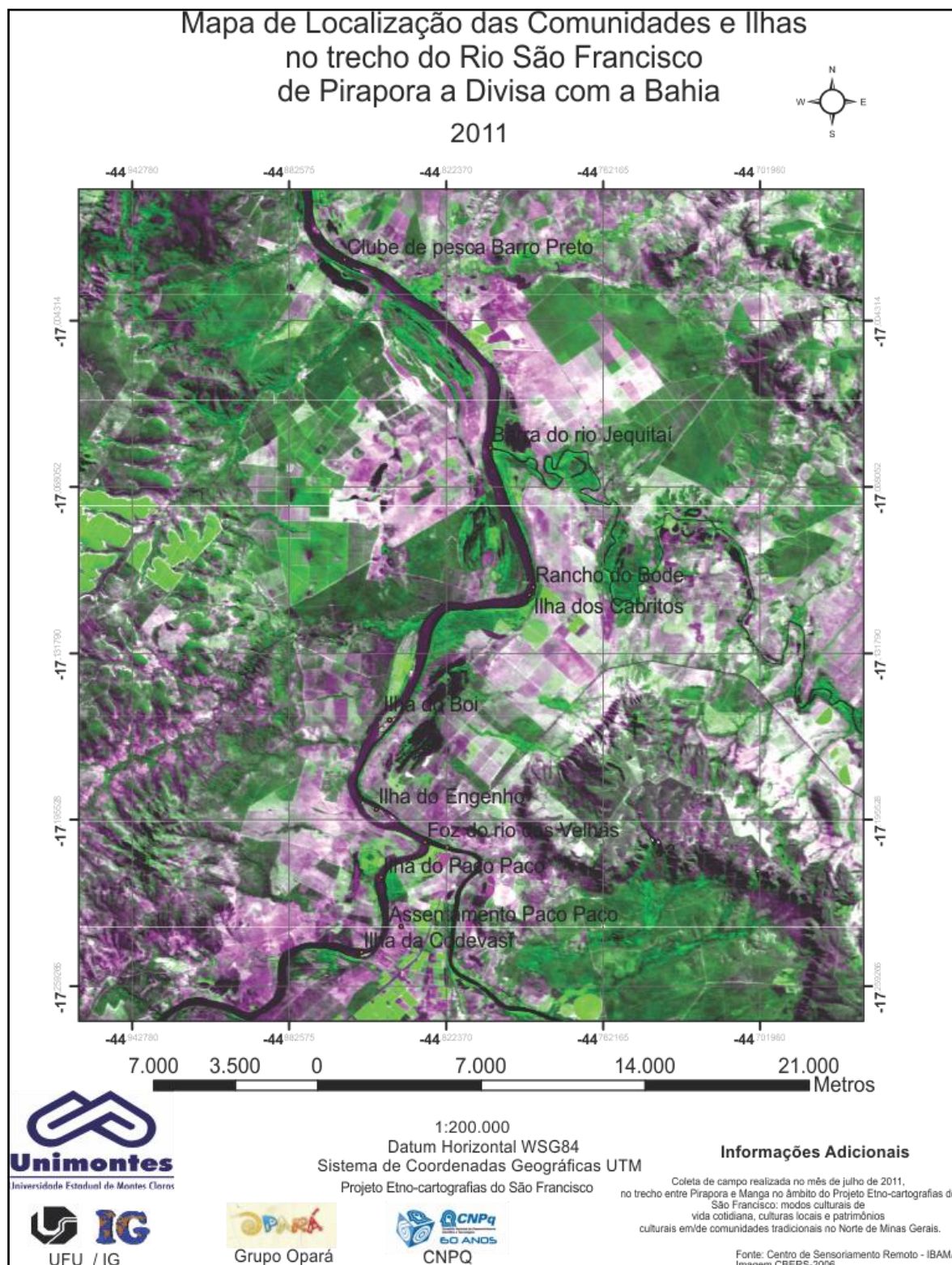
Pertencimento

1. Como as pessoas daqui da região gostam de serem chamadas?
2. O que você mais gosta aqui?
3. Tem vontade de permanecer aqui?
4. Gostaria que seus filhos permanecessem aqui? Por quê?
5. Quais são seus sonhos em relação ao rio e a sua propriedade?
6. Quais os seus projetos para o futuro?
7. Quais as atividades de lazer aqui?
8. Você acha que existe uma valorização dos mais jovens em relação ao rio e a terra?
9. Quis as tradições mais presentes no assentamento (festas, ritos...)?
10. Você passa algum ensinamento para seu filho(s), que considera importante? (vida comunitária, luta, amor a terra e ao rio).

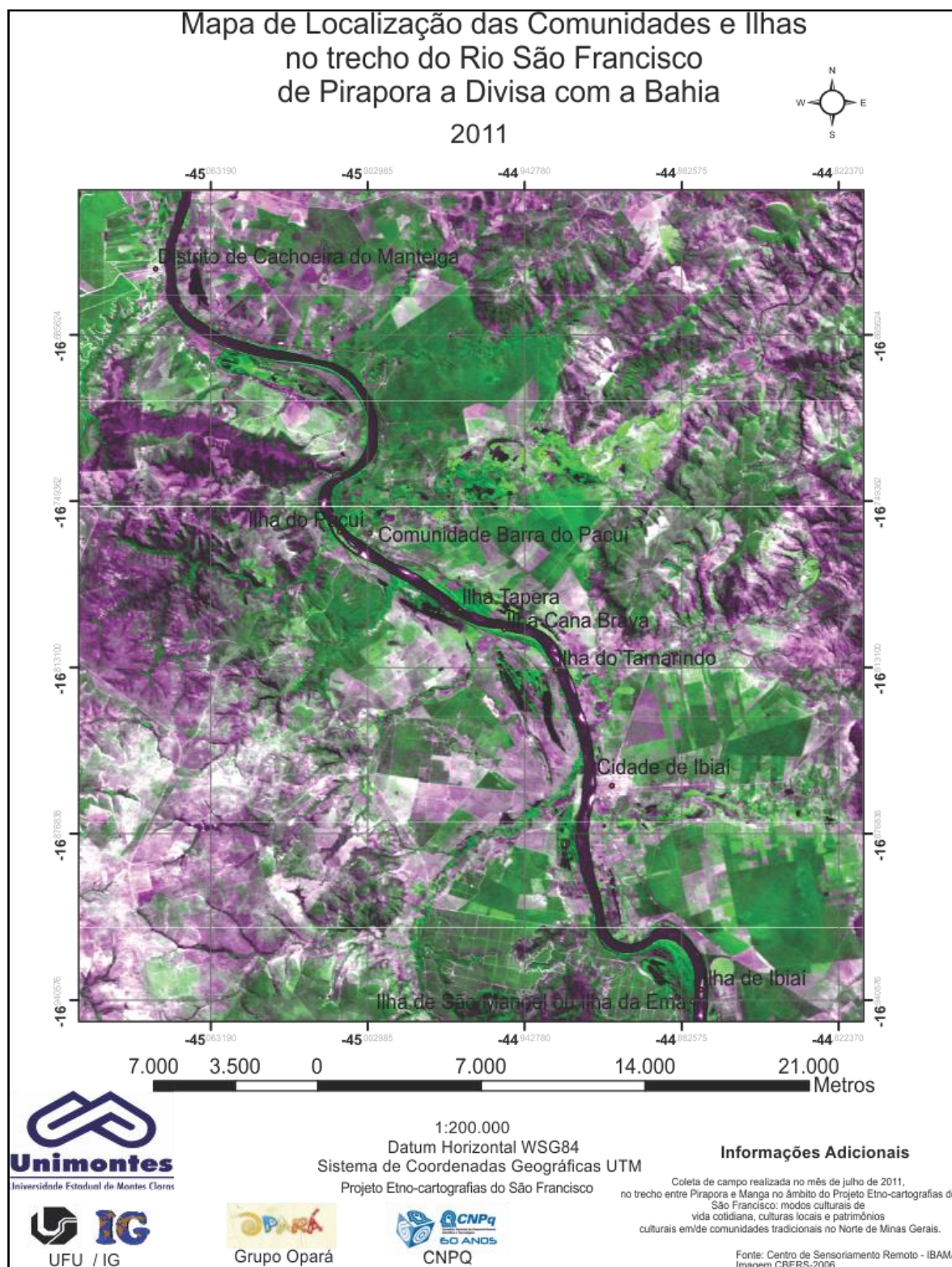
ANEXO B - Mapa do percurso de Pirapora a foz do Rio das Velhas



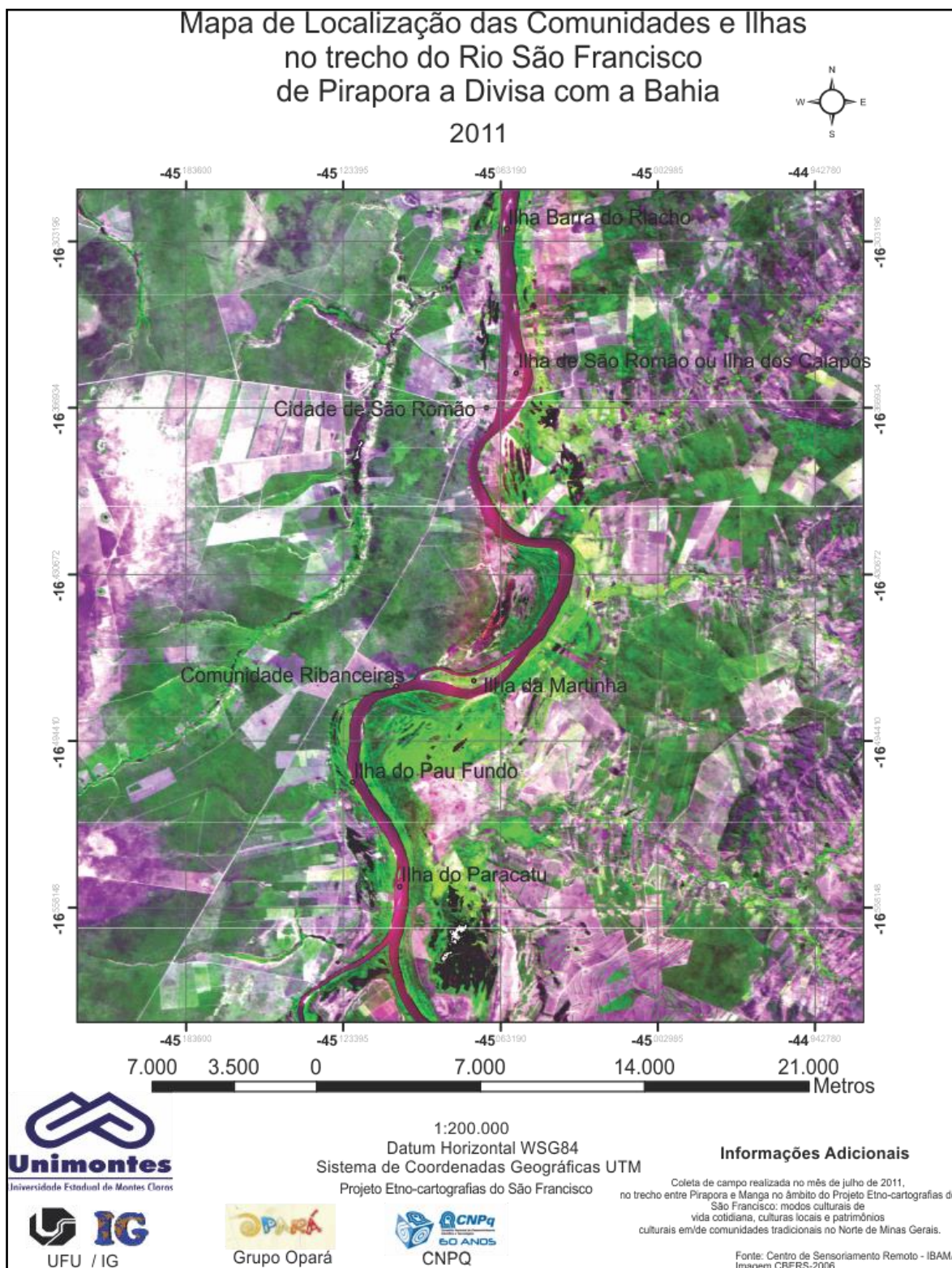
ANEXO C - Mapa do percurso da foz do Rio das Velhas a Barra do rio Jequitai



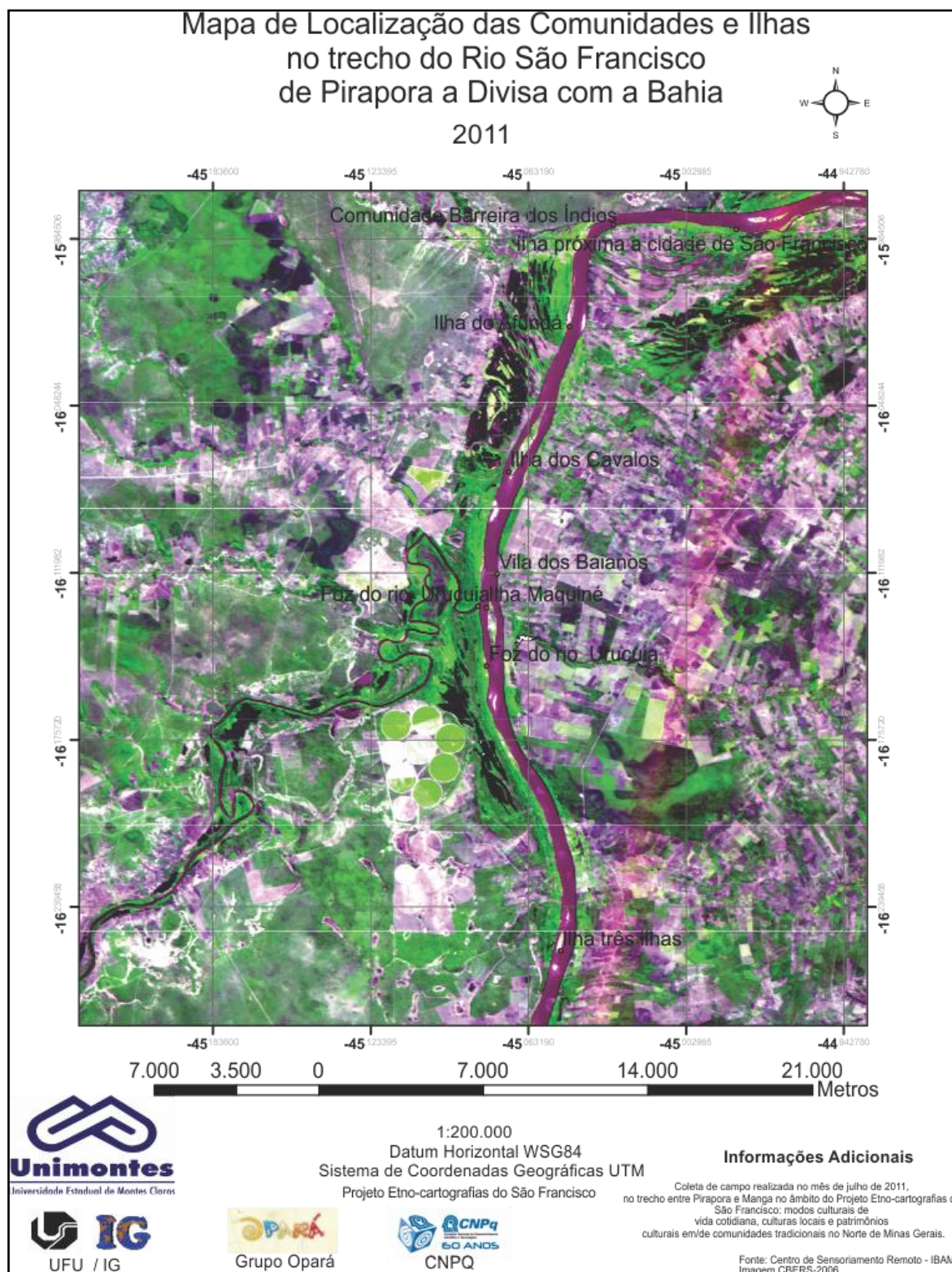
ANEXO D - Mapa do percurso da Ilha de São Manoel ao distrito de Cachoeira do Manteiga



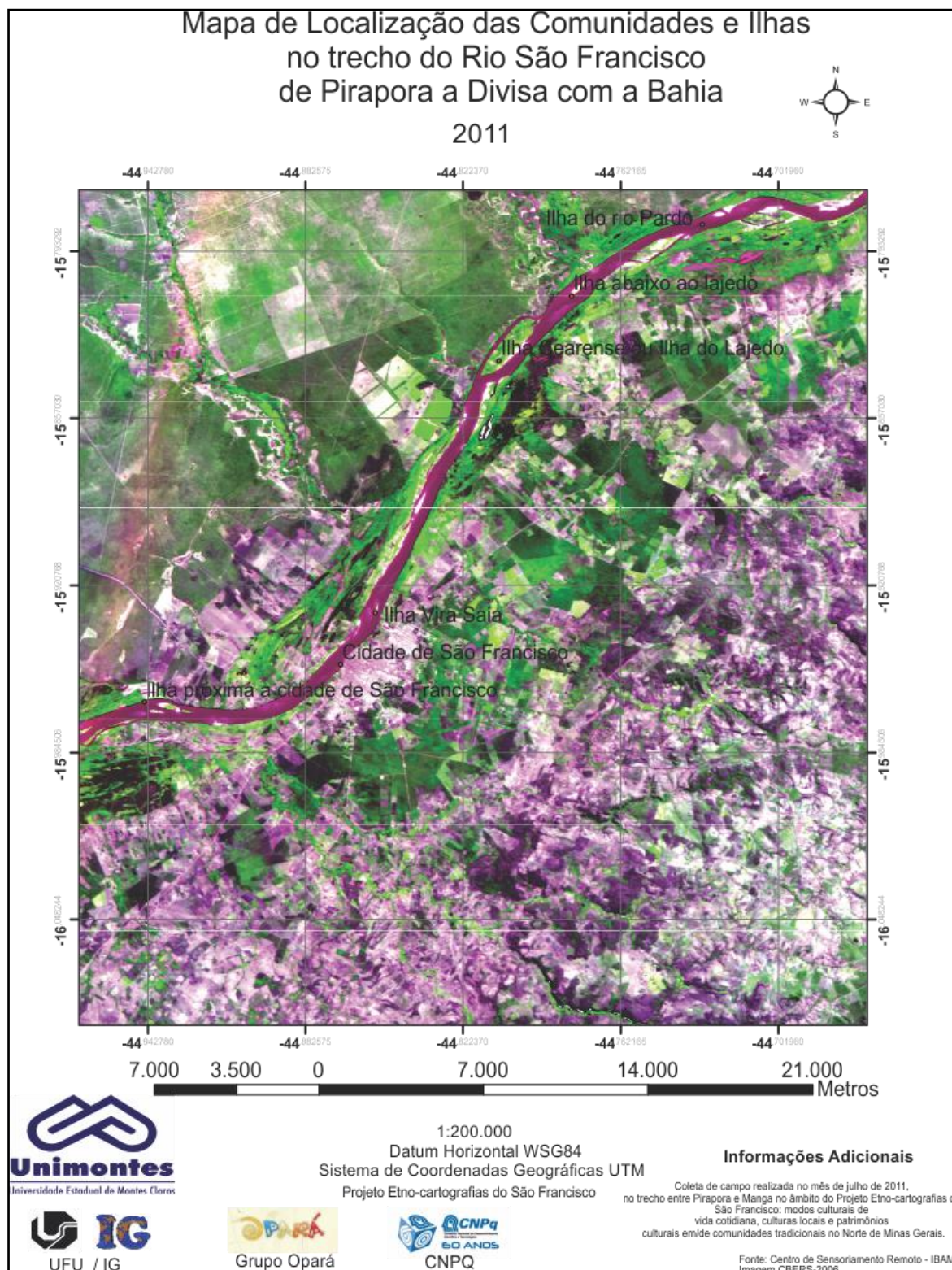
ANEXO E - Mapa do percurso da Ilha do Paracatu a Ilha Barra do Riacho



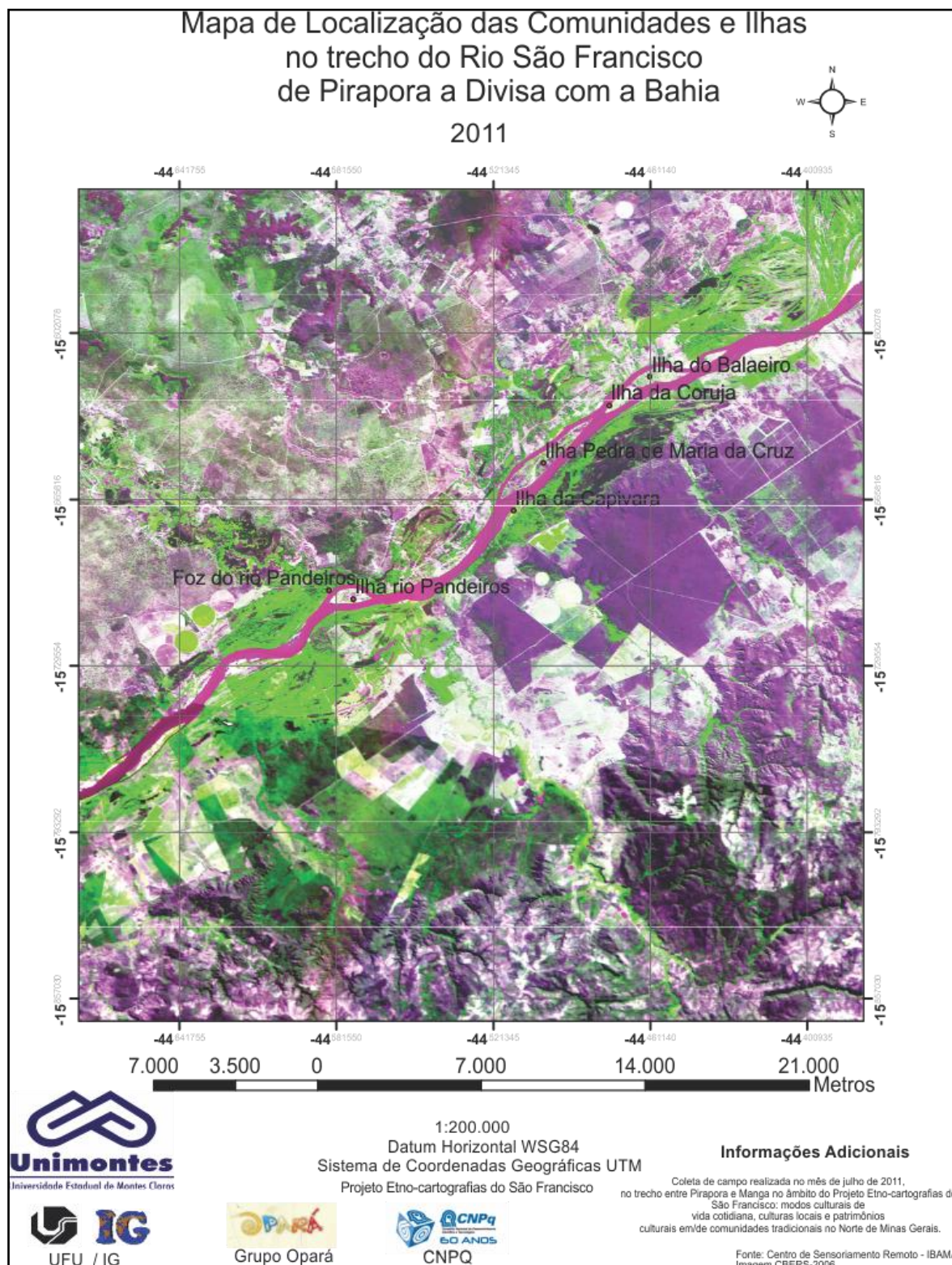
ANEXO F - Mapa do percurso da Ilha Três Ilhas a Comunidade Barreira dos Índios



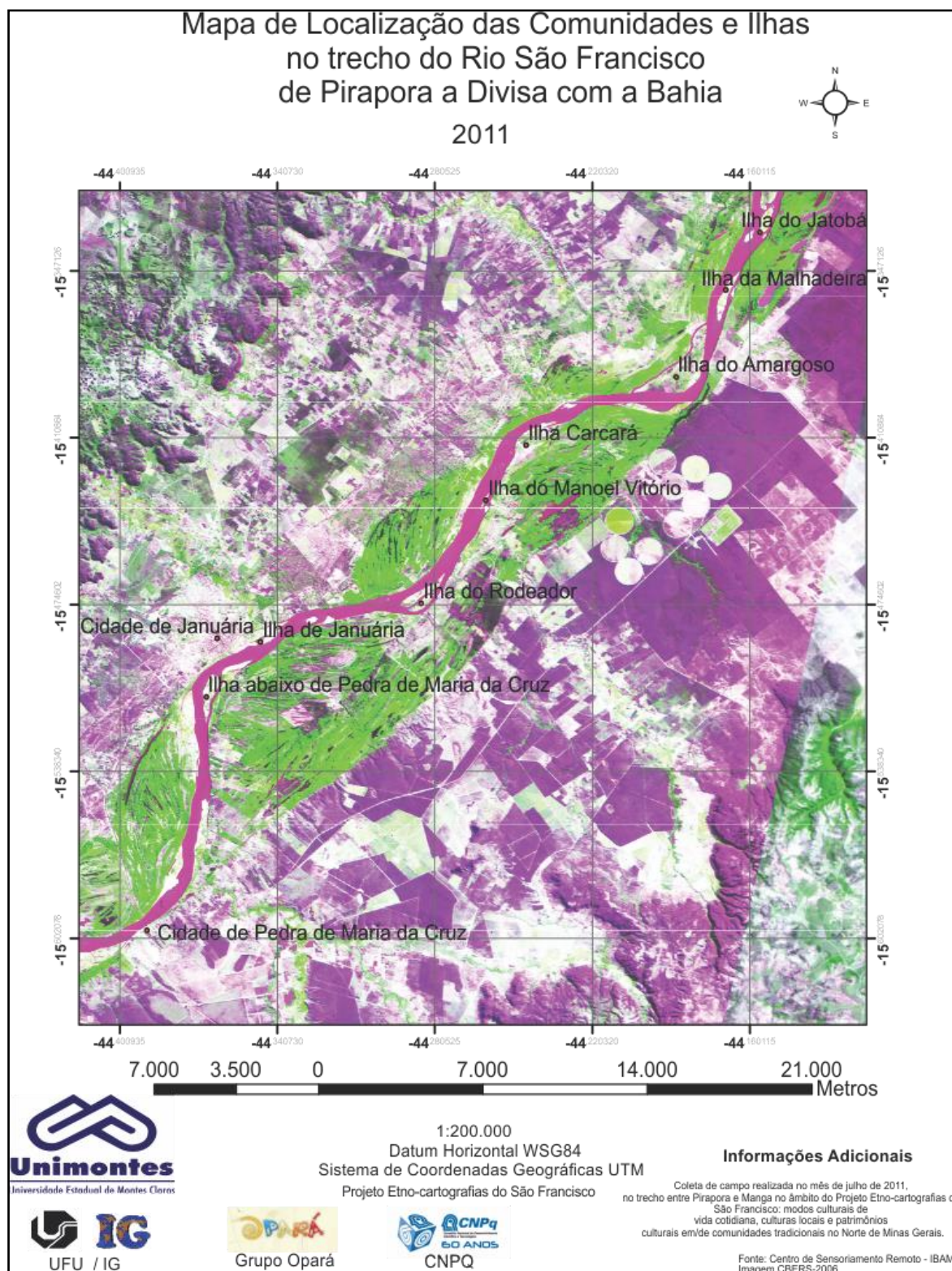
ANEXO G - Mapa do percurso da Cidade de São Francisco a Ilha do Rio Pardo



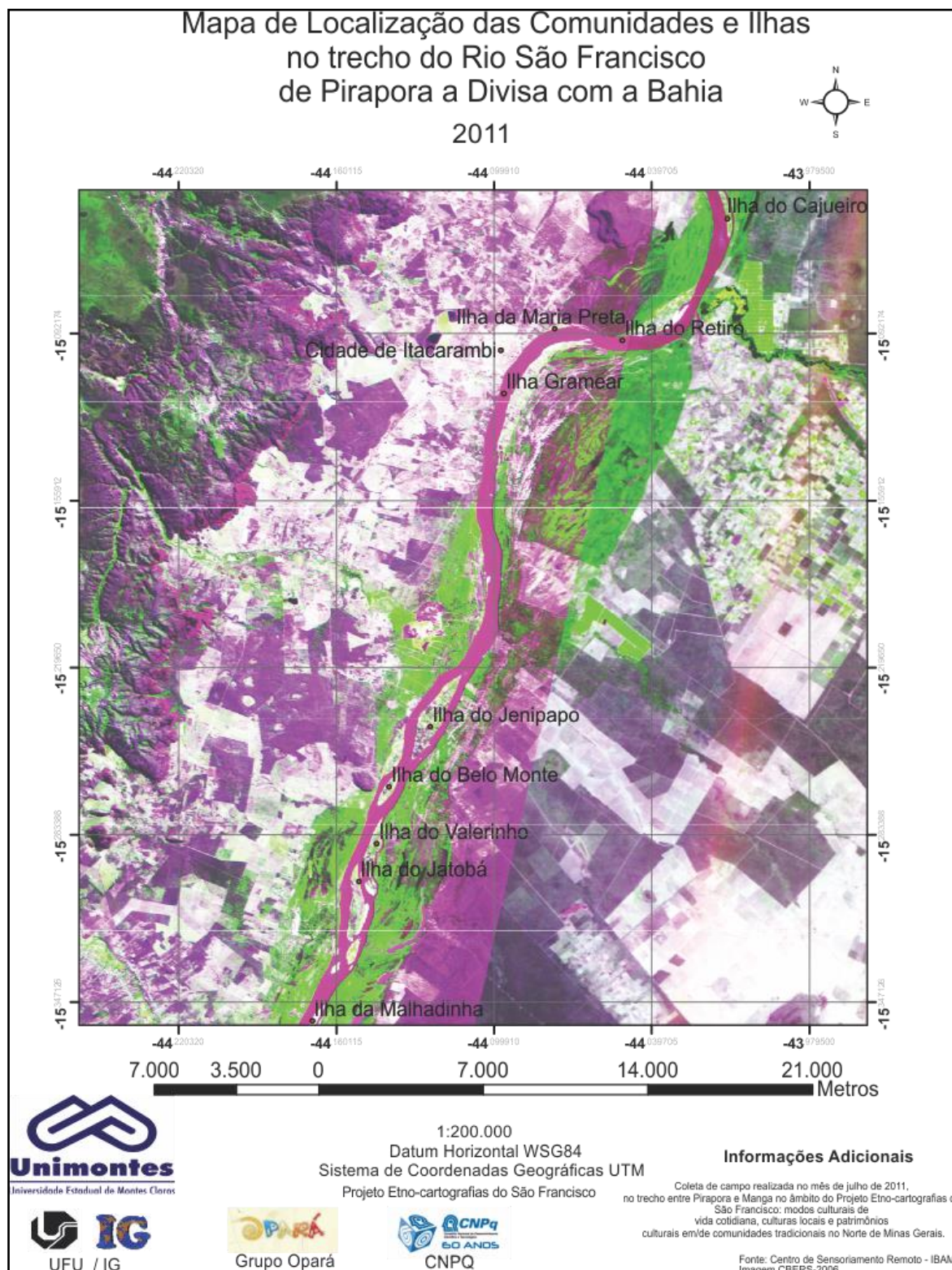
ANEXO H - Mapa do percurso da Foz do rio Pandeiros a Ilha do Balaieiro



ANEXO I - Mapa do percurso da cidade de Pedras de Maria da Cruz a Ilha do Jatobá



ANEXO J - Mapa do percurso da Ilha do Jatobá a Ilha do Cajueiro



ANEXO K - Mapa do percurso da Ilha do Cajueiro a comunidade Pau Preto

